

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA (1870-1946):
HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESCRITA BIOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO
DE UMA TRADIÇÃO POLÍTICA FAMILIAR

Danyllo Di Giorgio Martins da Mota

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Machado Gonçalves Campos

Goiânia
2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome do autor: Danyllo Di Giorgio Martins da Mota

Título do trabalho: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946): História, Memória e Escrita Biográfica na construção de uma tradição política familiar.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)

Data: 30 / 09 / 2019

DANYLLO DI GIORGIO MARTINS DA MOTA

**ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA (1870-1946):
HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESCRITA BIOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO
DE UMA TRADIÇÃO POLÍTICA FAMILIAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Machado Gonçalves Campos

Goiânia
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Mota, Danyllo Di Giorgio Martins da
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946): [manuscrito] :
História, Memória e Escrita Biográfica na construção de uma Tradição
política familiar / Danyllo Di Giorgio Martins da Mota. - 2019.
328 f.

Orientador: Profa. Dra. Raquel Machado Gonçalves Campos.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2019.
Bibliografia.

1. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. 2. Memória. 3. Biografia. 4.
Tradição. 5. Revolução de 1930. I. Campos, Raquel Machado Gonçalves,
orient. II. Título.

CDU 94



Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **Danyllo Di Giorgio Martins da Mota**. Aos 02 (dois) dias do mês de setembro de dois mil e dezenove (2019), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **Danyllo Di Giorgio Martins da Mota**, intitulada “ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA (1870-1946): HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESCRITA BIOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO POLÍTICA FAMILIAR”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº052/2019-PPGH, de 27 de agosto de 2019, pelos seguintes Professores Doutores: **Raquel Machado Gonçalves Campos (Presidente)**, **Fabiane Costa Oliveira (IFG)**, **Luiz Carlos Bento (UFMS)**, **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)**, **Libertad Borges Bittencourt (PPGH/UFG)** e, como Suplentes, **Thiago Fernando Sant'Anna e Silva (UFG)** e **Fabiana de Souza Fredrigo (PPGH/UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 18:35 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato Aprovado.....

Profa. Dra. **Fabiane Costa Oliveira (IFG)** – Ass.: Fabiane Costa Oliveira

Decisão (Aprovado.....)

Prof. Dr. **Luiz Carlos Bento (UFMS)** - Ass.: Luiz Carlos Bento

Decisão (Aprovado.....)

Prof. Dr. **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)** - Ass.: Jiani Fernando Langaro

Decisão (Aprovado.....)

Profa. Dra. **Libertad Borges Bittencourt (PPGH/UFG)** - Ass.: Libertad Borges Bittencourt

Decisão (Aprovado.....)

Presidente da Banca Profa. Dra. **Raquel M. G. Campos (UFG)** - Ass.: Raquel M. G. Campos

Decisão (Aprovado.....)

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: Fabiana de Souza Fredrigo
Prof.ª Dr.ª Fabiana de Souza Fredrigo

Secretária: Cintila Alves Garcia
Cintila Alves Garcia

Para Luana e Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me deu forças para vencer os obstáculos enfrentados ao longo desta trajetória.

Agradeço, imensamente, à minha esposa, Luana Neres de Sousa. Seu apoio incondicional e seu companheirismo foram fundamentais para a realização de projetos de vida, dentre os quais esta Tese é apenas um pequeno exemplo. Agradeço ao meu filho Gustavo que, ao chegar em minha vida, tornou-se o centro e a razão principal de minha existência.

Agradeço aos meus pais, Dinamar Martins da Mota e Vilmar Costa da Mota, pelo comprometimento de uma vida, que tornou possível que eu chegasse a este ponto de minha formação. Agradeço à minha irmã, Ingrid Dellyane, pelo apoio nas horas mais difíceis e por não medir esforços para ajudar em tudo que seja necessário.

À minha vó, Maria da Conceição Mota, e aos meus tios e primos, agradeço pelos momentos em família, que tornaram essa jornada mais leve, e pela força nos momentos de luta, quando dividiram comigo o peso dos problemas e a dor das perdas. Agradeço, especialmente, ao meu tio Josmar Martins Gomes (*in memoria*), companheiro das viagens que deram início a este projeto de pesquisa. Agradeço também aos meus sogros, Ana Maria de Carvalho e Luís Neres de Sousa.

Agradeço ao professor Doutor Noé Freire Sandes, primeiro orientador deste trabalho. Sou grato por suas contribuições e, sobretudo, por seu exemplo como pesquisador.

À professora Doutora Raquel Machado Gonçalves Campos, minha orientadora na fase final da pesquisa, agradeço pela dedicação e pelas contribuições que definiram o formato final deste trabalho.

À Doutora Fabiane Costa Oliveira, agradeço pelo companheirismo que perpassa toda minha vida acadêmica. Sou grato por suas indicações de leitura ao longo desta pesquisa e pela valiosa avaliação no exame de qualificação. Agradeço também ao Doutor Jiani Francisco Langaro, por sua preciosa contribuição no exame de qualificação, e ao Doutor Eugênio Resende de Carvalho, pelas indicações no Seminário de Pesquisa.

Aos professores da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, e de seu Programa de Pós-Graduação, sou grato por todo o processo de formação ao longo da graduação, mestrado e doutorado. Em especial agradeço à professora

Libertad Borges Bitencourt, com quem tive o prazer de conviver em sala de aula nestes três momentos formativos.

Agradeço aos colegas da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Pedro Oliveira Paulo, Ubiratan Kruger Ruivo e Maria do Socorro Salles Barbosa, que acompanharam de perto o início deste processo e colaboraram para que eu conseguisse conciliar a vida acadêmica e o trabalho docente.

Agradeço aos amigos e colegas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em especial aos professores Luiz Carlos Bento, Renato Jales Júnior, Henri Marcelo Martins e Dolores Puga. Suas ações e o carinho com que me receberam em Coxim-MS durante o ano de 2014 foram fundamentais no início do trabalho de pesquisa.

Agradeço aos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, em especial aos professores Walmir Barbosa, Raul Vitor Rodrigues Peixoto, Marcelo de Lacerda Borges e Lucas Maia, pelos diálogos, pela ajuda em momentos cruciais e pelo auxílio no campo de trabalho.

Aos amigos Welington Coelho e Mayara Paiva, agradeço pelo apoio com textos e indicações de leitura. Agradeço também ao amigo Plínio José Lopes pelo primoroso trabalho de tradução dos resumos, tanto na tese, quanto nos artigos publicados ao longo da pesquisa. Ao amigo Fernando Gomes Garcia, agradeço pela gentileza de localizar em Belo Horizonte parte do material historiográfico utilizado na pesquisa.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, à Direção do Campus Aparecida de Goiânia, em especial à professora Ana Lúcia Siqueira de Oliveira, diretora do Campus; ao Departamento de Áreas Acadêmicas, nas pessoas dos professores Eduardo de Carvalho Rezende e Wanderlei de Azevedo Brito, chefes do DAA; e aos membros do Conselho de Campus que aprovaram meu afastamento para conclusão do trabalho de pesquisa. Aos servidores do Departamento de Pós-Graduação do Instituto Federal de Goiás, agradeço pela atenção com as avaliações do trabalho e dos relatórios durante o período de licença.

Agradeço à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e aos colegas do Campus Coxim pelas adequações de horários durante o ano de 2014 que possibilitaram a participação nas disciplinas oferecidas pelo PPGH-UFG durante aquele período. Agradeço também ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC FGV, pela disponibilização de parte do material utilizado nesta pesquisa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar as relações entre Memória, História e escrita biográfica na constituição das narrativas sobre a trajetória política de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), personagem de destaque nos processos da Aliança Liberal, da Revolução de 1930 e nos embates políticos dos primeiros anos do governo Vargas (1930-1945). Tais narrativas compõem um projeto de memória que visa à valorização da tradição política da família Andrada e sua ligação com o estado de Minas Gerais. A identificação da tradição familiar com a mineiridade é estabelecida pelos ideais do Liberalismo e da Democracia que orientam os discursos de Antônio Carlos enquanto Presidente de Minas Gerais (1926-1930), líder da Aliança Liberal (1929-1930) e nas disputas regionais nos primeiros anos da década de 1930. Através da análise documental, buscamos identificar as imagens construídas acerca da atuação de Antônio Carlos e as relações entre os projetos políticos em disputa nos seus respectivos momentos de produção. Recorremos aos discursos produzidos pelo agente político, à historiografia acerca dos eventos em que se envolveu, aos textos memorialísticos produzidos por autores oriundos de Minas Gerais e às obras biográficas e históricas produzidas pelos Andradas. A finalidade dessa análise é apontar como a família Andrada utiliza Antônio Carlos enquanto elo entre as ações de seus agentes políticos durante o século XIX e aquelas engendradas por seus membros ao longo do século XX. Neste sentido, a biografia *O Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República*; o arquiteto da Revolução de 1930 (1998) tem lugar de destaque no processo de resgate e revalorização de sua experiência política e como elemento de manutenção do *status* social que caracteriza o pertencimento à linhagem Andrada. Este pertencimento estabelece as bases simbólicas para a manutenção do domínio político familiar, apontando a ligação entre passado e presente, por meio da permanência dos elementos fundamentais da tradição dos Andradas entre suas diferentes gerações.

Palavras-chave: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada; Memória; Biografia; Tradição; Revolução de 1930.

ABSTRACT

The objective of this work is to demonstrate the relations between Memory, History and biographical writing in the narrative development over the political trajectory of Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), a remarkable character in the processes of the Liberal Alliance, the 1930 revolution and upon the political confrontations of Vargas' government within its years (1930-1945). Such narratives compound a memory project that aims the valuing of the political tradition of the Andrada family and its connection with the state of Minas Gerais. The identification of the family tradition with the mineiridade is established through the ideals of Liberalism and Democracy that guide the speeches of Antônio Carlos whilst Minas Gerais president, Liberal Alliance leader (1929-1930) and the regional disputes within the first years of the 1930 decade. Through the documental analysis, we have searched to identify the constructed images whereas the performance of Antônio Carlos and his relations amongst the quarreling political projects during its production time. We have searched to look back over the speeches that were produced by the political agent in his performing time, the historiography about the events in which he was involved, the memorialist texts produced by authors that were from Minas Gerais and the biographical works and historical produced by The Andrada. The finality of this analysis is to point how the Andrada family uses Antônio Carlos as a link between the actions of its political agents during the 19th century and those beheld by its members throughout the 20th century. Being so, the biography O Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República; o arquiteto da revolução de 1930 (1998) has a remarkable position in the rescuing process and revaluing the political experience as an element of social status maintenance that constitutes the belonging to the Andrada Family line. This belonging establishes the symbolic basis for the maintenance of the family political domination, pointing the connection between the past and present, over the remaining of the fundamental elements of the Andrada tradition amongst its different generations.

Key-Words: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada; Memory; Biography; Tradition; 1930 Revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - O PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS: MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	25
1.1. ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA: BIOGRAFIA POLÍTICA.....	25
1.2. A PALAVRA DO PRESIDENTE: A ALIANÇA LIBERAL SOB A ÓTICA DE ANTÔNIO CARLOS.....	45
1.3. ANTÔNIO CARLOS COMO PERSONAGEM DE 1930: UMA ANÁLISE DA MEMÓRIA MINEIRA.....	57
1.3.1. A ideia de <i>mineiridade</i> : entre o povo e a elite; entre regionalismo e federalismo.....	61
1.3.2. As crises republicanas: o sistema democrático, o problema partidário e o personalismo.....	71
1.3.3. O Governo de Washington Luís e a reação de Minas Gerais.....	83
1.3.4. A Revolução de 1930: da memória à historiografia.....	95
1.4. A IMAGEM DE ANTÔNIO CARLOS NAS OBRAS DE HISTORIADORES PROFISSIONAIS.....	99
CAPÍTULO II - A FAMÍLIA ANDRADA COMO AUTORA DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA.....	119
2.1. GENEALOGIA POLÍTICA DA FAMÍLIA ANDRADA.....	119
2.2. A FAZENDA BORDA DO CAMPO E A GENEALOGIA POLÍTICA DOS ANDRADA, POR JOSÉ BONIFÁCIO.....	134
2.3. MARTIM FRANCISCO, O MINISTRO DA FAZENDA DA INDEPENDÊNCIA, POR ANTÔNIO CARLOS.....	142
2.4. ANTÔNIO CARLOS, O ANDRADA DA REPÚBLICA, POR FÁBIO BONIFÁCIO.....	154
2.5. A TRAJETÓRIA DE ANTÔNIO CARLOS POR MARGARIDA MARIA DE ANDRADA MEGA.....	169
2.6. BONIFÁCIO DE ANDRADA E A REVOLUÇÃO DE 1930 COMO FATO HISTÓRICO.....	180
2.7. POLÍTICA E HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FAMILIAR.....	192
CAPÍTULO III – O PROJETO BIOGRÁFICO DE ANTÔNIO CARLOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DOS ANDRADA.....	200
3.1. A FAMÍLIA ANDRADA E AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE SEU PROJETO DE MEMÓRIA.....	200
3.1.1. A criação da Universidade de Minas Gerais.....	209
3.1.2. O Centro de Estudos Mineiros e a escrita da história das elites em Minas Gerais.....	213
3.2. A NARRATIVA BIOGRÁFICA DE ZEZINHO BONIFÁCIO.....	221
3.3. O PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS: EM BUSCA DE UM NOVO LUGAR NA HISTÓRIA.....	232
3.3.1. Tempo, verdade e os usos da História na construção da narrativa biográfica sobre Antônio Carlos.....	237
3.3.2. A memória em dois tempos: a atualização dos discursos sobre Antônio Carlos na narrativa biográfica.....	243

3.4. A TRADIÇÃO COMO ELEMENTO DA CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA.....	252
3.4.1. A tradição familiar e o <i>status</i> social como herança.....	257
3.4.2. O lugar político de Antônio Carlos e a relação com a tradição.....	263
3.4.3. O simbolismo do nome Andrada e a problemática da duração em política.....	269
3.5. A IDEIA DE <i>CARLISMO</i> E A BUSCA PELA REAFIRMAÇÃO DE ANTÔNIO CALROS COMO LÍDER POLÍTICO MINEIRO.....	276
3.5.1. A construção do <i>carlismo</i>	279
3.5.2. O <i>Carlismo</i> e seus contrapontos políticos.....	284
3.6. A MEMÓRIA FAMILIAR E O PROJETO BIOGRÁFICO.....	295
CONCLUSÃO.....	306
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	314

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as relações entre as práticas de construção da memória, escrita historiográfica e produção biográfica, na constituição dos elementos que caracterizam a trajetória política de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870 – 1946), no interior da tradição familiar andradina. Nosso objeto central é a construção da memória familiar centrada no diálogo permanente com a trajetória pública de Antônio Carlos, identificado como o maior expoente político da família durante o século XX. Esse diálogo tem como objetivo a preservação da distinção social da família e a transmissão de seu legado político entre as diferentes gerações. Neste processo, a narrativa biográfica sobre Antônio Carlos tem papel fundamental em seu objetivo de estabelecer ligações entre as diferentes gerações políticas da família por meio do destaque aos aspectos da tradição familiar que se estenderiam entre o período da Independência, do Império e da República.

Antônio Carlos teve atuação política destacada na Primeira República e na década de 1930, ocupando cargos nas diversas instâncias do poder republicano como vereador em Juiz de Fora (MG), secretário de Finanças em Minas Gerais, senador estadual, deputado federal, Ministro da Fazenda, Presidente do estado, Presidente da Constituinte de 1934 e da Câmara dos Deputados. Sua atuação política esteve sempre atrelada às marcas de uma herança familiar, sempre retomada em seus discursos. Foram frequentes, tanto nas falas de correligionários quanto na de adversários políticos, as comparações entre suas ações e as de seus antepassados, sobretudo o avô, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Ministro da Fazenda do período da Independência e do Império, e seu tio-avô, José Bonifácio de Andrada e Silva, identificado como o “Patriarca da Independência”.

Outros membros da família também atuaram no campo político durante o período imperial e republicano, recorrendo às marcas que identificaram essa tradição política familiar. Mas foi em torno de Antônio Carlos a construção mais clara de um processo de retomada da memória em prol da manutenção do grupo em uma condição de centralidade no campo político nacional. A importância de sua atuação neste processo pode ser explicada, em parte, por seu sucesso no alcance de posições de destaque, como a de Presidente de Minas Gerais, um dos estados mais importantes do

ponto de vista político e econômico na Primeira República. Mas este foi um caminho de mão dupla. A ocupação desse cargo tornou possível a revitalização da tradição e do capital político familiar, mas a chegada a esse posto se deu também pelo uso desses recursos.

Essa relação orienta a análise desenvolvida neste trabalho. Ao mesmo tempo em que a família Andrada recorre a um capital político que se sustenta pela História e pela memória da atuação pública de seus membros, identificada na ideia de tradição, seus agentes políticos precisam adequar, atualizar, dar novos sentidos a essa tradição, estabelecendo pontos de referência que facilitem a identificação entre as gerações mais antigas e as mais recentes. Este é o papel fundamental exercido por Antônio Carlos. Ele se tornou o elo entre as gerações que atuaram no período da Independência e no Império e aquelas que ocuparam postos políticos na segunda metade do século XX. Isso se explica por dois elementos já apontados: a ocupação dos cargos de maior destaque em comparação com outros membros da família e a identificação de sua atuação com o estado de Minas Gerais, principal espaço de atuação dos Andrada durante o período republicano.

Perante as características da atuação política da família Andrada e também dos elementos que identificam seu projeto de memória e da importância de Antônio Carlos na construção desse capital político familiar, analisamos as construções discursivas sobre o “Andrada da República”, a partir do diálogo entre memória, escrita biográfica e escrita da História. O que buscamos foi demonstrar como se construíram narrativas sobre a atuação de Antônio Carlos como presidente de Minas Gerais, como líder da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 e como articulador político nos primeiros anos de governo de Getúlio Vargas. As narrativas produzidas ou patrocinadas pela família buscam responder a uma aparente perda de espaço de Antônio Carlos na construção da memória. Desde a compilação de artigos da imprensa até a produção da biografia, passando pelas inserções da família na produção historiográfica, busca-se responder a um apagamento das ações de Antônio Carlos na memória histórica, percebido por seus herdeiros como algo a ser reparado.

Essa pesquisa surgiu exatamente da percepção de uma condição singular de Antônio Carlos na construção da memória sobre a Revolução de 1930. Ele é apontado, tanto na memória quanto na historiografia, como líder do processo revolucionário, com

destaque para sua participação na Aliança Liberal e sua condição política de destaque no período anterior ao movimento, quando ocupava o posto de presidente do estado de Minas Gerais, um dos mais importantes centros políticos da Federação. Contudo, sua participação de destaque no processo político daquele período encontra os primeiros contrapontos na organização do governo provisório, no qual sua condição de articulador se depara com a resistência de outros agentes políticos que disputavam a liderança da elite mineira e a ocupação de posições destacadas no movimento. Tornaram-se notórios os conflitos entre Antônio Carlos e outros políticos que disputavam as posições centrais no campo político durante a década de 1930, dentre os quais podemos destacar Artur Bernardes, Virgílio de Melo Franco, Benedito Valadares e Getúlio Vargas.

A permanência de uma condição de relevância política no período posterior a 1930 pode ser atestada por suas articulações na política mineira e por sua posição como presidente da Constituinte de 1934 e da Câmara dos Deputados até 1937. Tal condição de destaque político, no entanto, sofre abalo a partir de 1935, com seu paulatino afastamento do centro do poder, com o recrudescimento de conflitos no interior da política mineira, nas relações com agentes de grande influência no governo Vargas e com o próprio Presidente da República. A partir de então, o político mineiro vê seu campo de influência política, sobretudo em seu estado, sendo ocupado por outros agentes. A instituição do Estado Novo, em 1937, definiu seu afastamento do campo político.

Seu afastamento do centro do poder contribui para mudanças nas percepções e na construção da história de sua atuação política. Antônio Carlos transita entre diferentes condições nas narrativas que se constroem na década de 1930 sobre os processos políticos daquele período. Dentro de uma perspectiva de valorização de sua trajetória como líder da Revolução de 1930 e político de atuação relevante nos anos seguintes, sua imagem é construída de forma cada vez mais subordinada às ações de Getúlio Vargas. De líder da Aliança Liberal e do movimento revolucionário paulatinamente ele passa a uma condição secundária, subordinado a Getúlio Vargas. Entre seus críticos se consagraria a afirmação de que ele envelhecera junto com a velha República. Este elemento contribuiu para o seu ostracismo político a partir da instituição do Estado Novo. Um afastamento que, nas narrativas da família, também é construído como uma opção particular. Uma escolha pelo silêncio que estabelece o elemento da derrota como marca de sua trajetória.

A partir destes elementos, analisamos como, sob a influência direta da família Andrada, buscou-se, entre as décadas de 1940 e 1990, construir uma abordagem que se mostrasse capaz de influenciar a memória histórica e se contrapor ao discurso dominante caracterizado pelo predomínio da narrativa varguista. A abordagem proposta pela família buscou um novo lugar para Antônio Carlos e encontra-se presente nas coletâneas de discursos, de artigos jornalísticos, nos testemunhos de correligionários, amigos e familiares, na promoção de eventos acadêmicos, no empreendimento de produções historiográficas e, principalmente, na concretização do projeto biográfico sobre Antônio Carlos.

A pesquisa se vincula ao debate sobre os usos políticos do passado, que tem recebido grande destaque no campo acadêmico e nos meios intelectuais da atualidade. Por meio deste trabalho, buscamos contribuir para o debate acerca das relações entre passado e presente como artefato político de grande importância para os grupos que se mantêm nos espaços de poder. São apontados, ao longo do texto, elementos que contribuem para a reflexão sobre os usos da memória e da História no processo de manutenção de tradições políticas, na adaptação de discursos, na atribuição de novos sentidos para trajetórias e experiências políticas. Estes elementos mostram-se fundamentais na busca empreendida por grupos políticos, como a família Andrada, para a reorganização das lógicas de dominação que permitem sua manutenção nos espaços de poder. A lógica orientadora é a adequação de tradições às novas imposições do presente, o que permite manter sua condição de instrumento eficaz no estabelecimento de justificativas para a duração política do grupo ao longo do tempo.

Dessa forma, o trabalho encontra-se inserido em uma corrente que tem como enfoque fundamental a relação entre Memória e História e os usos do passado para a constituição de sentidos para o presente (CANÊDO, 1995; CANANI, 2005). Recorremos à extensa produção historiográfica sobre os principais temas abordados – escrita biográfica, grupos políticos familiares, elite política, história política mineira, Primeira República e Revolução de 1930 – para analisar a prática dos Andrada de produção nos campos da memória, da História e da escrita biográfica e os elementos que a identificam com o objetivo de manutenção do capital político fundamentado na ideia de tradição familiar.

Para o desenvolvimento do trabalho, recorreremos a cinco grupos de documentos. O primeiro é composto pelas coletâneas de discursos de Antônio Carlos, produzidas no início da década de 1930 pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. Entre essas obras, destacam-se os discursos de presidente do Estado na abertura dos trabalhos legislativos, entre os anos de 1927 e 1930, e o livro contendo seus pronunciamentos durante a campanha aliancista, intitulado *A palavra do Presidente Antônio Carlos na campanha da Aliança Liberal* (1930), e organizado por Abílio Machado. O segundo grupo é composto pelas coletâneas de artigos da Imprensa, com destaque para as obras *O espírito de Antônio Carlos*, de Moacir Andrade, e *Antônio Carlos: o Andrada da República*, de Fábio Andrada, ambas de 1946, publicadas logo após sua morte.

O terceiro grupo de documentos é o mais numeroso e de conteúdo mais diversificado. Corresponde aos textos memorialísticos que abordam o processo da Revolução de 1930. Nele estão incluídos textos produzidos em Minas Gerais, por autores favoráveis, contrários e de posicionamento oscilante em relação ao processo político. Também recorreremos a textos produzidos em outros estados e que têm como enfoque principal, ou em parte, a análise da participação mineira no processo político de 1930, ou ainda que, abordando a participação mineira apenas de forma secundária, tenham alcançado grande relevância para a análise que propomos devido ao seu alcance junto ao público e à sua presença nas análises historiográficas.

O quarto grupo é composto pelas obras produzidas nas décadas de 1910 e 1980 e encontram-se vinculadas diretamente à ação familiar no processo de produção de memória. Neste grupo, encontram-se os textos produzidos por José Bonifácio de Andrada e Silva (1871-1954), intitulados *Borda do Campo: uma fazenda Histórica* (1909) e *Apontamentos Genealógicos da Família Andrada* (1913), e por Antônio Carlos, intitulado *Martim Francisco: O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade* (1913). Também recorreremos ao texto de Bonifácio de Andrada, *A Revolução de 1930: marco histórico* (1987) e à narrativa escrita por Margarida Maria Andrada Baptista de Oliveira Mega, intitulada *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* (1980). Ponto comum a estes textos é a identificação com o campo da memória somado à busca pelo reconhecimento como produção histórica pautada pela pesquisa documental. Outro elemento que os caracteriza é o destaque para as ações políticas que a própria família Andrada atribui a seus agentes.

No quinto grupo de documentos, encontram-se as obras biográficas. São duas obras produzidas por Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria, uma sobre Antônio Carlos e outra sobre seu sobrinho, Zezinho Bonifácio (1905-1986). Na biografia do sobrinho de Antônio Carlos, intitulada *José Bonifácio Lafayette de Andrada (Zezinho Bonifácio): uma vida dedicada à política* (1994) temos um esboço do que seria utilizado na produção da biografia de Antônio Carlos. Esboço no sentido do apontamento de elementos que caracterizam a narrativa familiar e que, utilizados de forma mais ampla devido à maior inserção política de Antônio Carlos, estabeleceram os elementos da tradição familiar como eixo fundamental para a construção de sua biografia. O livro *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República; o arquiteto da Revolução de 30* (1998) é a principal obra patrocinada pela família no processo de retomada da memória política deste personagem. A biografia, encomendada pela UNIPAC, instituição de propriedade da família Andrada, foi produzida com a colaboração do Centro de Estudos Mineiros, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais. Devido a estes elementos, consideramos essa obra o ápice do projeto familiar de memória como meio para a atualização da tradição e de manutenção de seu capital político.

Na abordagem da historiografia que buscamos construir ao longo do trabalho, e em especial no primeiro capítulo, algumas questões merecem destaque. No que se refere aos debates sobre a Primeira República, a Revolução de 1930 e o período varguista, deparamo-nos com uma extensa produção historiográfica. Para construirmos o debate proposto pela pesquisa, estabelecemos a seleção de obras que apontassem a construção da imagem política de Antônio Carlos durante o processo e que possibilitasse a percepção de possíveis mudanças das caracterizações de sua trajetória ao longo do tempo.

Dessa forma, recorreremos à seleção de obras que atendessem ao debate proposto, considerando a aproximação com os temas, a importância e o reconhecimento das obras no campo historiográfico, o uso como referência para a construção das narrativas da família Andrada e, por fim, a disponibilidade de acesso às obras. Este último ponto foi, particularmente, um desafio para o desenvolvimento da pesquisa. Recorreremos à produção memorialística mineira sobre a Revolução de 1930 para compreender o ambiente político de atuação de Antônio Carlos, mas encontramos inúmeras dificuldades, impostas pela precariedade da manutenção e da disponibilidade

dos textos produzidos naquele período. Usamos como referência para essa seleção os textos catalogados por Lúcia Lippi Oliveira, na obra *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 1930* (1980). Dessa forma, foi possível mapear os textos produzidos à época e selecionar os que se encontravam disponíveis no meio comercial, bibliotecas ou arquivos históricos. A impossibilidade de acesso a algumas obras, como *Minas e a Candidatura Getúlio Vargas* (1929), de João Pedro da Veiga Miranda, *A bem do Regime* (1930), de José Afonso Mendonça de Azevedo, e *Artur Bernardes e a Revolução* (1931), de Amarílio Júnior, tornou a sua utilização possível apenas a partir da análise de terceiros, ou seja, em resumos biográficos dos autores ou em balanços memorialísticos e historiográficos.

A metodologia que utilizamos se baseou na análise documental, buscando o estabelecimento de relações entre o momento de produção da obra, a trajetória do autor, os elementos que caracterizam a narrativa e o estabelecimento de diálogos com outros textos do mesmo período e com a historiografia. O objetivo não foi estabelecer quaisquer critérios que determinassem hierarquias entre narrativas mais ou menos verdadeiras. Antes, buscamos identificar as relações entre os discursos memorialísticos e biográficos com os projetos políticos em disputa nos seus respectivos momentos de produção e as características que definiram interpretações, usos e críticas posteriores. Dessa forma, entendemos que o trabalho encontra êxito no estabelecimento de relações entre a escrita memorialística como constituinte de sentido para seu próprio tempo, na retomada de discursos por meio da escrita biográfica e nos modos como a historiografia estabelece interpretações e aponta os conflitos que orientam a construção dessas narrativas e o uso da História como instrumento político.

O objetivo deste trabalho foi discutir a tomada da trajetória de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada como objeto de construção narrativa que contribui para a reafirmação da tradição política familiar. Interessou-nos, portanto, a presença dessas questões em diferentes campos - como a produção da memória familiar e por membros da elite mineira, os discursos jornalísticos, a escrita biográfica e a historiografia. Além de identificar a presença das ações de Antônio Carlos nesses campos, buscamos os diálogos entre essas diferentes escritas e as formas como tais construções transformam-se em instrumentos políticos. Desse modo, é possível refletir sobre a construção de discursos acerca deste personagem, sobre as possíveis articulações do próprio indivíduo para a construção de tais discursos, sobre as relações que estabeleceu dentro dos campos

político e intelectual em Minas Gerais e sobre os motivos que levaram à reafirmação e reconstrução dessas narrativas por meio da ação da família Andrada em outros tempos.

Entendemos que este trabalho contribui para o avanço na discussão sobre a constituição de grupos políticos familiares que se mantêm na cena política recorrendo, dentre outros instrumentos, à valorização da tradição e da memória de seus antepassados. Tais práticas apontam para a importância do uso da história como instrumento de legitimação política e, por conseguinte, para a relevância de trabalhos que abordem tais práticas, seus meios de ação e a análise de seus resultados. As mudanças no campo político exigem a constante retomada de discursos que estabeleçam a identificação dos elementos da tradição com as ações efetivadas no presente. Isso pode ser identificado na permanência de temas que funcionem como motivadores da ação política, quais sejam a defesa do Liberalismo, da Democracia ou da Educação popular, ainda que se estabeleçam novos significados a estes conceitos na comparação entre passado e presente. Dessa forma, é possível pensar não apenas o passado, mas a construção dos discursos que influenciam o presente, reforçando assim a função da História como possibilidade de compreensão de nosso próprio tempo.

Para o desenvolvimento deste debate, o trabalho encontra-se organizado em três capítulos. No Capítulo I, intitulado *O Presidente Antônio Carlos: Biografia, Memória e História*, fazemos a apresentação do ator político que orienta a análise da construção e ressignificação da tradição político-familiar dos Andrada. Na primeira parte, *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada: biografia política*, apontamos os elementos de sua trajetória pública, enfocando a sua atuação em diferentes campos e a relação que estabelece com os processos políticos nos quais esteve envolvido. Este momento é fundamental para compreender seu processo de inserção no campo político e os fundamentos que sustentam os discursos sobre sua carreira.

Seguindo este objetivo, analisamos, na segunda parte, a visão de Antônio Carlos sobre os processos políticos ligados a seu governo como presidente do estado de Minas Gerais (1926-1930) e aos movimentos da Aliança Liberal (1929-1930), por meio dos discursos reunidos no livro *A palavra do Presidente Antônio Carlos na campanha da Aliança Liberal* (MACHADO, 1930). O objetivo foi mostrar como o agente político percebeu as disputas políticas da época e construiu sua imagem pública no processo.

Na terceira parte, *Antônio Carlos como personagem de 1930: uma análise da memória mineira*, discutimos as relações que se estabelecem entre Antônio Carlos e o processo revolucionário de 1930, na perspectiva dos memorialistas que produziram seus textos centrados pela participação de Minas Gerais naquele processo. Para isso, recorreremos às obras de autores que representam as diferentes correntes em disputa a época. Orientamos nossa análise na busca por elementos que identificassem a ação de Antônio Carlos no movimento da Aliança Liberal e na Revolução de 1930, buscando as percepções sobre a importância de sua atuação para o sucesso do movimento no estado de Minas Gerais. Discutimos como a ideia de *mineiridade* estabelece um ponto fundamental na justificativa da participação e do apoio dos cidadãos ao processo político e como, de forma semelhante, encontra-se presente nas narrativas que a ele se opunham. Os elementos que orientam a construção da ideia de mineiridade na memória se relacionam aos componentes que identificam as categorias povo e elite – definidas de formas diversas nas obras – e que sustentam os posicionamentos políticos ligados a ideias como regionalismo e federalismo.

A abordagem histórica do período republicano, expresso na busca por explicações para as crises políticas do período, determina o conteúdo dos debates. As narrativas sobre 1930 se orientam pelos posicionamentos perante a efetivação do sistema democrático no Brasil, o problema partidário como uma das causas para o agravamento da crise institucional e a recorrência ao personalismo como meio de organização política. Neste sentido, as ações do Governo comandado por Washington Luís (1926–1930) se apresentam como motivação para a reação de Minas Gerais por meio de seu ingresso no processo revolucionário, no qual a atuação de Antônio Carlos é tomada como elemento chave para seus desdobramentos. A passagem temporal faz da Revolução de 1930 um tema de relevância na Historiografia. Assim, no quarto ponto deste capítulo, realizamos o debate sobre a constituição da imagem pública de Antônio Carlos na Historiografia. O elemento que guia a análise é a forma como este campo estabelece sentidos para a memória, expressos nos processos de reavaliação dela própria e em sua utilização como objeto de estudo para a produção da História.

No Capítulo II, intitulado *A Família Andrada como autora de sua própria História*, buscamos localizar os agentes políticos e intelectuais da família Andrada no processo de produção histórica e memorialística. Há uma reconhecida presença de membros da família como personagens de diversos processos políticos nacionais – com

destaque para José Bonifácio de Andrada e Silva (1773-1838) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946). Considerando a importância de identificar a longa presença da família Andrada no campo político nacional, reconstruímos, na primeira parte do capítulo, a genealogia política familiar por meio da identificação de seus membros, suas funções públicas, sua presença na memória e na historiografia e das relações políticas e familiares que construíram desde o início do século XIX. Tal genealogia identificou os membros políticos de sete gerações dos Andrada e seus respectivos campos de atuação.

A análise genealógica abre caminho para a discussão acerca da construção da memória familiar e da valorização da ideia de tradição e seu uso como referência para a escrita histórica e biográfica. Sob a perspectiva da valorização da origem, do caráter de distinção social e do componente genético, a tradição torna-se um capital político a ser preservado e transmitido entre as gerações da família. Para isso, a família Andrada recorre à preservação de seu legado, por meio da guarda de documentos e da produção textual.

Este processo de escrita da História caracteriza-se pelo compromisso de uma geração em construir narrativas acerca da atuação de gerações anteriores. Neste sentido, Antônio Carlos e seu irmão, José Bonifácio, escrevem sobre as ações dos agentes políticos no Império e acerca da instalação da família em Minas Gerais durante o século XIX. Na segunda parte, analisamos os elementos da tradição familiar e as conexões políticas estabelecidas em Minas Gerais por meio dos textos de José Bonifácio (1871-1954), *Borda do Campo: uma fazenda Histórica* (1909) e *Apontamentos Genealógicos da Família Andrada* (1913). A busca pelos elementos da tradição e a relação política entre as diferentes gerações da família também é tema da terceira parte do capítulo, onde analisamos o texto de Antônio Carlos sobre seu avô, *Martim Francisco: O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade* (1913).

Na quarta parte do capítulo, analisamos o processo de centralidade atribuído a Antônio Carlos como personagem principal das narrativas familiares a partir de meados do século XX. Neste ponto, buscamos identificar a imagem que se constitui do agente público no momento imediatamente posterior à sua morte. Para isso, recorreremos à análise dos artigos jornalísticos compilados por seu filho, Fábio de Andrada, no livro *Antônio Carlos: o Andrada da República* (1946). A discussão é orientada pela

identificação do uso que a família faz de narrativas produzidas por agentes políticos da época como forma de ressaltar o reconhecimento social de Antônio Carlos.

Na quinta e na sexta partes do capítulo, destacamos o processo de retomada da memória de Antônio Carlos durante a década de 1980. Para isso, recorreremos aos textos de Margarida Maria Andrada Baptista de Oliveira Mega e Bonifácio José Tamm de Andrada. Caminhando entre os campos biográfico e historiográfico, ambos constroem os elementos que orientam o resgate da memória política do homem identificado como o Andrada da República. Apontamos como os elementos identificados com a tradição familiar recorrem à escrita histórica como forma de reafirmação dos discursos que estabelecem uma relação de continuidade temporal entre as práticas políticas de seus agentes. No sétimo tópico, retomamos a ligação entre as obras produzidas pela família como forma de identificar os elementos que constituem um projeto político familiar de memória, que busca sua consolidação por meio da escrita biográfica.

Essa escrita biográfica é objeto de análise do capítulo III, intitulado *O Projeto Biográfico de Antônio Carlos e a Institucionalização da História dos Andrada*. No primeiro tópico, apontamos a importância das relações institucionais como elemento da concretização deste projeto de memória. Apontamos, na primeira parte, o lugar da escrita biográfica no interior do projeto de memória familiar, a partir da discussão dos diálogos entre História e Biografia durante a década de 1980. Acompanhando este debate, a família recorre à instituição acadêmica como meio de estabelecer maior reconhecimento social à sua narrativa. Identificada como *via institucional* do projeto de memória familiar, essa relação é identificada tanto com as instituições pertencentes à família e ligadas à preservação da memória e à atuação no campo educacional, como a Fundação Presidente Antônio Carlos e a Universidade Presidente Antônio Carlos, quanto com a Universidade Federal de Minas Gerais e o Centro de Estudos Mineiros, que contribuem para a consolidação do projeto memorialístico familiar. As relações se estendem desde os discursos que identificam a UFMG como obra de Antônio Carlos até o recurso que coloca o Centro de Estudos Mineiros, ligado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como instituição de guarda do arquivo histórico da família. O elemento fundamental que analisamos é a relação entre os Andrada e o CEM no processo de construção da biografia de Antônio Carlos. Essa relação atribuí ao projeto

memorialístico familiar um reconhecimento social baseado na atribuição de um valor inerente à produção acadêmica.

As obras biográficas produzidas por Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria, membras do *Centro de Estudo Mineiros*, a partir da encomenda e colaboração da família, são nosso objeto de análise também no capítulo III. No segundo tópico, a partir do livro *José Bonifácio Lafayette de Andrada (Zezinho Bonifácio): uma vida dedicada à política* (1994), centrado na trajetória do sobrinho de Antônio Carlos, buscamos identificar os pilares do projeto biográfico familiar. A partir da terceira parte do capítulo, concentramo-nos na análise da biografia de Antônio Carlos, intitulada *O Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República; o arquiteto da Revolução de 1930* (1998). Apontamos o uso do texto como meio para alcançar um novo lugar na História, que contemplasse sua trajetória a partir do que a família considera merecido por seus feitos como político.

No quarto tópico, analisamos os elementos da tradição retomados na construção biográfica. Nesse ponto, definimos a ideia de *status* social como herança (CANÊDO, 1995; CANINI, 2005), como fundamento primordial para a compreensão da trajetória de Antônio Carlos na qualidade de ponto de ligação entre as diferentes gerações da família Andrada. A partir deste elemento, apontamos como o lugar político ocupado por Antônio Carlos se define muito mais pela relação que se estabelece com a tradição do que por suas ações efetivas no campo político. Isso se deve ao simbolismo do nome Andrada atribuído não apenas a Antônio Carlos, mas aos demais membros da família. Contudo, as ações políticas efetivas precisam ser valorizadas e ressignificadas no presente, no tempo da produção da biografia, como forma de garantir a força deste capital político e a preservação da tradição. Para isso, a biografia assume a tarefa de identificar as particularidades que valorizam a atuação do biografado, por meio da ideia de *Carlismo*, objeto de análise da quinta parte do capítulo. Nela pretendemos apontar a busca, perceptível na narrativa biográfica, pelos elementos de uma corrente política liderada por Antônio Carlos, como forma de demonstrar sua relevância como agente político mineiro no início da década de 1930. Apontamos como essa busca se concentra no estabelecimento de contrapontos entre as ações de Antônio Carlos em relação às de outros políticos da época, como Washington Luís, Artur Bernardes, Benedito Valadares e Getúlio Vargas.

Na sexta parte do capítulo, mostramos como, por meio da narrativa biográfica, é possível identificar as características fundamentais de um projeto de memória familiar que já eram encontrados nas ações e nos textos produzidos anteriormente pelos Andrada. Como é demonstrado ao longo do texto, este projeto político de memória recorre à escrita da história como forma de transmissão do capital político e ao *status* social como herança entre as gerações da família Andrada.

CAPÍTULO I

O PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS: MEMÓRIA E HISTÓRIA

1.1. ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA: BIOGRAFIA POLÍTICA

O Andrada da República: este é o epíteto pelo qual ficou conhecido Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870 – 1946). Desse pequeno enunciado podemos retirar alguns elementos que servem como guia para a análise do uso da memória como fator de manutenção do poder de grupos políticos. O nome Andrada já traz em si um peso que pode ser verificado no campo historiográfico brasileiro. Para pensarmos o processo de independência nacional, temos como referência inescapável as ações políticas da tríade andradina, sobretudo daquele que ficou consagrado como o “Patriarca da Independência”. A atuação de José Bonifácio de Andrada e Silva ocupa um lugar central na memória nacional. O lugar destinado aos seus irmãos, Martin Francisco e Antônio Carlos¹, ainda que secundário, não elimina o uso das narrativas sobre suas atuações como referência para a posteridade. A tradição tem um lugar central no enunciado.

Para definir o conceito de tradição, é preciso compreender seus múltiplos significados. Segundo Kalina Silva e Maciel Silva (2009), o termo tradição teve seu significado inicialmente ligado a ideias religiosas, mas posteriormente se relacionou a elementos culturais presentes nos costumes, nas Artes, nos fazeres, que são herança do passado. Em sua definição mais simples, a tradição é um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente. Dessa forma, a tradição tem, na perspectiva sociológica, a função de preservar, para a sociedade, costumes e práticas que já demonstraram ser eficazes no passado, e que se encontram em todos os domínios da vida social, tendo como função estabelecer a relação de continuidade com o presente. Dessa forma, ao preservar o passado e manter suas características no presente, a

¹ Aqui nos referimos a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1773 – 1845), tio-avô do político mineiro que é o tema central desta análise. Os elementos característicos da família Andrada, como a tradição presente na repetição dos nomes próprios e a forte presença de seus membros no campo político brasileiro são discutidos no segundo capítulo deste trabalho.

Tradição estabelece também as possibilidades de constituição de perspectivas de futuro (KOSELECK, 2006).

Essa ação de perspectivar o futuro confere às tradições a capacidade de evoluírem e se transformarem continuamente de acordo com as novas necessidades de cada sociedade, funcionando inclusive para impedir que ela se dissolva (SILVA, 2009). Dentro de uma perspectiva tradicional, manter vivas, no presente, as práticas e os costumes já experimentados no passado seria uma forma de garantir a ordem futura. Segundo Dominique Wolton (apud SILVA, 2009), nenhuma sociedade muda completamente, pois à medida que ocorrem transformações, a tradição cumpre um papel de suporte para a mudança social.

Dessa forma, toda fase de transformação possui também aspectos de estabilidade. Tal relação de estabilidade entre passado, presente e perspectivas futuras por meio da tradição também pode ser identificada a partir da análise da obra organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997). As tradições inventadas estabelecem uma continuidade artificial com o passado, pela repetição quase obrigatória de um rito ou de vários ritos definidos como antigos, que dariam uma origem histórica a determinados valores que devem ser aceitos por todos e se opõem a costumes novos. Na análise das tradições inventadas, ligada aos rituais usados para reafirmar a legitimidade da monarquia, objeto analisado por Hobsbawm, destaca-se a importância dos aspectos de antiguidade dos rituais como forma de afirmar sua importância. Nesse sentido, a tradição também tem uma ligação muito forte com o conceito de Antiguidade, como uma “Idade de ouro” (SILVA, 2009: 407). Mesmo que muitas vezes tal antiguidade seja ilusória, os rituais, sejam recentes ou alusivos a uma antiguidade inventada, buscam reafirmar o valor da presença desses ritos na atualidade, por trazerem consigo toda uma carga de experiência do passado. Muitas vezes, recorre-se ao passado por considerar que as experiências de seus agentes servem como modelo para o presente, mesmo que as características e resultados dessas ações sejam uma construção discursiva que se constituiu no passado – anterior ao momento de sua utilização narrativa como portadora de sentido, ou no presente - no momento mesmo de sua construção narrativa, ainda que aludem a uma origem mais remota.

Dessa forma, podemos afirmar que as tradições, inventadas ou não, são transmitidas e se consolidam por meio do ato da narração. As narrativas aludem à

memória de indivíduos e grupos sociais, sendo-lhes atribuídos novos sentidos e funções ao longo do tempo, de acordo com os valores sociais vigentes. Como destaca Jacques Le Goff, aludindo à obra de Pierre Janet (LE GOFF, 1990), o ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo. Este é caracterizado por sua função social como comunicação, a outrem, de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo. No processo de transmissão, construção ou invenção das tradições, estes dois elementos terão importância fundamental: narração e memória.

É este o sentido empregado na construção de expressões como “Um Andrada da República”. Ela se refere à manutenção de uma tradição que tem origem já no período da colônia, ainda que os marcos temporais e as próprias ações que justifiquem a existência dessa tradição nem sempre sejam tão exatos. Essa tradição se prolonga por todo o período Imperial. A própria existência do Império é apontada como fruto da ação da família, revestida sempre pelos aspectos do patriotismo, da atuação pública desinteressada, da abnegação. Essa tradição é, portanto, política, pois surge por meio da ação no âmbito público. Mas é também familiar, já que se tornou uma marca do clã, da linhagem, uma herança, uma marca que se torna expressão genética do grupo. Ser um Andrada significa ser um agente político e portar as características superiores de uma aristocracia que, por ter à sua disposição tudo o que material e moralmente pode ser disponibilizado ao homem, pode agir sem a interferência de interesses pessoais e atender aos anseios do conjunto social. A tradição é assim política e familiar e se prolonga no tempo, orientada pelos diferentes momentos da vida nacional, entre a Colônia e o Império.

Fixada originalmente em São Paulo, com importantes negócios e grande influência política na cidade de Santos desde meados do século XVIII, a família Andrada teve forte atuação política também em Minas Gerais. O início dessa atuação se deu quando Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1836 – 1893), filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775 – 1844), mudou-se para a cidade de Barbacena, em 1865, casando-se com Adelaide Feliciano de Lima Duarte, pertencente a uma das famílias de maior domínio político na região. A partir da década de 1890, seus herdeiros passaram a ocupar cargos de destaque na política municipal, em Barbacena e Juiz de Fora, e estadual, tornando-se o ramo da família de maior destaque na política nacional.

As ações políticas da família Andrada encontram-se impressas na memória e na historiografia. A herança familiar e a cultura política os têm mantido no centro das narrativas sobre o teatro do poder, sobretudo no que se refere ao processo da Independência e ao período Imperial. Mas a presença na política, e também o destaque na historiografia, não se limitou a estes dois momentos. Ela se estendeu à República, destacando-se as ações dos políticos que atuaram em Minas Gerais. Esse grupo tomou para si o protagonismo político por meio da constante participação nos legislativos estadual e federal, da ocupação de cargos executivos nas duas instâncias, mas também pela capacidade de construir narrativas que valorizassem sua própria atuação, recorrendo à imprensa, ao discurso político e à escrita da História. Acompanhando a atividade política, temos também a prática do autoelogio e das referências à distinção das origens como justificativa e explicação para suas ações. No período republicano, sua manutenção no cenário político continua tendo a tradição como principal base de sustentação. Neste cenário, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada tornou-se o elo entre a tríade Andradina do Império e seus herdeiros que pleiteiam a manutenção da família nos lugares centrais do campo político do país.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada² nasceu em Barbacena, em 1870. Teve à sua disposição a formação típica da elite brasileira ao final do período imperial, baseada na formação humanística com forte influência da tradição católica. Realizou os cursos preparatórios em sua cidade natal, no colégio comandado por Abílio César Borges, barão de Macaúbas. Em 1887, ingressou na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, formando-se em 1891. Neste período, de grande crescimento dos movimentos de oposição à Monarquia, aderiu às ações em defesa da causa republicana. Essa adesão acompanhou a ação política de seu pai, monarquista histórico, que também aderiu ao movimento republicano às vésperas da derrubada da Monarquia, em 1889.

Após a conclusão do curso de Direito, Antônio Carlos retornou a Minas Gerais, dando início à sua carreira pública como magistrado. Ocupou, a partir de 1891, os cargos de promotor público em Ubá e juiz municipal em Palma. Em 1894, após a morte de seu pai, fixou-se em Juiz de Fora, trabalhando como advogado. Além da

² Informações presentes no *Dicionário da Elite Política Republicana*, editado pelo CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARLOS,%20Ant%C3%B4nio.pdf>>. Acessado em 21 de setembro de 2018.

atividade como jurista, buscou as bases para o início de sua carreira política nessa cidade, tendo-a como seu reduto eleitoral. Ficou então reservada para seu irmão, José Bonifácio de Andrada e Silva (1871 – 1954), a ocupação das bases eleitorais de seu pai, em Barbacena, que garantiram a sua eleição como deputado federal entre 1899 e 1930.

Juiz de Fora despontava como uma cidade de grande importância no cenário econômico de Minas Gerais, pela força da agricultura da região, do comércio que se concentrava na cidade e por sua localização geográfica, entre as demais regiões mineiras e o Rio de Janeiro (FLEISCHER, 1982). Esse potencial da cidade, que também existia em Barbacena, foi de grande importância para a consolidação das carreiras políticas de Antônio Carlos e seu irmão, José Bonifácio.

Em Juiz de Fora, Antônio Carlos atuou na Imprensa, escrevendo para o periódico local, *Jornal do Comércio*, que junto ao periódico oficial do PRM, publicado em Ouro Preto sob a direção de João Pinheiro³ (MENDES, 2005), eram os únicos jornais diários atuantes no estado. Também atuou na docência, como professor de História Geral e Economia Política, concursado na Escola Normal, e na área de Direito Comercial, na Academia de Comércio da cidade.

Sua atuação política também se relaciona aos laços estabelecidos entre os Andrada e outras famílias tradicionais e de grande influência política tanto em Minas Gerais quanto em outros estados. Exemplo disso foi o casamento de Antônio Carlos com Julieta de Araújo Lima Guimarães, em 1899. Ela era filha do barão do Rio Preto⁴ e bisneta de marquês de Olinda.⁵ A união política familiar representa a reprodução do poder político que corrobora para a manutenção dos mesmos grupos nos postos de comando.

Sua atuação na esfera político-partidária teve início em 1896, quando ocupou os cargos de vereador e presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Nesse

³ João Pinheiro da Silva (1860 - 1908) foi presidente do estado de Minas Gerais (1890, 1906 - 1908), constituinte federal (1891), deputado federal (1891) e senador (1905 – 1906). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PINHEIRO,%20Jo%C3%A3o.pdf>. Acessado em 31 de março de 2018.

⁴ Domingos Custódio Guimarães Filho (m. 1876), 2º Barão de Rio Preto. Disponível em <http://www.genealogiahistoria.com.br/index_baroesviscondes.asp?categoria=3&categoria2=2&subcategoria=77>. Acessado em 23 de março de 2018.

⁵ Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, constituinte em 1823, deputado geral, senador, várias vezes ministro do Império e quatro vezes presidente do Conselho de Ministros entre 1848 e 1865. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARLOS,%20Ant%C3%B4nio.pdf>>. Acessado em 27 de março de 2018.

período também participou das disputas em torno do controle do governo estadual e que resultaram na reestruturação partidária no estado. Inicialmente, vinculou-se ao Partido Católico, que fazia oposição ao governo de Cesário Alvim⁶. Com a ascensão política de Silviano Brandão⁷, participou da dissidência que defendia os interesses dos produtores rurais da Zona da Mata por meio da criação do Partido da Lavoura, em 1898 (WIRTH, 1982). No mesmo ano, a consolidação do Partido Republicano Mineiro, com o atendimento às demandas dos agricultores, promoveu a reintegração dos dissidentes à agremiação que dominava o governo estadual. Este momento marca o início da trajetória de Antônio Carlos como figura proeminente no interior do PRM.

Sua primeira função de destaque em âmbito estadual foi o cargo de Secretário de Finanças no Governo de Francisco Sales⁸, a partir de 1902. Sua atuação foi marcada pela reestruturação das finanças do estado, com a valorização da produção agrícola – sobretudo do café, principal produto de exportação de Minas Gerais e da agropecuária – e da redistribuição da cobrança de impostos sobre a circulação interna de produtos. Sua política de reestruturação financeira em Minas Gerais lhe conferiu papel relevante nas formulações dos acordos firmados no Convênio de Taubaté (1906), destinado a evitar uma crise econômica, devido à superprodução do café.

Sua atuação na área financeira rendeu-lhe reconhecimento em âmbito estadual. Como resultado, foi indicado, em 1906, como prefeito de Belo Horizonte, capital do Estado desde 1898. Em 1907, após a saída de Francisco Sales do governo

⁶ José Cesário de Faria Alvim (1839 – 1903) foi deputado geral por Minas Gerais (1867 – 1868, 1877 – 1880); presidente de Minas Gerais (1889 – 1890, 1891 - 1892); ministro do Interior (1890 – 1891); constituinte federal (1891); senador por Minas Gerais (1891) governador do Rio de Janeiro (1884 – 1886) e prefeito do Distrito Federal (1899 – 1890). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVIM,%20Ces%C3%A1rio.pdf>. Acessado em 27 de março de 2018.

⁷ Francisco Silviano de Almeida Brandão (1848 – 1902) foi deputado geral por Minas Gerais (1881 – 1884) e presidente do estado (1898 – 1902). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRAND%C3%83O,%20Silviano.pdf>. Acessado em 31 de março de 2018.

⁸ Francisco Antônio de Sales (1864 – 1933) foi deputado federal por Minas Gerais (1900 – 1902); presidente do Estado (1902 – 1906); senador federal (1906 – 1910, 1915 – 1923); ministro da Fazenda (1910 – 1913). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SALES,%20Francisco.pdf>. Acessado em 31 de janeiro de 2019.

estadual, retornou à atividade política em Juiz de Fora, como vereador. No mesmo ano passou a desempenhar simultaneamente a função de senador estadual⁹.

Sua ascensão ao cenário federal se deu em 1911, quando se elegeu deputado federal, em substituição a Artur Bernardes,¹⁰ indicado para o cargo de Secretário Estadual de Finanças no Governo de Wenceslau Brás¹¹. Como deputado federal, atuou na Comissão de Finanças, sendo relator do orçamento da Receita de 1912 e parecerista do Orçamento da Receita federal entre 1912 e 1914. A atuação política na área financeira, uma das mais importantes da gestão política federal e estadual na Primeira República, foi acompanhada pela publicação de livros sobre o tema, durante as décadas de 1910 e 1920. Dentre os livros destacam-se *O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade* (1918), em que aborda a atuação de seu avô, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, na gestão financeira do processo de emancipação nacional e no período Imperial, e *Bancos de Emissão do Brasil* (1923), onde analisa o histórico da atuação das instituições financeiras no Brasil.

A atuação em cargos públicos e a ocupação de funções ligadas à área financeira deram a Antônio Carlos uma grande notoriedade, coroada com a indicação ao cargo de Ministro da Fazenda, em 1917, pelo presidente Wenceslau Brás (1914 – 1918). Neste momento, ele teve a oportunidade de colocar em prática as ideias que defendia, mas sofreu inúmeras críticas exatamente por atuar no sentido contrário ao que havia escrito (LIMA SOBRINHO, 1933), ao estabelecer o aumento da produção de papel moeda como forma de combate à inflação. Justificava suas ações indicando as dificuldades financeiras impostas ao governo federal devido à crise econômica resultante da Primeira Guerra Mundial, que ocorria na Europa no mesmo período em que Antônio Carlos ocupou o Ministério da Fazenda.

⁹ Na Primeira República, os estados reproduziam a organização política federal, dividindo o poder legislativo em duas Câmaras: a Assembleia Legislativa e o Senado Estadual (FERREIRA; DELGADO, 1998, 2013).

¹⁰ Artur da Silva Bernardes (1875 – 1955) foi deputado federal por Minas Gerais (1909 – 1910, 1915 – 1918, 1935 – 1937, 1946 – 1955); presidente do Estado (1918-1922); presidente da República (1922 – 1926); senador por Minas Gerais (1927-1930) e constituinte (1946). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERNARDES,%20Artur.pdf>. Acessado em 21 de abril de 2018.

¹¹ Wenceslau Brás Pereira Gomes (1868 – 1966) foi deputado federal por Minas Gerais (1903 – 1908); presidente do Estado (1909 – 1910); vice-presidente da República (1910 – 1914) e presidente da República (1914 – 1918). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BR%C3%81S,%20Wenceslau.pdf>. Acessado em 21 de abril de 2018.

A indicação como ministro também serviu como compensação por sua derrota, em 1917, na indicação do PRM para o governo de Minas Gerais. Essa derrota em âmbito estadual não impediu que tivesse uma atuação de destaque na Câmara dos Deputados, assumindo a liderança da maioria durante o governo de Arthur Bernardes (1922 – 1926), marcado pelos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Coube a Antônio Carlos, já como senador federal (1925 – 1926), as articulações com o PRP para a indicação de Washington Luís como candidato à Presidência da República em 1926. A manutenção do acordo tácito entre São Paulo e Minas Gerais para aquela eleição resultou na indicação de Fernando Melo Viana, então presidente de Minas, como candidato à vice-presidência da República.

A proximidade com Arthur Bernardes, que havia sido líder do governo na Câmara dos Deputados, e a nova ordenação da política mineira após a morte de Raul Soares¹², em 1924, abriram o caminho para que Antônio Carlos se tornasse candidato único à presidência de Minas Gerais nas eleições seguintes. Ele se posicionava como um candidato que permitia a reorganização do PRM, que vivia o embate, provocado pela morte de Soares, entre as forças lideradas por Bernardes e Viana, para o estabelecimento das novas lideranças internas. Eleito em 1926, Antônio Carlos se colocava na condição de postulante ao cargo de Presidente da República, em 1930, considerando a manutenção dos acordos entre mineiros e paulistas que garantiram a unidade, em 1926.

Como presidente do Estado, teve a possibilidade de colocar em prática projetos que visavam marcar sua imagem de administrador moderno, pautado pelas ideias do liberalismo político e econômico. Dentre as principais iniciativas que buscavam demarcar a sua imagem como administrador, destaca-se a instituição do voto secreto em 1928. Essa ação se tornou uma das grandes marcas de promoção de suas ações, como símbolo da defesa da participação popular e democrática na política. Satisfez às demandas mais progressistas, ainda que, na prática, as eleições permanecessem sob o comando dos velhos coronéis (WIRTH, 1982).

Este foi o elemento fundamental de sua noção de liberalismo. Seu governo se orientou por uma ideia de modernização, sobretudo no que se refere à economia, com

¹² Raul Soares de Moura (1877 – 1924) foi Presidente de Minas Gerais entre 1922 e 1924, falecendo no exercício do cargo. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOARES,%20Raul.pdf>. Acessado em 30 de janeiro de 2019.

a implantação de ideias consideradas inovadoras. Contudo, manteve as bases sociais de dominação ligadas à preservação do poder nas mãos da elite que, em grande parte, já exercia esse domínio desde o Império. Ao mesmo tempo em que atendia a demandas consideradas progressistas, acenava para grupos conservadores e com ampla influência na sociedade mineira. A reforma da instrução pública, promovida em seu governo, recolocava a Igreja Católica como a principal instituição diretora das escolas públicas no Estado.

A educação pública foi uma das principais bandeiras de seu governo. A realização da reforma do ensino primário e secundário, que ficou a cargo do Secretário do Interior, Francisco Campos, foi complementada pela criação da Universidade de Minas Gerais, organizada sob a direção de Mendes Pimentel (DIAS, 1997). A reunião de quatro escolas superiores – Direito, Odontologia, Medicina e Engenharia –, que já se encontravam em funcionamento, deu origem à principal instituição de promoção da educação e cultura em Minas Gerais, servindo ao reforço do papel do estado mineiro como importante centro cultural do país.

Somada às ações efetivas do governo, Antônio Carlos foi extremamente hábil na construção dos discursos e na utilização da propaganda como meios para mostrar suas realizações e como sinônimos de modernização. O uso da máquina burocrática do estado, sobretudo da Imprensa Oficial, foi uma constante na promoção do chefe do Governo. A construção da imagem de grande administrador se ancorava na longa carreira política, que neste momento já se aproximava dos quarenta anos, e na ocupação de um extenso número de cargos públicos. Mais que qualquer outro membro da elite política nos principais Estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais), ele já havia ocupado dez diferentes funções públicas¹³ (WIRTH, 1982).

A ideia de liberalismo, que buscou empregar no governo estadual, também resultou em ações contestadas fortemente pelos adversários. Uma dessas ações foi a venda da estatal de energia elétrica mineira - Companhia Força e Luz de Minas Gerais. O negócio, realizado em 1930 com a empresa estadunidense *American and Forcing*

¹³ Ele já havia ocupado os cargos de promotor de justiça, juiz, vereador, prefeito, senador estadual, deputado federal, senador federal, Secretário de Finanças, Ministro da Fazenda e Presidente de Estado. Ainda ocuparia o cargo de Presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, somando um total de onze diferentes funções públicas ao longo da carreira.

Power, gerou uma onda de críticas a seu governo, acusado de se desfazer da empresa de serviços públicos, prejudicando a população, e usando os recursos da máquina estadual em proveito político do grupo que o apoiava. Uma das hipóteses que se levanta para o destino dos recursos da venda da estatal é a compra de armas para as ações durante o levante de 1930.

No comando do governo estadual, Antônio Carlos não escapou das disputas no interior da elite mineira. A afirmação da busca por uma diminuição da influência política dos líderes locais nas decisões do governo estadual aponta para a distância entre os discursos e os marcos efetivos deixados sob sua liderança. Há uma clara permanência da influência política dos principais agentes da elite mineira nas disputas entre os grupos que se formaram em torno de líderes como Artur Bernardes, Wenceslau Brás, Fernando de Melo Viana e o próprio Antônio Carlos. A política coronelística permanecia como a principal forma de organização da estrutura partidária, com leves mudanças nas áreas de economia mais dinâmica, como a Zona da Mata, mas sem que conseguisse fugir à lógica predominante desde o final do século XIX (WIRTH, 1982). A ideia alardeada pelo presidente do estado de se organizar um governo distinto do que se verificara ao longo do período republicano - mais moderno, mais liberal, mais popular - encontrou seus limites na forte estrutura política organizada pela elite mineira por meio das relações internas do partido oficial, o PRM, que acabavam por se confundir com o próprio governo.

Como presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos trabalhava pela viabilização de seu nome como candidato à Presidência da República em 1930. Embora em muitos momentos tenha negado que este intuito seria parte de seu projeto pessoal, suas ações no governo mineiro apontam indícios de suas pretensões, perceptíveis nos desentendimentos com o governo federal, comandado por Washington Luís, e nas disputas com grupos internos da elite mineira, sobretudo aqueles ligados ao vice-presidente da República e seu antecessor, Melo Viana. A indicação por Washington Luís do paulista Júlio Prestes¹⁴ como candidato à sucessão presidencial fez do Andrada o principal articulador do movimento de oposição, organizado em torno da Aliança Liberal. Frustrado em suas pretensões, sem a possibilidade e a força política para

¹⁴ Júlio Prestes de Albuquerque (1882 - 1946) foi deputado federal por São Paulo (1924 - 1927); presidente do Estado (1927 - 1930) e eleito presidente da República (1930), mas não empossado. Disponível em: cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRESTES,%20J%C3%BAlio.pdf. Acessado em 21 de março de 2019.

defender sua própria candidatura, ele passou à articulação com representantes gaúchos e paraibanos para a organização de uma chapa de oposição ao governo federal, tornando-se um dos defensores da candidatura de Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul.

Para além de sua forte atuação política e de sua presença frequente em postos de decisão importantes durante as décadas de 1920 e 1930, a sua principal marca na memória política nacional é a sua participação como um dos principais articuladores da Aliança Liberal e do movimento que levou ao poder, em 1930, o grupo político formado por membros das elites mineira e gaúcha. Sua atuação na campanha aliancista acabou por definir os elementos que sustentam as narrativas sobre a relevância de sua ação política. Tanto na memória mineira produzida na passagem das décadas de 1920 e 1930 quanto na historiografia posterior, a Revolução de 1930 se tornou um marco político fundamental. Da mesma forma que o evento tornou-se um ponto de referência, um marco interpretativo da história política nacional, também acabou por subordinar o que se escreveu a partir de então sobre este ator político, tanto nos campos da memória e da historiografia, quanto no campo biográfico.

Dos eventos políticos que fortaleceram a criação de um grupo de oposição ao governo federal na eleição de 1930, encontram-se as articulações do presidente da República em prol da candidatura de Fernando de Melo Viana à presidência do Estado. Uma das ações patrocinadas por Washington Luís foi a criação da Concentração conservadora, como base de sustentação para a candidatura de Viana, então vice-presidente da República, e como movimento que se contrapunha à Aliança Liberal. A Concentração foi responsável pela organização de uma série de congressos no interior de Minas Gerais, os quais reuniam os produtores rurais, comerciantes e industriais para a divulgação das plataformas políticas do grupo. Somou-se a isso o corte de verbas para o estado de Minas Gerais e o atraso nos repasses da União. Por fim, a troca de servidores dos órgãos federais em Minas Gerais foi denunciada por políticos mineiros como mecanismo do governo central para a perseguição àqueles que tomassem partido do governo estadual (FRANCO, 1931).

Os desentendimentos com o Governo Federal acabaram por lançar as bases da aliança entre o Partido Republicano Mineiro, ou ao menos da sua maioria, controlada pelo governo estadual, e o Rio Grande do Sul que, sob a liderança de Getúlio Vargas, já

manifestava sua insatisfação com o presidente Washington Luís. A aproximação entre Antônio Carlos e Getúlio Vargas se deu por meio da influência e das articulações de membros da elite mineira e gaúcha, com destaque para Virgílio de Melo Franco¹⁵, João Neves da Fontoura¹⁶ e Osvaldo Aranha¹⁷, os quais almejavam maior espaço no cenário federal, com destaque também para as ambições da família Melo Franco em eleger um de seus representantes como presidente de Minas Gerais em substituição a Antônio Carlos. Após as articulações entre os líderes mineiro e gaúcho, ficou a cargo dos promotores desse entendimento a busca de apoio junto ao ex-presidente da República, Epiácio Pessoa¹⁸, por sua força política na disputa nacional e com o objetivo de ter o nordeste como base de sustentação para a candidatura da Aliança Liberal.

Concluídos os entendimentos políticos entre os grupos políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba em torno da Aliança Liberal, definiram-se as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa¹⁹ à vice-presidência. Antônio Carlos retirou sua pretensão de ocupar um dos postos na chapa, considerando também o desgaste ao qual seu nome fora submetido pelos desentendimentos com o presidente Washington Luís. Essa era uma união de forças que não se encontravam efetivamente alinhadas do ponto de vista dos posicionamentos políticos. Tanto que a Aliança foi definida por Lindolfo Collor²⁰ não como um partido, mas como um

¹⁵ Virgílio Alvim de Melo Franco (1897 – 1948) foi deputado constituinte por Minas Gerais (1934) e deputado federal (1935 – 1937). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FRANCO.%20Virg%C3%ADlio%20de%20Melo.pdf>. Acessado em 31 de agosto de 2018.

¹⁶ João Neves da Fontoura (1889 – 1963) foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1928 – 1930, 1935 – 1937); embaixador do Brasil em Portugal (1943 – 1945); e ministro das Relações Exteriores (1946, 1951 – 1953). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONTOURA,%20Jo%C3%A3o%20Neves%20da%20red.pdf>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

¹⁷ Osvaldo Euclides de Sousa Aranha (1894 - 1960) foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1927 – 1928); ministro da Justiça (1930 – 1931); ministro da Fazenda (1931 – 1934, 1953 - 1954); embaixador nos Estados Unidos da América (1934 – 1937); ministro das Relações Exteriores (1938 – 1944) e embaixador do Brasil na ONU (1947). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARANHA.%20Oswaldo.pdf>. Acessado em 21 de agosto de 2018.

¹⁸ Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 – 1942) foi constituinte (1891); deputado federal pela Paraíba (1891 – 1893); ministro da Justiça (1898 – 1901); ministro do STF (1902 – 1912); Procurador Geral da República (1902 – 1905); senador pela Paraíba (1912 – 1919, 1924 - 1930); e presidente da República (1919 – 1922). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESSOA.%20Epi%C3%A1cio.pdf>. Acessado em 31 de agosto de 2018.

¹⁹ João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878 – 1930) foi ministro do Superior Tribunal Militar (1919 – 1928) e presidente da Paraíba (1928 – 1930). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESSOA.%20Jo%C3%A3o.pdf>. Acessado em 27 de março de 2019.

²⁰ Lindolfo Leopoldo Boekel Collor (1890 – 1942) foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1923 – 1930) e ministro do Trabalho (1930 – 1932). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COLLOR.%20Lindolfo.pdf>. Acessado em 28 de março de 2019.

movimento de diversos partidos políticos (OLIVEIRA, 1980) espalhados pelo Brasil e que se uniam em torno da oposição à política de favorecimentos praticada por Washington Luís. Desde sua formação, a Aliança Liberal já deixava transparecer as cisões interiores do movimento pelas lutas políticas internas aos partidos e aos representantes das elites que se organizaram em torno do objetivo comum de ascensão ao poder.

A força da máquina governamental prevaleceu sobre a campanha aliancista, tal como ocorrera nos demais pleitos da Primeira República, onde a regra foi a vitória dos candidatos apoiados pelo poder central²¹. O candidato oficial, Júlio Prestes, venceu a eleição de março com larga margem sobre a chapa da Aliança Liberal. A derrota nas urnas, reconhecida por líderes aliancistas como Borges de Medeiros,²² vem acompanhada pelas acusações de fraudes praticadas para a eleição do candidato oficial, mostrando o embate interno à Aliança Liberal quanto a ações mais incisivas contra a aceitação da vitória e a posse do candidato eleito.

Derrotado em âmbito nacional, como líder da Aliança Liberal, Antônio Carlos obteve uma grande vitória no interior da política mineira. Conseguiu eleger seu sucessor, o então presidente do Senado estadual, Olegário Maciel²³, indicado pessoalmente por Antônio Carlos como agente conciliador das disputas internas entre os grupos liderados por Wenceslau Brás, Artur Bernardes e Melo Viana, que rivalizavam pelo predomínio dentro do PRM. A vitória de Maciel reafirmou a posição de Antônio Carlos em uma condição de destaque dentro do partido.

Quando, mesmo entre os líderes aliancistas mais comedidos, incluindo Antônio Carlos, já se desenhava a pacificação política com a chapa vitoriosa na eleição

²¹ Sobre as eleições presidenciais durante a Primeira República e o predomínio dos candidatos apoiados pelo poder central, ver o texto de AMARAL, Celina; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; HIME, Maria Aparecida A. *O Contexto Político da Revolução de 1930. Dados*. Rio de Janeiro: 1970, p-p. 118 – 136. No texto são apontados detalhadamente a formação das coligações e os resultados das eleições para presidente em números gerais e divididos por Estado.

²² Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863 – 1961) foi constituinte (1891); deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1891 – 1892, 1935 - 1937) e presidente do Estado (1898 - 1908, 1913 - 1915 e 1916 – 1928). Foi o primeiro líder aliancista a reconhecer a vitória de Júlio Prestes, em entrevista concedida em 19 de março de 1930 ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MEDEIROS,%20Borges%20de.pdf>. Acessado em 28 de março de 2019.

²³ Olegário Dias Maciel (1855 – 1933) foi deputado federal por Minas Gerais (1894 – 1910); presidente do Estado (1924, 1930 – 1933) e senador estadual (1930). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACIEL,%20Oleg%C3%A1rio.pdf>. Acessado em 21 de agosto de 2018.

nacional, um fato novo provoca mais uma alteração no quadro político de 1930. O atentado contra João Pessoa em julho daquele ano passou a ser tratado como crime político pelos aliancistas mais empenhados em promover uma virada no jogo eleitoral. O crime, cuja motivação política estava mais ligada às disputas regionais na Paraíba do que à questão da sucessão presidencial (VIDAL, 1933), foi usado pelos aliancistas como estopim para a transformação do movimento eleitoral liderado pela Aliança Liberal em uma ação ainda mais incisiva para a tomada do poder, incluindo a utilização da luta armada.

O movimento armado já era apontado como uma possibilidade antes mesmo das eleições. Os líderes da Aliança Liberal mais ligados ao movimento tenentista, como Virgílio de Melo Franco e Osvaldo Aranha, já defendiam essa ação. Antônio Carlos se mostrou cauteloso com essa iniciativa, posicionamento que manteve mesmo após o assassinato de João Pessoa e que lhe rendeu críticas dos líderes aliancistas mais radicais, que o classificavam como excessivamente precavido ou mesmo vacilante nos momentos de tomada de decisão.

As críticas de Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco traduzem o posicionamento mais belicista dos agentes ligados ao movimento tenentista. Contrastando com a cautela e a habilidade política de Antônio Carlos, caracterizado por ambos como vacilante, Aranha e Virgílio tomam a dianteira no processo de organização da conspiração, cujo objetivo era impedir a posse de Júlio Prestes, já eleito presidente da República. A organização do movimento armado ganha força a partir de julho de 1930, quando ocorre o assassinato de João Pessoa. Uma das marcas da conspiração nos textos memorialísticos é a constante cobrança por parte de líderes políticos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais por um posicionamento mais claro e incisivo de Antônio Carlos em favor da ação armada. Contudo, este posicionamento por parte do governo mineiro só ocorre após o dia 7 de setembro, quando o Andrada transfere o cargo de presidente do Estado para Olegário Maciel.

A resistência de Antônio Carlos em apoiar claramente a ação armada reforça, nas narrativas de analistas políticos, a afirmação de sua aversão à ideia de uma revolução como defendida pelos grupos mais exaltados. Tal posicionamento, entretanto, não impede seus correligionários de buscarem a reafirmação de Antônio Carlos como líder do processo. Elemento fundamental na obra de Aurino Morais (1933), a

caracterização do Andrada como político comedido, que considera e pondera todas as possibilidades e os riscos antes de tomar uma decisão, é usada como elemento explicativo para o que permaneceria, na visão de seus críticos, como um comportamento vacilante.

Passada a fase da luta armada, entre outubro e novembro de 1930, e efetivada a tomada do poder pelos aliancistas, tendo Getúlio Vargas assumido a presidência provisória da República, em 24 de outubro, iniciou-se a fase de construção do apoio ao novo governo no estado de Minas Gerais. Durante o ano de 1931, esse apoio se orientou pela criação de ligas políticas que reafirmavam a importância do movimento revolucionário como transformador radical da realidade política brasileira. Organizações como a Legião de Outubro²⁴ foram as bases de reestruturação das forças políticas que deram sustentação aos governos federal e estadual em seus primeiros meses.

No plano da reordenação de forças no interior do grupo aliancista que tomara o poder, Antônio Carlos fez um movimento importante ao recusar a indicação para embaixador do Brasil em Portugal, oferecida por Getúlio Vargas ainda em 1931. Indicando para a vaga seu irmão, José Bonifácio, ele preferiu manter-se em atividade na política mineira. Contudo, este foi o primeiro indício do crescimento do poder pessoal de Getúlio frente ao grupo político que o apoiara e pode ser interpretado como uma tentativa de afastar um dos expoentes do movimento Aliança Liberal, tal como aconteceu com Artur Bernardes que, preterido dos postos de comando no novo governo, passou para a oposição a Getúlio Vargas já no início do governo.

O prolongamento do governo provisório, que vigorava sob a suspensão das garantias constitucionais, precipitou as reivindicações pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e o retorno ao Estado de Direito. O movimento mais forte neste sentido foi o organizado pela elite paulista durante o ano de 1932, chamado de Revolução Constitucionalista. Antônio Carlos apoiou, de forma discreta, as

²⁴ A Legião de Outubro foi organizada a partir de 1931 pelos líderes aliancistas mais próximos do movimento tenentista, com o objetivo de dar sustentação ao Governo Provisório, sem interferir nas ações dos antigos partidos políticos estaduais. Contudo, acabou por promover o conflito entre os antigos chefes políticos, cujo domínio encontrava sustentação nas relações oriundas da Primeira República, com as ações dos líderes que passavam a posições centrais da cena política a partir de 1930. Essas disputas acabaram por resultar no rápido desaparecimento dessa organização (CARONE, 1982).

reivindicações pela instalação de uma constituinte, mas manteve-se fiel a Getúlio Vargas durante o conflito armado que os paulistas travaram contra as forças federais.

Apesar da vitória militar do governo central, a principal reivindicação do movimento de 1932 foi atendida, com a convocação da Constituinte para o ano seguinte. Em 1933, as ações políticas em Minas Gerais ficaram centradas na organização de novas agremiações partidárias para a disputa das eleições que indicariam os deputados constitucionistas. Neste processo, Antônio Carlos foi o fundador e principal líder do Partido Progressista, que deu sustentação às forças que apoiavam Getúlio Vargas em Minas Gerais. Essa foi uma resposta às resistências internas no PRM e dos antigos líderes partidários que se indispuseram com o presidente da República pela forte centralização do poder político, evidente já nos primeiros anos do governo provisório. O partido elegeu o maior número de deputados mineiros para a Assembleia constituinte: 31, contra apenas 6 do PRM que, passando para o campo da oposição, encontrava-se extremamente fragilizado pela saída de Artur Bernardes e pelo apoio do Governo Central ao partido concorrente (GOMES, 1980).

O sucesso da campanha aliancista, marcado pela derrota nas urnas e pela vitória no levante armado, aumentou a capacidade de influência política de Antônio Carlos. Contudo, a partir do momento em que Getúlio Vargas assumiu o poder como presidente, com a implantação do Governo Provisório, em outubro de 1930, o Andrada experimentou diferentes condições em sua carreira política. Teve papel de grande relevância na sustentação do governo Provisório, contribuindo com Getúlio Vargas na solução das crises internas da elite estadual, como no *caso mineiro*, em 1933. O *caso mineiro* foi a disputa entre diferentes grupos da elite política estadual em torno da indicação do interventor para o lugar de presidente do estado, após a morte de Olegário Maciel. As disputas se concentraram em torno dos nomes de Virgílio de Melo Franco e de Gustavo Capanema²⁵, que tinham apoios importantes tanto dentro do estado de Minas Gerais quanto de representantes de outros estados com funções de destaque no governo Provisório. O desfecho da disputa se deu com a escolha de Getúlio Vargas pela

²⁵ Gustavo Capanema Filho (1900 – 1985) foi interventor federal em Minas Gerais (1933); ministro da Educação (1934-1945); constituinte (1946); deputado federal por Minas Gerais (1946 – 1959, 1931 - 1970); ministro do TCU (1959 – 1961) e senador (1971 – 1979). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAPANEMA,%20Gustavo.pdf>. Acessado em 27 de março de 2019.

indicação de Benedito Valadares,²⁶ um político até então de pouca relevância, mas que atendia às pretensões do chefe de Governo federal de exercer maior influência sobre a política estadual.

Antônio Carlos de Andrada foi eleito deputado constituinte em 1933, somando-se ao grande sucesso eleitoral do Partido Progressista. O trabalho de organização do apoio ao Governo Federal em Minas Gerais e o reconhecimento político como um dos líderes mais importantes da Revolução de 1930 garantiram sua eleição como presidente da Assembleia Constituinte. Sua capacidade de articulação política foi fundamental para amenizar os conflitos que se mostravam mais marcantes no interior do grupo que comandava o governo.

Antônio Carlos conseguiu imprimir, entre seus contemporâneos e na memória sobre o evento, a capacidade de apaziguamento dos conflitos e orientação dos trabalhos em prol dos objetivos do governo Vargas. Sua eleição para a presidência dos trabalhos foi resultado de uma estratégia política organizada por Getúlio Vargas e por Flores da Cunha, que liderou as ações do governo na preparação da Assembleia. A indicação de Antônio Carlos tinha um componente simbólico, devido ao seu reconhecimento político em âmbito nacional, mas também um sentido prático, pois garantia o apoio da numerosa bancada mineira (GOMES, 1980).

Tal como grande parte da elite política nacional, era defensor do liberalismo econômico pautado por valores culturais extremamente conservadores – elementos típicos do liberalismo brasileiro praticado no Império e na Primeira República (FERREIRA; DELGADO, 2013). Essa marca é perceptível na Constituição de 1934, com avanços significativos na área social, na proteção do trabalhador e na produção econômica. Contudo, ela trazia em seu bojo elementos que contradiziam o pensamento liberal e democrático que grande parte dos constituintes afirmava defender, como a eleição automática de Getúlio Vargas para um segundo mandato, previsto para o período 1934 -1938.

²⁶ Benedito Valadares Ribeiro (1892 – 1973) foi interventor federal em Minas Gerais (1933 – 1935, 1937 - 1945); governador (1935 – 1937); constituinte (1946); deputado federal (1946 – 1955) e senador (1955 – 1971). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedito-valadares-ribeiro>>. Acessado em 21 de agosto de 2018.

O sucesso de sua atuação como presidente da Constituinte garantiu a Antônio Carlos a presidência da Câmara dos Deputados na legislatura ordinária que se iniciou em 1934. Entretanto, o processo de desgaste político iniciado logo após a vitória de 1930 se intensificou a partir deste período. O principal marco para o aumento dessas divergências foi a ascensão extremamente rápida de Benedito Valadares como chefe político em Minas Gerais. Após o fim da Constituinte, em um processo que já havia começado com a surpreendente solução que Getúlio Vargas dera ao *Caso Mineiro*, Antônio Carlos perdeu continuamente espaço político no Governo, na Câmara e no estado de Minas Gerais, por meio de articulações entre o governador do Estado e o presidente da República. Como resultado mais marcante dessa perda de espaço político, foi derrotado na eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados em 1937, perdendo o cargo para outro mineiro, Pedro Aleixo²⁷.

Antônio Carlos resistiu na cena política mesmo após sua retirada da Presidência da Câmara. O apoio explícito de Getúlio Vargas a Pedro Aleixo demarcou claramente o afastamento de Antônio Carlos do centro de comando do governo federal. Este afastamento, imposto por um novo centro de poder, ligado de forma cada vez mais clara à imagem pessoal do presidente da República, também atribuiu a ele uma nova condição nas narrativas sobre a Revolução e nas ações políticas dos anos que se seguiram. Tal como ocorrera com outros agentes de grande importância na campanha de 1930, sua participação nestes processos políticos foi colocada à margem, ficando em segundo plano em relação a Getúlio Vargas (PANDOLFI, 1999).

Este momento marcou a passagem de Antônio Carlos para a oposição. Sua principal ação no campo oposicionista foi a participação ativa na campanha que pretendia indicar Armando de Sales Oliveira²⁸ como candidato à Presidência da República, em 1938. O projeto seria frustrado ainda em 1937 com o golpe do Estado Novo que suspendeu a Constituição de 1934, cancelou as eleições previstas para o ano seguinte, fechou o Congresso Nacional e cassou os direitos políticos de inúmeros

²⁷ Pedro Aleixo (1901 – 1975) foi constituinte (1934); deputado federal por Minas Gerais (1935 - 1937, 1959 – 1967); ministro da Educação (1966) e vice-presidente da República (1967 - 1969). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeiraepublica/ANDRADA.%20Ant%C3%B4nio%20Manuel%20Bueno%20de.pdf>. Acessado em 21 de abril de 2019.

²⁸ Armando de Sales Oliveira (1887 – 1945) foi interventor federal em São Paulo (1933 – 1935) e governador do Estado (1935 – 1936). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-de-salesoliveira>>. Acessado em 13 de outubro de 2018.

adversários do novo regime, incluindo Antônio Carlos. Chegava ao fim sua atuação política nas instâncias do Executivo e do Legislativo.

O afastamento do centro de tomadas de decisão, que se iniciara com a perda da presidência da Câmara, efetivou-se com a cassação de seus direitos políticos em 1937. De promotor da Revolução de 1930 e um dos líderes do novo regime, Antônio Carlos passava ao campo oposto da disputa e, finalmente, ao ostracismo político. A liderança política da família seria assumida por seu sobrinho, José Bonifácio Lafayette de Andrada, signatário do *manifesto dos mineiros*²⁹, em 1943, e eleito deputado constituinte, em 1946.

Durante a década de 1940, Antônio Carlos ainda atuou na iniciativa privada, como diretor da Companhia Sul América de Seguros, até sua morte, em janeiro de 1946. Sua principal atividade pública ocorria no escritório da empresa, no centro de Rio de Janeiro. Apesar dos frequentes encontros políticos, prevaleceu sua recusa em participar de quaisquer atividades partidárias após 1937. Mesmo se declarando crítico ao Estado Novo e ao domínio político de Getúlio Vargas, recusou-se a assinar o *Manifesto dos Mineiros* de 1943, primeiro documento político de reivindicação pelo fim do Estado de exceção e retorno ao Estado de Direito. Seu afastamento da vida pública tem, portanto, um elemento de recusa, de autoexílio, de reconhecimento da derrota, que se tornou uma forte marca na memória que se construiu sobre sua atuação política.

Mais do que efetivamente a derrota política, o que pode ser encontrado na memória sobre Antônio Carlos é a percepção, por seus correligionários, de que ele não atingira o lugar de destaque que teria merecido. Tomado como líder do processo revolucionário, responsável pela organização das alianças fundamentais para o sucesso do movimento, a trajetória de Antônio Carlos teria se tornado marginal em relação à centralidade ocupada por outras personagens. Como resposta às narrativas centradas nas realizações da Revolução de 1930, organizadas a partir da implantação do Estado Novo, fazendo referências extremas à figura de Getúlio Vargas como líder do processo revolucionário, apresentaram-se, sobretudo a partir da década de 1970, distintos projetos

²⁹ O *manifesto dos mineiros* foi uma carta aberta redigida e publicada em 1943 por expoentes da política mineira, contendo críticas ao governo de Getúlio Vargas. Foi o primeiro movimento posterior à instituição do *Estado Novo* pedindo abertamente a redemocratização do país. O texto integral do documento pode ser consultado em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/estadonovo/mineiros_1943.htm>. Acessado em 07 de março de 2018.

de construção da memória dos participantes do movimento político, que buscaram rever alguns elementos que se consagraram a partir dessa iniciativa oficial.

A memória, que se torna a base para a revisão do lugar ocupado por esses agentes políticos, encontra-se expressa em projetos como a preservação do patrimônio cultural, a produção de biografias, a reedição ou revisão de textos memorialísticos, a reunião de discursos, entrevistas, artigos de imprensa, a atribuição do nome de agentes políticos a espaços públicos e a realização de eventos institucionais em memória de suas atuações. Neste sentido, a família Andrada montou seu próprio arsenal de memória, buscando estabelecer um lugar de destaque para Antônio Carlos na memória histórica.

Partindo destes elementos, é perceptível, na memória sobre a atuação de Antônio Carlos – o que também ocorre com outros agentes políticos do período –, a limitação de relevância no processo político da Revolução de 1930 e nos seus desdobramentos a partir das narrativas oficiais construídas sob a tutela do Estado Novo. Este tipo de apagamento, ou encobrimento da memória, é indicado como uma ação política praticada intensivamente pelo Governo Vargas. Tal encobrimento encontra-se como resposta a busca pela revisão da memória, no caso de Antônio Carlos, sob o comando de membros da família Andrada, que se constituem em seus herdeiros políticos³⁰.

A trajetória de Antônio Carlos apresenta três marcas nos textos produzidos sobre os processos nos quais esteve envolvido: uma condição de centralidade e liderança, sobretudo no que se refere à Aliança Liberal, à Revolução de 1930 e à Assembleia Constituinte. Essa imagem está muito presente nos textos de apoiadores e correligionários, como Aurino Moraes (1933) e Mário Cassanata (1931); a segunda imagem diz respeito a uma perspectiva negativa, de posicionamentos orientados por projetos pessoais de poder, comportamentos dúbios ou vacilantes e ainda de posturas identificadas com aspectos característicos da República anterior a 1930, na qual foi extremamente atuante. Essas críticas encontram-se presentes nas obras de autores contemporâneos à sua atuação, com destaque para Virgílio de Melo Franco (1931) e Barbosa Lima Sobrinho (1933). Mas a marca fundamental na memória e na historiografia é o crescente afastamento de suas ações como elemento central das

³⁰ As ações da família Andrada em torno da consolidação de um projeto familiar de memória são discutidas no segundo capítulo deste trabalho. Já a construção de uma memória especificamente relacionada a Antônio Carlos, no interior desse projeto familiar, é o tema de nosso terceiro capítulo.

narrativas acerca de tais processos. Ainda que vitorioso na Revolução e alcançando inúmeros sucessos no campo político ao longo da década de 1930, Antônio Carlos não se consolidou como um vitorioso na construção da memória.

A busca pela afirmação de Antônio Carlos em um lugar de destaque na memória sobre tais eventos é o elemento principal das ações que a família Andrada promoveria em Minas Gerais ao longo da segunda metade do século XX. Contudo, essa preocupação com a preservação de sua memória política já é apresentada pelo próprio agente político no tempo de sua atuação e pode ser verificada na publicação de seus discursos durante a campanha da Aliança Liberal.

1.2. A PALAVRA DO PRESIDENTE: A ALIANÇA LIBERAL SOB A ÓTICA DE ANTÔNIO CARLOS

O movimento político da Aliança Liberal e as ações que levaram à tomada do poder por meio da Revolução de 1930 foram amplamente discutidos já durante o processo em questão. São muitos os atores políticos que também se dedicaram à escrita de suas próprias atuações e acerca das ações de correligionários e adversários. Antônio Carlos também pontuou suas impressões sobre o movimento por meio de cartas, discursos e entrevistas à Imprensa. A percepção do político sobre o processo de organização e consolidação do movimento aliancista encontra-se expresso na obra *A Palavra do Presidente Antônio Carlos na Campanha da Aliança Liberal* (1930), que reúne textos produzidos a época. Publicado em agosto de 1930, portanto antes da conclusão do movimento oposicionista que ficou conhecido como Revolução de 1930, a obra apresenta elementos de construção de uma imagem pública do presidente mineiro que se colocava na condição de líder do grupo de oposição ao presidente da República.

O livro é composto por 46 textos, reunindo 37 discursos, duas cartas, seis telegramas e uma entrevista, produzidos e proferidos entre maio de 1929 e agosto de 1930. O responsável pela organização dos textos, que também escreve o prefácio da obra e faz os comentários introdutórios a cada item, foi Abílio Machado. Correligionário de Antônio Carlos, jornalista integrante do primeiro grupo que compôs

o jornal Estado de Minas, Abílio Machado também foi deputado estadual e constituinte mineiro entre 1935-1936. Sua trajetória política é marcada pela ligação com Antônio Carlos e por seu posicionamento, definido por Paulo Pinheiro Chagas como “antiperremista” devido às suas críticas durante a década de 1930 às ações do Partido Republicano Mineiro (CHAGAS, 1982). Ocupando o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa em 1936 e percebendo as manobras políticas de Benedito Valadares para afastá-lo de tal posição, Abílio Machado optou por renunciar ao posto, como símbolo de sua fidelidade ao grupo liderado por Antônio Carlos³¹.

A ligação política entre o organizador dos textos e o presidente de Minas Gerais explica a construção da justificativa para a publicação da obra. Segundo Abílio Machado, a obra atendia à necessidade de preservar a palavra do presidente. No prefácio, o organizador inicia seu texto fazendo referência a dois públicos ao qual a obra se destina. Segundo ele, “recolhe-se neste livro, por pedido insistente de ilustres compatriotas, muito do que a História vai reclamar para o julgamento de uma das grandes e tormentosas fases da vida nacional” (MACHADO, 1930, p. V). A reunião dos discursos em um momento imediato ao da ação política revela dois objetivos: a divulgação para o público daquele momento, identificado por “ilustres compatriotas”, e para o futuro, já que é por meio dos discursos que a História julgará os eventos políticos de então. Tal publicação também seria reclamada e solicitada pelo público, tirando de seu editor, do autor e também dos discursos, a carga de sua utilização como instrumento político para aquele momento.

Impunha-se, por tudo, pois, a publicação deste livro, condensador luminoso de ocorrência, ideias e princípios, que demonstra documentadamente, com sinceridade modelar, o tradicional amor do direito e da liberdade com que Minas Gerais (...) buscava dias melhores de paz e de trabalho para a pátria brasileira. As páginas que se vão ler hão de ficar na história da política brasileira como padrão de cultura e de patriotismo... (MACHADO, 1930, p. IX).

³¹ A informação também é apontada por Mauro Malin no verbete sobre Antônio Carlos que compõe o *Dicionário da Elite Política Republicana* do CPDOC-FGV. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARLOS.%20Ant%C3%B4nio.pdf>. Acessado em 29 de agosto de 2018.

A partir deste trecho, podemos destacar vários elementos do discurso sobre a atuação de Antônio Carlos na Aliança Liberal: sua representatividade como líder mineiro; o papel de destaque de Minas no movimento político e a relação entre os interesses mineiros e as demandas da nação como um todo. Mas três pontos servem para pensarmos a relevância da afirmação do elemento de verdade presente nestes escritos: a comprovação documental da ocorrência das ideias e princípios presentes no texto, a noção de sinceridade modelar que caracterizaria o discurso e a atribuição ao texto de uma condição de marco da história política brasileira.

O destaque às qualidades pessoais de Antônio Carlos também é um elemento importante na construção do prefácio da obra. Abílio Machado destaca a “firmeza, altitude e sinceridade de sua doutrinação” liberal, que podia ser percebida muito antes das eleições de 1º de março de 1930, tornando-o o agente principal do movimento liberal do país (MACHADO, 1930, p. V). Essa postura do presidente de Minas Gerais só era contraposta pela “indigência mental” de seus adversários que viam em suas ações políticas um estreito personalismo. Essas críticas eram respondidas com os atos de Antônio Carlos que comprovavam o “proposito cívico do patriota e do estadista”, cuja autoridade era ampliada pelo seu “notório desinteresse” em ganhos pessoais. Sua postura política tornou possível a ele ter a “exata e segura visão do fenômeno político brasileiro”, podendo indicar a solução para os problemas nacionais, baseada no respeito intransigente aos direitos do cidadão e à Carta Constitucional.

A caracterização de Antônio Carlos como um agente político desinteressado por ganhos pessoais, movido pelo sentimento de patriotismo e respeito às leis, dedicado a atender os anseios do povo é uma marca que orienta a análise do organizador do texto. Neste sentido, Abílio Machado aponta no prefácio os elementos fundamentais que se encontram presentes nos discursos de Antônio Carlos na Aliança Liberal e que foram os pilares de seu governo em Minas Gerais. Destacam-se a defesa do voto secreto como elemento chave para a consolidação da democracia, a valorização do campo educacional com a ampliação da instrução pública e o diálogo e atendimento às demandas dos grupos que comandam a cadeia produtiva na agricultura, indústria e comércio. Em traços gerais, o prefácio aponta os elementos que orientam a obra como um todo, por meio da busca de marcas pessoais de Antônio Carlos no governo estadual e na campanha da Aliança Liberal.

Ainda que se restrinjam a um período anterior à Revolução, aqui os textos são utilizados para apontar os elementos que o político utiliza para construir uma imagem de sua atuação política para os contemporâneos, mas com uma clara preocupação com a permanência dessas imagens para a posteridade. Os textos servem também como avaliações do processo político que culminaria com a ascensão do grupo aliancista ao poder em outubro de 1930, tornando possível perceber as avaliações e as estratégias de Antônio Carlos no decorrer do processo político no qual postulava a posição de liderança.

Ao longo dos textos, é possível identificar os sujeitos com os quais Antônio Carlos busca dialogar. Neste sentido, temos referências diretas a grupos ou agentes políticos específicos – como nos discursos de agradecimento ou nas cartas e telegramas pessoais - ou para os quais direciona suas palavras – como nas referências às classes conservadoras, aos estudantes, às mulheres, à classe política, aos deputados e senadores estaduais ou, de forma mais presente na construção dos textos, ao povo mineiro. Vale ainda o destaque para a inclusão, na obra, de telegramas e cartas direcionados a opositores políticos – com destaque para as cartas ao presidente Washington Luís e para telegramas enviados a funcionários públicos que se opunham a seu posicionamento político. O tom da escrita e o destaque do organizador da obra servem para reafirmar uma postura de cordialidade e desprendimento do político frente aos adversários políticos.

O primeiro texto data de 25 de maio de 1929 e recebe o título de *Discurso às classes conservadoras*. O discurso é um agradecimento ao apoio recebido de grupos identificados pelo orador como revestidos da autoridade de interpretes “das várias correntes em que se ramifica a opinião política mineira” e “representantes legítimos das grandes classes que, na ordem moral e na ordem econômica” são a base da expansão civilizadora do povo mineiro. O termo “classes conservadoras” representa aqui os agentes do campo intelectual, econômico e moral que comporiam a civilização mineira. Representantes legítimos do estado que estabeleciam, com Antônio Carlos, sem distinção de correntes políticas, os laços de solidariedade com o chefe do governo estadual. O peso político do apoio dos grupos que representavam “todos os recantos mineiros” se contrapõe à ausência de ambições pessoais destacada pelo orador ao longo de sua fala (MACHADO, 1930, p. 02-03).

Dois elementos se destacam na construção do discurso de Antônio Carlos. O primeiro é a identificação das características do povo mineiro. Estabelece-se a relação entre as características naturais da região, apontando a vastidão das florestas e campos e a consagração de “procurar na terra a fonte de vossa subsistência e vossa riqueza”. Também chama a atenção para os desafios vencidos pela força do trabalho industrial e do comércio, para as características de modéstia da vida no sertão, para o trabalho cotidiano do núcleo operário e do serviço público e, para aqueles que, frequentando os cursos escolares, preparam o futuro (MACHADO, 1930, p. 03-04). Antônio Carlos aponta os grupos com os quais busca dialogar ao atribuir a tais sujeitos a condição de apoiadores em seus projetos políticos à frente do governo estadual. As características desses grupos são identificadas com uma noção de “alma mineira” que seria “nos seus ensinamentos e nas suas aspirações, a fonte inspiradora das minhas deliberações e dos meus atos” (MACHADO, 1930, p. 05).

Tais características do povo mineiro serviriam de orientação para os representantes do estado que, chegando à Presidência da República, recorreriam à tradição de seu povo para dar solução aos “problemas de ordem moral” que deveriam “ser postos no primeiro plano das cogitações da ordem pública” (MACHADO, 1930, p. 06). Era a essa ordem moral que se vinculava o discurso em prol da educação pública, tomado como um dos principais problemas políticos que orientaram o governo de Antônio Carlos em Minas Gerais. Em seu discurso, ele afirma que:

Eis porque, em consequência dos vossos orientadores estímulos, jamais vacilei nem vacilarei na disseminação das escolas primarias, a cujo número, elevado ao triplo, em pouco mais de dois anos, corresponde, neste instante, a notável frequência de mais de meio milhão de alunos; não hesitei nem hesitarei, na execução do programa de edificações escolares; iniciado em coincidência com o começo do governo, e excedente de uma centena de prédios, onde escolas normais, grupos escolares e escolas isoladas encontrarão instalação condigna nem duvidei em fundam nas varias regiões do Estado, escolas normais e ginásios de ensino secundário, e tenho posto o maior entusiasmo em assegurar a existência definitiva e prospera aos cursos de ensino superior, fundindo-os na Universidade de Minas Gerais – ideal afagado nos primórdios da civilização mineira e que, em todo o esplendor, materialmente ainda há de surgir aos olhos da geração a que pertença (MACHADO, 1930, p. 08-09).

Dentre outros projetos, que atendem às necessidades dos grupos produtores do estado, o campo da educação é apontado como o carro chefe das ações do governo. A educação é pensada em vários níveis, desde a instrução popular, com a criação de escolas de nível primário, à institucionalização da Universidade de Minas Gerais.

As preocupações políticas com a educação estão ligadas aos movimentos característicos da Primeira República, o que Paulo Ghiraldelli identifica com as ideias de *otimismo pedagógico* e *entusiasmo pela Educação*. Ghiraldelli Jr define essas duas ideias da seguinte forma:

Em meio a isto, pode-se notar, houve uma relativa urbanização do país, e os grupos que estiveram junto com os militares na idealização e construção do novo regime vieram de setores sociais que privilegiavam, de certo modo, as carreiras de trabalho não braçal profissionais que dependiam de uma certa escolarização. O tema do mudancismo (não só social mas individual) trouxe, então, um incentivo para que as pessoas viessem a discutir a necessidade de abertura de escolas. Pode-se ver durante a Primeira República dois grandes movimentos a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de escolas: aqueles movimentos que chamamos de o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 20)

Sob essa perspectiva, Antônio Carlos acompanha as ideias predominantes na Primeira República, com maior valorização do processo de criação de espaços escolares do que o de inovação nos métodos de ensino. Isso fica claro na progressiva influência que a Igreja Católica exerce sobre o campo da instrução pública durante seu governo como presidente de Minas Gerais. O que efetivamente caracteriza sua relação com o campo educacional é a perspectiva de tê-lo como um elemento preparatório para a consolidação de outros dois grandes objetivos: o pleno respeito à soberania popular, identificado com a instituição do voto secreto, e o fortalecimento das instituições republicanas. Todos estes elementos permaneceram como orientadores das ações de Antônio Carlos no interior da Aliança Liberal. Essas ideias, tidas como as marcas do sucesso de seu governo em Minas Gerais, compõem a principal frente de ação do político mineiro e sua principal influência sobre o programa da Aliança Liberal.

No discurso proferido em Barbacena, no dia 23 de junho de 1929, Antônio Carlos também se dirige às classes conservadoras, identificadas como “os homens da

lavoura, do comércio e da indústria” (MACHADO, 1930, p. 18). Nesta ocasião, mais uma vez, o presidente destaca, como marcas de seu governo, as ações em prol da produção econômica e da infraestrutura - como a criação de estradas e pontes – e as ações no campo da educação. O elemento da mineiridade, como identificação do povo mineiro, também é utilizado. Mas a ele se estabelece a ligação com um novo elemento, ausente no discurso anterior, o de críticas mais duras ao governo federal. Sobre o tema, Antônio Carlos afirma:

Minas, senhores, é um cenário admirável para o exercício do governo. O ambiente mineiro é dos mais propícios ao desenvolvimento da ação governamental. Basta dizer, em justificativa desta afirmação, que, dentro das fronteiras de Minas, reina a concórdia, só se revoltando o mineiro em revide à opressão ou à conspurcação dos seus direitos (MACHADO, 1930, p. 21).

Os elementos da valorização do trabalho produtivo, das preocupações com o campo da educação e da valorização e proteção das instituições soma-se agora ao caráter de concórdia do povo mineiro que só se quebraria como reação à ameaça de seus direitos. Tal concórdia seria resultante da “confiança recíproca entre governante e governados”. Essa observação é usada para relacionar os aspectos da política mineira com a disputa em âmbito nacional que se aproximava. Seria essa coesão o objetivo dos mineiros, tanto em âmbito regional quanto nacional. O discurso de Barbacena conjuga o destaque para as características do povo e da política mineira com críticas mais duras com relação ao desrespeito às instituições democráticas. Tais críticas seriam, pouco adiante, direcionadas claramente ao presidente da República, Washington Luís.

O marco do afastamento definitivo de Antônio Carlos da esfera de influência de Washington Luís e sua passagem para o campo da oposição pode ser identificado nas cartas que o presidente de Minas Gerais envia ao Presidente da República. Na primeira carta, datada de 20 de julho de 1929, Antônio Carlos aborda diretamente o problema da sucessão presidencial. Destacando a preocupação corrente no interior da política mineira, identificada no “Partido Republicano Mineiro, nos poderes políticos do Estado e nos representantes de Minas no Congresso” (MACHADO, 1930, p. 24), o presidente estadual escreve:

Sem embargo desse meu desejo de ver aceito o adiamento, o problema começou a preocupar a opinião nacional, desde a instalação da atual sessão legislativa, obedecendo naturalmente à tradição política do regime, pois que nos oito quadriênios que se seguiram ao do grande Presidente Prudente de Moraes, a escolha do candidato à presidência sempre se fez antes do mês de setembro do terceiro ano de governo (MACHADO, 1930, p. 25).

Ao abordar o problema sucessório, Antônio Carlos cobra do presidente da República a manutenção de uma prática corrente no período republicano. O momento de escolha do candidato oficial obedecia à tradição política do regime. Em sua abordagem, ele aponta o problema não como uma preocupação pessoal, mas algo que preocupa a “opinião pública”. Dessa forma, ele se coloca como representante e portavoz de um interesse que não está ligado a questões pessoais. Seu objetivo seria a “continuidade administrativa e das correntes liberais da Nação, sem preocupações regionalistas e com o único objetivo da harmonia entre as forças políticas e do benefício coletivo” (MACHADO, 1930, p. 25). Seu posicionamento seria marcado por um desprendimento pessoal identificado nas ações que colocavam em primeiro plano os interesses coletivos do povo e das correntes políticas que representava.

Essa condição de desinteresse por ganhos pessoais é reforçada nessa mesma carta ao apontar a indicação de seu nome como candidato à Presidência da República por “generosas correntes do meu Estado e de outros pontos do País” (MACHADO, 1930, p. 26). Nessa condição de possível candidato, não por vontade pessoal, mas pela indicação de forças políticas consideráveis, ele se coloca em condição de apontar um nome alternativo a Júlio Prestes, que já era apontado como o escolhido pelo Presidente da República como seu sucessor. É utilizando o discurso crítico ao regionalismo e às escolhas pessoais como critérios para as decisões políticas, mas, ao mesmo tempo, recorrendo à tradição republicana no processo de escolha dos candidatos à Presidência, que Antônio Carlos indica, ao final da carta, o nome de Getúlio Vargas como possível postulante ao cargo.

Após a resposta negativa de Washington Luís, em que indicava Júlio Prestes como candidato, afirmando ter consultado os demais presidentes de Estado para chegar

a essa decisão, Antônio Carlos envia uma nova missiva ao Presidente da República, em 1º de agosto de 1929. Na carta o tom crítico é elevado. A decisão de Washington Luís de não reabrir a discussão sobre a escolha do candidato é classificada como “atitude intransigente” (MACHADO, 1930, p. 27). Antônio Carlos declara estar se colocando no campo da oposição e comunica a indicação dos nomes de Getúlio Vargas e João Pessoa como candidatos à Presidência e vice-presidência da República.

Em seus discursos posteriores à declaração de dissídio com o presidente da República, Antônio Carlos reforçava a crítica a três elementos que identificava com o governo federal: a incitação dos conflitos regionalistas, a tomada de decisões baseadas em uma perspectiva personalista que desrespeitava os interesses de grupos políticos e a intransigência de Washington Luís apontada como causa para a dissensão política. Na convenção de lançamento da campanha da Aliança Liberal, em 29 de setembro de 1929, Antônio Carlos afirma:

O momento que passa, infelizmente, se está caracterizando por esse divórcio entre os propósitos do poder e as aspirações nacionais. Com efeito, índices peremptórios demonstram que, se 17 governadores de Estado se pronunciam por determinada fórmula a respeito do problema da sucessão presidencial, a grande maioria do eleitorado nacional anseia pela solução, que exprima o livre exercício pelo povo, do direito da escolha dos seus governantes (MACHADO, 1930, p. 71 - 72).

Nos discursos de Antônio Carlos na Convenção da Aliança Liberal, as justificativas das ações dos aliancistas são construídas como a reação contra as ações do governo federal. Nessa perspectiva, tais ações estariam de acordo com os elementos característicos da elite mineira - já identificados com a noção de *mineiridade* - com suas ideias de liberdade política, pautadas pela defesa do voto secreto e da restrição ao poder pessoal (OLIVEIRA *et al*, 1980, p. 102). Em suma, tal reação se revela no objetivo de devolver ao povo sua condição de juiz na definição dos caminhos políticos da nação. O que também atribui a tal reação a ideia de reordenação republicana, o retorno do respeito à lei, como também pode ser identificado em outros textos de memória. Tal característica aponta para a tentativa de abordagem do movimento como ação em defesa de ideais maiores que a simples tomada do poder, acusação muito presente entre os escritores que se opuseram ao grupo aliancista.

Para Antônio Carlos, o dever dos políticos contemporâneos era o de resolver problemas que se verificavam durante todo o período republicano. Suas ideias são orientadas pela noção de respeito à soberania e vontade popular, pela organização das instituições e pela obediência à lei, o que falhara durante as primeiras décadas do regime republicano. Tais problemas só seriam resolvidos por meio da política de educação popular e da instituição do voto secreto (MACHADO, 1930). Segundo Antônio Carlos,

Estes, na ordem política, os problemas capitais de cuja solução depende o futuro das instituições republicanas, problemas que urge sejam ventilados perante a Nação para que ela se decida a pronunciar-se entre o regime, que aí está, mantido pelo uso indevido dos meios, que o trabalho e a riqueza nacionais proporcionaram ao governo para um destino geral e comum, e o regime de liberdade e de justiça, em que o povo exerça as suas prerrogativas soberanas e o poder, ao invés de se armar contra os cidadãos, abra-lhes as portas da cidade e ouça os seus votos e os seus protestos (MACHADO, 1930, p. 73-74).

Para Antônio Carlos, o ponto vulnerável da campanha aliancista estava na questão do voto, sendo imprescindível garantir o seu sigilo, como forma de o governo ouvir os protestos da população na decisão. O povo seria o árbitro na decisão entre o regime que se caracterizava pelo uso indevido dos meios à disposição do governo e um novo regime, de liberdade e justiça. Ele ainda aponta como questão fundamental a necessidade de incrementar e difundir a educação popular pelo país. Essa ação contribuiria para a reconciliação entre os cidadãos e o poder, nacionalizando o governo, para que ele não fosse mais um instrumento privativo dos interesses de seus agentes (MACHADO, 1930).

As questões do voto secreto e da educação popular, construídas como marcos do Governo de Antônio Carlos como presidente de Minas Gerais e apontadas por ele como elementos fundamentais das propostas da Aliança Liberal, somam-se à perspectiva elitista apontada por Afonso Pena Júnior ao estabelecer a relação entre os governados como reflexo de sua elite governante. Se a ideia de moralidade aparece de forma implícita no primeiro discurso, nas críticas ao uso do governo a serviço dos interesses privados de seus agentes, tal ideia de moral é apontada de forma mais clara no

segundo discurso. Essa moralidade é sustentada por uma noção de personalismo em que, se a sorte das instituições depende dos homens que a executam, em atendendo ou desconsiderando a vontade popular, a imagem do povo é reflexo direto do próprio político.

Essa relação entre povo e governantes é o eixo para Antônio Carlos abordar o problema do voto secreto durante a Campanha da Aliança Liberal. Em discurso de 30 de dezembro de 1929, ele afirma:

Quantos quiserem auscultar as expansões espontâneas e altivas da consciência nacional, reconhecerão que, nas homenagens da Capital da República, vibram, em plenitude, os sentimentos de todo o povo brasileiro, que só não aclamará, pela quase unanimidade do seu eleitorado, em 1º de março, os nomes desses dois grandes patriotas, porque, infelizmente, o livre exercício do direito de voto ainda está sufocado em várias regiões do Brasil pela criminosa opressão dos governantes (MACHADO, 1930, p. 104).

A receptividade da população aos candidatos aliancistas no Rio de Janeiro, destacada por ele no discurso, estabelece a conexão com o amplo apoio popular às propostas da oposição. Contudo, o problema do controle arbitrário sobre os eleitores, que caracteriza “várias regiões do Brasil” já é apontado como um problema para o sucesso eleitoral da candidatura aliancista. As acusações de fraudes no processo eleitoral foram um elemento constante nos discursos dos integrantes da Aliança Liberal e serviam também para reforçar a proposta de implantação do voto secreto. Principal elemento de propaganda de sua administração em Minas Gerais, a instituição do voto secreto serve ainda, neste momento, para Antônio Carlos estabelecer um paralelo entre seu estado e as demais regiões do país, nas quais ainda não se havia instituído este elemento de proteção do processo eleitoral.

O resultado adverso da eleição de 1º de março, com a derrota de Getúlio Vargas e João Pessoa, marca o posicionamento mais claro de Antônio Carlos na denúncia às fraudes eleitorais. Essa postura pode ser verificada desde a reclamação, enviada em 7 de março de 1930, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre a ação do Juiz Eleitoral em exercício em Minas Gerais de determinar a guarda dos livros de votação na sede dos Correios em Belo Horizonte (MACHADO, 1930) até os

protestos de 1º de abril contra a requisição de vigilância armada feita pelo juiz federal como proteção da junta apuradora dos votos (MACHADO, 1930). As ações eram apontadas por Antônio Carlos como interferências do Governo Federal no processo de apuração dos votos, o que abriria brechas para ações fraudulentas.

Contudo, os protestos mais enérgicos viriam a partir de maio daquele ano, após o resultado final da eleição. Prática característica das eleições na Primeira República, a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados tomou para si a responsabilidade de validação dos diplomas dos deputados eleitos. No processo, toda a bancada paraibana, aliada a João Pessoa, e quatorze deputados mineiros, também ligados à Aliança Liberal, tiveram seus diplomas negados, ficando impedidos de assumir os postos para os quais foram eleitos. Em discurso, no dia 21 de maio, Antônio Carlos promove o chamamento do povo mineiro à resistência:

Senhores, sejamos serenos. Saibamos manter o equilíbrio de nossas verdades, para que as nossas decisões sejam justas. Necessário é, porém, que nenhum espírito mineiro se abata ante os golpes com que se procura ferir os nossos direitos. Ao contrário de nos abalarmos, cumpre-nos, para que sejamos dignos dos homens que fizeram de Minas o berço da democracia, ficar fieis aos juramentos, que os nossos antepassados nos transmitiram, de tudo empreender, para o fim de servir à pátria brasileira, dando a seu povo os órgãos naturais de governo, fazendo do Brasil uma República de verdade, uma grande democracia, ao influxo do qual possamos executar os elevados desígnios a que estamos votados pelos altos méritos do nosso povo, pelas virtudes cívicas, pela capacidade de trabalho de nossa raça (MACHADO, 1930, p. 156-157).

O discurso de Antônio Carlos apresenta a síntese dos elementos que utilizou ao longo da campanha da Aliança Liberal para identificar o povo mineiro e estabelecer sua distinção no conjunto da nação brasileira. A ideia de tradição, de compromisso de servir à pátria brasileira, de defender a democracia e de proteger as instituições republicanas são os elementos da mineiridade que contribuiriam para a reorganização política do país. Eram estes valores que estavam sendo destruídos pela ação do Presidente da República e que requeriam do povo mineiro uma postura crítica, mais uma vez cumprindo seu papel tradicional de proteção à nação.

Nos textos reunidos no livro *A Palavra do Presidente* (1930), percebemos a forma como Antônio Carlos constrói, por meio dos discursos, sua passagem efetiva para o campo da oposição à estrutura política liderada por Washington Luís. Essa mudança não pode ser vista apenas como a recusa em apoiar um candidato, mas a quebra de uma prática política que o próprio Andrada via como tradicional e basilar para a organização administrativa estabelecida no período republicano. Ele estabelece a cisão com o modelo político no qual atuara durante três décadas e construiu uma carreira de destaque. Mais do que quaisquer outros agentes políticos da época, Antônio Carlos se coloca em uma posição dual, onde aponta seu posicionamento como percepção das novas imposições do tempo no qual está inserido, mas sem abrir mão dos elementos da tradição que são a base de sua trajetória política. A tradição mineira e a tradição liberal justificam seu posicionamento na campanha da Aliança Liberal e no período de acirramento da dissensão com o governo federal, que resultaria no processo revolucionário. Seu posicionamento político, suas ações e o alcance de sua influência foram objeto de análise dos memorialistas mineiros já no decorrer dos conflitos.

1.3. ANTÔNIO CARLOS COMO PERSONAGEM DE 1930: UMA ANÁLISE DA MEMÓRIA MINEIRA

A recorrente utilização da memória produzida pelos grupos identificados como “vencedores” contribuiu para que a construção do conhecimento histórico estivesse muito influenciada pela perspectiva do grupo que se encontrava no centro do poder a partir de 1930, cuja narrativa encontra-se centrada na figura de Getúlio Vargas. A partir do final da década de 1970, o debate historiográfico se caracterizou pela ampliação da análise sobre o processo político de 1930, voltando o olhar com mais atenção para os agentes considerados até então secundários no processo, esquecidos nas análises ou rotulados a partir dos elementos negativos – derrotados, vencidos, carcomidos etc. A comparação entre os vários projetos políticos presentes à época tornou possível refletir sobre como estes homens pensavam seu próprio tempo, ampliando as possibilidades de compreensão das lutas do período.

Essa ampliação da análise mostrou-se possível devido à grande quantidade de obras e à variedade de temas sobre a Revolução de 1930 presentes no campo da memória. Na obra resultante do projeto de mapeamento dessa memória produzida³², Lúcia Lippi Oliveira aponta um total de 143 livros. O levantamento dos temas centrais presentes nessas obras indica 55 tópicos. Por abordarem mais de um tema, considerando que estes se encontram interligados, alguns livros são listados em mais de um destes tópicos temáticos. A partir dessas indicações, estabelecemos um recorte que possibilitou o debate sobre a produção da memória acerca da Revolução de 1930 em Minas Gerais. Buscamos, preferencialmente, analisar os 12 livros listados no tópico temático sobre o estado mineiro³³, e recorreremos à seleção de obras que não se encontram nesse grupo, mas que permitem o diálogo com autores que alcançaram reconhecimento notório junto ao público, títulos que têm presença constante nos debates historiográficos e textos que, embora não se enquadrem nesses dois últimos critérios, permitem a discussão acerca de como se deu o embate regionalista nesse processo e, sobretudo, como se constituiu uma imagem da atuação política de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Para essa análise, selecionamos um conjunto de textos produzidos, em sua maioria, na primeira metade da década de 1930, por indivíduos que participaram diretamente ou se propuseram a dar seu testemunho político sobre os eventos relacionados à Revolução de 1930. Por essas características, estes textos são aqui abordados como memorialísticos, distinguindo-se das análises historiográficas posteriores. Um número menor é composto por textos produzidos posteriormente, nas décadas de 1940 e início de 1950, mas apresentam características semelhantes aos identificados como memorialísticos por seu objetivo mais de testemunho que de análise crítica, pautada por métodos e teorias que caracterizam a historiografia, sobretudo a

³² A obra *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30* (1980), coordenada por Lúcia Lippi de Oliveira, que contou com a colaboração de Eduardo Rodrigues Gomes e Maria Celina Whately é parte do projeto *Brasiliana*, cujo objetivo era o mapeamento das produções sobre a Revolução de 1930. Em sua pesquisa, os autores se dedicaram à investigação do debate intelectual da época e sua relação com as disputas políticas.

³³ Dentre as obras produzidas em Minas Gerais, listadas por Lúcia Lippi, algumas apresentaram a impossibilidade de acesso, sobretudo aquelas que não possuem edições posteriores à publicação original durante a década de 1930, sendo rara sua disponibilização em bibliotecas, não sendo encontradas em formato digital, nem em acervos comerciais. Nestes casos, recorreremos a análises que utilizam tais obras, o que representa uma limitação no acesso ao conteúdo e ao debate construído pelos autores, mas permite apontar os elementos básicos da narrativa sobre 1930 e a comparação com outros textos.

partir de seu processo de profissionalização³⁴. Os textos foram selecionados de acordo com a relevância para o debate que propomos e a disponibilidade da obra.

O primeiro grupo é composto por seis textos, produzidos em Minas Gerais, com viés de análise favorável ao movimento de 1930: *Aliança Liberal*: documentos da campanha presidencial (1930), com a reunião de discursos de quatro dos principais líderes do grupo político – Antônio Carlos, Lindolfo Collor, Afonso Pena Júnior e Getúlio Vargas; *A Palavra do Presidente Antônio Carlos na Campanha da Aliança Liberal* (1930), de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada; *Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução* (1933), de Aurino Moraes; *Introdução à Realidade Brasileira* (1933), de Afonso Arinos de Melo Franco; *As Razões de Minas* (1932), de Mario Cassanata; *Outubro, 1930* (1931), de Virgílio Alvim de Melo Franco;

O segundo grupo apresenta dois textos, também produzidos em Minas Gerais, mas que não apresentam uma defesa clara do movimento político. Ambos têm um cunho descritivo dos acontecimentos, sem uma análise mais articulada da conjuntura política. Trata-se dos seguintes textos: *A Revolução em Belo Horizonte*: episódio do movimento libertador de 3 de outubro (1930), de Menotti Mucelli, e *Fumaça na Trincheira*: da resistência do 12º R.I.; da Revolução em Minas (1930), de Clorindo Valadares.

O terceiro grupo é composto por textos favoráveis ao movimento político, mas cuja origem do autor é desconhecida ou não pode ser determinada. Também não tivemos acesso direto a esses textos, construindo a análise a partir dos apontamentos de outros intérpretes, entre os quais se destaca Lúcia Lippi Oliveira (1980). São os seguintes textos: *A bem do regime*: editoriais publicados no Minas Gerais, Diário de Minas e Diário Mineiro 1929/1930 (1933), de José Afonso Mendonça de Azevedo, e *Artur Bernardes e a Revolução* (1931), de Amarílio Júnior. Outro texto com essas características, mas com viés favorável à Revolução de 1930 é o de Ari Pavão, *Artur Bernardes e o Brasil* (1931).

Também analisamos uma série de textos críticos ao movimento de 1930. Daqueles produzidos em Minas Gerais, aos quais tivemos acesso direto, encontram-se:

³⁴ Abordaremos, no segundo capítulo deste trabalho, a questão dos diferentes tipos de escrita da História, seu processo de profissionalização no Brasil a partir da década de 1970 e como a Revolução de 1930 é abordada sob essas diferentes perspectivas no diálogo constante entre memória e historiografia.

A ação do dr. Carvalho Brito na atual conjuntura da sucessão presidencial da República, também intitulado *Manifesto da Concentração Conservadora em Minas Gerais* (1930), de autoria não creditada, mas provavelmente escrito por Carvalho Brito, líder do grupo político; *Minas e a Candidatura Getúlio Vargas* (1929) e *São Paulo e o verdadeiro liberalismo* (1930), ambos de João Pedro da Veiga Miranda.

Dos textos críticos à Revolução de 1930 e produzidos fora de Minas Gerais, analisamos: *O assalto de 1930* (1932), de Hamilton Barata; *A Segunda República* (1931), de Maurício de Lacerda; *O carnaval de outubro: a revolução nos estados* (1933), de Humberto Freire; *A verdade sobre a Revolução de Outubro 1933*, de Barbosa Lima Sobrinho; *A desordem* (1932), de Virgínio Santa Rosa. Também fazemos referência ao texto *Abaixo as Máscaras* (1931), de Jurandir Pires Ferreira, recorrendo à análise de Lúcia Lippi Oliveira.

Recorremos ainda a alguns textos produzidos posteriormente à década de 1930 e que trafegam entre a memória e a história. As referências a estes textos se relacionam à abordagem, de diferentes modos, da memória da atuação política de Antônio Carlos no processo de 1930. São eles: *Política: arte de Minas* (1956), de Carmo Chagas; *A questão social e a solução brasileira* (1936) e *História da República* (1940), de José Maria Bello; *História Sincera da República* (1956), de Leôncio Basbaun e *Esse Velho Vento da Aventura* (1982), de Paulo Pinheiro Chagas;

Após a seleção das obras, estabelecemos uma divisão para a realização da análise dos textos: construímos uma análise geral sobre as obras que se consagraram na produção da memória sobre a Revolução de 1930, considerando sua relevância e a presença de seus discursos na produção historiográfica posterior sobre o evento. Dentre estes se encontram alguns autores e suas obras produzidas fora do estado de Minas Gerais, como forma de mapear os temas correlatos com os encontrados nas narrativas mineiras; posteriormente, recorreremos às obras produzidas no estado de Minas Gerais, ou especificamente sobre a participação do estado na Revolução de 1930, para refletir sobre como se constrói a narrativa da participação mineira no movimento. As obras apresentam uma grande variedade temática nos discursos que constroem sobre o processo revolucionário. A partir dos argumentos dos autores, buscamos identificar seus posicionamentos perante o movimento, favoráveis ou contrários, haja vista que muitos destes textos tinham como objetivo a defesa de ideias políticas para o momento

imediatamente ao processo revolucionário. Contudo, há textos que não se conformam a essa distinção devido às características ambíguas da narrativa ou às tentativas de construção de discursos que não se comprometessem com nenhum dos lados em disputa, ainda que a atuação dos autores em outros espaços aponte com mais clareza suas opções políticas.

O que buscamos nesta análise foi identificar a forma como a Revolução de 1930 foi pensada no estado de Minas Gerais por seus políticos e intelectuais, os projetos que eram colocados como possibilidade para a época, as disputas internas da oligarquia estadual e os seus reflexos nas ações oriundas do estado e, principalmente, como este campo de disputas se encontra configurado nos temas presentes nas narrativas memorialísticas. A partir destes elementos, buscamos as referências a Antônio Carlos e a forma como se constituiu uma memória sobre sua atuação política.

1.3.1. A ideia de *mineiridade*: entre o povo e a elite; entre regionalismo e federalismo

O primeiro documento que utilizamos para pensar a construção da memória em Minas Gerais sobre a Revolução de 1930 foi a obra *Aliança Liberal*: documentos da campanha presidencial (1930). O livro apresenta os discursos dos líderes da Aliança Liberal no momento de lançamento da campanha aliancista, o manifesto político do grupo e a plataforma da campanha presidencial. Ele contém os discursos de dois mineiros, Antônio Carlos e Afonso Pena Jr.³⁵, e dois gaúchos. Lindolfo Collor e Getúlio Vargas, que apontam os elementos que se tornariam as marcas da campanha. Os discursos foram proferidos no lançamento da candidatura à Presidência de Getúlio Vargas, quando já era possível distinguir algumas diferenças nas perspectivas sobre o movimento defendidas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

Lindolfo Collor, como representante da política gaúcha, destaca em seu discurso a diferença de propostas entre os aliancistas. A Aliança Liberal não seria um partido, mas uma aliança de partidos com vários programas. A unidade se construiria

³⁵ Afonso Augusto Moreira Pena Júnior (Santa Bárbara - MG, 1879 - Rio de Janeiro, 1968) era filho do presidente da República Afonso Pena (1906 - 1909). Foi deputado estadual, deputado federal por Minas Gerais, Ministro da Justiça, presidente do PRM e da Aliança Liberal. Consultado no Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930. CPDOC - FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acessado em 27 de março de 2018.

em torno dos protestos contra as arbitrariedades do presidente ao escolher seu sucessor, expressão de um processo de “involução” das práticas características da República (BRASIL, 1982, p. 80). Se Collor aponta mais claramente os desacordos dos aliancistas com o presidente da República como causa do processo político que se organizava naquele momento, Getúlio Vargas segue um roteiro distinto em seu pronunciamento. O candidato à Presidência aponta a necessidade da reforma eleitoral, acompanhando assim os mineiros, que tinham neste item um dos elementos principais de sua ação política. Mas, além do voto secreto, Vargas defendia a necessidade de ampliação do alistamento compulsório dos cidadãos alfabetizados e que as mesas eleitorais fossem dirigidas por “magistratura federal togada” (BRASIL, 1982, p. 87 – 88). Ele discute também a importância da reforma do ensino e de questões sociais, sobretudo ligadas ao trabalho. No campo econômico, propõe a manutenção e consolidação da política financeira de Washington Luís.

Encontramos nos discursos dos políticos gaúchos algumas questões que acompanham as propostas feitas pelos representantes mineiros, mas com algumas diferenças que merecem destaque. Se os elementos relativos ao voto secreto são apontados como problemas por todos os políticos, há uma ampliação das propostas presentes no discurso de Getúlio Vargas, com a centralização do processo eleitoral sob a responsabilidade de magistrados federais e a ampliação das listas eleitorais. Outras duas questões, muito presentes em outras obras memorialísticas, são destacadas com muito mais ênfase pelos gaúchos: as críticas às arbitrariedades do presidente da República e os conflitos programáticos entre os aliancistas. Quanto às críticas a Washington Luís, Lindolfo Collor destaca que suas práticas na escolha do sucessor representam uma involução do quadro republicano, desconsiderando, contudo, ser essa prática corrente durante a República. As críticas ao governo federal também aparecem no discurso de Getúlio Vargas, mas o que chama a atenção é sua proposta de manutenção do programa de reforma financeira em andamento. Ministro da Fazenda de Washington Luís entre 1926 e 1928, seria difícil para Getúlio Vargas se opor radicalmente a um projeto do qual participara ativamente. Da mesma forma, as críticas deixam margem para a lembrança inevitável das relações que os políticos aliancistas mantiveram com o governo contra o qual lutavam naquele momento. Se os políticos encontravam dificuldade em negar suas relações com o governo federal, as disputas internas da Aliança Liberal também já eram indicadas nos apontamentos de Collor sobre a existência de vários partidos e programas

na composição do grupo. As discordâncias políticas, que permaneceriam aparentemente apaziguadas durante o período de campanha, se apresentariam com grande força após o processo revolucionário e durante a consolidação do governo provisório. Da mesma forma, os problemas das falhas no processo de organização partidária também são apontados como uma das causas das crises da República.

A partir dos discursos dos dois políticos mineiros, proferidos no início da campanha liberal, quando um processo revolucionário era uma possibilidade remota para a maior parte dos envolvidos, já são identificados alguns elementos que comporiam grande parte das análises construídas em Minas Gerais sobre a Revolução de 1930. O primeiro destes elementos é a ideia de *mineiridade*, que se estende também à relação entre povo e elite.

O discurso da mineiridade traz em si uma forte perspectiva elitista, que estabelece uma distinção nítida das funções do povo e da elite. Essa perspectiva elitista pode ser identificada na obra de Afonso Arinos de Melo Franco. No livro *Introdução à realidade brasileira* (1933), algumas ideias-chave apontam os elementos deste elitismo. O autor identifica a força espiritual como a única força ativa da sociedade, sendo compreendida apenas pelos intelectuais. Estes têm uma grande influência sobre a sociedade por direcionar as ações do povo inculto. O intelectual é o único capaz de saber como uma ideia se aproxima de uma ação e como a ação resultante pode divergir de uma ideia inicial (OLIVEIRA *et al*, 1980). É dentro dessa perspectiva que a ideia de *mineiridade* encontra-se presente nas narrativas sobre a Revolução de 1930, em que à elite mineira é atribuída a função de guia do povo no campo político.

Dentre essas abordagens, destaca-se o livro *A bem do regime* (1930), coletânea de colunas publicadas por José Afonso Mendonça de Azevedo³⁶ entre 1929 e 1930 nos jornais *Minas Gerais*, *Diário de Minas* e *Diário Mineiro*. Nos textos, o autor relaciona a história e a geografia da terra com o caráter político do povo mineiro (OLIVEIRA *et al*, 1980). Tal perspectiva encontra-se relacionada à ideia trabalhada por Maria do Nascimento Arruda na obra *A mitologia da Mineiridade* (1999), que discute a construção de uma identidade essencialista do povo mineiro vinculada ao caráter conciliador, conservador, pautado pelo liberalismo, centralismo político e influenciado

³⁶ José Afonso Mendonça de Azevedo (n. 1886). Atuou na política mineira e se opôs ao grupo liderado por Carvalho de Brito e Melo Viana na campanha presidencial de 1930 (OLIVEIRA, 1980, p. 104).

pela forte religiosidade católica. Essa construção de um imaginário sobre o homem mineiro torna-se a base de um discurso de unidade que foi muito utilizado nos embates políticos de 1930, tanto por aliancistas quanto por seus opositores.

Na abordagem sobre a Revolução de 1930, a ideia de *mineiridade* apresenta, portanto, este elemento regionalista, tendo como principal característica a reafirmação de uma unidade do “povo mineiro” em torno das decisões tomadas por seus líderes políticos, uma elite cujas ações encontram-se de acordo com a vontade do povo expressa pela opinião pública³⁷. Isso é perceptível na construção das narrativas sobre o Governo Washington Luís presentes na obra de Aurino Morais³⁸:

O povo que já não acreditava mais no valor do voto e da representação popular e que já descreia do respeito às leis e se acostumava a ver desprezados os direitos individuais que lhe outorgava a Constituição, não confiava mais no Governo. Não havia recanto do mais longínquo sertão que não conhecesse o desprezo dos governos pelas multidões [*sic.*] (MORAIS, 1933, p. 07).

Segundo o autor, essas eram as características que marcavam o governo federal naquele quadriênio. Nessa narrativa, o povo é alçado a um lugar fundamental no jogo político do período. Se a elite é apontada como a guia do povo, na crise, é o povo o elemento fundamental para justificar o levante. A elite atende aos anseios da população. Não age em causa própria, mas em prol do interesse coletivo.

Este discurso da *mineiridade* reforça a perspectiva elitista que Lúcia Lippi Oliveira (1978) já identificara no texto de Afrânio de Melo Franco (1933). As narrativas sobre a Revolução de 1930 produzidas em Minas Gerais têm, assim, como primeira característica sua perspectiva elitista. As denúncias contra o governo Washington Luís apontam a necessidade de entregar o país aos homens bons, pertencentes à elite política

³⁷ Considerando a dificuldade e o constante debate acerca do termo “opinião pública”, é importante ressaltar que aqui ele está sendo empregado no sentido de opinião que se torna pública, que se publica e se faz conhecida. Essa definição se aproxima daquela apontada por Said Farhat (1992, p. 26) de opinião pública como “elementos de formação de imagens no contexto dos grupos de interesse e pressão”. Ou seja, não a utilizamos aqui como um agente social ou político em si, mas como expressão da opinião de grupos específicos que buscam disseminá-la como compartilhada pelo público ao qual um texto se dirige.

³⁸ Aurino Morais foi redator do *Diário Mineiro*, do *Correio da Noite* e correspondente do *Correio da Manhã* (OLIVEIRA, 1980, p. 248).

mineira. Baseando-se na perspectiva essencialista de mineiridade, construiu-se, nas narrativas sobre a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, a ideia de liderança que Minas Gerais teria exercido sobre o processo.

O papel da opinião pública de reprovar ou corrigir os desvirtuamentos da política praticada pelo governo de Washington Luís encontraria, em Minas Gerais, o eco necessário para o início da reação nacional. Enquanto a maior parte dos políticos não criticava as práticas condenáveis do governo, porque detinham posições de privilégio, a posição crítica, assumida pela minoria em âmbito nacional, foi a adotada pela maioria dos mineiros. Dessa forma, a ação da elite política mineira seria dirigida pelos anseios da população, tendo, tais ações, efeitos que ultrapassavam os limites do próprio estado de Minas Gerais, que acabou destacando-se no quadro da política nacional pelos elementos que caracterizavam e distinguiam seus políticos por sua posição crítica.

Essa ideia encontra-se também na obra de Mário Cassanata³⁹, *As razões de Minas* (1932), que aborda o movimento paulista pela constitucionalização do país em 1932 e os desdobramentos das ações de 1930. Para o autor, as reivindicações constitucionalistas de São Paulo reafirmavam a necessidade de os mineiros se baterem pelas ideias que haviam defendido em 1930, já que o objetivo principal dos paulistas era retomar o controle que perderam sobre a nação, frustrando as ideias de liberdade que nortearam a Revolução. Essas ideias de liberdade e defesa do Brasil estariam presentes no povo mineiro e em seus chefes políticos, que tinham o dever de defender os interesses nacionais (CASSANATA, 1932, p. 29). Nas memórias sobre a Revolução de 1930, a ideia de mineiridade é tomada como referência de moralidade que serve de orientação, exemplo e inspiração para os demais estados brasileiros. É nesse sentido que tanto Mário Cassanata quanto Mendonça de Azevedo apontam Minas Gerais como o estado capaz de consolidar a democracia no Brasil

Portanto, como ponto característico da memória sobre a Revolução de 1930, produzida em Minas Gerais, temos a noção de *mineiridade* como expressão típica do povo e da elite mineira. Expressando uma unidade moral e de ação destes dois grupos,

³⁹ Mário Cassanata (n. 1898) foi advogado, escritor e professor, ocupando diversos cargos ligados à Educação em Minas Gerais (OLIVEIRA, 1980, p. 141). Foi membro do primeiro Conselho Técnico da Legião Liberal Mineira (ANDRADA et al, 1987, p. 172). Seu livro reúne discursos pronunciados na Sociedade Rádio Mineira entre 16 de julho e 16 de agosto de 1932, sendo prefaciado por Gustavo Capanema.

as características reunidas nesta definição servem de exemplo para as demais regiões do país, fazendo dos mineiros os responsáveis pelo processo de reordenação nacional.

As três tendências metodológicas da historiografia brasileira na abordagem sobre a Primeira República, apontadas por Claudia Viscardi (1995, p. 40 - 41), ajudam a entender como a participação política e a importância econômica de Minas Gerais durante a Primeira República têm sido abordadas. A primeira isola as elites de seu conteúdo de classe, afirmando que elas tendem a atuar no Estado em razão de interesses coletivos. Em uma análise patrimonialista, essa vertente subestimaria a importância política da aliança entre São Paulo e Minas Gerais, pois busca isolar a relação entre os ganhos econômicos e políticos dos estados. A segunda, partindo de uma base marxista, analisa o desempenho das elites políticas, reflexo de sua situação de classe, como representante dos interesses econômicos dominantes. O destaque para a hegemonia política dessa aliança deixa em segundo plano as rupturas internas e o papel desempenhado pelas oligarquias de segunda grandeza. Já a terceira tendência, com a qual a autora identifica sua obra, destaca a autonomia relativa das elites em relação aos interesses econômicos e busca relativizar o caráter monolítico de dominação política da aliança entre São Paulo e Minas.

Os elementos dessa abordagem também nos ajudam a pensar a Revolução de 1930 a partir das relações entre os estados, focando a participação de Minas Gerais no processo. A posição política do estado durante o período republicano é ponto de destaque na historiografia sobre 1930 como explicação para o envolvimento de parte de sua elite política no movimento. A importância de Minas Gerais na política nacional durante a Primeira República pode ser identificada, sobretudo, nos arranjos políticos que garantiam o equilíbrio de forças entre os grupos estaduais sobre o poder central. Como Claudia Viscardi já demonstrou em seu livro *O Teatro das Oligarquias* (2012), tal importância esteve mais ligada à força política de sua elite, expressa por sua atuação em vários níveis da organização republicana, que à quantidade de presidentes da República de origem mineira eleitos durante este período.

Dessa forma, a importância política de Minas Gerais na Primeira República não poderia ser traduzida fielmente pela ideia de “política do café-com-leite”, pois não estava reduzida à ocupação do cargo de presidente da República por membros de sua elite política. O apontamento deste tema como justificativa única do ingresso mineiro na

Aliança Liberal e no processo revolucionário apresentaria, portanto, um teor reducionista na análise. Contudo, nos texto de memória, este elemento tem grande importância nas abordagens sobre o processo de oposição que parte da elite mineira fizera ao governo federal, identificando tais ações como uma luta contra o domínio do estado de São Paulo, seu antigo sócio político na Primeira República.

As relações entre Minas Gerais e São Paulo têm lugar de destaque nas abordagens sobre a Revolução de 1930 produzidas por autores mineiros. No texto de Aurino Morais, o estado de São Paulo é definido como “uma das mais ricas e importantes unidades da Federação” (MORAIS, 1933, p. 07), expressão que acaba por reforçar a ideia de que os dois estados se encontravam em condição equiparada, distinguindo-se de narrativas que partiam de São Paulo e afirmavam seu lugar como distinto de todos os demais estados da Federação⁴⁰. No texto de Morais, a caracterização de Minas Gerais marca sua distinção política. Ele escreve:

Sendo Minas o Estado de maior influencia política da União, está claro que os choques políticos entre o Presidente da República e o de Minas Gerais seriam inevitáveis, ainda mais podendo-se afirmar que o programa de governo do sr. Antônio Carlos foi plenamente executado. Depois de seu segundo ano de governo estava o ilustre político mineiro munido de credenciais suficientes para chefiar uma campanha capaz de impedir a continuação dos desmandos do governo federal, desobediente às normas republicanas e decidido a fazer seu sucessor o sr. Júlio Prestes. Para combater os erros do Catete, o sr. Antônio Carlos precisava ter ao seu lado um grupo são, idealista, despido de interesses pessoais e resolvido a todos os sacrifícios. Isto não foi difícil em Minas (MORAIS, 1933, p. 12).

O elemento fundamental neste trecho é a caracterização de Minas Gerais não como “um dos maiores”, mas como o estado de maior influência política no país, diferindo da definição estabelecida para São Paulo em trecho anterior. O texto de Aurino Morais se caracteriza pelo objetivo claro de atribuir a Minas Gerais o destaque no campo político republicano, que passa pela luta contra a imposição de um candidato

⁴⁰ Essa forma de caracterização encontra-se presente em discursos como a literatura, memória, textos jornalísticos e ensaios, sendo um dos principais aspectos da ideia de *Paulistanidade*. Essa questão é analisada na obra de Joseph Love, *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889 – 1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982; e na tese de Luís Fernando Cerri, *Non Ducor, Duco: a ideologia da Paulistanidade e a escola*. Campinas: Unicamp, 1996.

paulista à sucessão presidencial. Minas Gerais equipara-se em influência política ao governo federal, o que lhe garante a possibilidade de enfrentamento. E essa capacidade de “combater os erros do Catete” só se configura pela disponibilidade de pessoas prontas a todos os sacrifícios.

A relação política entre paulistas e mineiros também é elemento de destaque nos textos de autores que se colocam no campo contrário ao movimento de 1930. João Pedro da Veiga Miranda⁴¹, em seu livro *Minas e a candidatura Getúlio Vargas* (1929), afirmava que a união entre São Paulo e Minas Gerais teve um papel histórico na construção da unidade nacional (OLIVEIRA *et al*, 1980, p. 242). A unidade do Brasil só sobreviveu devido à psicologia dos líderes do centro-sul ter dominado o cenário político nacional. São Paulo e Minas Gerais sempre caminharam juntos e as divergências que ocorreram, como na eleição de 1910, foram causadas por questões ocasionais entre os governos, nunca entre os estados. Para o autor, o problema fundamental no enfrentamento que se desenhava entre os dois estados era a ação mineira para sanar seu descontentamento. Poder-se-ia aceitar o desacordo entre os dois estados, desde que o candidato fosse um mineiro, como Antônio Carlos. Mas o apoio de Minas Gerais a Getúlio Vargas era completamente inaceitável.

No livro *São Paulo e o verdadeiro Liberalismo* (1930), Veiga Miranda reafirma a importância dessa relação histórica entre São Paulo e Minas Gerais que se encontrava marcada pelo espírito de colaboração, consenso e concórdia (OLIVEIRA *et al*, 1980, p. 243). Contudo, ele aponta que a cisão entre os dois estados teria nascido em 1924, quando os mineiros permitiram o crescimento do grupo chefiado pelo presidente Artur Bernardes, que humilhou os paulistas. Dessa forma, as desavenças não teriam surgido nas escolhas políticas para as eleições de 1930, mas se prolongavam ao longo da década de 1920. Em 1930, a candidatura oposicionista apresentava os elementos gestados durante a década anterior, revelando-se como uma conspiração “nas trevas contra a prosperidade dos paulistas”. Contudo, o elemento de concórdia característico da relação entre mineiros e paulistas não se extinguiu. O comportamento que se verificava em 1930 não surgiu dos mineiros, mas de “criaturas possesas” que em nome deles pretendiam falar. Apesar de abrandar as críticas a Minas Gerais quanto à aventura

⁴¹ João Pedro da Veiga Miranda (1881 – 1936) foi um político paulista. Ocupou os cargos de deputado estadual e federal por São Paulo e de Ministro da Marinha no Governo Epitácio Pessoa (1919). Foi poeta, crítico literário e membro da Academia Paulista de Letras (OLIVEIRA, 1980, p. 242).

oposicionista, o autor se preocupa em rebater a afirmação dos mineiros de que iriam remodelar as normas políticas de São Paulo, incutindo-lhes o seu liberalismo. Ele acaba por reforçar o elemento de disputa regionalista, quando busca mostrar como se sobressai o liberalismo entre os paulistas (OLIVEIRA *et al*, 1980, p. 244).

O liberalismo também ocupa lugar central nas críticas à oposição que se constrói em Minas Gerais contra o governo federal. Este elemento encontra-se presente na análise de Carvalho Brito,⁴² líder da Concentração Conservadora, que busca apontar que essa organização apresentava os elementos do “verdadeiro liberalismo”, opondo-se ao que divulgava o situacionismo mineiro, ligado à Aliança Liberal. Essas ideias encontram-se expressas no manifesto da organização política, onde se lê:

O liberalismo improvisado quer confundir-se com Minas para tratar como hereges e infiéis, além de traidores, os mineiros que o guerrearam como o inimigo de nossas aspirações de paz, de dignidade e engrandecimento no seio da Federação. É falso, no entanto, que Minas o adote (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 67).

A crítica é direcionada ao governo mineiro, que se define como liberal, remontando à aspiração de ser o representante de um caráter típico de Minas Gerais, expresso por este ideal político. Contudo, a negação de que o liberalismo do governo seria o ideal típico do estado encontra sua definição nas indicações do “verdadeiro liberalismo”, defendido pela Concentração Conservadora:

Sim, do verdadeiro liberalismo, dessa série de agrupamentos heroicos e sofredores, em todos os municípios, células indestrutíveis da alma liberal de Minas que agora encontram o momento justo de vibrar e vencer ao lado da candidatura nacional de Júlio Prestes (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 73).

⁴² Manuel Tomás de Carvalho Brito (1872 - 1952) foi advogado, promotor público, deputado estadual (1899 - 1902), deputado federal (1902 - 1906, 1921 - 1923), Senador estadual (1919 - 1921), Secretário do Interior de Minas Gerais no Governo de João Pinheiro da Silva (1906 - 1908) e diretor do Banco do Brasil (1924 - 1930). Foi um dos líderes da Campanha Civilista em Minas Gerais (1910) e teve forte atuação na campanha presidencial de Júlio Prestes, em 1930. Fonte: *Dicionário da Elite Política Republicana (1889 - 1930)*. FGV - CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRITO.%20Carvalho.pdf>>. Acessado em 23 de agosto de 2018.

Há uma disputa em torno de qual seria a verdadeira expressão do liberalismo. Aquele que se alinha à Aliança Liberal, definido pelo manifesto da Concentração Conservadora como “improvisado”, ou o modelo expresso pelo grupo liderado por Carvalho Brito, que busca reforçar o apoio de uma base nos municípios mineiros, ao mesmo tempo em que aponta a ligação com a “candidatura nacional de Júlio Prestes”. Destacando as características liberais da Concentração Conservadora, no manifesto é apontada a importância de se conservar as liberdades já conquistadas, mantendo a união com o governo federal. Junto a isso seria preciso estabelecer a renovação dos processos, a organização dos métodos políticos do Estado, a franqueza e a lealdade. O manifesto defende ainda a liberdade da União em “escolher seus agentes entre os mais capazes, de demitir os ineptos ou os integrados ao serviço da política estadual” (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 71), apontando a prática do governo mineiro de utilizar os cargos públicos em proveito político:

Ela [a situação mineira] sintetiza todos os vícios e todos os erros da política brasileira. Seus processos inferiores exaltam homúnculos e rebaixam os valores mais altos. A oligarquia e o nepotismo são os gânglios engorgitados do organismo mineiro, espécie de tumores brancos que devoram os glóbulos vermelhos levados ao erário pelos contribuintes quase desamparados (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 72).

A oposição entre o caráter do governo federal e o governo mineiro é apresentada na direção oposta à que Aurino Morais apontaria. O grupo que exerce o poder por meio do governo mineiro é o avesso do que se deseja como parâmetro político para a nação, desvalorizando a elite política, rebaixando os mais altos valores e mantendo as práticas oligárquicas e nepotistas. O verdadeiro valor do liberalismo mineiro é encontrado no grupo que permanece aliado ao governo federal, unido em torno da Concentração Conservadora.

No interior dos debates sobre a relação entre as ideias de federalismo e regionalismo, entre os grupos que disputam o protagonismo no cenário regional e que defendem diferentes posicionamentos frente ao governo federal, encontramos a identificação dos problemas relacionados à organização do Estado nacional. Pautado

pelas noções de liberalismo que ora divergem, ora apresentam elementos muito próximos entre si, apontando para a limitação do debate à disputa do poder político, apresentam-se os problemas reunidos nas ideias de ordenação republicana e organização do sistema democrático.

1.3.2. As crises republicanas: o sistema democrático, o problema partidário e o personalismo

Essa questão é identificada na obra de Mendonça de Azevedo, para quem a culpa pela situação em que o país se encontrava em 1930 não poderia ser colocada apenas sobre os ombros de Washington Luís, pois caberia também a seus assessores (OLIVEIRA *et al*, 1980). O que se coloca como problema, mais do que as ações pessoais do presidente, é o desrespeito às noções democráticas que deveriam orientar a vida republicana, tal como a escolha do presidente da República, tomada como um direito sagrado do povo. Substituir este direito por uma ratificação segundo a vontade do presidente em exercício seria “degenerar a organização republicana e democrática”.

Este elemento também é encontrado na obra de Mário Cassanata (1932, p. 19), que justifica a participação de Minas Gerais na Revolução de 1930 pelo objetivo de “pôr o país dentro da lei”. A Primeira República é caracterizada como os “40 anos de orgia e de corrupção do sistema democrático”. Neste sentido, a Revolução de 1930 só teria ocorrido pela impossibilidade de fazer qualquer acordo com o presidente Washington Luís, símbolo das ações desregradas características do primeiro período republicano. Em contrapartida, o objetivo de Olegário Maciel, como presidente de Minas Gerais, era continuar a obra da Revolução de 1930, com uma administração dentro da lei, contra o particularismo municipal (OLIVEIRA *et al*, 1980, p. 142). Mário Cassanata define da seguinte forma o período republicano anterior a 1930 e que, em sua análise, os paulistas desejavam retomar em 1932:

Que o povo brasileiro não se iluda: a ordem jurídica, que se pretende, é aquela mesma ordem jurídica que atropelou todos os direitos dos

cidadãos brasileiros, que transformou o povo brasileiro num feixe único, para ser manejado a talante dos chefes, que nunca jamais permitiu a formação de partidos, que dentro do mesmo partido único não tolerou tugo nem mugido, que não tinha, afinal, a mais leve ideia do que fosse consciência humana e tanto menos de respeito à pessoa humana (CASSANATA, 1932, p. 14).

Suas críticas às reclamações de São Paulo pelo processo de constitucionalização passavam pelo questionamento de se uma nova Constituição representaria o retorno à mesma ordem legal vigente antes de 1930, cujo maior símbolo era o governo de Washington Luís, identificado com as práticas políticas condenadas no trecho acima. A ordenação democrática é o elemento principal de uma crítica ao primeiro período republicano que explicaria a ocorrência da Revolução naquele momento e também a necessidade de contraposição aos interesses de São Paulo em 1932.

Interessante é perceber como tanto Mendonça de Azevedo quanto Mário Cassanata relevam a atuação de Minas Gerais como parte deste processo político característico da Primeira República e identificados por eles como desvios da ordem republicana. A participação da elite mineira foi ativa durante todo este período, o que pode ser atestado pelos seguidos quadriênios em que o cargo de presidente da República foi ocupado por políticos mineiros, mas também pela ação legislativa da elite do estado, que manteve a maior bancada no Congresso, sendo base de apoio ao governo federal durante a maior parte deste ciclo.

Afonso Arinos também aborda o problema da organização republicana no país trazendo a discussão para as características de organização da elite e o distanciamento entre os agentes políticos e os intelectuais. Ele questiona se o Brasil vivia uma condição de desordem ou de desorganização (OLIVEIRA *et al*, 1980). Se a situação fosse de desordem, poderia se aproveitar parte do sistema vigente, apenas reformando-o. Se a situação se encontrasse na condição de uma desorganização, seria necessária a substituição do próprio sistema político. Para o autor, o que se verificava era uma desordem de caráter intelectual, referindo-se a uma falha da inteligência criadora. Como causas dessa desordem, o autor aponta o fato de a elite intelectual não ter uma participação ativa na vida política republicana. Faltava ao Brasil uma cultura universitária que fornecesse capacidade governativa à elite intelectual que,

comparativamente, poderia ser contraposta ao que se verificava nos Estados Unidos, como exemplo da subjugação da ordem intelectual pela ordem material, o intelecto a serviço do desenvolvimento. A desordem é, portanto, um problema da elite que se encontrava dividida em dois grupos – a intelectual e a política.

Já na obra de outro representante da família Melo Franco, *Outubro: 1930* (1931) de Virgílio Alvim, que se tornou um dos primeiros clássicos consagrados pelo público no momento imediatamente posterior ao processo revolucionário, encontramos outros elementos que apontam as falhas da organização republicana. No prefácio da obra, Osvaldo Aranha sintetiza a análise de Virgílio acerca da Revolução de 1930 ao afirmar que esta se caracterizou mais como uma crise de opinião sobre a hipertrofia do poder executivo do que como um movimento político (FRANCO, 1931). Tal ideia se apresenta ao longo do livro de Virgílio na tentativa do autor de desconstruir a ideia de ação política para apontar o processo como atendimento a uma opinião que transcendia essa esfera, já que unia várias correntes políticas, por vezes divergentes, em torno de um objetivo comum: impedir os desmandos dos ocupantes do cargo de presidente da República. Essa característica, identificada como marca da ação política do povo, já se mostrava perceptível na Campanha Civilista e na Reação Republicana (FRANCO, 1933), sendo a Revolução um momento contíguo dessa atuação popular.

Dos textos produzidos na época da Revolução e que apontam para o entrelugar entre história e memória na análise dos elementos característicos da República, destaca-se ainda o de Aurino Moraes, *Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução de 1930* (1933). A narrativa apresenta um caráter memorialístico, mas busca afirmar sua análise por meio da utilização de documentos produzidos durante o movimento de 1930, sobretudo pelo governo mineiro e pela Aliança Liberal. No texto, a divisão entre Aliança Liberal e Revolução de 1930 aponta para a distinção entre dois tempos: primeiro o da preparação para o confronto contra a estrutura política ultrapassada da Primeira República, representada pelas ações do presidente Washington Luís; o segundo, caracterizado pela ação armada e pelas disputas com Getúlio Vargas, que passa a ocupar uma posição de predomínio político, gerando a necessidade de maior cautela por parte da elite política mineira. Segundo Aurino Moraes,

No regime democrático brasileiro nunca se havia fugido tanto às boas normas republicanas. Por vezes foi a letra da Constituição desrespeitada por chefes de governo que não conseguiram satisfazer os desejos do povo. Até mesmo a suspensão das garantias constitucionais chegou a operar-se pelo amplo período de um quadriênio. O menosprezo absoluto, porém, das nossas leis, a desobediência à Constituição e o desvirtuamento de funções que por esta lhe eram conferidas, foram, nos dois últimos anos, as características do governo Washington Luís (MORAIS, 1933, p. 03).

Apesar de a Constituição já ter sido desrespeitada anteriormente, referindo-se aos momentos de crise vividos pela República entre 1889 e 1926, nunca se havia fugido tanto às boas normas republicanas como no governo de Washington Luís. Certo tom de complacência com as ações de outros governantes, que segundo o próprio Aurino Moraes haviam desrespeitado a lei, é usado para destacar a condição considerada danosa do governo de Washington Luís. Percebe-se a preocupação do autor em diminuir o tom crítico ao referir-se ao quadriênio de suspensão dos direitos, ocorrido com a instituição do estado de sítio que perdurou durante todo o governo de Artur Bernardes entre 1922 e 1926. As ações do político mineiro, ainda que apontadas como desrespeitosas à lei, são amenizadas pela indicação do objetivo de satisfazer os desejos do povo que orientaria as práticas do presidente Bernardes.

Essa perspectiva de análise serve como justificativa para as ações dos políticos mineiros também durante a Primeira República que, de forma semelhante, também descumpriam as determinações legais, verificando-se, por exemplo, que a escolha dos sucessores ocorrera, em vários quadriênios, como indicação e articulação política do presidente em exercício. A construção dessa narrativa aponta as ações de políticos atuantes nos principais postos de poder da Primeira República e que passaram a criticar as práticas desse período quando se colocaram na condição de promotores da Revolução de 1930.

Isso pode ser percebido quando Aurino Moraes aborda o processo de suspensão das garantias constitucionais com o estabelecimento do estado de sítio durante o Governo de Artur Bernardes entre 1922 e 1926 (MORAIS, 1933). Há um silenciamento do autor sobre o fato de o chefe desse governo ser um representante da política de Minas Gerais. O estado mineiro e sua elite política são dissociados das ações e dos eventos relativos a esse momento, que ficou marcado por uma das maiores crises

políticas da Primeira República. Há, dessa forma, uma busca pelo afastamento em relação às práticas classificadas como antidemocráticas ou autoritárias.

Quando cita Bernardes, Aurino Morais não caracteriza o período de seu governo como estado de sítio, mas como “situação especial com relação à política interna” (MORAIS, 1933, p. 04). Os atos de Artur Bernardes são definidos como “excessos que este praticou contra seus adversários”. A manutenção do estado de sítio durante sua presidência é justificada pela necessidade de manter a ordem constituída, e defende que ele recorreu a essa ação por não ter outro meio de manter o governo funcionando (MORAIS, 1933). Mesmo quando critica o governo Bernardes, isso é feito de forma amena, já que a narrativa precisa atender também aos conflitos internos da elite política mineira e a um aspecto que tem forte presença nos textos sobre a Revolução de 1930: o personalismo político.

Em seu livro, Aurino Morais (1933) aponta para a necessidade de revisar o lugar de Minas Gerais na política da Primeira República. Ele busca este objetivo, equilibrando-se entre a defesa das ações da elite, representada por Artur Bernardes e Antônio Carlos – personagens principais da narrativa identificados com o tempo da Primeira República e o período revolucionário, respectivamente. Com o objetivo de reafirmar a condição de Antônio Carlos como líder político, era preciso que este se distinguisse dos demais membros da elite, neste caso, das ações de Artur Bernardes durante seu período na Presidência da República. É então um jogo de defesa da elite mineira como forma de criticar Washington Luís como seu contraponto, mas que também deixa transparecer as cisões internas da oligarquia estadual.

Os conflitos internos da elite se revelam quando o autor passa à abordagem da anistia aos revoltosos de 1922 e 1924. O tema é apontado como um “elemento sagrado” presente na consciência nacional, mas que não foi cumprida por Artur Bernardes (MORAIS, 1933, p. 05). Este destaque serve para reforçar as ações de Antônio Carlos, dentro da política mineira, como um líder mais próximo dos anseios populares, mais identificado com as reivindicações do povo, que aqueles políticos com os quais disputa os lugares centrais no cenário político do estado. Sua maior identificação com os ideais do liberalismo também apresenta este caráter de distinção em relação aos demais políticos que com ele disputam o lugar de centralidade no cenário mineiro. Também é nesse sentido que a identificação do povo como sujeito

ganha importância fundamental na definição do lugar que Minas Gerais ocupou no processo de 1930.

Dentro desse conteúdo personalista do texto de Aurino Morais, destaca-se ainda a definição das diferenças entre Antônio Carlos e o presidente Washington Luís. Como chefe político, Antônio Carlos se destacava por ser uma pessoa fina de pensamento, radicalmente liberal e democrático. Em contraponto, a intransigência é apontada como a marca de Washington Luís, por ele não aceitar a negociação com os integrantes da Aliança Liberal, o que acabou os impelindo à luta armada. As ações dos governos de ambos e seus resultados são identificados com as personalidades dos dois chefes políticos, como no trecho a seguir:

O sr. Washington Luís, diante desta realidade invulgar, não se deteve. Ao contrário, positivou seus intuitos até então mais ou menos velados. Lançou a candidatura de seu amigo íntimo à própria sucessão e praticou, daí por diante, uma série interminável de atos desatinados. (...) Armou verdadeiros laços ao sr. Antônio Carlos, como o processo dos *'habeas corpus'* injustificáveis, o caso de Montes Claros, a emboscada preparada pelo sr. Carvalho de Britto, o excesso de forças federais em Belo Horizonte e tantas outras investidas. Graças ao bom senso do governo de Minas, todas as intervenções falharam (MORAIS, 1933, p. 364 – 365).

As causas do processo revolucionário são atribuídas pelo autor às ações pessoais do presidente da República. Esse elemento ganha destaque no apontamento da escolha de seu sucessor, identificado como “seu amigo íntimo”. As ações do governo federal, definidas como tentativas de intervenção no estado de Minas Gerais, são identificadas como ações pessoais de vingança de Washington Luís contra as opções políticas de Antônio Carlos. Governo, estado e agente político se confundem na realização das ações.

Da mesma forma como as caracterizações de Washington Luís e Antônio Carlos encontram-se em oposição, os agentes políticos mineiros apresentam variações em outras obras do período que, mais uma vez, apontam as disputas internas à elite estadual. Diferenciando-se das caracterizações feitas por Aurino Morais, temos as definições de Antônio Carlos, presentes na obra de Virgílio de Melo Franco, que

apontam os elementos de sua personalidade e a relação com sua ação política. Discutindo as datas em que o desencadeamento da ação armada havia sido planejado – inicialmente para junho de 1930 e depois sucessivamente adiado até outubro -, Virgílio aponta que Antônio Carlos fora o responsável pelos primeiros adiamentos da Revolução, destacando seu caráter de vacilante. Contudo, sua culpa é retirada em relação aos adiamentos seguintes que, segundo o autor, não poderiam ser atribuídos aos políticos de Minas Gerais (OLIVEIRA *et al*, 1980).

A narrativa de Virgílio, assim como também ocorre com a de Aurino Morais, varia entre o elogio e a crítica, muitas vezes velada e indireta, mas em alguns casos de forma mais clara, a agentes políticos mineiros, deixando transparecer a necessidade de se equilibrar entre as disputas internas do estado. O elogio a Antônio Carlos, cujas ações teriam tornado possível o êxito do movimento, convivem com o apontamento de seus constantes recuos, que fizeram crescer a dúvida entre membros da Aliança Liberal sobre o sucesso da ação armada. Contudo, isso teria um aspecto positivo, já que aos membros do governo federal passava a ideia de que aquela era a vontade de apenas uma meia dúzia de homens. O elogio a Antônio Carlos vem carregado de crítica: sua marca mais louvável é a indecisão. Isso contribui para a afirmação de Virgílio de que o Andrada, como líder da Aliança Liberal, teria trocado de bom grado esse papel pelo de candidato oficial.

Quanto à obra de Aurino Morais, o destaque às ações de Minas Gerais, anunciadas já no título do livro, *Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução de 1930*, revelam-se ao longo da narrativa por meio dos posicionamentos de Antônio Carlos perante tais processos. Este é tomado como o grande líder do estado, representante da elite e conhecedor dos anseios do povo. Os sucessos de Minas Gerais são alcançados por meio das tomadas de decisão de Antônio Carlos. Dessa forma, na narrativa de Aurino Morais, a memória sobre a Revolução de 1930 se confunde com as ações daquele que é apontado como seu líder e promotor.

Dentro dessa perspectiva personalista das abordagens sobre o processo político de 1930, encontramos ainda os elementos que remetem às ações de agentes externos à elite política mineira. Enquanto a estrutura política ultrapassada da Primeira República era representada pelas ações do presidente Washington Luís, após o embate direto com este modelo e a tomada do poder, apresentou-se um novo cenário de

conflitos, sobretudo com Getúlio Vargas, que passou a ocupar um lugar de centralidade na nova configuração institucional, buscando estabelecer sua influência sobre a política estadual. Sobre a relação de Getúlio Vargas com a elite mineira, Norma de Góes Monteiro (ANDRADA et al, 1987) destaca que, durante o Governo Provisório, ele, como presidente, buscou estabelecer sua hegemonia sobre a elite mineira. Durante os primeiros três anos, Minas Gerais resistiu a tal influência com a manutenção de Olegário Maciel à frente do governo, impedindo a indicação de interventores e a interferência dos líderes tenentistas. Contudo, Vargas alcançou bons resultados em seu objetivo ao desestabilizar as estruturas oligárquicas, fomentando as críticas ao presidente do estado. A consolidação da estratégia e marco da hegemonia varguista em Minas Gerais foi a indicação de Benedito Valadares⁴³ como interventor no estado após a morte de Olegário Maciel.

Na memória mineira, há uma ambiguidade nas caracterizações de Getúlio Vargas. Ao abordar as repercussões do movimento constitucionalista de São Paulo em 1932 e as razões do posicionamento contrário da elite política mineira, Mário Cassanata discute elementos que se relacionam a esse aspecto personalista dos textos memorialísticos. Segundo o autor (CASSANATA, 1932), o que os paulistas desejavam era a deposição de Getúlio Vargas. Isso podia ser comprovado pela “política personalista”, como adjetivação negativa, das práticas que vigoravam em São Paulo. Mário Cassanata busca reafirmar o apoio de Minas a Getúlio Vargas, apontando que a Ditadura – como é definido o período do governo provisório – corresponde a um momento de transição para a chegada de uma nova ordem. Esse tratamento brando dos primeiros anos de governo após a tomada do poder em 1930 convive no texto com as críticas ao período da Primeira República, mas se alterou nas narrativas de parte da elite mineira à medida que cresceu a influência de Getúlio Vargas sobre a política estadual.

Também é possível identificar esse aspecto do personalismo em textos produzidos fora de Minas Gerais, mas que têm como foco principal a participação do estado e de seus agentes no processo político de 1930. Dentre as obras que apresentam

⁴³ Norma de Góes Monteiro (ANDRADA et al, 1987, p. 179) destaca que a escolha de Benedito Valadares para a interventoria em Minas Gerais pegou a toda elite política mineira de surpresa. A autora aponta que Valadares não tinha grande expressão política, tendo sido homem de confiança de Olegário Maciel e deputado federal eleito pelo Partido Progressista. Para solucionar as disputas internas na elite mineira, Getúlio Vargas indicou Valadares como interventor, desconsiderando as indicações de Gustavo Capanema e de Virgílio de Melo Franco, que se colocavam como pretendentes ao cargo.

essa perspectiva, destacamos as de Amarílio Júnior⁴⁴, *Artur Bernardes e a Revolução* (1931), e de Ari Pavão⁴⁵, *Artur Bernardes e o Brasil* (1931). Em seu livro, Ari Pavão aponta que, na origem das “degringoladas da vida republicana”, encontra-se a ausência de partidos organizados e com programas (OLIVEIRA *et al*, 1980, p. 280 - 281). A Proclamação da República é vista como um ato precipitado, agravado quando os legisladores copiaram as leis dos Estados Unidos. O autor discorda das críticas feitas à supremacia de São Paulo e Minas Gerais durante a Primeira República e à interferência dos presidentes na indicação de seus sucessores. Essa interferência se justificaria por possibilitar a continuidade de programas de governo, dada a ausência de partidos organizados. Essa ausência dos partidos seria o elemento fundamental para o predomínio da perspectiva personalista da política, que se apresentava como única forma possível de continuidade dos projetos⁴⁶.

O problema partidário também é discutido por Mendonça de Azevedo. Para ele, a livre competição partidária resolveria vários problemas, se tivesse ocorrido como deveria durante a República. Contudo, ela se encontrava prejudicada pelas competições dos homens de governo. Como resultado dessa ausência de uma organização partidária que atendesse às necessidades da ordem republicana, o autor aponta a crise do federalismo que conferia a Minas Gerais a condição de orientador do país. O mal da democracia no Brasil não poderia ser atribuído à falta de cultura do povo, pois isso já ocorria na Monarquia. O que faltava eram as agremiações partidárias, pois sem os partidos os homens públicos continuariam a agir segundo seus interesses individuais (OLIVEIRA *et al*, 1980).

Contrariamente à perspectiva de Mendonça de Azevedo, Carvalho Brito defendia que o presidente – referindo-se especificamente a Washington Luís - não realizava o programa de um governo, mas o projeto de toda a nação. Dessa forma, o governo encontra-se acima do partido, alçando também o governante a uma condição de superioridade. Contudo, a relação estabelecida por Carvalho Brito entre o agente

⁴⁴ Não foram encontrados dados biográficos sobre o autor, o que também é indicado por Lúcia Lippi Oliveira (1980, p. 101).

⁴⁵ Ari Pavão (n. 1900 – s.d), nascido no Rio Grande do Sul, foi jornalista, romancista, teatrólogo e diplomata. Seu livro é dedicado a Otávio Mangabeira.

⁴⁶ O texto apresenta um forte conteúdo elitista, percebido na definição de como deveria ser instituído o voto secreto. Este modelo deveria ser mantido para aqueles que possuíam altas rendas, já que o censo evitaria o voto de cabresto. Tal perspectiva elitista vê na população pobre apenas uma massa de manobra e na elite econômica a capacidade de fazer escolhas em nome dessa população (OLIVEIRA *et al*, 1980).

político, o partido, o governo e o Estado apresenta-se como elemento de crítica na análise sobre o governo mineiro:

Quando ontem a situação oficial de Minas considerava como causa mineira a ascensão à chefia da República, de seu presidente de então, o liberalismo era julgado soberanamente como expressão fora da moda, evocação retrograda de um sonambulismo retardatário. (...) A comparação das duas quadras aponta à Concentração Conservadora o dever de impedir a repetição desse *modus* que é a absurda confusão de Minas e da liberdade com os subalternos interesses representados pela candidatura Getúlio Vargas. Ela exhibe aos mineiros o governo de seu Estado traindo a finalidade da cooperação federativa, tentando murar a terra mineira, emparedá-la, isolá-la dos poderes federais, por terem à sua testa essa figura enérgica e entusiasta que é o presidente Washington Luís (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 67 – 68).

Ao abordar as ações políticas do governo mineiro, o manifesto da Concentração Conservadora aponta o impedimento a quaisquer interesses políticos que pudessem estabelecer a sobreposição dos interesses de um partido ou grupo ao interesse da “cooperação federativa”. O que deixa subentendido que não podia haver tal confusão entre grupo político, governo e Estado quando se trata do grupo de oposição. Isso se expressaria em Minas Gerais como uma tentativa de isolar o estado dos “poderes federais” liderados por Washington Luís, que, dentro de uma perspectiva personalista, é apresentado por Carvalho Brito como a figura “enérgica e entusiasta” que provocaria a reação dos políticos da oposição que buscavam defender seus interesses pessoais.

O posicionamento de Carvalho Brito sobre Washington Luís encontra um paralelo nos apontamentos de Ari Pavão sobre Artur Bernardes (OLIVEIRA *et al*, 1980). Essa ausência de partidos ideologicamente organizados, com caráter nacional e programas estruturados, resultava na indispensabilidade do modelo personalista para a manutenção do sistema político da Primeira República. Este aspecto justificaria a participação de Artur Bernardes na Revolução de 1930 e o fato de ter se aliado aos tenentes que seu governo combatera em 1922 e 1924. Segundo o autor, os movimentos anteriores seriam apenas quarteladas, sem programas definidos, não representativos do sentimento nacional. Diferente daqueles, a Revolução de 1930 se configurava como um movimento verdadeiramente nacional.

Este elemento também é encontrado na obra de Amarílio Júnior que, entretanto, apresenta o objetivo mais claro de reabilitar a imagem de Artur Bernardes, justificando seu posicionamento na Aliança Liberal. Os levantes tenentistas são identificados como movimentos de quartéis, enquanto a Aliança Liberal representava “o protesto de toda a nação contra os desmandos de Washington Luís”. Dessa forma, o posicionamento contra o presidente da República seria o marco de origem da Aliança Liberal e o fator decisivo para a adesão de Artur Bernardes. Não haveria, dessa forma, incompatibilidade entre o homem que combateu as revoluções de 1922 e 1924 e o que aderiu à Aliança Liberal, o que também aponta para a revisão do papel de Minas Gerais na Primeira República, já que as ações da elite política do estado à frente do governo federal podiam agora ser relativizadas devido à conduta condenável de Washington Luís.

A Aliança Liberal seria o marco fundamental para compreender a atuação de Artur Bernardes, sendo este apresentado como pensador, articulador e fator decisivo para o sucesso do movimento político. Amarílio Júnior valoriza o lugar de Bernardes na política mineira, apontando que, para Antônio Carlos, só restara o papel de idealista. Contudo, é importante destacar que, apesar do destaque à oposição entre Bernardes e o Andrada, o autor também reforça a unidade política no interior da elite estadual (OLIVEIRA *et al*, 1980).

Em Minas Gerais, as características da política personalista também foram discutidas por aqueles que se colocaram no campo da oposição à Aliança Liberal e ao levante de 1930. Para Carvalho Brito, o líder da Concentração Conservadora, o estado de Minas Gerais estava sendo conduzido por uma ambição personalista, já que não era a liberdade que estava em questão quando se fazia oposição ao governo federal. O autor recorre aos aspectos da *mineiridade* para apontar que os mineiros, que sempre atenderam “à comunhão dos interesses de centro, combatendo as rebeldias desintegradoras”, viam-se agora divididos pelas ações de agentes que buscavam atender a interesses pessoais (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 68).

As críticas ao personalismo são identificadas também como influência do posicionamento do Rio Grande do Sul, a quem caberia concorrer com as demais unidades do país para a grandeza do Brasil, ao invés de buscar o atendimento de seus interesses particulares. Como apontado no manifesto da Concentração Conservadora,

De súbito o situacionismo de Minas quebra a comunhão com ela [a administração federal], desune a colaboração proveitosa que deveria existir, e, combatendo-a e atacando-a, como que pretende dar aos mineiros só os ônus e privá-los de todas as vantagens de serem brasileiros (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 69).

A busca pelo atendimento desses interesses, sob a influência gaúcha, resultaria nas falhas no atendimento à população, que podiam ser verificadas na prestação dos serviços em Minas Gerais. Carvalho Brito compara os sucessos do governo federal aos fracassos do governo de Minas Gerais, ao apontar que, no estado, os correios, o transporte ferroviário e o ensino estavam a cargo do governo estadual, servindo de barganha política, apresentando-se piores que os serviços organizados pelo governo central. As falhas do governo mineiro ressaltariam para a população os valores de Washington Luís e de Júlio Prestes, líderes da campanha de reestruturação econômica que, com sua política moderna, afastariam as práticas de política pessoal. O propósito da Concentração Conservadora seria “impedir que Minas deixasse de colaborar com a União em prejuízo de seus habitantes”. Para isso, os mineiros deveriam seguir a corrente de opinião nacional que elegeria Júlio Prestes para a presidência da República (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 73).

Também é baseado nesse elemento personalista que Veiga Miranda destaca que o povo mineiro, caracterizado por seus aspectos ligados ao catolicismo e ao conservadorismo, tinha o dever de não apoiar um candidato da corrente positivista gaúcha (OLIVEIRA *et al*, 1980, p. 243). A noção de personalismo aparece aqui sob uma perspectiva positiva, já que o termo se refere às características da personalidade de um indivíduo que não poderia ser substituída pela influência negativa de uma corrente filosófica. Isso pode ser percebido no apontamento feito pelo autor quanto ao processo de “despersonalização” dos políticos gaúchos, entregues nas mãos de Borges de Medeiros, chefe da política e da Igreja Positivista. O processo de influência e despersonalização fazia de Getúlio Vargas um Borges de Medeiros mais moço. O apoio mineiro expunha o Brasil aos perigos do “autocratismo, do continuísmo e do positivismo”.

Em linhas gerais, o personalismo encontra-se presente na memória mineira como modelo de ação política, característico de uma organização em que os partidos não reúnem forças para colocar em ação projetos eficazes para o país, ficando tais ações a cargo da iniciativa particular daqueles que ocupam os postos de comando. Modelo característico da República até 1930, a política personalista é tomada como elemento fundamental nas críticas dos aliancistas às ações do presidente Washington Luís, constantemente caracterizadas como arbitrariedades.

1.3.3. O Governo de Washington Luís e a reação de Minas Gerais

O elemento personalista nas abordagens sobre o movimento político de 1930 aponta o esforço dos autores para identificar as causas do processo revolucionário. Dentre as causas mais presentes nos textos de memória, apresentam-se as ações do presidente Washington Luís, tratadas em inúmeros momentos como arbitrariedades, mas também como transgressão da lei, descumprimento das funções exigidas pelo cargo e, em outros momentos, como aspecto característico de sua personalidade, atendimento a interesses pessoais e de amigos e traição ao acordo tácito que haveria com Minas Gerais, sobretudo no que se referia à sucessão presidencial. O que, neste último item, atingiria diretamente Antônio Carlos e seu projeto político de ascensão à Presidência da República.

Segundo Virgílio de Melo Franco (FRANCO, 1931, p. 70, 74), toda a esperança que havia sido depositada no Governo Washington Luís – referindo-se ao apoio mineiro para a sua eleição - terminou quando este se revelou um desastre em todos os sentidos. A “bronca incompreensão” que emanava do Palácio Guanabara atingiu os líderes do governo na Câmara e no Senado. A falta de habilidade política do presidente da República provocaria atritos com os aliados, o que se agravaria com a ação de agentes políticos que buscavam colocar-se na disputa pela sucessão. Este era o caso de Antônio Carlos que, segundo Virgílio, articulava com habilidade na busca do Rio Grande do Sul como aliado para a candidatura de oposição. O autor ressalta também a importância da participação gaúcha para o sucesso do projeto que se colocaria na oposição ao governo federal, dadas as insatisfações também presentes no sul do país

pela incapacidade de negociação do presidente e por suas ações arbitrárias na condução da escolha do sucessor.

Por meio dos textos, é possível perceber que, ao menos desde o início de 1929, o posicionamento de Antônio Carlos mostrava-se crítico ao presidente da República. No livro *A palavra do Presidente Antônio Carlos na campanha da Aliança Liberal* (1930), estes elementos de seu posicionamento político podem ser identificados.

Contra essa tentativa que, se triunfante, terá de comprometer, de modo peremptório e fundamental, a existência do sistema representativo, foram que se fizeram ouvir as vozes de advertência e de conselho, as quais, por fim, se transformaram nesse pronunciamento generalizado e irresistível da opinião brasileira... (...) As razões e finalidades deste movimento, a que se incorporam as parcelas vivas da opinião brasileira, outras não são, senhores convencionais, senão as mesmas razões e finalidades que impeliram os nossos maiores a fundar as instituições republicanas, em cuja defesa nos reunimos neste instante... (...) O funcionamento regular e livre do sistema representativo constitui a garantia única de continuidade na ordem, porque somente ele transfere o problema da continuação do governo do terreno do acaso ou da competição violenta para o terreno legítimo da soberania popular, pronunciando-se através do sufrágio consciencioso e independente (MACHADO, 1930, p. 70 – 71).

No discurso de lançamento da campanha da Aliança Liberal, percebemos, de forma mais clara, a contestação ao presidente Washington Luís como o fator que originou o movimento político. O processo só teria se iniciado após a comunicação pelo presidente de seu candidato à sucessão. A ação de Washington Luís representava, na visão do presidente de Minas Gerais, a usurpação da soberania popular, a instalação do poder absoluto e a morte do sistema representativo. Contudo, nos textos, também fica claro o quanto o Andrada desconsidera a participação de Minas Gerais e de sua elite em todo o processo político característico da Primeira República, o que contribui para reforçar a imagem de Washington Luís como político arbitrário. As referências ao funcionamento das instituições republicanas de representação popular por meio do voto parecem distantes do modelo praticado durante a Primeira República pelas oligarquias estaduais que dominavam a política em âmbito nacional, dentre as quais a elite mineira teve papel de destaque.

Essa atribuição de ações condenáveis ao governo federal e, em particular, a Washington Luís, também está presente no texto de Aurino Morais. A quebra da normalidade – identificada também com uma noção de funcionamento amplo das instituições democráticas durante a Primeira República - teria ocorrido a partir do momento em que o Governo permitiu a fuga das “boas normas republicanas” (MORAIS, 1933, p. 03). A quebra dessa normalidade do governo de Washington Luís já era encontrada no momento de sua fundação. As críticas à origem da candidatura são associadas ao ambiente de falta de liberdade durante a eleição de 1926 (MORAIS, 1933), marcada pelo estado de sítio que atravessou todo o governo de Artur Bernardes. Contudo, as críticas recaem sobre Washington Luís e ao fato de ter sido eleito em uma época em que tais garantias não estavam em vigor. Isso impediria a plena consciência dos eleitores. Devido a isso, o governo ficaria marcado pelo menosprezo absoluto das leis, a desobediência à Constituição e o desvirtuamento das funções que por ela eram conferidas. Essa marca que, segundo Morais, se consolidara nos dois últimos anos do quadriênio, justificaria as ações de Minas Gerais na Aliança Liberal e a preparação de seu ingresso na oposição já a partir de 1929.

Em sua análise, Aurino Morais aponta o apoio a Washington Luís, dado por seu antecessor, mas não cita que este antecessor era o mineiro Artur Bernardes, nem identifica com seu governo o período de sítio tão criticado e apontado como prejudicial à livre escolha de um novo presidente. Toda crítica recai sobre Washington Luís, como forma de reforçar o caráter autoritário do presidente e justificar o ingresso de Minas Gerais no movimento de 1930. De forma complementar, ele indica que tais características arbitrárias do governo teriam se intensificado nos dois últimos anos de mandato, o que coincide com o processo de afastamento de parte da elite política mineira em relação ao governo federal.

Outra marca do quadriênio de Washington Luís que, segundo Aurino Morais, atinge Minas Gerais, é a servidão do Congresso em relação ao governo federal (MORAIS, 1933). O autor denuncia a manipulação das máquinas eleitorais nos estados como forma de impedir que as oposições chegassem ao Congresso. Essa prática, muito comum na Primeira República por meio do instituto da Verificação de Poderes, encontra-se identificada no texto de Morais unicamente com o governo de Washington Luís. Da mesma forma, a participação de Minas Gerais e a utilização deste procedimento durante a Primeira República é negligenciada. Mais uma vez, as práticas

políticas da elite mineira são distanciadas daquilo que é identificado com a Primeira República. O que identifica este grupo político - caracterizado como uma minoria dentre os políticos do país - é sua insistência em se contrapor aos desmandos do presidente da República, o que contribuiu para a realização do movimento de 1930.

Em contrapartida a essa perspectiva crítica a Washington Luís, encontramos, na obra de Veiga Miranda, uma defesa contundente das ações do presidente. Segundo o autor, o nome de Júlio Prestes como sucessor na presidência vinha espontaneamente aos lábios de todos aqueles que contemplavam o esplêndido panorama de prosperidade paulista (OLIVEIRA *et al*, 1980). Esse consenso seria confirmado com a indicação de seu nome a candidato por elementos alheios a São Paulo e pela recusa de Washington Luís ao apoio que Getúlio Vargas lhe oferecera. O trabalho pessoal do presidente da República em prol da escolha de Prestes como candidato, tão denunciado pelos aliancistas, é mostrado como ação que se originou entre outros grupos políticos, sem a participação direta de Washington Luís, que apenas atenderia a essas reivindicações.

As críticas às ações de Antônio Carlos são constantes entre os apoiadores do presidente da República. No livro *Abaixo as máscaras* (1931), de Jurandir Pires Ferreira⁴⁷, dedicado a Júlio Prestes, o autor critica o oportunismo político do presidente de Minas Gerais, perceptível na aproximação de seu governo com a Igreja Católica, com objetivos eleitorais (OLIVEIRA *et al*, 1980). Segundo o autor, a influência do clero foi fundamental para o sucesso da ação dos opositores. As ações do Exército teriam sido minadas pela influência do clero, o que o deixou imóvel durante o movimento de 1930. Este é um dos aspectos que apontam como o sucesso do movimento teve como ponto fundamental a aproximação do clero com a Aliança Liberal. Como retribuição, ou pagamento, o governo provisório decretaria a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas de todo o país, o que já acontecia em Minas Gerais durante a presidência de Antônio Carlos. Contudo, ele também atribui o

⁴⁷ Jurandir de Castro Pires Ferreira (1900 – s.d) pertenceu a uma família política do Piauí. Foi deputado constituinte em 1946 e deputado federal (1946 – 1950, 1962) pelo Distrito Federal. O autor se exilou na Embaixada do Peru em 31 de outubro de 1930 e depois em Portugal. Durante o Estado Novo (1937-1945) chefiou o gabinete do ministro da Viação, João de Mendonça Lima. Integrou a comissão nacional provisória da Esquerda Democrática (ED), constituída por intelectuais e políticos de tendências predominantemente socialistas, cujo objetivo era combater o regime do Estado Novo e o presidente Getúlio Vargas. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. FGV – CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jurandir-de-castro-pires-ferreira>>. Acessado em 17 de março de 2019.

processo da Revolução, em parte, à falta de flexibilidade de Washington Luís e à sua incapacidade de negociar com os estados que se colocavam no campo da oposição.

Como resultado dos elementos presentes nos textos de memória - como a arbitrariedade e incapacidade política do presidente Washington Luís, o descumprimento das leis e a crise do sistema republicano que se verificava naquele momento, os privilégios pessoais em detrimento do interesse público, a manobra paulista para se manter à frente do poder executivo federal - temos um elemento que se mostra como ponto central nos textos: a Revolução de 1930 como reação de Minas Gerais e de seus aliados. Com este tema muitos memorialistas buscaram afirmar que a tomada do poder não foi fruto de um projeto da elite política mineira, mas o resultado ao qual este grupo foi levado devido à má conduta daqueles que integravam o governo federal. É essa má conduta, exposta, sobretudo, por meio da desorganização do processo eleitoral, que orientaria a reação dos aliancistas.

O discurso reativo dos aliancistas recorre também à denúncia das práticas eleitorais fraudulentas que seriam usadas para atender aos interesses do grupo que comandava o governo federal, em detrimento dos grupos de oposição. O risco de fraudes nas eleições presidenciais encontrava grande eco em Minas Gerais, sendo tema de denúncias mesmo antes do pleito, em março de 1930. Sua elite, principalmente os membros da Aliança Liberal, com destaque para Antônio Carlos, se vangloriava pela instituição do voto secreto em 1928, colocando-se como modelo a ser seguido pelos demais estados da Federação. Nesse sentido, Virgílio de Melo Franco denunciava:

A série infinita de fraudes e violências que o governo federal praticava em todo o país culminou no alistamento eleitoral. (...) Os jornais de S. Paulo os mais reputados, como o *Estado de São Paulo*, publicavam diariamente milhares de nomes de estrangeiros escritos como eleitores pelo PRP. Assim, pôde São Paulo, em pouco tempo, elevar o seu eleitorado de 214 a 511 mil eleitores. As mesmas escandalosas proporções se verificaram em vários outros estados (FRANCO, 1980, p. 120).

A denúncia da fraude identificada no estado de São Paulo, principal reduto eleitoral do grupo político que comandava o governo federal, aponta para elementos que

também pesam nas narrativas de autores contrários ao movimento aliancista. Como principal grupo aliado ao governo federal e que se opunha à Aliança Liberal, a Concentração Conservadora, liderada por Carvalho Brito, também constrói um discurso que justificava seu posicionamento político como reativo àqueles que pretendiam “exilar-se dentro da própria pátria” (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 66). Essa organização política teria o objetivo de redimir a “coletividade mineira” dos erros do governo estadual, que provocaram seu isolamento da administração da República e promoveram contra ela uma campanha de injúria, descrédito e rancor. Esse discurso é construído por meio do apontamento das práticas condenáveis do governo estadual, como se lê no trecho a seguir:

O liberalismo, em Minas, é o lema dos que não comungam com o situacionismo estadual. Eles representam uma força moral que se transformará numa covardia, se unir-se à situação local, em plena decadência pela amputação de órgãos de possível compressão, desligados de sua máquina eleitoral, essa mesma que faz o alistamento de menores e estrangeiros, analfabetos e sem renda, a tanto por cabeça para cabo eleitoral, que desloca auxiliares da administração estadual para corromper e iludir as massas descontentes com uma ‘aliança paradoxal’ e absurda (CONCENTRAÇÃO, 1929, p. 70 – 71).

A acusação dos conservadores ao governo estadual se baseia no uso da máquina pública em benefício político e na utilização de recursos fraudulentos no processo de alistamento de novos eleitores para a obtenção de vantagens nas eleições. Elas apontam para um aspecto particular que também aparece nas narrativas dos aliancistas: a denúncia da fraude. Assim como os aliancistas se colocam como um grupo reativo à ordem política que vigorava na República até 1930, caracterizado por essa prática fraudulenta, a Concentração Conservadora também denuncia o uso deste recurso pelo governo mineiro, o que aponta para a frequência com que tais ações eram praticadas. Ambos os grupos não reconhecem em si o papel de quem tomou a iniciativa da ação política, pois ambos se colocam na condição de reação a tais práticas. Os dois grupos se propõem a mudar o quadro político, mesmo sendo acusados, simultaneamente, de praticarem as mesmas artimanhas que o caracterizavam.

Contudo, para além do pleito, havia outros momentos delicados no processo eleitoral, característicos da Primeira República. Aurino Morais (MORAIS, 1933) aponta a importância do processo de verificação de poderes para que a campanha liberal atingisse seu resultado e sua consequência mais marcante: a Revolução de 1930. Segundo o autor, é possível elencar vários momentos em que a atuação dos liberais foi política e revolucionária, mas a ação armada só teria se efetivado como necessária após o resultado do reconhecimento dos poderes. No livro *Outubro: 1930*, Virgílio de Melo Franco também aponta que tais fraudes e, posteriormente, o processo de apuração das eleições e de reconhecimento dos candidatos eleitos, representaram momentos de aumento dos desmandos de Washington Luís. Segundo o autor,

Convencidos de que o presidente da República forçaria a eleição e o reconhecimento de seu candidato, não se detendo diante de nada, os elementos mais extremados da Aliança Liberal começaram a cogitar da possibilidade de um movimento armado. (...) Então não havia ainda, propriamente, uma preparação revolucionária, mas apenas uma conspiração marchando em sentido lateral à propaganda eleitoral (FRANCO, 1980, p. 120 – 121).

Estes eventos teriam precipitado a decisão dos líderes de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, e ainda dos líderes militares, pelo conflito armado. A conspiração que planejava o levante armado também é apontada como uma ação reativa ao posicionamento previsível do presidente da República. Ainda que as fraudes e o processo de degola dos candidatos eleitos sejam apontados como causa definitiva do levante armado, tal ação já era preparada antes mesmo que os ritos eleitorais estivessem completos. Dessa forma, a reação tem início ainda antes da confirmação da ação que a provocaria.

A partir da caracterização da ideia de conspiração chega-se a outras duas questões fundamentais para se identificar a forma como o processo revolucionário foi pensado pelos mineiros, tanto no que se refere à participação popular como à luta armada. Para tanto, recorreremos às indicações de um agente externo a Minas Gerais, Washington Luís Pereira de Souza Neto, que em sua participação nos eventos

comemorativos do cinquentenário da Revolução de 1930⁴⁸, aponta, a partir das cartas guardadas por seu avô, uma breve análise da participação mineira no processo. Segundo Washington Luís Neto (ANDRADA et al, 1987, p. 145 - 146), não se conhece o limite e a efetividade da participação popular, “das classes subalternas”, na Revolução de 1930, mas não há dúvidas de que grandes segmentos das classes médias urbanas se envolveram no processo. Este também contou com a simpatia, embora não com a ação, do proletariado urbano. Contudo, ainda que não se conheça efetivamente o alcance da participação desses grupos, essa sem dúvida não teve a importância da “conspiração dos notáveis”. O uso da ideia de conspiração, tal como construída no texto de Virgílio de Melo Franco, aparece aqui nas indicações de um herdeiro do homem tomado como grande inimigo da Revolução de 1930. A conspiração define a ação exercida pela ala majoritária do PRM somando forças com representantes dos militares e dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul.

A ideia de conspiração se justifica e se fundamenta pela perspectiva de perseguição a Minas Gerais por parte do governo federal. Esse elemento tornou-se o tema fundamental para a ação deste grupo que Virgílio define como “os mais exaltados”. Essa perseguição apresentava três elementos: o uso da máquina pública em proveito político do grupo que apoiava o governo federal; as desordens e conflitos armados provocados por esse grupo – em Minas Gerais identificados, sobretudo, com a Concentração Conservadora - e a confusão entre o patrimônio público e o agente político como vítimas de tais ações. Aurino Moraes aponta as atitudes tomadas como perseguição a Minas Gerais e que teriam provocado a reação dos aliancistas:

A ação da Concentração Conservadora seria insensível si apenas fizesse livre propaganda de seu candidato. Seu fracasso inevitável, seria ainda mais acentuado, si não fora a compressão sobre o funcionalismo público federal. Era preciso que o sr. Carvalho Britto se dispusesse a atender à paixão do sr. Washington Luís e, como instrumento deste e de seu governo, executasse a menos digna das campanhas políticas em Minas. (...) Dava ordens, pedia e fazia nomeações, demissões e remoções, dispunha dos Telégrafos, Correios e Estradas de Ferro, como se fossem propriedades suas; fazia do funcionalismo federal o que bem entendia e chegou a dispor de forças federais para melhor executar sua tarefa (MORAIS, 1933, p. 97 – 98).

⁴⁸ Washington Luís Neto apresenta duas conferências com temas praticamente idênticos durante o ano de 1980: a primeira, no Seminário de Estudos Mineiros, realizado pela UFMG e a segunda, no Seminário realizado pela Câmara dos Deputados.

Neste primeiro elemento, o uso da máquina pública com objetivos políticos é tomado como uma das formas de prejudicar a população pela gestão que não considerava o interesse público da prestação dos serviços em sua melhor forma e como cerceamento ao direito de livre ação política dos funcionários, que, por não aceitarem as imposições do governo federal, eram punidos. Após o resultado das eleições, em março de 1930, as denúncias contra os agentes do situacionismo federal centram-se no elemento das fraudes. A substituição do juiz federal responsável pela apuração dos votos no estado, às vésperas da eleição, também foi denunciada como elemento nocivo à eleição.

Sempre ligado a estes eventos, identificado como agente executor das ações federais, Carvalho Brito, líder da Concentração Conservadora, também tem sua trajetória marcada, nas disputas de 1930, pelo envolvimento com os momentos mais violentos gerados pelo embate político. Dentre as desordens impulsionadas pelos confrontos partidários, a mais marcante na memória mineira é a da cidade de Montes Claros. Quando Carvalho Brito e Melo Viana desembarcam na cidade, em fevereiro de 1930, para um dos *Congressos* organizados pela Concentração Conservadora, a cidade torna-se o palco do confronto armado entre os seus seguidores e os correligionários da Aliança Liberal. Virgílio Melo Franco (1980) registra o incidente destacando as hostilidades do grupo liderado por Brito e Viana contra os políticos locais, ligados ao movimento aliancista.

O tiroteio, indicado por Virgílio como resultado da provocação dos capangas de Carvalho Brito, e depois como represália de agentes da Aliança Liberal contra a Concentração Conservadora, deixou mortos e feridos. O confronto foi fartamente usado como justificativa pelo governo federal para a tentativa de intervenção em Minas Gerais. Em referência a essa tentativa, Virgílio escreve que

O presidente da República havia declarado guerra ao estado de Minas, guerra que estava sendo conduzida com ferocidade e com impiedosa estupidez. Assim, o seu ministro da Justiça, julgando previamente a natureza do incidente de Montes Claros, classificou-o como crime político, visando ao vice-presidente da República, o qual nada indicava que estivesse no extremo Norte de Minas, no exercício do

seu mandato. Essa hermenêutica do ministro da Justiça era tão monstruosamente estranhável quanto, para ressaltar a sua parcialidade, havia o precedente de várias emboscadas, que malgrado terem sido dirigidas contra deputados federais, não mereceram a honra de uma capitulação como crime político (FRANCO, 1980, p. 136).

No texto de Virgílio e de outros memorialistas favoráveis à Aliança Liberal, como Aurino Morais, os conflitos armados ocorridos durante a campanha presidencial são tomados como indícios da ação do governo federal contra Minas Gerais, seja como justificativa para a intervenção no estado, como fato a ser tratado como capital político pelo candidato oficial ou como forma de atingir diretamente os agentes que se colocavam em oposição ao presidente da República. Os símbolos da violência e intolerância do governo federal, como escreve Virgílio (1980), expressados pelas ações do presidente da República ou de seus comandados, é abordada na obra de Aurino Morais da seguinte forma:

O governo federal (...) [t]entou, desde que se verificou o rompimento, reduzir a força e a expressão política de Minas. Mas queria fazê-lo pela violência, intervindo no Estado. Armou verdadeiros laços ao sr. Antônio Carlos, como o processo dos '*habeas corpus*' injustificáveis, o caso de Montes Claros, a emboscada preparada pelo sr. Carvalho de Brito, o excesso de forças federais em Belo Horizonte e tantas outras investidas. Graças ao bom senso do governo de Minas, todas as tentativas de intervenção falharam (MORAIS, 1933, p. 364 – 365).

Além da confusão entre a função de chefe de governo e de chefe político, as referências a Antônio Carlos também estabelecem uma unidade entre o agente político e o próprio estado de Minas Gerais. A ameaça a um é, na mesma medida, ameaça ao outro. O perigo representado pelo governo federal devido às suas “investidas” na tentativa de “reduzir a força e a expressão política de Minas” apresenta ainda o elemento fundamental para justificar as ações da Aliança Liberal, no que se refere aos conflitos armados que seriam organizados a partir da confirmação da derrota eleitoral. O indício mais forte da ação condenável do governo federal poderia ser encontrado na percepção popular de uma vitória certa. Segundo Morais,

O povo esperava, tranquilo, a vitória nas urnas, em 1º de março. Os chefes da Aliança pregavam pelas caravanas, pela Imprensa e pelas tribunas que, se o governo fraudasse o pleito, o povo não se conformaria com o abuso. Todo o Brasil estava convencido de que o melhor programa, as melhores diretrizes eram as dos liberais. A vitória do governo, conseguida pela fraude, seria arrebatada pela Revolução. Falava-se em Revolução com uma naturalidade espantosa. O povo se convencia aos poucos de que a solução do embate só se daria pelas armas (MORAIS, 1933, p. 364).

Dessa forma, os elementos da luta política se mesclam na memória: a perseguição empreendida pelo governo federal ao estado de Minas Gerais, que se confunde com seus chefes políticos, é expressa no uso da máquina pública em proveito pessoal, nas falsas acusações, na provocação, na violência e, por fim, na fraude eleitoral. Isso não passaria despercebido aos olhos daqueles que, nessa narrativa, tinham lugar fundamental no desenrolar dos fatos – o povo. A percepção popular de que os problemas só seriam resolvidos por meio das armas reforça a impossibilidade de diálogo com Washington Luís e seus liderados, como destacado por Virgílio Melo Franco, e justifica a ação armada como meio para a tomada do poder pelos aliancistas, ainda que quaisquer indícios de resistência armada praticada pelo grupo oponente fossem condenados pelos memorialistas que tendem à defesa das ações aliancistas.

A ação armada foi promovida pelos aliancistas após o resultado do pleito e a não aceitação do resultado das eleições. Mas os preparativos já ocorriam ao menos desde o mês de junho. Da mesma forma, o governo federal também se preparava para a defesa da ordem política por meio do reforço do efetivo do Exército em Minas Gerais. Essa preparação do movimento armado e seu desencadeamento no estado durante o mês de outubro são os temas principais de duas obras mineiras. No livro *A Revolução em Belo Horizonte: episódio do movimento libertador de 3 de outubro (1930)*, Menotti Mucelli elabora uma descrição factual dos acontecimentos dos quatro primeiros dias do movimento armado em Belo Horizonte até a rendição do 12º Regimento de Infantaria do Exército (OLIVEIRA *et al*, 1980, p. 264). Mesmo partidário da Revolução, o autor justifica a resistência do 12º RI pelo fato de este regimento ser composto por soldados que “mais se abstinham de ideias políticas e julgavam como dever precípua de honra a defesa da autoridade federal”. Além disso, é interessante o apontamento de que os soldados ignoravam o verdadeiro sentido da luta que se ia travar. Este elemento também

é apontado por Clorindo Valadares, que aborda os aspectos militares no decorrer do processo revolucionário no livro *Fumaça na Trincheira: da resistência do 12º RI; da revolução em Minas (1930)*. No texto, o autor aponta o desconhecimento do pelotão quanto à preparação das ações armadas da Revolução de 1930 (OLIVEIRA *et al*, 1980). Os soldados teriam sido tomados de surpresa pelo movimento armado, apesar de terem permanecido de prontidão entre setembro de 1929 e outubro de 1930. Essa afirmação se opõe àquelas que chamam a atenção para a percepção popular sobre os acontecimentos políticos, fazendo com que, a um só tempo, as ações desses militares que resistiram à Revolução sejam amenizadas por seu sentimento de dever cívico e obediência ao governo federal, justificando também as críticas por não terem se colocado naquele momento ao lado dos que defendiam a restauração do regime, como afirmam os aliancistas.

O desconhecimento dos aspectos políticos do movimento armado de 1930, como apontado pelos dois autores, não nega o uso político do Regimento pelo governo federal. As críticas dos aliancistas ao aumento do efetivo, tanto em Belo Horizonte quanto em Juiz de Fora, complementam as acusações de uso da máquina pública em proveito político pelo presidente da República e por seus correligionários, já que esta ação serviria para intimidar os políticos mineiros. A imagem que se constrói do embate político ao longo dos anos de 1929 e 1930 é a de um cerco cada vez maior ao governo estadual, seja nas tentativas de intervenção, nos cortes de repasses financeiros ou nas ameaças veladas identificadas pelos aliancistas no aumento do efetivo militar.

Dessa forma, a ação militar que caracteriza o processo revolucionário é também identificada como reação de Minas Gerais contra os desmandos e arbitrariedades do governo federal. O presidente teria sido o primeiro a lançar mão das armas a partir do momento em que usou o aumento do efetivo militar no estado e, particularmente em Belo Horizonte, como forma de impor sua vontade política, intimidando e tentando impedir a ação livre dos mineiros, que teriam papel fundamental na reação a essa medida, reconhecendo a ação armada como única forma de reagir a essas ameaças.

1.3.4. A Revolução de 1930: da memória à historiografia

Após realizarmos a análise da memória produzida durante a década de 1930 - em sua maioria na primeira metade desta década -, buscamos apontar as relações com a Historiografia - a partir da definição conceitual e da periodização que buscamos apontar a seguir -, especialmente daquela que se produziu em Minas Gerais. Dentre essas referências historiográficas, ganham destaque os eventos realizados pelo Centro de Estudos Mineiros da UFMG e os textos que deles resultaram, como ocorre com o *VI Seminário de Estudos Mineiros*, realizado em 1980, em comemoração ao cinquentenário da Revolução de 1930.

Também recorremos às obras de alguns historiadores mineiros, cujas análises deste processo dialogam com os temas que mapeamos nos textos de memória, como ocorre com os escritos de Norma de Góes Monteiro sobre Artur Bernardes e o texto de Flávia Ferro com a análise da trajetória política de Virgílio de Melo Franco. Também recorremos a textos de memória ou autobiográficos produzidos em períodos mais afastados dos eventos de 1930. Este é o caso da obra de Paulo Pinheiro Chagas, *Esse velho vento da aventura* (1982), que estabelece o contraponto com outras análises memorialísticas e aponta o problema de se pensar uma obra produzida em outro tempo. As biografias também são material importante neste debate e, dentre outras produzidas em Minas Gerais sobre agentes atuantes neste período, destacamos as obras sobre os membros da família Andrada. Contudo, essas obras serão analisadas à parte, mais à frente em nosso texto. Finalmente, também utilizamos a obra de Carmo Chagas, *Política, arte de Minas* (1994), como complemento para o debate acerca da personificação das ações políticas e da consagração das grandes personalidades.

Dentre os pontos centrais que identificamos na escrita memorialística mineira sobre o processo político de 1930, que aponta para a justificativa de seus posicionamentos - como ocorre com a ação armada -, encontra-se o fato de sua elite, ou a fração que participou ativamente do movimento, ter buscado construir seu lugar na memória por meio da relativização do papel fundamental que este grupo desempenhou no cenário político da Primeira República. Seguindo este sentido de dissociação do papel de Minas Gerais no primeiro período republicano, temos a definição de 1930

como marco de cisão histórica. Já no início de seu texto, Aurino Morais (1933, p. 03) afirma que “o ano de 1930 há de constituir, na história política do Brasil, um de seus capítulos mais impressionantes”. A cisão é colocada como elemento característico do evento alçado à condição de fato. A importância e os resultados decorrentes disso atribuem a ele o status de marco, um momento de destaque na história política nacional.

A isso está ligada a construção da ideia de que Minas Gerais comandou a Aliança Liberal e, posteriormente, a Revolução de 1930, como resposta aos desmandos do presidente Washington Luís. Este elemento é central nos textos de Aurino de Morais. Mais do que o destaque para os problemas que o país, e em especial o estado de Minas Gerais, enfrentavam em várias áreas, as críticas a Washington Luís fazem ocultar muitos dos aspectos semelhantes que existiram nos governos anteriores, como no caso do quadriênio de Arthur Bernardes. Há uma dissociação entre o governo de Washington Luís e a lógica da organização política da Primeira República que vigorava há décadas e com a qual a elite mineira estava associada. É neste sentido de repensar o papel de Minas Gerais na Primeira República que muitos dos memorialistas mineiros buscam afirmar a Revolução como um marco de transformações na história política do Brasil. Contudo, muitas questões ficariam em aberto, à espera de resposta em outro tempo, fosse por meio das revisões da memória ou dos trabalhos historiográficos.

À medida que temos um afastamento temporal em relação aos eventos de 1930, torna-se cada vez mais necessário o estabelecimento de lugares de memória (NORA, 1993). Contudo, este tema mantém um lugar relevante no debate historiográfico por meio de seu valor simbólico, o que pode ser verificado em duas permanências às quais já nos referimos: a identificação dos eventos de 1930 a partir do conceito de Revolução e sua permanência como limite e divisor da História republicana. Mas, além do marco historiográfico, questionamos em que medida os eventos de 1930 permanecem como elemento político a ser utilizado por grupos que buscam a obtenção ou a permanência nos lugares de poder. É muito a isso que se deve a retomada dos personagens políticos daquele processo por meio dos projetos biográficos que ganham força a partir da década de 1980 e que têm como mote a revisão da participação nas ações revolucionárias de indivíduos cuja memória fora solapada pelo predomínio da perspectiva varguista presente nas narrativas sobre a Revolução de 1930.

Na distinção entre as abordagens de Maurice Halbwachs e Pierre Nora quanto à separação entre história e memória (BONA, 2010, p. 139), cabe o destaque para a avaliação de Nora de que a coletivização da memória tem complicado essa distinção, pois o termo memória tem tomado um sentido tão geral que tende a substituir o termo história e a colocar o fazer historiográfico a serviço da memória. Essa é uma característica da escrita de biografias por historiadores e, de certo ponto, também da retomada de memórias dos esquecidos ou, no caso de 1930, dos vencidos, ocorrida a partir da década de 1980, com grande influência sobre o campo historiográfico e cuja interferência no campo político ainda precisa ser mais bem avaliada.

Como destacado por Bona (2010), na França a junção entre memória e história passou a ser mais contestada a partir do crescimento da consciência historiográfica identificada na ideia de história da história. A história descobriu-se vítima da memória e procurou livrar-se dela. A entrada da história em sua idade historiográfica leva à ruptura com a tradição e com a memória. A obsessão pela objetividade, segundo Maurice Halbwachs (ano??), fez com que os aspectos eminentemente subjetivos da memória a desqualificassem como objeto da história. De certa maneira, é esta a questão colocada por muitos dos críticos que apontam problemas no uso da memória produzida em 1930 para pensar o processo político.

Chamando a atenção para o fato de a ideia de Revolução estar ligada ao processo de invenção de tradições, Edgar de Decca (1991) destaca que não se pode pensar a memória de Trinta apenas a partir das representações elaboradas durante os anos de 1930. Isto representa o processo de subordinação da Memória pela História, como destacado por Noé Freire Sandes (2003) em um processo de hierarquização do conhecimento histórico. Considerando as duas indicações, é preciso lembrar que a memória produzida durante o processo de 1930, ou imediatamente após seu desfecho, ainda que consideradas as distinções em relação à produção historiográfica por seus inúmeros aspectos formais, tem um peso fundamental para se discutir o período. Sua importância é ainda mais ressaltada quando se pretende pensar as ressignificações das imagens de seus atores políticos e como esse processo é realizado nas décadas seguintes.

A retomada das questões levantadas nas memórias produzidas durante a década de 1930 foi levada a cabo por historiadores, por memorialistas que, em alguns

casos, promoveram uma revisão de seus escritos, e pelos herdeiros políticos daqueles que se envolveram diretamente nos eventos de 1930, em Minas Gerais. Além das memórias, também ganham destaque os relatos posteriores, presentes na compilação de artigos da imprensa, na escrita biográfica e na realização de eventos acadêmicos. Dentre as biografias, destacamos as de Antônio Carlos e de seu sobrinho, José Bonifácio Lafayete de Andrada. A família Andrada também apresenta importante trabalho de compilação de discursos e artigos de imprensa, que serão analisados mais adiante em nosso trabalho.

Dentre os memorialistas, destaca-se Paulo Pinheiro Chagas⁴⁹. Além da participação direta no movimento de 1930, Chagas também se avulta por se colocar na condição de herdeiro de agentes que nela tiveram influência destacada. Sua obra de memórias, *Esse velho vento da aventura* (1982), também nos aponta o problema de se pensar a memória produzida em outro tempo, quando as disputas se encontram alteradas e as análises esbarram em outros elementos que eram de difícil percepção no tempo do acontecimento.

Dentre os trabalhos historiográficos, destacam-se os de Norma de Góes Monteiro, que desenvolveu um importante estudo histórico e biográfico sobre Artur Bernardes. Recorrendo a um grande volume de documentos, a autora retoma a discussão acerca das ações de Bernardes como presidente da República e de sua participação na Revolução de 1930. Contudo, é perceptível o número reduzido de trabalhos mais recentes que tomam a memória sobre 1930, produzida em Minas Gerais, como fonte de pesquisa. Dentre estes, destacamos os de Flávia Ferro, *Virgílio de Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948)* (2015), o de Ione de Fátima Oliveira, *Governo Olegário Maciel: Minas Gerais (1930 – 1933)* (1988) e o de Eliane Martins de Freitas, *Memórias de uma "Odisséia": Tito Lívio (Teixeira) e a construção da memória histórica sobre a "Revolução de Trinta" em Uberlândia – MG* (1999).

Também merecem destaque as atividades do Centro de Estudos Mineiros, cujas ações de resgate da história política do estado têm grande valor teórico e

⁴⁹ Paulo Pinheiro Chagas (1906 – 1983) foi deputado federal por Minas Gerais (1951 – 1956, 1958 – 1963, 1963 – 1971) e ministro da Saúde (1963). Pertence a uma família de grande projeção política em Minas Gerais, tendo seus tios Carlos Pinheiro Chagas e Djalma Pinheiro Chagas ocupado secretarias de estado no governo de Antônio Carlos (1926 – 1930) e participado ativamente do processo revolucionário de 1930.

documental. Inúmeros arquivos privados foram destinados a esse espaço, destacando-se os pertencentes à família Andrada. Dentre suas atividades, destaca-se o Seminário de Estudos Mineiros, que em 1980 teve como tema a participação do estado no movimento de 1930, marcando a comemoração do cinquentenário do levante. Acompanhando o momento de transformação da Revolução em marco histórico, iniciada a partir da década de 1960, os textos produzidos neste seminário contaram com a participação direta e relevante de agentes políticos e herdeiros da tradição evocada, tanto como testemunhas quanto como historiadores, incluindo Paulo Pinheiro Chagas, citado anteriormente, Washington Luís Pereira de Souza Neto e Bonifácio de Andrada.

Nas décadas que se seguiram ao processo político de 1930, as imagens sobre a Aliança Liberal e a Revolução passaram por um processo de reinterpretação. Os debates se ampliaram a partir da década de 1970, partindo das perspectivas dos agentes que participaram diretamente do processo e que buscavam reavaliações de suas próprias ações e dos resultados da Revolução, até à análise de autores que a tomaram como problema histórico, a partir de uma perspectiva acadêmica. As interpretações presentes na memória e a atuação de seus agentes políticos, dentre os quais se inclui Antônio Carlos, encontraram importantes contrapontos e complementos nas análises produzidas pelos historiadores profissionais.

1.4. A IMAGEM DE ANTÔNIO CARLOS NAS OBRAS DE HISTORIADORES PROFISSIONAIS

Após a análise da presença de Antônio Carlos na memória mineira sobre a Revolução de 1930 e os processos desencadeados a partir dela, buscamos os elementos que caracterizam sua trajetória nas obras produzidas por historiadores profissionais. Neste momento, buscamos identificar as formas como sua trajetória foi abordada nas principais obras sobre a Revolução e seus desdobramentos na década seguinte, como o processo de constitucionalização de 1934 e as disputas que orientaram o período de governo de Getúlio Vargas, mas também as abordagens sobre sua atuação na retomada da Revolução de 1930, como problema histórico durante as décadas de 1970 e 1980.

Dentre as obras às quais recorreremos, estão algumas que são tidas como referências fundamentais para a discussão, devido ao pioneirismo da abordagem e à influência sobre a produção historiográfica. Há um maior enfoque nas obras que analisam a Revolução de 1930, devido à maior presença de referências a Antônio Carlos e por ter sido o processo mais marcante na construção de sua imagem política a partir de então. Dentre os textos analisados, destacamos as obras de Boris Fausto (1970) e de Edgar de Decca (1981), no que se refere à Revolução de 1930; a coletânea *Regionalismo e Centralização Política* (1980), sobre a Constituição de 1934, organizada por Ângela de Castro Gomes e a obra *Repensando o Estado Novo* (1999), organizada por Dulce Panfolfi. A estes se somam alguns textos que trazem uma leitura mais detalhada de eventos específicos ou uma abordagem mais pautada por temas correlatos. Isso caracteriza a análise dos textos produzidos nos Seminários sobre a Revolução de 1930, promovidos pela Universidade de Brasília (1983) e pela Câmara dos Deputados (1984), nas comemorações do cinquentenário do evento.

Consideramos que este conjunto de textos apresenta os elementos que definem os marcos historiográficos que se constituíram nas abordagens sobre a Revolução de 1930. Em seu conjunto, elas permitem identificar as principais correntes teóricas, as alternâncias de enfoque entre as perspectivas personalistas, as análises centradas nas ações de grupo políticos e nas disputas regionais e, por fim, alguns elementos referentes à relação entre memória e historiografia na construção do conhecimento histórico sobre este processo. A identificação destes elementos permite uma melhor compreensão das formas pelas quais a trajetória de Antônio Carlos é abordada nos textos historiográficos.

As referências a Antônio Carlos nos debates historiográficos sobre 1930 apresentam destaque para diferentes características do agente político e de suas estratégias para a conquista e manutenção de lugares de comando no cenário político. Uma dessas características é o processo de perda de espaço político durante a década de 1930 em favor da centralização do poder por Getúlio Vargas. Este se torna um fator relevante na medida em que consideramos três pontos como problema histórico para, em seguida, buscar sua presença no debate historiográfico. Primeiro, precisamos considerar, *a priori*, que sua atuação tenha efetivamente representado um ponto importante na preparação do processo revolucionário. Segundo, é preciso considerar, sob o mesmo aspecto, que ele tinha influência sobre uma parte da política mineira ou ao

menos se converteu em uma voz importante no estado. Por fim, é preciso considerar que o estado de Minas Gerais tenha efetivamente um papel de destaque no processo revolucionário. Dessa forma, nosso pressuposto, necessário para o desenvolvimento da análise historiográfica, é que Antônio Carlos teve um papel relevante no campo político de 1930 para, a partir deste ponto, pensar as características de sua presença na produção historiográfica.

Para discutirmos acerca da Revolução de 1930 e das construções discursivas sobre seus eventos, é necessário retomarmos brevemente a relação entre dois campos, por vezes complementares, por vezes opostos, que se confundem em alguns casos: a memória e a história. Pensar tais relações é importante na medida em que definem os marcos da escrita sobre tal processo. As disputas em torno da memória podem ser percebidas em inúmeros trabalhos, cuja classificação nem sempre é uma tarefa fácil, especialmente por não se limitarem ao campo da História acadêmica. Encontramos trabalhos fundamentais para se pensar este processo em ao menos três tipos distintos de escrita. O primeiro engloba os textos produzidos durante ou imediatamente após os eventos identificados com a Revolução de 1930. Em geral, estes textos são localizados no campo da memória ou do ensaio, tanto pela proximidade com os eventos quanto pelo estilo de escrita. Produzidos em grande parte por indivíduos que participaram ativamente dos eventos políticos da época, muitos destes textos apontam para o compromisso de um relato fiel aos fatos, pautado por uma ideia de verdade, que se expressaria na descrição daquele que vê e vive o evento *in loco* (VESENTINI, 1997).

O segundo tipo de escrita reúne os textos identificados como historiográficos, que tomam o processo de 1930 como problema histórico. Esse trabalho de distinção entre memória e história, no que se refere à Revolução de 1930, é de difícil realização, dado o fato de que o processo de institucionalização acadêmica da área de História ocorre quando o campo memorialístico sobre o processo já se encontrava consolidado. Entre as décadas de 1930 e 1960, a prática da escrita da História é um campo no qual atuam agentes de diferentes formações, desde autodidatas a jornalistas, filósofos, cientistas sociais e oriundos de outras carreiras⁵⁰.

⁵⁰ Em sua tese de Doutorado, Fabiane Costa Oliveira aponta os elementos da produção histórica na Universidade de São Paulo que, até o final da década de 1960, encontrou-se fortemente ligada às pesquisas realizadas por cientistas sociais. Essa produção permaneceu como forte influência sobre a historiografia produzida a partir da década de 1970, após a consolidação dos programas de pós-graduação

Contudo, é perceptível um processo de distinção na produção histórica com a valorização do trabalho de historiadores profissionais, a partir deste processo de institucionalização⁵¹, em meados da década de 1960. Este processo promove a criação dos cursos de História como formação específica, em geral, ligados às faculdades de Ciências Humanas e Filosofia. O processo de reconhecimento social da produção histórica também ganha um grande impulso com o desenvolvimento da área de pesquisa ligada aos programas de pós-graduação que se organizam também a partir deste período. Este processo torna possível o desenvolvimento de uma produção historiográfica que se pauta pelas teorias e métodos em voga nos principais centros universitários internacionais⁵². Essas mudanças estabelecem novas referências para o trabalho de historiadores que, em muitos casos, se profissionalizam como pesquisadores e professores da área ou de áreas afins.

A partir da década de 1970, os historiadores, com formação específica e, em muitos casos, profissionais da área, passam a dominar o trabalho de escrita da história sobre a Revolução de 1930. Mas este tipo de escrita também deixa aberto o campo de disputa em torno da memória. Em muitos casos, consagram 1930 como marco fundamental da história republicana, a partir de uma perspectiva de que estes eventos estabeleceram uma alteração fundamental no cenário político, econômico e social do Brasil. Essa leitura também abre brechas para pensar este marco como sobreposição do discurso dos vencedores como narrativa consagrada que soterra outras leituras, identificadas com os derrotados, tornando-as marginais na produção historiográfica.

na área de História. Ver: OLIVEIRA, Fabiane Costa. OLIVEIRA, Fabiane Costa. *Boris Fausto: História e Historiografia; o fazer-se de um historiador da República em interlocução com as Ciências Sociais*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília: 2016, 261 p.

⁵¹ Em sua obra, José Jobson Arruda e José Manoel Tengarrinha analisam a produção historiográfica brasileira a partir de sua divisão em três grandes momentos. Estes períodos são denominados como pré-história da produção histórica no Brasil (1838-1930), o nascimento da moderna produção historiográfica no Brasil (1930-1970) e a consolidação da moderna produção historiográfica no Brasil (1970-1998). Na avaliação dos autores, o processo de institucionalização define a passagem do segundo para o terceiro momento dessa produção historiográfica. Este processo de institucionalização da área de História também é discutido por José Roberto do Amaral Lapa que aponta a projeção social da área a partir da década de 1970. Ver: ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

⁵² Fábio Franzini e Rebeca Gontijo discutem o processo de atualização da produção historiográfica brasileira em relação aos métodos e teorias predominantes nos centros acadêmicos dos Estados Unidos e da Europa. No texto, são destacadas as ações de José Honório Rodrigues, que introduziu no país, durante a década de 1940, debates sobre Filosofia e Teoria da História como elementos que visavam orientar os trabalhos de pesquisa na área. Ver: SOHIET, Rachel; ALMEIDA, Maria R. C. de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Mitos, Projetos e Práticas Políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

De acordo com Vavy Pacheco Borges (1999, p. 121), há três formas de repensar a história política sobre 1930: o reexame da história marxista, *grosso modo* militante; a visão da história como uma forma de discurso sobre o passado e; a retomada do conceitual político da época. Sobre o primeiro ponto, é necessário destacar a importância e a forte presença das teorias marxistas na construção do conhecimento histórico sobre 1930. Contudo, nossa análise se vincula de forma mais perceptível à avaliação da construção do conhecimento histórico como um discurso cujos elementos podem ser percebidos na construção e revisão da memória sobre a Revolução de 1930. Entendemos que pensar acerca da construção e das alterações dos elementos da memória sobre tais eventos requer, necessariamente, a discussão sobre as ideias da época e como tais conceitos são utilizados como artefato político na posteridade. A análise da produção historiográfica, presente, sobretudo, a partir do final da década de 1960, nos ajuda a compreender como se deram os novos usos e as novas interpretações sobre a Revolução de 1930 neste novo momento.

Essa retomada da memória de 1930 encontra-se com mais clareza em um segundo momento da retomada de 1930 como problema histórico: na construção de textos biográficos produzidos sobre os atores políticos deste período, sobretudo a partir da década de 1980. Apesar de esta prática já estar presente nas décadas de 1930 e 1940, quando as disputas políticas decorrentes do movimento de 1930 se encontram em plena ação, o campo biográfico apresenta uma grande importância no processo de releituras deste período nas décadas seguintes (STEFFENS, 2008). Algumas dessas produções também podem se enquadrar na ideia de memória, mas se distinguem, na maioria dos casos, por seu tempo de escrita, afastado do evento, quando os diagnósticos dos resultados são muito mais marcantes que os prognósticos das expectativas do calor do momento.

A necessidade de definir o que é a historiografia sobre 1930 se depara com os limites dos critérios mais atuais que identificam tal campo. Devido a isso, recorreremos às indicações presente na obra de Noé Freire Sandes:

A relação entre memória e história no trabalho de produção de sentido indica os limites de uma história da produção do conhecimento histórico, o que obriga a incluir o memorialismo como parte integrante da reflexão historiográfica. Uma saída fácil seria indicar que a memória constitui-se em fonte para reflexão do historiador, o que

subtrai dela a capacidade de produção de sentido. Assim, essa inclusão nada teria de problemática, dada a posição de subalternidade a que foi submetida. (...) A memória inscreve o seu lugar de produção, explicitando a dimensão subjetiva da escrita (SANDES, 2003, p. 153).

Considerando que a produção sobre o processo revolucionário teve início antes da institucionalização da História como área acadêmica no Brasil, as referências fundamentais para pensar 1930 estão presentes no campo da memória, que apresentou uma farta produção à época. A relação entre memória e história no desenvolvimento de produção de sentido sobre tal processo político nos impõe a inclusão do memorialismo como parte integrante da reflexão historiográfica. Portanto, para compreender a produção historiográfica e os novos problemas que foram postos a partir dos debates na década de 1960, retomamos alguns aspectos da produção memorialística da década de 1930.

Podemos definir essa produção memorialística sobre três aspectos que nos ajudam na percepção do problema da tomada deste campo como referência para a produção historiográfica posterior. O primeiro grupo de narrativas corresponde à memória de opositores ao processo revolucionário. Uma obra que ganha grande relevo na historiografia sobre 1930 é o livro de Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade Sobre a Revolução de Outubro: 1930* (1933). Da mesma forma, a memória de participantes da Revolução, que posteriormente ocuparam o campo da oposição, também tem uma importância fundamental como referência para a leitura do processo. É o caso de Virgílio de Melo Franco, *Outubro 1930* (1931). Mas as narrativas que corroboram o processo e se cristalizam durante a década de 1930 se vinculam à ação do poder central a partir do Estado Novo. As narrativas oficiais construídas pela propaganda estadonovista demarcam, sobretudo, a centralização da figura de Getúlio Vargas como artífice do processo político e o definem como seu legítimo representante (PANFOLFI, 1999). De certa maneira, o que permanece como referências fundamentais da produção memorialística são as narrativas que servem como contraposição ao discurso oficial, que busca se fixar na memória coletiva a partir do final da década de 1930.

Nessa perspectiva do domínio das ações do Estado sobre as narrativas acerca de Trinta, soma-se a centralidade alcançada por Getúlio Vargas na história política brasileira (BORGES, 1999). Temos uma volta à perspectiva de análise do sujeito na História que, em alguma medida, contribuiu para certo descompasso na produção historiográfica em relação às inúmeras possibilidades políticas que estavam

postas em disputa naquele momento. Este elemento encontra-se ao menos na justificativa de obras que se propuseram à retomada da memória destes agentes “esquecidos”. Na biografia de Antônio Carlos, afirma-se que “a despeito da importância de seu desempenho como homem público no cenário mineiro e nacional por mais de cinquenta anos, a trajetória histórica de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada é pouco conhecida” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. XV). O que se percebe ao longo do texto, relacionado a essa assertiva, é a atribuição ao campo historiográfico de um dever de dar visibilidade às inúmeras narrativas que disputam os lugares no campo da memória histórica.

Essa multiplicidade de narrativas é um dos elementos que constituem a cultura histórica republicana que engloba o processo da Revolução de 1930. Ainda que, na década de 1930, possamos verificar a ausência de historiadores profissionais, isso não significa um vazio de historiografia. Como destacado por Ângela de Castro Gomes (1996), um “passado historiográfico” é forjado na própria constituição da cultura histórica, com a definição do que é aceito como obra relevante e passível de ser incluída no *corpus* historiográfico.

Este status de obra de referência foi rapidamente alcançado pelo livro *A Verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*, de Barbosa Lima Sobrinho, tornando-se um marco na historiografia sobre o movimento. Ainda que sua classificação como obra historiográfica possa encontrar críticas, a ausência de uma produção que se enquadre na definição de historiografia, além do valor da própria narrativa do autor, garante a ela uma condição de destaque nos debates sobre o tema (SANDES, 2003). É nessa obra que apontamos os elementos fundamentais que caracterizam a imagem acerca da atuação de Antônio Carlos e que se consolidaram na escrita historiográfica.

Antônio Carlos ganha destaque na obra de Barbosa Lima Sobrinho. O terceiro capítulo de seu livro tem o presidente de Minas Gerais como o principal personagem na construção da narrativa, destacando-se as aproximações entre seus posicionamentos na formação de um grupo dissidente e a busca pela satisfação de projetos políticos pessoais. Sobrinho destaca que antes mesmo de se formalizar um movimento político de oposição a Washington Luís, Antônio Carlos já buscava organizar em torno de seu nome os grupos mais influentes de Minas Gerais. Nessa busca, ele conseguiu conjugar em seu governo os interesses dos grupos mais distintos,

como meio de angariar apoio para o projeto de chegar à Presidência da República. Os acordos com o Clero e as legiões católicas são vistas pelo memorialista como uma contradição em relação à marcha liberal que afirmava empreender (LIMA SOBRINHO, 1973). Seria a necessidade de garantir apoio em diferentes grupos a explicação fundamental para a proposta do voto secreto, alardeada nas propagandas do governo mineiro como seu grande marco da modernidade, e que garantia reconhecimento e apoio popular.

Mais que o construtor de um projeto liberal, a imagem que Sobrinho define para Antônio Carlos é a de um político que busca, nos discursos, a afirmação de uma ideia que lhe garantisse o apoio necessário para a realização de projetos políticos pessoais. As frases de efeito com cunho liberal seriam mais marcantes que as próprias ideias do agente político. “Façamos a Revolução antes que o povo a faça” seria uma referência a essas medidas ditas liberais, servido como “sedução das esquerdas”, fazendo com que as palavras fossem muito além dos fatos (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 19).

Na perspectiva de Lima Sobrinho, nos círculos políticos, Antônio Carlos se fazia notar pela “inteligência arguta, ágil, sutil”, a finura de maneiras, a cintilação de palavras, a “displícência que emoldura a personalidade aristocrática”. “Os seus conceitos mais claros estão cheios de subentendidos e de reservas”. Sua prática política se caracteriza pelo “gosto por despertar ambições sem o intuito de auxiliá-las ou favorecê-las”. A prática de fazer promessas para aqueles que lhe pedem auxílio, sem que depois as cumprisse. O “dramaturgo que ao invés de escrever peças, prefere fazê-las viver”. Em sua ação política “aceita todos os encargos que lhe couberam, indiferente da opinião pública, ou até mesmo satisfeito de contrariá-la, se daí lhe pode resultar algum benefício para a carreira política” (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 19-20).

Barbosa Lima Sobrinho constrói uma imagem extremamente negativa de Antônio Carlos e que encontra contrapontos nos textos de alguns correligionários em Minas Gerais. O distanciamento da opinião pública como característica da ação política é atribuída a Washington Luís por Aurino Moraes (1933) para realçar os elementos críticos que direcionava ao Presidente da República. Contudo, o alcance da obra de Barbosa Lima torna mais consagrada a percepção do aristocrata, distante do povo, que vê o jogo político como meio para alcançar seus próprios interesses. Estes elementos

apontam, na narrativa de Barbosa Lima Sobrinho, os motivos de Antônio Carlos, como líder político, não ter o apoio consolidado nem mesmo das forças tradicionalmente vinculadas ao situacionismo mineiro a ponto de não segui-lo na campanha de 1930. Muitos receavam as manobras em que o candidato se salvaria enquanto os partidários pereceriam. “Na hora da retirada ninguém o excederia em habilidade. Na hora da ofensiva, ninguém o venceria em prudência” (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 21).

Todos sabiam de sua intensão de ser candidato e que, para alcançar este objetivo, fizera inúmeros acordos neste sentido. Contudo, a discrição de suas ações teria sido tamanha que nada de certo era conhecido nos bastidores políticos. “Mesmo a próceres de Minas [Antônio Carlos] ocultava suas intenções”(p. ???). A ambição que marca a ação política seria a característica marcante da personalidade de Antônio Carlos e explicaria muito do processo de 1930. Para Sobrinho, a causa fundamental da Revolução fora a incapacidade de Washington Luís em perceber as ações tramadas pelo Presidente de Minas Gerais. Segundo o autor, se o presidente da República “tivesse aceitado a mediação propostas por Melo Viana e oferecido a vice-presidência a Antônio Carlos, os problemas teriam sido evitados” (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 21). Contudo, vendo-o como um político fraco, que não se atreveria à luta, Washington Luís deixara o caminho livre para as articulações do Andrada.

A obra de Barbosa Lima Sobrinho alcançou, na década de 1930 e nos anos seguintes, uma condição de destaque dentre os escritos sobre a Revolução de 1930. Sua afirmação como discurso confiável e verdadeiro se vincula à imagem que o próprio autor buscou construir quanto à imparcialidade de seu trabalho e à forte relação com uma metodologia científica, baseada na consulta de fontes e entrevistas dos principais personagens do processo. O forte reconhecimento de *Verdade Sobre a Revolução de Outubro: 1930* acabou por contribuir para a cristalização da imagem de Antônio Carlos como o político que buscava, por meio da Revolução, a realização de seus próprios projetos.

A quase total ausência, até o final da década de 1960, dos debates sobre a Revolução de 1930 na produção historiográfica transforma a memória produzida à época na principal referência aos estudos deste processo político. Essa recorrência à memória traz para a historiografia elementos do cenário político da época. Como destaca Fabiane Costa Oliveira (2016), a distinção entre memória e história na

abordagem dos textos produzidos na década de 1930 não se apresenta como um problema para Boris Fausto na produção de sua tese de Doutorado que seria publicada em forma de livro com o título *A Revolução de 1930: historiografia e história* (1970). O autor propõe que os textos produzidos no período imediatamente posterior ao movimento inauguram a interpretação sobre o processo político.

A partir da década de 1970, a produção histórica se consolidou com sua institucionalização como área acadêmica. Iniciado na década de 1930, este processo passa a se caracterizar pela maior infraestrutura, pela diversificação temática e geográfica dos cursos, pela substituição do sistema de cátedras por causa da efetivação dos departamentos acadêmicos, pela institucionalização da pós-graduação, das associações de historiadores, dos meios de produção e pelo debate e divulgação de pesquisas e de carreiras ligadas à pesquisa e ensino da História, de forma exclusiva ou como atividade principal. Essa fase nos oferece novas abordagens sobre o movimento de 1930 com a ampliação das perspectivas de análise, a crítica sistematizada da produção anterior e daquela que se apresenta a partir de então, da revisão de análises anteriores e da afirmação de novos marcos para a análise de tal processo.

A partir deste período, a obra de Boris Fausto tornou-se referência para a tomada de 1930 como problema historiográfico. Como destacado por Fabiane Costa Oliveira (2016, p. 17), sua abordagem, marcada pela obra *A Revolução de 1930: historiografia e história* (1970), estabeleceu para a História a abertura de um campo até então dominado pelos cientistas sociais e, no caso específico do processo de 1930, pelos memorialistas. Segundo Oliveira, até então, imperava entre os historiadores certo desinteresse pela história republicana, concentrando-se as pesquisas nos períodos da Colônia e Império. Na ausência de uma historiografia consolidada, a memória ocupou este lugar de construção do conhecimento histórico acerca da Revolução de 1930. O que é reconhecido na própria obra de Boris Fausto como a ausência de uma discussão pontuada pela distinção entre memória e história em sua tese de doutoramento. A partir de então, temos uma produção historiográfica crescente sobre a Revolução de 1930, destacando-se autores como Edgar de Decca e Carlos Alberto Vesentini.

Autor de uma das obras mais importantes sobre a Revolução de 1930, Boris Fausto marcou a consolidação de tal processo político como tema fundamental da historiografia nacional. No livro *A Revolução de 1930: historiografia e história* (1970),

Fausto analisa o processo político de 1930, buscando romper com a perspectiva dualista que orientava as análises históricas sobre a Primeira República. O autor busca apontar a inconsistência de um modelo explicativo que opunha os elementos de uma economia agroexportadora, dependente do domínio estrangeiro, aos interesses de uma burguesia nacional, como fundamento para a explicação das transformações históricas do primeiro período republicano (OLIVEIRA, 2016). Colocando-se como revisora e crítica das teses dualistas, a obra passa a integrar o hall das obras fundamentais para a compreensão da organização política e da produção historiográfica sobre a Primeira República e o processo político de 1930.

Boris Fausto não tem como objetivo fundamental a análise detalhada das trajetórias individuais de agentes políticos da Revolução. Contudo, tais ações compõem seu quadro de análise. Ao longo do texto, Antônio Carlos aparece, representado sob duas características que o vinculam ao campo produtivo da região onde detinha sua base eleitoral e aos elementos definidores da elite política mineira. O autor destaca o considerável núcleo industrial existente em Juiz de Fora e politicamente ligado a Antônio Carlos. O elemento industrial da região merece grande destaque pelo fato de Minas Gerais se caracterizar, em 1930, predominantemente pela organização baseada na grande propriedade rural e nos grupos sociais dela derivados (FAUSTO, 1970). O Andrada ocupava, dessa forma, uma condição que unia as novas forças econômicas, simbolizadas pela crescente produção industrial e pela manutenção de um modelo tradicional de reprodução do poder político.

A oligarquia permanecia como a principal característica da política mineira que se mantivera durante a década de 1930, caracterizando-se pelas ligações em prol de interesses comuns, baseadas, sobretudo, nas ligações familiares. Tais elementos acompanhavam os principais membros da articulação da Aliança Liberal no estado, como Antônio Carlos e Artur Bernardes, e os membros mais exaltados do processo revolucionário, como Francisco Campos e Virgílio de Melo Franco. Contudo, no sentido das ligações familiares, Antônio Carlos se destacava pela herança política dos antepassados (FAUSTO, 1970). Herança que era a base fundamental de sua projeção política regional e estadual.

Já na obra de Edgar de Decca, *1930: O Silêncio dos Vencidos* (1981), temos uma abordagem da Revolução como possibilidade de contraposição de diferentes

discursos. O tema da revolução de 1930, especificamente da revolução burguesa, se constitui como um registro da memória no fazer da história. Uma prática de dominação por meio da memória histórica de agentes que, desde a década de 1920, buscavam contrapor-se às práticas da classe dominante. Posteriormente, tornam-se parte do saber acadêmico, elevado à categoria de objeto pelas análises em curso, escondendo seus próprios fundamentos enquanto discursos que suportam práticas sociais específicas (DECCA, 1981).

A revolução de 1930 seria um produto da memória histórica construída pelos políticos atuantes à época e se constitui ao longo do tempo como fato moldado pela visão dos que se declaram vencedores do processo. Mas o fundamental é identificar a passagem deste processo da memória de grupos específicos com objetivos políticos também específicos, para uma abordagem acadêmica que se reveste de um caráter autoexplicativo. A Revolução de 1930 passa a ser um dado. E a atuação e a posição que os agentes nela envolvidos ocupam na memória e na escrita da história se cristalizam como referências. Neste processo, Antônio Carlos é citado diretamente por Decca como um dos políticos que recorrem a essa construção narrativa com objetivos políticos.

Não é de se estranhar que boa parte da historiografia sobre a Revolução de Trinta venha carregada de "grandes personagens" oligárquicas ou "revolucionárias": Antonio Carlos, Borges de Medeiros, Júlio Prestes, Arthur Bernardes, Assis Brasil, Luis Carlos Prestes Isidoro Dias Lopes, e muitos outros, dando a impressão de que a história do período não é produzida pelas classes sociais (DECCA, 1981, p. 110).

Contudo, a construção das narrativas sobre Antônio Carlos, empreendidas por correligionários e pela família Andrada, busca estabelecer uma perspectiva de reação ao encobrimento das ações do agente político no campo da memória. Na perspectiva adotada pela família, Antônio Carlos seria um vencedor no processo político, mas um derrotado no campo da memória e, pela influência desta sobre o campo historiográfico, também na escrita da história. Elemento que se distingue fundamentalmente da imagem que Decca e outros expoentes da produção historiográfica sobre 1930 apontam em suas obras.

Outro elemento importante na avaliação da produção historiográfica e na construção da imagem de seus personagens pode ser encontrado em outra obra de Edgar de Decca. O autor produz um importante balanço historiográfico no início dos anos 1990 e estabelece como centro de sua análise as representações sobre 1930 que foram elaboradas a partir da década de 1960. Apontando como a Revolução já não despertava grande interesse naquele momento por haver perdido a capacidade de influenciar o campo político, ele destaca que isso não retirava a importância de pensá-la em sua dimensão simbólica (DECCA, 1991).

Ponto fundamental na análise de Decca é a indicação de não se poder pensar a memória de trinta apenas a partir das representações elaboradas durante os anos 1930 (DECCA, 1991). Essa impossibilidade se relaciona às práticas que construíram uma dimensão simbólica da Revolução a partir dos discursos do poder em seu exercício de dominação. Dessa forma, refez-se a história a partir das referências do próprio poder político, deixando marcas na memória coletiva. A avaliação das consequências dessa influência do poder político sobre a memória coletiva e a história dos eventos ocorridos em 1930 só receberiam maior atenção a partir da década de 1960. O próprio Decca escreveria sua obra, *O Silêncio do Vencidos*, na década de 1970, que se tornaria um marco no processo de revisão da história de 1930. O que o autor apresenta em seu balanço historiográfico é mais que o distanciamento entre os textos escritos durante os eventos iniciados em 1930 e a produção historiográfica posterior, mas também a possibilidade de estabelecer um estatuto distinto para esses dois grupos de textos. Se a partir da década de 1960 já era possível avaliar as interferências do poder político sobre a construção das narrativas da memória e da história, na década de 1930 os textos se caracterizariam por sua aproximação indiscutível com o ambiente político.

O que o autor aponta são os desafios característicos da produção e da crítica historiográfica sobre 1930, nas décadas seguintes aos eventos em análise. O primeiro destes problemas é a resistência do próprio campo historiográfico em discutir a invenção de tradições com as quais este mesmo campo contribuiu. O uso de ideias sem a necessária análise crítica, como o conceito de Revolução, aponta para a incorporação à historiografia de perspectivas políticas defendidas à época dos acontecimentos, que são alçados ao estatuto de “fatos”. Neste sentido, o autor aponta como a memória histórica dos vencedores passa a ser tomada como fato histórico e não como interpretação possível do processo histórico (DECCA, 1991). Dessa forma, a historiografia contribui

para a construção, manutenção e reforço de mitologias políticas surgidas com as narrativas sobre os eventos de 1930, ligadas aos discursos dos grupos vencedores. O discurso do poder, que tomara para si a linguagem revolucionária, transparece nos textos historiográficos com a definição dos inimigos do regime; a indicação do estado como único representante legítimo dos ideais nacionais e, acrescentamos às indicações de Decca, a ideia dos vencedores de 1930 como representantes dos anseios do povo.

São nestes elementos que obras que buscaram o resgate da memória de agentes políticos de 1930 se ancoraram. O resgate por meio das revisões historiográficas, da busca por novos documentos e testemunhos sobre os eventos políticos e pela recorrência à escrita de biografias sobre os agentes políticos tornou-se uma característica muito marcante da produção historiográfica, a partir da década de 1980. É essa a corrente seguida pela família Andrada como orientação para o resgate da imagem de Antônio Carlos, afirmando sua condição de líder e vencedor da Revolução, derrotado pelos jogos políticos na década de 1930 e na memória que se constituiu sobre o processo e, portanto, fazendo-se necessário o resgate de sua trajetória para a atribuição do lugar de destaque que mereceria por sua atuação.

Podemos afirmar que o processo de resgate da memória e de revisão das leituras sobre 1930 são os elementos fundamentais das iniciativas que marcaram o início da década de 1980. Os eventos que caracterizaram as comemorações pelo cinquentenário da Revolução ocorreram em diversos pontos do país, organizados por instituições universitárias e políticas e apresentando os mais diversos enfoques. Destacam-se os seminários organizados pela Câmara dos Deputados⁵³, pela Universidade de Brasília⁵⁴, pela Universidade Federal de Minas Gerais⁵⁵ e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁵⁶, durante o ano de 1980. Em todos os eventos, propunham-se debates baseados em pesquisa especializada em conjunto com os testemunhos de participantes dos processos em destaque ou de seus herdeiros políticos. As abordagens variavam entre o enfoque personalista, com destaque para ações individuais de agentes políticos, a discussões de cunho regionalista ou ainda a busca por uma discussão pautada em questões econômicas ou políticas mais amplas. O

⁵³ GADELHA, Marcondes (coord.). *Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 30*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

⁵⁴ *A Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília, UnB, 1983.

⁵⁵ *Seminário de Estudos Mineiros* (6: 1980): a Revolução de 1930. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

⁵⁶ *SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30*. Porto Alegre, out, 1980. Porto Alegre: ERUS, 1983, 719 p.

que aproximou as intervenções foram os objetivos de atualização das discussões com a aproximação do conteúdo ao tempo de sua rememoração. Os resultados, os sucessos, os erros da Revolução tiveram, nos eventos, um espaço privilegiado de discussão.

Em especial os seminários buscavam a voz dos vencidos ou marginalizados no processo revolucionário. Isso vale tanto para a busca de perspectivas distintas entre os estados que participaram ou se opuseram à Revolução, quanto em relação a agentes políticos que passaram pelo processo de derrota na memória sobre o evento. Ao longo dos debates, a trajetória de Antônio Carlos também foi abordada como objeto de análise por memorialistas e historiadores profissionais.

Na apresentação de Aspásia Camargo, a atuação de Antônio Carlos é destacada a partir da identificação das diferentes posições políticas que adota ao longo do processo. Sua primeira caracterização é como a de um dos condutores da Revolução (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982). Como presidente do estado de Minas Gerais, cabia a Antônio Carlos uma posição de destaque no processo de condução do ritual de sucessão presidencial e, da mesma forma, ele teve destaque no processo de formalização da crise, pois tinha as condições para “sustar ou acelerar a conspiração revolucionária”. Estando na mesma condição que Olegário Maciel, Getúlio Vargas e João Pessoa, governadores em seus respectivos estados, a influência de Antônio Carlos sobre a política estadual em Minas Gerais o colocava em condição de ter a palavra final para pôr a revolução em marcha.

Sua condição de estrategista também é destaca por Aspásia Camargo (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982). Ao indicar a retirada de sua candidatura à presidência como estratégia política, ela aponta o sucesso de Antônio Carlos em ganhar mais fôlego na definição dos rumos da eleição de 1930. Da mesma forma, o caminho para a oposição seria um meio de garantir sua relevância no campo político. As negociações políticas que o levaram para o campo da oposição, já em 1928, se vinculariam à busca de apoio para os elementos que caracterizavam seu projeto liberal, identificado na Reforma Eleitoral (voto secreto, representação proporcional, alistamento automático, voto transferível) e na independência da magistratura (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982).

Estes elementos o identificariam como o representante liberal em oposição aos revolucionários. Aspásia Camargo aponta sua identificação como representante dos políticos, de cunho liberal e voltado para uma vitória pelo voto, em oposição aos revolucionários ligados ao tenentismo, de cunho militar e voltados à tomada do poder pelas armas (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982). A autora aborda a identificação de sua imagem pelos recuos como marca política. A oposição ao processo revolucionário e à luta armada seriam as marcas de sua postura liberal, como indicada por correigionários, ou elementos de seu caráter vacilante, como fora acusado pelos críticos (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982).

Antônio Carlos também é marcado pela perda de espaço político, ao longo da década de 1930, em relação a antigos aliados de Getúlio Vargas no processo revolucionário. Aspásia Camargo destaca este processo de perda de espaço político do agente de destaque na Revolução de 1930, no seguinte trecho:

Enquanto a vitoriosa derrota de São Paulo obriga a bruscos reajustes, tanto de São Paulo quanto do Governo Provisório, em Minas o controle do estado se verifica por etapas. A força do bernardismo é reduzida em 1932. No ano seguinte, do confronto entre Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema, surge, com a ajuda de Antônio Carlos, o tércio Benedito Valadares. Depois será a vez do próprio Antônio Carlos, substituído, estrategicamente, na presidência da Câmara, por Pedro Aleixo. Com isso, a despeito da resistência da tradicional elite mineira, reforça-se a posição de Vargas e de seu aliado Valadares (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982, p. 38).

Estes elementos acabam por selar a condição de Antônio Carlos como vitorioso na Revolução, mas derrotado político durante a década de 1930, tal como ocorreria com outros políticos de destaque no processo de tomada do poder em 1930.

A partir de 1932/33, gradualmente, as lideranças se renovam. Velhas oligarquias são substituídas por novas oligarquias. Muitos dos antigos "revolucionários" no decorrer de lutas sucessivas, são alijados ou se afastam: Assis Brasil, Artur Bernardes, Eptácio Pessoa, João Neves, Lindolfo Collor, Flores da Cunha, Borges de Medeiros, José Américo, Carlos de Lima Cavalcanti, Pedro Ernesto, Mauricio de Lacerda, Virgílio de Melo Franco, Antônio Carlos, Juraci Magalhães, Juarez

Távora, Eduardo Gomes, Paulo Duarte, Djalma Pinheiro Chagas, Odilon Braga. Outros permanecem: Cordeiro de Farias, João Alberto, Amaral Peixoto, Pedro Ludovico, Magalhães Barata, Nereu Ramos, Agamenon Magalhães, Francisco Campos, João Alberto, Góis Monteiro, Osvaldo Aranha. Outros ainda, em diferentes momentos, se reconciliam (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982, p. 39).

A condição de derrotados políticos tornou-se a marca dos homens que se afastaram do centro de decisões durante a década de 1930. Contudo, Antônio Carlos desfrutava, no início deste processo, sobretudo a partir de 1928, de uma condição distinta da maior parte dos políticos indicados por Aspásia Camargo. Como presidente de Minas Gerais e postulante ao cargo de Presidente da República, sua articulação em prol da candidatura de Getúlio Vargas efetivamente o deixou em uma posição de destaque na condução da Aliança Liberal. Mas a perda de espaços políticos, sobretudo no interior da política mineira, devido à crescente influência de Getúlio Vargas, acaba por estabelecer uma equiparação entre as trajetórias de Antônio Carlos e desses inúmeros agentes que passam pelo mesmo processo de perda de espaço político.

Em sua participação no evento promovido pela UNB, Simon Schwartzman abordou a trajetória política e intelectual de Gustavo Capanema, fazendo referência a Antônio Carlos a partir de dois aspectos: a política educacional e as disputas no interior da oligarquia mineira. A reforma do Ensino foi promovida por seu Governo, entre 1926 e 1930, e teve a participação importante de Gustavo Capanema (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982). A política educacional de Antônio Carlos tornou-se referência para as políticas que seriam empreendidas nas décadas de 1930 e 1940 em âmbito nacional, sob o comando do próprio Capanema. O segundo elemento é abordado nas referências à criação da Legião de Outubro. Organização política com fortes características oriundas do fascismo italiano⁵⁷, seu objetivo era alterar as bases da correlação de forças da política mineira. Para tanto, lideranças tradicionais, incluindo Antônio Carlos, buscavam estabelecer um contraponto à influência de Artur Gemardes, tido como a principal liderança política estadual no início da década de 1930 e a maior ameaça à liderança getulista na organização do novo governo (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982).

⁵⁷ Luiz Antônio Cunha define a Legião de Outubro como “partido político parafacista do qual foi um dos fundadores e dirigentes. A plataforma política, os símbolos, a organização das milícias eram semelhantes aos do movimento fascista italiano, cujas íntimas ligações com a Igreja deixavam à vontade a hierarquia eclesiástica brasileira, particularmente a mineira” (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982, p. 441).

Também sobre a questão da reforma educacional, Luís Antônio Cunha destaca os elementos que caracterizam a relação entre o Governo de Antônio Carlos e a Igreja Católica. Segundo o autor, “tão logo tomou posse na presidência do estado, Antônio Carlos promoveu a aprovação, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de uma lei autorizando o ensino da religião nas escolas estaduais - o que, no contexto, significava o ensino da religião católica” (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982, p. 441). Este posicionamento rendeu inúmeras críticas a Antônio Carlos por parte de seus opositores. As críticas se orientavam pela incompatibilidade entre as ideias liberais que o presidente do Estado afirmava defender e a ampliação da influência religiosa sobre atividades dominadas pelo Estado. Apontavam ainda a tática política, com a busca pelo apoio da Igreja em prol de seus projetos políticos pessoais, como a busca pela indicação a candidato à Presidência da República em 1930.

Contudo, Antônio Carlos recorreria à ideia de tradição mineira para justificar as suas ações em relação à influência religiosa. Essa relação com a mineiridade é destacada por Lúcia Lippi Oliveira, no destaque ao texto de Afonso Arinos de Melo Franco:

Outra vertente, acentuando o lado político da "mineiridade", aparece em recente depoimento (1976) de Afonso Arinos de Melo Franco. Aqui é destacado o fato de a idéia de Estado brasileiro ter surgido em Minas, com a Inconfidência. A política mineira seria decorrente da institucionalização da "instável", "tumultuosa sociedade bandeirante", e seria marcada pela junção natural entre "a aspiração de liberdade e a necessidade da ordem". Liberdade e ordem marcariam o comportamento dos maiores vultos do pensamento político de Minas Gerais e, "quando Antônio Carlos lançou seu famoso aforismo 'façamos a revolução antes que o povo a faça' (...)", pela boca do Andrada "falava a continuidade mineira, a qual tem como elemento importante a preciência das elites em relação aos grandes movimentos populares” (A REVOLUÇÃO DE 1930, 1982, p. 520 - 521).

A ideia de mineiridade é um dos elementos mais marcantes na construção da imagem política de Antônio Carlos e o trecho destacado por Lúcia Lippi aponta para essa relação. A ligação entre a frase que consagrou Antônio Carlos na memória coletiva e a capacidade da elite de se antecipar aos eventos populares estabelece sua condição de legítimo representante dessa elite e porta-voz dos projetos que ela propõe para o país.

Essa condição de destaque também é apontada por Joseph Love ao abordar os padrões de mobilidade no interior da elite republicana, onde Antônio Carlos se distingue por ser o único a ocupar 11 posições⁵⁸ diferentes na carreira política da época (*A REVOLUÇÃO DE 1930*, 1982, p. 59).

O que podemos identificar a partir do diálogo entre as impressões pessoais de Antônio Carlos, presentes em sua coletânea de discursos e em obras relativas à memória mineira sobre 1930 e sobre os elementos que caracterizam a trajetória do político na historiografia, é o trânsito entre as imagens de vencedor e de derrotado. Sua condição de vencedor no processo político de 1930 parece ser inquestionável, dado o papel político fundamental que ele desempenhou na organização do processo. Antônio Carlos teve atuação de destaque na condução do processo de formação da Aliança Liberal e soube responder às imposições do cenário político de 1930, abrindo caminho para a indicação de Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República. Mesmo recebendo críticas duras de adversários, e mesmo de aliados, assumiu uma condição de liderança no interior da política mineira na tomada do poder e na sustentação do governo provisório. Manteve tal condição ao efetivar-se como presidente da Constituinte de 1934, em um acordo político que garantia o apoio da bancada mineira ao governo Vargas.

Sua condição de liderança passa por abalos a partir de 1933, com o *Caso Mineiro*. Neste evento, Antônio Carlos mantém uma posição central na administração da crise interna da elite estadual, mas acaba abrindo espaço para a ascensão de um grupo mais próximo a Getúlio Vargas. O surgimento de Benedito Valadares no cenário político mineiro pode ser identificado como um momento importante da perda de espaço político sofrido pelo Andrada. Tal perda de espaço se agravaria com o distanciamento em relação ao presidente da República, que culminaria em seu afastamento da Presidência da Câmara dos Deputados, em 1937. Com o advento do *Estado Novo*, ele perde não apenas sua condição de centralidade, mas seus direitos

⁵⁸ A análise de Joseph Love considera as posições e cargos públicos ocupados pelos agentes políticos na Primeira República. A trajetória de Antônio Carlos é a mais diversificada, tendo ocupado 11 posições distintas, referentes aos cargos no legislativo municipal, estadual e federal (vereador, deputado e senador) e no Executivo, em primeiro e segundo escalão, também nas três esferas (prefeito, presidente de Estado, Secretário municipal e estadual e Ministro). Este tema também é abordado por David D. Flehischer ao analisar o processo de recrutamento de agentes políticos no interior da elite mineira. Ver: FLEISCHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: origens socioeconômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do estado e de deputados federais. In: *Seminário de Estudos Mineiros* (5: 1977). A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/ PROED, 1982, 260 p.

políticos. Isso o afasta definitivamente das disputas pelos postos que ocupara desde o início do século XX.

Por todos estes elementos, consideramos que a condição de Antônio Carlos é singular. Ele é efetivamente um vencedor no processo político, mas derrotado pela memória. Uma derrota que não se caracteriza pela ausência, já que sua trajetória é analisada por grande parte dos autores, memorialistas e historiadores que se dedicaram ao estudo dos processos políticos nos quais ele esteve envolvido. A condição de derrotado na memória é construída pela própria família Andrada nos anos seguintes a seu afastamento da vida pública. A base dessa ideia é a afirmação de que a memória histórica reservara a ele um papel muito menor do que o merecido. Ele era lembrado por alguns, mas não estava marcado na memória coletiva de forma destacada. Ele não se tornara herói (PEREIRA; FARIA, 1998, p. XV).

É no sentido de responder a essa condição, que a família Andrada buscou construir uma nova imagem de Antônio Carlos após seu afastamento da vida pública. A prática familiar de recorrer à História como meio para a consolidação de sua posição social e de destacar as ações de seus agentes políticos foi o caminho adotado para estabelecer este novo lugar na memória para o “Andrada da República”.

CAPÍTULO II

A FAMÍLIA ANDRADA COMO AUTORA DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

2.1. GENEALOGIA POLÍTICA DA FAMÍLIA ANDRADA

Ao destacarmos a construção da memória sobre a atuação política de Antônio Carlos, destacamos que o elemento principal dessa criação é sua identificação como herança expressa na manutenção de seus herdeiros no centro do poder político, por meio da ocupação de importantes cargos de decisão não só na esfera do legislativo federal, mas também nos legislativos estaduais e municipais em Minas Gerais, na Justiça estadual e federal e em cargos do governo estadual mineiro. A longevidade na atuação política da família Andrada merece destaque frente a qualquer outra dinastia familiar ou oligárquica no Brasil atual, sendo muito importante pensar na contribuição de Antônio Carlos para a constituição do capital político que mantém os Andradas no poder.

Desde o período da Independência, ininterruptamente, os Andrada têm representantes no Congresso Nacional¹. Desde o final do século XIX, a atuação política da família está ligada, com maior destaque, ao estado de Minas Gerais. Sua base eleitoral são as cidades de Barbacena e Juiz de Fora, onde ocuparam, em inúmeras ocasiões, cargos no Executivo e Legislativo municipais. As ligações políticas locais fizeram dos Andradas os representantes da região no cenário nacional, tendo também, em vários momentos, políticos atuantes na esfera estadual. Contudo, Antônio Carlos foi o último representante da família com grande expressão dentre os grupos políticos do estado, se consideramos que foi o único a ocupar o cargo de chefe do executivo mineiro, tendo forte influência sobre a política nacional também com sua atuação no Congresso. No âmbito estadual, a atuação de seus herdeiros encontra-se muito mais limitada. O que também pode ser percebido no âmbito nacional, já que, apesar de seu sobrinho ter

¹ A longevidade política da família Andrada foi tema de matérias jornalísticas destacando a atuação de seus membros desde o período colonial. O *Congresso em Foco* abordou o tema em 2011 e a *Gazeta on line* em 2013. Os textos estão disponíveis em <goo.gl/PN34p7content_copy> e em <goo.gl/G0BHPAcontent_copy>, respectivamente.

ocupado o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, há uma clara perda de espaço da família nos cargos decisórios. Isso não significa sua exclusão, já que atualmente mantém um deputado federal que, entretanto, compõe o grupo chamado de “Baixo Clero” ou “Centrão” da Câmara.

Para melhor compreender a relação entre a trajetória de Antônio Carlos e o projeto de memória vinculado aos Andrada, instrumento de manutenção e transmissão do capital político familiar, façamos uma breve análise genealógica das posições ocupadas por alguns dos membros da família entre os séculos XIX e XXI, apontando as formas como são estabelecidos os laços políticos entre esses agentes.

Para esta análise sobre a trajetória da família Andrada e a atuação de seus membros na esfera pública, recorreremos ao aporte metodológico da *prosopografia*². Como indicado por Lorena Monteiro (2014), seu uso no campo da História tem girado em torno das possibilidades de sua utilização como método ou como técnica de pesquisa. Pensada, inicialmente, como meio para se analisar as origens familiares de grupos sociais, suas possibilidades se ampliaram a partir do diálogo entre a História e as demais ciências sociais ao longo do século XX, o que tem suscitado o debate, que ora indicamos, desde a década de 1970.

A biografia, nessa perspectiva, fornece os dados objetivados de certo indivíduo, ou seja, as disposições socialmente construídas que o posicionam no mundo social. Os dados biográficos tornam possível a localização dos trajetos comuns que compartilham os mesmos princípios geradores, ou seja, um *habitus comum* daqueles situados no mesmo grupo social (MONTEIRO, 2014; BOURDIEU, 1996). Dessa forma, a ideia de trajetória é tomada como meio para analisar as diferentes posições ocupadas por um ou mais agentes e relacioná-las com as mudanças ocorridas ao longo do tempo em um campo específico e, ainda, o uso que estes agentes fazem do capital simbólico no interior desse campo. A análise de um conjunto de trajetórias possibilita a percepção das diferenças de utilização deste capital simbólico.

² Neste trabalho, a noção de prosopografia é tomada como possibilidade metodológica de análise da trajetória de um grupo de pessoas por meio da avaliação de suas biografias pessoais e das relações sociais, políticas e econômicas que elas engendram. Ou seja, enquanto “um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica” (HEINZ, 2006, p.9).

Assim, tal como indicado por Monteiro (2014), recorreremos à metodologia prosopográfica a partir de três etapas: a constituição da amostra de biografias e a elaboração de um conjunto de dados biográficos sobre os indivíduos; a análise de correspondência e da comparação entre os atributos, características, perfis, posição e destino social de cada biografia e; por fim, inferência das relações sociais e políticas do grupo analisado.

Na análise acerca da trajetória política dos membros da família Andrada, estes elementos podem ser encontrados no livro *Os Andradas* (1922), de Alberto Sousa. Publicado em comemoração ao centenário da Independência, temos uma rica mostra dos elementos genealógicos que apontam a atuação da família na esfera pública portuguesa e brasileira e sua ramificação com outros troncos familiares. Nesse documento, temos o destaque para as origens portuguesas da família Andrada a partir do Coronel José Ribeiro de Andrada (1678 - 1767), nascido na freguesia de São Martinho, da vila de Cabeceira de Basto, Comarca de Guimarães, arcebispado de Braga, província de Minho em Portugal (SOUSA, 1922)³.

Seu filho, Bonifácio José Ribeiro de Andrada (1726 - 1789), foi o primeiro membro de destaque no Brasil. Ocupou inúmeros cargos públicos na Vila de Santos, em São Paulo, como almoxarife da Fazenda Real (1758 – 1761) e de escrivão substituto da Junta da Real Fazenda da cidade de São Paulo (1771 – 1773). Também ocupou as posições de capitão da Infantaria auxiliar da Praça de Santos e de Coronel do Regimento de Dragões da capitania de São Paulo (SOUSA, 1922, vol. III). Foi produtor e comerciante agrícola e administrador dos contratos de dízimos das alfândegas do Rio de Janeiro e de Santos. De acordo com Emília Viotti da Costa (1999), sua família tornou-se uma das mais representativas de Santos, sendo sua fortuna considerada a segunda maior da cidade.

³ O texto publicado por Alberto Sousa é de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva, deputado federal por Minas Gerais e irmão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, pertencendo ambos ao ramo mineiro e à terceira geração da família, cuja atuação política é analisada em seguida. Em sua edição de 1922, Alberto Sousa destaca uma série de correções ao trabalho de José Bonifácio acerca de datas e cargos ocupados pelos membros da família. Pela maior precisão apontada pelo autor na correção dos dados, optamos por recorrer a essa edição para os apontamentos neste trabalho.

Foram os filhos de Bonifácio José que formaram a primeira geração⁴ da família Andrada, com efetiva atuação política na colônia portuguesa, participando do processo de Independência do Brasil e da administração imperial. São seus filhos José Bonifácio de Andrada e Silva, Martins Francisco Ribeiro de Andrada e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Neste trabalho, buscamos identificar os agentes políticos da família Andrada a partir da divisão por gerações. Considerando a importância da atuação política da tríade atuante no processo de Independência, é constante nos trabalhos genealógicos considerar esta a primeira geração política da família no Brasil. Optamos por adotar essa designação como forma de apontar a relação que se constrói entre a memória familiar e a presença de seus membros no espaço público a partir da Independência do Brasil. Assim, consideramos as sete gerações de agentes políticos da família Andrada que se dividem entre o período imediatamente anterior à Independência do Brasil e o início do século XXI.

A “tríade Andradina”, como ficaram conhecidos os irmãos Andrada, teve participação ativa no processo de emancipação nacional. Corresponde à primeira geração da família que ocupa espaços importantes no cenário político-administrativo entre o período colonial e o Império. O mais velho dos irmãos, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838), tornou-se um marco na construção da memória nacional. Tendo sua trajetória política e intelectual apresentada sob diferentes perspectivas, ganhou espaço também como personagem emblemático na produção historiográfica brasileira.

No campo político, exerceu as funções de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino do Brasil (1822), Ministro dos Negócios do Império do Brasil e Administrador do Rio de Janeiro (1822), Ministro das Relações Exteriores do Império do Brasil (1822 — 1823). Mas sua principal marca na memória e na historiografia está relacionada à atuação no processo de Independência nacional. Tendo se formado em Filosofia Natural e Direito Civil pela Universidade de Coimbra, em 1787 (SOUSA, 1922), construiu uma destacada carreira científica na área da Mineralogia com inúmeras missões de pesquisa pela Europa, onde viveu entre 1783 e 1819. Mas as relações políticas e sociais de sua família também serviram como forma de ascensão aos espaços de poder (COSTA, 1999). As relações construídas por seus pai e avô garantiram o apoio

⁴ Recorremos também às informações constantes na genealogia familiar dos Andrada disponível em: <<https://www.geni.com/family-tree/canvas/6000000016634265601>>. Acessado em: 17 de set de 2018.

de altas personalidades ligadas ao governo e à administração portuguesas, como o duque de Lafões⁵ e o conde de Linhares⁶. A influência e a proteção, sobretudo do conde de Linhares, certamente foram as responsáveis pela indicação para as numerosas missões científicas nas quais esteve envolvido.

Após seu retorno ao Brasil, em 1819, teve uma carreira política meteórica. Em menos de dois anos se tornou ministro de D. Pedro I (COSTA, 1999). Fazendo parte da comitiva brasileira nas Cortes Portuguesas de 1821, como deputado por São Paulo, tomaria posição favorável ao processo de emancipação da colônia portuguesa na América. Os conflitos entre a formação e sua longa estadia em Portugal e o posicionamento político ligado aos interesses emancipatórios construíram uma rede de críticas entre os partidários portugueses. A má fama da família Andrada é destacada por Emília Viotti da Costa na sua análise das publicações que circulavam no Rio de Janeiro no período imediatamente anterior à declaração de Independência:

Os Andradas passariam a ser considerados traidores em Portugal e no Brasil, pelos adeptos do partido português. Um avulso, publicado em 1822 sob o título Reforço patriótico ao Censor Lusitano na interessante tarefa que se propôs de combater os periódicos, critica violentamente o príncipe D. Pedro e seus infames conselheiros, ‘pérfidos e indignos sátrapas da família dos Bonifácios’ (COSTA, 1999, p. 70).

O destaque, tão presente na historiografia, de seu reconhecimento como o “Patriarca da Independência”, caminha junto com as versões negativas e críticas à sua personalidade, sua ação pública e seus projetos políticos. José Bonifácio carregava em seus projetos políticos uma série de antagonismos que respondiam ao delicado quadro social que vivenciara ao final do século XVIII, com os desdobramentos da Revolução Francesa na Europa, os movimentos revolucionários na América Latina e a conflituosa situação que encontrou no Brasil em seu retorno. Como aspecto de seu projeto político, Emília Viotti destaca seu

⁵ D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva (1719 – 1806) foi Primeiro Ministro de Portugal (1801).

⁶ D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755 – 1812) foi Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar (1795 – 1801), Primeiro Ministro de Portugal (1801), Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1801) e Ministro da Guerra do Brasil (1812).

Sonho audacioso para quem, apoiando-se nos grupos dominantes, os proprietários de terras e comerciantes estrangeiros, pretendia, num país de economia tipicamente colonial, cuja única riqueza provinha da exportação de produtos tropicais, fechar os portos à Europa, seu principal mercado. Não menos contraditório seria José Bonifácio ao pleitear, nessas condições, a emancipação dos escravos e o combate ao latifúndio improdutivo (COSTA, 1999, p. 73).

As ideias políticas de José Bonifácio apontavam o conflito na relação existente entre um governo democrático e a participação popular na vida política. Seu projeto se pautava pela consolidação de um governo apoiado nas camadas conservadoras, que ficava no meio do caminho entre um sistema democrático e um modelo absolutista, estando sob o controle de um dispositivo constitucional e parlamentar. Como define Costa (1999, p. 77), seria uma monarquia constitucional representativa com exclusão do voto popular. As ideias de povo e nação, na perspectiva de José Bonifácio e de seus irmãos, tinham a noção de Monarquia como a chave mestra para impedir que o país despencasse no “abismo das revoluções” a que tendiam os “loucos inovadores”.

[Antônio Carlos] Andrada Machado veria no soberano “a razão social, coleção das razões individuais” e no povo “o corpo que obedece à razão”. A partir daí estabeleceria uma distinção entre o povo (os súditos) e a nação (o soberano e os súditos), pretendendo que em vez da expressão “soberania do povo”, que lhe parecia dar margem a confusão e equívocos, se utilizasse a expressão “soberania da nação” (COSTA, 1999, p. 81).

Os conflitos entre as noções de povo e elite, ou povo e nação, são características do ideário político liberal ao qual os irmãos Andrada estavam vinculados. Sob esses aspectos, é possível perceber algumas permanências que serviram como norte para a utilização de ideias identificadas com o Liberalismo já durante o século XX. A junção entre liberalismo econômico e conservadorismo cultural, utilizada também por membros de gerações seguintes da própria família Andrada, aponta para os

desdobramentos e a permanência de elementos similares entre estes diferentes tempos, na abordagem sobre a efetiva atuação política popular.

Na prática, essa contradição presente no projeto político andradino, em particular identificado com José Bonifácio, foi o motor principal da oposição e das críticas que recebeu. Ao mesmo tempo, José Bonifácio e seus irmãos eram atacados pelos liberais por assumirem uma perspectiva política conservadora e pelos conservadores, por seus projetos de transformação da ordem social (COSTA, 1999).

É o embate entre essas ideias, a preocupação em garantir o registro de sua trajetória política e de seu legado e a necessidade de responder aos críticos que movem a produção de memória empreendida por José Bonifácio. Seus elementos encontram-se presentes em suas notas, poesias e correspondência e contribuíram para a construção de uma imagem “subjetiva e personalista” de si mesmo. De acordo com Emíli Viotti da Costa (1999, p. 95), essas memórias nos oferecem a imagem do homem tal como ele se vê. É uma imagem idealizada de si mesmo e da sua participação nos acontecimentos. Ela revela o conjunto de valores que constituem seu credo político, sua adesão ao quadro de referências da poética pré-romântica e aos valores oriundos da Ilustração. Na construção dessa imagem de si, temos a avaliação pessoal de José Bonifácio sobre sua atuação política e o apontamento das marcas de sua personalidade. Nelas, ele conclui que

Fora ingênuo em não espiar o Paço para abafar as intrigas e saber as tramas ‘tenebrosas’, faltara-lhe dinheiro para comprar os ‘Bercós e companhia’, concluía que ‘sem dinheiro nada pode a política’. Sua popularidade fora a causa de sua deportação como também sua franqueza, amor à verdade, a confiança no imperador e a inveja que despertara’ (COSTA, 1999, p. 98).

A despeito da imagem que construiu de político experiente, aponta para a ingenuidade como uma marca pessoal que explicaria o insucesso de seus projetos. Contudo, também se define a partir da distinção em relação ao conjunto dos políticos, pelo desapego ao uso do poder econômico como meio de alcançar sucesso, acompanhado pelo amor à verdade. Essas características somadas à confiança

inabalável no imperador o tornaram, sob sua ótica, a vítima da inveja dos inimigos políticos. Dessa forma, a derrota também se torna uma marca da memória que José Bonifácio constrói sobre sua trajetória política. É uma derrota marcada pela falência de um projeto, mas cheia de valores que não foram compreendidos ou aceitos por uma sociedade, um grupo dominante, incapaz de vislumbrar tais propósitos. Dessa forma ele

Justificava sua demissão do ministério dizendo ser a única maneira de demonstrar sua desaprovação ao sistema que se ia introduzindo no Estado: ‘este é o único meio constitucional e legítimo de exprimir uma respeitosa desaprovação das novas medidas, é uma advertência sem tumulto que se faz a um governo que sai do verdadeiro caminho’ (COSTA, 1999, p. 100).

Na disputa entre as narrativas elogiosas - construídas nas memórias de José Bonifácio e de seus irmãos ou nos textos laudatórios de aliados políticos, muito presentes na imprensa durante os momentos de maior destaque de sua atuação política – e as narrativas críticas construídas pelos opositores, o mito andradino se tornou extremamente presente na historiografia política brasileira. Como apontado por Emilia Viotti da Costa (1999, p. 119), a historiografia da Independência, até os anos 1930, sob muitos aspectos, limitou-se a retocar as versões tradicionais, conservando imagens idealizadas de José Bonifácio. Esse debate em torno da construção de imagens díspares de José Bonifácio e também de seus irmãos expressa uma preocupação em forjar uma memória política a partir da própria família, como defesa de seus projetos e de seu legado, e ganha em relevância ao tornar-se um elemento fundamental, para além do campo da memória, ao exercer uma influência tão destacada no campo historiográfico.

O segundo irmão da tríade Andradina, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773 – 1845), também desempenhou uma longa trajetória política. Ocupou o cargo de Ouvidor em São Paulo e em Olinda durante a década de 1810 e participou da Revolução Pernambucana de 1817. Sua história pessoal de sucesso na política foi também marcada por uma acusação de assassinato⁷, que teria praticado na Vila de Santos, quando desempenhava o papel de Ouvidor naquela cidade. Apesar de

⁷ Em 1811, foi acusado do assassinato do comerciante português José Joaquim da Cunha (SOUSA, 1922, vol. I).

negar a autoria do crime, foi processado e preso, após fugir para Pernambuco. Mesmo tendo sido posteriormente absolvido das acusações, este fato tornou-se um marco em sua trajetória política, sempre lembrado pelos adversários e usado como artifício político também contra seus descendentes.

No início da década de 1820, Antônio Carlos retomaria sua atividade política como deputado nas Cortes de Lisboa (1821) e, após a Independência, Presidente da Constituinte de 1823, sendo também o relator do projeto da Constituição. Desterrado para a França, em 1823, junto a seus irmãos, retornou ao Brasil em 1828, participando ativamente da política no período regencial. Elegeu-se Deputado Geral por São Paulo (1838 - 1842), assumindo o cargo de Ministro dos Negócios do Império do Brasil (1840 - 1841), participando ativamente da campanha pela Maioridade de Pedro de Alcântara. Foi eleito ainda Senador vitalício por Pernambuco, em 1845 (SOUSA, 1922, vol. III).

O terceiro membro da primeira geração da família foi Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775 – 1844). Nascido em Santos, formou-se em Matemática na Universidade de Coimbra, também atuando na área de Mineralogia, junto ao irmão mais velho. Também se destacou pela ocupação de inúmeros cargos públicos ao final do período colonial e durante o Primeiro Império. Foi secretário do governo provisório de São Paulo, em 1821. Após a declaração da Independência, exerceu o cargo de deputado na Assembleia Constituinte instalada em 1823. Após a suspensão da Constituinte, foi exilado junto com seus irmãos, instalando-se na França e retornando ao Brasil em 1828. Elegeu-se deputado na Segunda Legislatura do Império, representando Minas Gerais. Também foi o Ministro da Fazenda durante o processo de Independência do Brasil e nos primeiros meses após a implantação do Império (1822 – 1823). Voltaria ao cargo durante a campanha pela maioria de Pedro de Alcântara (1840 - 1841), tendo também atuado de forma marcante na campanha da Maioridade (SOUSA, vol III, 1922).

Apesar do destaque alcançado por José Bonifácio na historiografia da Independência, há uma forte presença de seus dois irmãos nos documentos relativos ao período, com destaque para os textos publicados no jornal *O Tamoio*, controlado pelos Andradas. Há uma busca pela valorização de suas trajetórias políticas, por meio do estabelecimento de relações entre suas atuações e os destinos políticos nacionais. Há, ainda, uma valorização de suas carreiras como homens públicos, no sentido de serem identificados como símbolos e inspiração para seus descendentes. Por meio dos

discursos, da memória e da escrita da História, estabelece-se a ligação entre a geração dos patriarcas da família Andrada e a de seus herdeiros políticos.

Na segunda geração política da família Andrada, temos os primeiros exemplos da transmissão do poder político como herança familiar. Dos quatro principais agentes políticos atuantes entre o Segundo Reinado e os primeiros anos do regime republicano, todos ocupam cargos desempenhados anteriormente por seus pais. Três deles têm a mesma base política regional de seu ascendente direto - a província de São Paulo. O quarto organiza sua trajetória política após migrar para uma nova região, Minas Gerais, reforçando o discurso da gratidão à província por eleger seu pai como deputado geral quando este se encontrava no exílio.

O primeiro foi Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1825 – 1886), que nasceu durante o exílio da família em Mussidan, França⁸. Atuou como jurista e Lente da faculdade de Direito de São Paulo. Em sua trajetória política, foi deputado geral por São Paulo (1853-1856, 1861–1868, 1878–1886), ministro dos Negócios Estrangeiros (1866) e da Justiça (1866 – 1868), além de conselheiro de Estado (1879). Em sua biografia, são destacadas suas ações como ministro de Estado durante a Guerra do Paraguai.

Seu irmão, José Bonifácio de Andrada e Silva (1827 – 1886), conhecido como José Bonifácio – o Moço, foi o mais destacado político da família dessa geração. Formado em Direito, foi Lente das Faculdades de Recife e São Paulo. Também manteve a base política de seu pai, elegendo-se deputado provincial (1860) e geral (1861-1868) por São Paulo (SOUSA, 1922, VOL. III). Foi Ministro da Marinha (1862) e do Império (1864) no Ministério Zacarias. Além da trajetória política e como orador parlamentar, também foi reconhecido em sua época como poeta romântico, inspirador de uma geração de grandes nomes da literatura e da política nacional, como Castro Alves e Rui Barbosa.

O terceiro irmão, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1836 – 1893), foi o responsável pela ramificação da família na província de Minas Gerais, para onde se

⁸ Como seu pai, Martim Francisco da primeira geração, casou-se com a sobrinha, Gabriela Frederica de Andrada, filha de seu irmão, José Bonifácio, Martim Francisco II era tanto seu neto quanto seu sobrinho.

mudou em 1865. Casou-se com Adelaide Feliciano de Lima Duarte⁹, pertencente a uma das famílias de maior influência política na região de Barbacena (SOUSA, 1922, VOL. III). Este casamento deu início a uma extensa relação entre os Andradas e a elite política mineira. Formado em Direito, exerceu a função de advogado e juiz municipal em Barbacena. Mesmo mantendo-se afastado dos cargos políticos durante a maior parte da vida, elegeu-se Deputado Geral por Minas Gerais (1884) e Senador estadual (1891). Monarquista histórico, sua trajetória ficou marcada pela adesão à campanha republicana às vésperas da tomada do poder pelos militares, em 1889.

O quarto agente político da família nesta geração foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva II (1830 – 1902), que recebeu o mesmo nome de seu pai. Doutor em Direito, foi Lente da Faculdade de São Paulo e atuou como advogado. Foi deputado geral por São Paulo (1867 – 1868) e Procurador Geral do Estado após a Proclamação da República (SOUSA, 1922, vol. III).

Na terceira geração política da família Andrada, temos uma divisão geográfica de sua atuação, entre São Paulo e Minas Gerais, destacando-se os filhos de Martim Francisco Ribeiro de Andrada II e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, em cada um dos dois estados. Com base política em São Paulo, atuaram Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior (1853 – 1927) e Antônio Manuel Bueno de Andrada (1857 – 1941). Martim Francisco foi deputado geral (1884 – 1885), deputado federal (1912 – 1914), senador e Secretário de Finanças por São Paulo. Também ocupou o cargo de presidente da província do Espírito Santo (1882–1883). Seu irmão, Antônio Manuel, foi deputado federal por São Paulo (1894 – 1902; 1909 – 1917).

Contudo, a atuação política mais destacada da família, a partir da Proclamação da República, teve por base o estado de Minas Gerais. Já apontamos, no primeiro capítulo, alguns elementos da trajetória de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870 – 1946) como deputado federal por Minas Gerais (1911-1917, 1919-1925, 1935-1937), deputado e presidente da Assembleia nacional Constituinte (1934), Ministro da Fazenda (1917-1918), Senador da República por Minas Gerais (1925-1926) e Presidente de Minas Gerais (1926-1930). Cargos e funções políticas que conferem a ele uma

⁹ Era irmã de José Rodrigues de Lima Duarte (1826 – 1896), Visconde de Lima Duarte, deputado geral do Império (1851 – 1884), Presidente da Câmara dos Deputados (1882 – 1884) e Ministro da Marinha do Brasil (1880 – 1882).

posição de destaque na memória familiar a partir de então. Contudo, a família Andrada se destaca de outros núcleos da elite política por sua extensa ramificação pelas esferas e cargos públicos, o que se consolidou em Minas Gerais a partir dessa geração.

Além de Antônio Carlos, seus irmãos também ocuparam funções públicas em Minas Gerais. Martim Francisco Duarte de Andrada (1866 – 1911) teve trajetória mais discreta. Formado em Direito, foi advogado, Lente do Ginásio Mineiro, vereador de Barbacena e procurador fiscal em Belo Horizonte (SOUSA, 1922, VOL. III). Sua trajetória ficou marcada pelas acusações feitas por meio da imprensa de ter sido favorecido pelo irmão, Antônio Carlos, então secretário de finanças de Minas Gerais, na indicação para um cargo público (PEREIRA; FARIA, 1998). Com uma trajetória mais marcante, José Bonifácio de Andrada e Silva III (1871 – 1954) também foi presença constante na cena política mineira e nacional durante a Primeira República. Ocupou os cargos de Deputado federal por Minas Gerais (1899-1930) e Embaixador do Brasil em Portugal (1931-1933) e na Argentina (1933-1937).

Os inúmeros impedimentos sociais para a atividade política das mulheres acabam por limitar os relatos de sua participação na vida pública durante esse período. A abordagem sobre sua atuação fica restrita às relações familiares – de casamento e de linhagem. Portanto, como as mulheres não ocuparam posições políticas, seus traços biográficos são extremamente limitados nos textos de memória, o que também impossibilita uma análise mais abrangente de sua participação na reprodução desse capital e na consolidação da própria memória familiar, salvo algumas exceções, como no trabalho de produção intelectual, como o de Maria Margarida Baptista Andrada de Oliveira Mega, que analisamos mais à frente.

Contudo, a reprodução desse capital simbólico expresso por meio da transmissão do nome de família, é marcante para os descendentes dessas personagens. Dentro destes limites impostos pela própria memória familiar, destacam-se Maria José de Andrada Lacerda Rodrigues¹⁰ (s.d) e Maria Antônia Duarte de Andrada Serpa (s.d). Maria Antônia casou-se com o Coronel José Maria Serpa, professor do Colégio Militar de Barbacena. Ela é mãe de José Maria de Andrada Serpa (1915 - 1979) e Antônio

¹⁰ As datas de nascimento e morte de alguns membros da família não puderam ser comprovadas por meio da documentação consultada. Nas genealogias constam datas aproximadas, como a década do nascimento e, em alguns casos, apenas o século.

Carlos de Andrada Serpa (1916 - 1996). Ambos tiveram longa trajetória na carreira militar, tendo exercido funções de destaque no alto comando das Forças Armadas. José Maria Serpa foi Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército (1977-1978) e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (1978-1979). Antônio Carlos Serpa foi Comandante do III Exército (1977 - 1978) e Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército (1978-1980). Pertencendo à quarta geração da família, suas trajetórias apontam uma ampliação do campo de influência do grupo, da esfera política para a militar. Contudo, a política permaneceu como principal espaço de ação, perceptível na trajetória de Amadeu Andrada de Lacerda Rodrigues (s.d). Filho de Maria José de Andrada e Amadeu de Lacerda Rodrigues, ele foi prefeito de Barbacena (1936) e deputado estadual por Minas Gerais (1947 - 1955).

Dois filhos de Antônio Carlos seguiram carreira política. José Bonifácio Olinda de Andrada (s.d) foi Secretário da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais (1935 - 1936). Também atuou na área econômica e de finanças, publicando as obras *A política monetária da França* (1930) e *A responsabilidade do Estado em caso de guerra: aspecto econômico e financeiro das reparações* (1932). Seu filho mais novo, Fábio Bonifácio Olinda de Andrada (s.d) foi constituinte estadual em Minas Gerais (1935). Também teve importante papel na construção da memória política de seu pai, ao organizar o livro *Antônio Carlos: o Andrada da República* (1946) com a reunião de artigos de imprensa sobre Antônio Carlos.

Entretanto, o maior destaque na transmissão do poder político nesta geração encontra-se nas trajetórias dos filhos de José Bonifácio de Andrada e Silva (1871 – 1954). Apesar da notoriedade pública de Antônio Carlos, são os herdeiros de José Bonifácio que têm maior sucesso em capitalizar a herança política familiar. Três de seus filhos têm atuação em cargos públicos ao longo de suas trajetórias, nas esferas política, jurídica e diplomática. Antônio Carlos Lafayette de Andrada (1900 – s.d) foi Ministro do Supremo Tribunal Federal (1945 - 1969). Martim Francisco Lafayette de Andrada (1906 – s.d) foi diplomata, atuando como embaixador do Brasil no Peru (1968-1969).

Quem permanece como representante da família no Executivo e, principalmente, no Legislativo, é José Bonifácio Lafayette de Andrada (1904 – 1986), conhecido como Zezinho Bonifácio. Após atuar como secretário particular de seu tio, Antônio Carlos, quando este era presidente de Minas Gerais (1926 – 1930) e participar

ativamente do movimento revolucionário de 1930, foi nomeado prefeito de Barbacena (1931-1934). Deixou o cargo para assumir o mandato de deputado estadual de Minas Gerais (1934-1937), tendo o mandato cassado pelo Estado Novo. Foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* (1942), que marcou a reorganização da oposição ao Estado Novo e a redemocratização do país. Foi deputado constituinte (1946), deputado federal (1946-1979), atuando como primeiro-secretário (1958-1965), vice-presidente (1966), presidente da Câmara dos Deputados (1968-1970) e líder da maioria no governo de Emílio Garrastazu Médici (1970 – 1974).

Na quinta geração, temos a atuação política da família ramificada entre o estado de Minas Gerais e o Rio de Janeiro. José Bonifácio Diniz de Andrada Neto (1928 – 2002), filho do ministro Antônio Carlos Lafayette de Andrada, foi vereador do Rio de Janeiro (1959 – 1962), deputado estadual pela Guanabara (1963 – 1971) e deputado federal (1971- 1979). Atuando na Câmara dos deputados pelo MDB e fazendo oposição ao governo federal, teve sua trajetória marcada pela identificação que o consagrou na imprensa como José Bonifácio, “o Bom” em contraponto a seu tio, Zezinho Bonifácio, um dos mais destacados aliados governistas no Congresso à época.

São os filhos de Zezinho Bonifácio que mantêm o domínio político familiar na geração seguinte. José Bonifácio Tamm de Andrada (1937 – 2008) teve sua trajetória mais ligada ao âmbito político estadual. Foi vereador em Barbacena (1963 - 1966) e deputado estadual em Minas Gerais (1975-1998). Já seu irmão, Bonifácio José Tamm de Andrada (1930), destaca-se pela longa carreira política, sobretudo no legislativo federal. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira política como vereador em Barbacena (1954 – 1958). Também elegeu-se deputado estadual em Minas Gerais (1959 – 1975) e ocupou o cargo de deputado federal por onze legislaturas (1979 – 1991, 1995 – 2018). Destacou-se como um dos líderes do “Centrão”, grupo suprapartidário que reuniu parlamentares de orientação conservadora, tendo grande influência nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e nos debates posteriores da Câmara dos Deputados.

No setor privado, destaca-se como empresário da área de Educação, sendo presidente da Fundação Presidente Antônio Carlos, mantenedora de escolas e faculdades no estado de Minas Gerais, como a Universidade Presidente Antônio Carlos (UPAC). Foi professor, dentre outras instituições, da Universidade de Brasília (1981 –

2001). Participou, como organizador e palestrante, do *VI Seminário de Estudos Mineiros*, realizado pelo Centro de Estudos Mineiros da UFMG, e do *Seminário Comemorativo da Revolução de 1930*, organizado pela Câmara dos Deputados, ambos em 1980, como comemoração aos 50 anos da Revolução de 1930.

São os filhos de Bonifácio de Andrada que formam a sexta geração política da família. José Bonifácio Borges de Andrada (1956) é jurista, formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi vereador de Barbacena (1982), promotor de Justiça no Espírito Santo (1983 – 1984), procurador da República (1984 – 2009), Advogado Geral da União (2002), Advogado Geral do Estado de Minas Gerais (2003 – 2009) e Sub-Procurador Geral da União (2016). Também se destaca na carreira jurídica Doorgal Gustavo Borges de Andrada (1958), que é Desembargador, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2009).

Atuam ainda no campo político-partidário Antônio Carlos Doorgal de Andrada (1961) e Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (1966). Antônio Carlos foi prefeito de Barbacena (1993 - 1996, 2012 - 2016), deputado estadual por Minas Gerais (2002 - 2006) e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (2006 - 2012). Já Lafayette de Andrada atuou como vereador em Lavras (1993 - 1996) e em Juiz de Fora (2001 - 2004) e deputado estadual por Minas Gerais (2007 - 2011, 2015 - 2018). Foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 2018, substituindo seu pai no Legislativo Federal.

Como consolidação da transferência do capital político familiar com a ocupação de cargos públicos, temos o início da atuação da sétima geração da família Andrada, representada por Doorgal Gustavo Lafayette de Andrada (1992). Filho de Doorgal Gustavo Borges de Andrada, ele foi vereador em Belo Horizonte (2017 – 2018) e elegeu-se deputado estadual por Minas Gerais. em 2018.

Essa breve genealogia política da família Andrada apresenta um duplo objetivo. O primeiro foi apontar a forte presença dos membros da família em cargos e funções públicas de grande importância. Concentrado especialmente na esfera política do Legislativo - estadual e federal – e do Executivo municipal, a família apresenta uma ampliação de seu espaço de ação ao longo do tempo, ocupando também lugares no Judiciário e, em menor grau, nas Forças Armadas. O segundo aspecto é a transmissão

do capital político concentrado em Minas Gerais e, especialmente, nos herdeiros de José Bonifácio de Andrada e Silva III. Contudo, a trajetória política de Antônio Carlos mantém-se em condição de destaque na construção da memória política familiar.

São os caminhos que levam à construção dessa memória familiar e o estabelecimento de relações com as trajetórias políticas individuais que dão sentido a essa descrição genealógica. A família trabalha a fim de de manter vivo o passado, por meio da preservação da memória das ações políticas de seus agentes, da valorização de aspectos da tradição, como a repetição dos nomes, e a produção de obras biográficas sobre os membros de uma geração pelos membros da geração seguinte. São práticas que norteiam a preservação e a transmissão desse capital político.

2.2. A FAZENDA BORDA DO CAMPO E A GENEALOGIA POLÍTICA DOS ANDRADA, POR JOSÉ BONIFÁCIO

Outra faceta da memória que a família Andrada constrói acerca da atuação política de seus membros encontra-se nos textos de José Bonifácio de Andrada e Silva, pertencente à terceira geração: seus textos, publicados principalmente entre as décadas de 1900 e 1910, concentram-se na construção da genealogia da família (SOUSA, 1922) e na abordagem das relações com o estado de Minas Gerais. A relação com o espaço político que se tornou o centro da atuação dos Andradas ao final do século XIX estabelece os elementos principais da nova orientação da ideia de tradição política com a qual o ramo mineiro da família passa a se identificar. Elementos como a ligação com a terra – em particular com a fazenda Borda do Campo e a cidade de Barbacena -, a relação com a elite política e econômica e a adoção de valores que identificam a população mineira são os novos parâmetros da tradição familiar. Estes elementos são encontrados nos textos *Uma Fazenda Histórica – Borda do Campo* (RIHGB, 1910), publicado originalmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e nos *Apontamento Genealógicos da Família Andrada*, também publicado na *Revista do*

IHGB (1913) e posteriormente incluído no livro *Os Andradas*, de Alberto Sousa (1922)¹¹.

Os textos de José Bonifácio apontam a importância da preservação e da utilização dos arquivos documentais no processo de formulação das narrativas históricas do período, voltadas, sobretudo, para a escrita da História nacional. Tanto o texto sobre a *Fazenda* quanto a genealogia familiar apontam a importância que o autor dava para o uso de documentos, sobretudo escritos, como elemento fundamental para a escrita da História, ressaltando sua prática pessoal de coleta e preservação do material relacionado à família Andrada e seus antepassados. Estes elementos podem ser percebidos na avaliação de seu pedido de ingresso como sócio correspondente do IHGB. Na ata da sessão de 22 de junho de 1911 (RIHGB, 1912, p. 494) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a avaliação da obra de José Bonifácio serviu de apresentação para seu ingresso no quadro de sócios da instituição. No parecer apresentado por B. F. Ramiz Galvão¹², Antônio Jansen do Paço¹³ e Conde de Afonso Celso¹⁴, são destacados os atributos que garantiam ao postulante um lugar dentre os membros do IHGB:

Foi presente à comissão o seguinte opúsculo: Uma Fazenda História (Borda do Campo), da lavra do Sr. Dr. José Bonifácio, como título de sua admissão ao grêmio de nosso Instituto.

¹¹ O texto corresponde ao Capítulo I da Segunda Parte do Tomo III da coleção *Os Andradas*, publicada por Alberto Sousa (1922), como parte das comemorações do Centenário da Independência organizadas na cidade de Santos, estado de São Paulo. No capítulo seguinte da obra, o autor faz correções às informações que considerou equivocadas no texto de José Bonifácio e aponta que tais alterações ocorreram a partir da pesquisa documental (SOUSA, 1922).

¹² Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, barão de Ramiz (1848-1938), foi diretor da Biblioteca Nacional (1873-1874), diretor geral de Instrução no Rio de Janeiro (1893), presidente da Associação do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil (1900), professor de Botânica e Retórica no Colégio Pedro II (1902-1911), diretor-geral da Instrução Pública Municipal no Rio de Janeiro (1912) dentre outros cargos públicos. Foi sócio correspondente do IHGB (1872), honorário e benemérito (1909) e grande benemérito (1917), exercendo também a função de diretor da Revista do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/bfdrgalvao.html>>. Acessado em: 07 de jun de 2019.

¹³ Antônio Jansen do Paço (1859-1918) foi funcionário da Biblioteca Nacional, sendo chefe da Seção de Manuscritos (1883-1903), servindo também como membro da comissão encarregada de reorganizar os arquivos do Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1903. Foi eleito sócio correspondente do IHGB em 1907 e sócio efetivo em 1909. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/bfdrgalvao.html>>. Acessado em: 07 de jun de 2019.

¹⁴ Afonso Celso - Conde de Afonso Celso (1860 - 1938), bacharelado e doutorado em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi, por quatro vezes, eleito deputado-geral por Minas Gerais. Tornou-se sócio efetivo do IHGB, em 1892, elevado a honorário (1909), a benemérito (1913) e a grande-benemérito (1917), tornando-se presidente perpétuo em 1912. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acdconde.html>>. Acessado em: 07 de jun de 2019.

Esta breve memória, já publicada aliás no tomo LXII da *Revista*, contem uma interessante notícia da célebre propriedade rural do inconfidente José Ayres Gomes.

Foi ali, perto do Sítio e da cidade de Barbacena, junto à estrada geral que conduzia de Vila Rica ao Rio de Janeiro, que em fins do Século XVIII se ouviram conversações patrióticas e a voz do intemerato Joaquim José da Silva Xavier, (o Tiradentes), a proposito da projetada insurreição mineira que o guante da metrópole veio a abafar em sangue e com penas de insólito rigor. Essa fazenda da Borda do Campo prende-se pois de perto àquele capítulo notável da nossa História (RIHGB, 1912, p. 494).

Também são destacados, no parecer, os aspectos relativos à genealogia apresentada por José Bonifácio que estabelecem a ligação entre as relações familiares características da elite política mineira, com os grandes momentos da História nacional, no caso, a Inconfidência Mineira.

O autor da memória juntou-lhe uma curiosa arvore genealógica, em que se vê a descendência numerosa do velho inconfidente José Ayres Gomes, tronco ilustre de várias famílias mineiras que tem dado lustre à Pátria.

Basta citar os Lima Duarte, Andrada, Penido e Miranda Ribeiro, que todos se prendem ao benemérito possuidor da Fazenda histórica, morto infelizmente no exílio.

O trabalho do Sr. Dr. José Bonifácio, posto que resumido e breve, contem, pois, um subsídio de valor, que o habilita a entrar para o quadro dos nossos consócios (RIHGB, 1912, p. 494).

Contudo, o destaque dos avaliadores para a brevidade do trabalho de José Bonifácio soa como insuficiência de sua prática na análise dos documentos. Essa insuficiência seria compensada pelo subsídio à farta documentação a qual o autor recorre para a produção do texto. Incluído como parte do livro *Os Andradas* (1922), a genealogia familiar escrita por José Bonifácio também recebe críticas de Alberto Sousa, autor da obra publicada em Santos.

O texto de Alberto Sousa traz um elemento relevante: a retomada da memória da família Andrada na comemoração do centenário da Independência. Essa obra, em particular, é fruto de uma iniciativa do poder público, já que fora encomendada ao autor pela Câmara Municipal da cidade de Santos, em São Paulo. Por ser a terra natal da família, ocorrem em 1922 grandes eventos de comemoração pela Independência, em

que os personagens centrais são os Andradas, com destaque para José Bonifácio. Dentre essas iniciativas, a mais marcante foi a inauguração do Monumento aos Andradas. Localizado na antiga praça Marechal Deodoro, que em 1922 passou a se chamar Praça da Independência, o monumento foi assim descrito em publicação oficial da Prefeitura de Santos:

De autoria do escultor Antônio Sartori, o monumento, que é todo em granito, com figuras e ornamentos de bronze, destaca os elementos étnicos que formam o povo brasileiro e os fatos primordiais da Independência. Nele, os irmãos Andradas estão trajados de acordo com os cargos que cada um ocupava na época da Proclamação: José Bonifácio, com a farda de 1º ministro; Martim Francisco, com o uniforme de coronel de engenheiros e Antônio Carlos, com a toga de magistrado (*Diário Oficial de Santos*, 08 de agosto de 2003)¹⁵.

As comemorações pelo Centenário da Independência seguiram, em Santos, o mesmo referencial das demais regiões do estado de São Paulo. Como destacado em publicação oficial da Assembleia Legislativa do Estado,

A construção do monumento inseriu-se no esforço paulista de criar uma memória regionalizada, pondo em destaque o papel de São Paulo e dos paulistas na separação do Brasil de Portugal, na Proclamação da Independência e na construção da própria identidade nacional (ALSP, 2008)¹⁶.

A memória familiar encontra respaldo e reforço nas iniciativas públicas deste período. O centenário da Independência, como destacado por Emília Viotti da Costa (1999), é um momento de retomada das narrativas sobre os irmãos Andrada, em especial de José Bonifácio, e é quando se fortalece o mito acerca de sua participação no processo.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0184o.htm>>. Acessado em: 20 de nov de 2018.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=279322>>. Acessado em: 20 de nov de 2018.

Mas não apenas em São Paulo a família recorreu a essa ligação com a terra para reforçar a construção da memória de sua atuação política. Em Minas Gerais, essa prática se volta à produção sobre a fazenda Borda do Campo, propriedade da família e marco no desenvolvimento das cidades da região de Barbacena, tomada como lugar de memória de diferentes processos, como a ocupação das regiões mineradoras no século XVII, o movimento dos Inconfidentes no século XVIII e o desenvolvimento da região como centro comercial ao final do século XIX.

A publicação dos textos de José Bonifácio na revista do IHGB e a relação que a família mantém com a instituição são simbólicos da busca pela construção de narrativas históricas sobre a atuação política familiar. Reconhecida como o principal veículo de divulgação de trabalhos históricos no país à época, a revista do IHGB e o próprio Instituto, do qual tanto José Bonifácio quanto Antônio Carlos se tornariam sócios, se caracterizam pela construção de uma história pautada pela reafirmação de tradições. Isso se refere primeiramente à temática da produção histórica patrocinada e influenciada pelo Instituto, centrada na guarda de documentação, na alegação e na valorização de fatos históricos que orientam a afirmação de uma identidade nacional.

Estes aspectos coadunam com os elementos da narrativa sobre a fazenda Borda do Campo e com os fundamentos relativos à escrita da História que o autor mobiliza ao longo do texto, como a pesquisa documental, como no seguinte trecho: “o próprio José Aires Gomes, em seu livro de assentos, que conservo em meu arquivo, assim como outros documentos referentes a esta narrativa” (...) (SILVA, 1910, p. 131). Neste sentido, ele faz referências às memórias escritas por José Aires Gomes, destacando que as conserva em seu arquivo pessoal, assim como outros documentos que dão sustentação à narrativa.

No texto, a utilização dos documentos se caracteriza pelo apontamento de fatos, datas e personagens para dar forma a uma narrativa linear. A utilização dos documentos citados é feita a partir de uma noção de crítica que o toma mais como testemunho verídico de um fato do que do debate e contraposição entre diferentes fontes. Apesar da limitação na abordagem metodológica, é evidente a importância que o autor atribui à utilização de um método para a construção de sua escrita, com uma clara influência do historicismo predominante nos trabalhos produzidos à época no Brasil. Contudo, Alberto Sousa ressalta as incorreções nas informações utilizadas pelo autor.

Em sua obra *Os Andradas* (1922), Sousa utiliza os escritos de José Bonifácio, mas publica um texto, ao qual já nos referimos anteriormente, com correções das informações¹⁷. Sob esse aspecto, ambos compartilham a crítica documental como meio para se atingir uma narrativa histórica verídica.

A história da Fazenda Borda do Campo, em particular, e da cidade de Barbacena é construída por José Bonifácio a partir de dois elementos fundamentais: a relação com os grandes momentos da história nacional e o apontamento dos símbolos de riqueza e das potencialidades da região. Dentre os grandes momentos da história nacional, o primeiro é a atuação dos Bandeirantes, aludida no processo de ocupação da região e de formação da própria fazenda como espaço fundamental para a consolidação da conquista da região mineradora. O segundo elemento histórico é a relação constante que o autor estabelece entre o lugar e os acontecimentos relativos ao movimento dos inconfidentes mineiros. Já no início do texto ele escreve:

Tem uma história interessante a velha fazenda da Borda do Campo (...), Ela foi teatro de conversações patrióticas, assistiu a cenas de ardor cívico, conferências de inconfidentes, e lá se fez ouvir muitas vezes a voz sincera, entusiasta e vibrante do proto-mártir Tiradentes (SILVA, 1910, p. 129).

A importância do lugar é ressaltada pela ligação que se estabelece entre as pessoas – sejam moradores ou visitantes – com a realização desses grandes eventos. Ao longo do texto, esse aspecto é reforçado pelas referências à passagem de personagens que, apesar do reconhecimento histórico, como no caso de Tiradentes, não realizaram nenhum feito relevante no local. Isso também ocorre no seguinte trecho, em que o autor destaca os personagens ilustres que passaram pela fazenda:

Dom Viçoso, o santo bispo de Mariana, Dom Benevides, que o substituiu, Monsenhor José Augusto, Monsenhor João Gonçalves, o Conde de Prados, os magistrados Trigo de Loureiro, Bernardino Ferreira, Aureliano Coutinho e Monteiro de Azevedo, o Comendador

¹⁷ Dentre essas correções, destacam-se aquelas sobre o apontamento de datas de eventos públicos, nascimentos e mortes de personagens aludidos pelo autor. A partir do trabalho de comparação documental, Alberto Sousa busca reafirmar a maior exatidão dos dados que utiliza em seu texto. Ver: *Os Andradas* (1922), Volume III, Segunda Parte, Capítulos 1 e 2, pp. 233 – 268.

Antônio Ribeiro Queiroga, os Drs. Souza Costa, Lente da Faculdade de Medicina, e Pires Ferreira, Octaviano Hudson, Padre Júlio Maria, Alfredo Alexander, além de tantos e tantos outros viram a velha casaria da Borda do Campo, sua modesta capela, as suas antiguidades; Affonso Arino, distinto literato, o Dr. João Pereira da Silva Continentino, ornamento da magistratura de Minas, pela sua integridade e ilustração, eram companheiros prezadíssimos; o Padre-Mestre Correia de Almeida, num período de trinta anos, ali comparecia a celebrar os atos religiosos, e inspirando-se ora nos folhetes dos rapazes, ora nas antigas muralhas do lugar, ora nas árvores gigantescas e seculares, escrevia muitas e apreciáveis poesias com alusões constantes à memorável fazenda (SILVA, 1910, p. 136).

Esse trecho representa as relações que o autor constrói ao longo do texto com três elementos que afirmariam a importância histórica da fazenda: o primeiro é a relação estabelecida com a tradição, que se baseia em uma noção de antiguidade, revelada nas “antigas muralhas, nos objetos, nas árvores”; o segundo é a relação com a religiosidade, nas referências à presença dos religiosos e à realização dos atos sacros. A relação com a religião, especificamente o Catolicismo, é elemento muito presente nas narrativas memorialísticas da família Andrada, sendo também elemento comum na construção da ideia de *mineiridade*, como destacado por Maria do Nascimento Arruda (1990); o terceiro é que a fazenda se constitui como espaço de sociabilidade da elite mineira, ao destacar que nela compareciam membros das diferentes classes - jurídicas, eclesiásticas, científicas, políticas etc.

A Borda do Campo era então um centro de atrativos e diversões, não só para as famílias Lima Duarte, Leandro Barbosa, Penido, Andrada, Miranda Ribeiro, Miranda, como para os amigos ali recebidos com o mais franco acolhimento (SILVA, 1910, p. 135).

A tradição do lugar se relaciona à distinção das famílias que ali conviviam. O destaque constante para as relações familiares (SILVA, 1910) encontra na fazenda um ponto comum na identificação como a “família da Borda do Campo” do grupo que unia seus proprietários e os demais núcleos familiares, agregados por meio dos matrimônios. A unidade da elite mineira mostra-se como a base para a importância histórica do lugar, atribuída pelo autor. Ou ainda, é o lugar quem define essa pretensa unidade da elite como uma grande família. Dessa forma, a família Andrada se liga ao

ramo mais tradicional, histórico e memorável da elite mineira: através da posse de sua fazenda histórica.

Para apontar esses elementos, José Bonifácio traça a linha de proprietários da fazenda e suas relações familiares. Tendo pertencido ao coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme a partir de 1700, passou ao domínio de Manoel Lopes de Oliveira, que obteve carta de sesmarias em 1749. Este foi sucedido por seu genro, José Aires Gomes, que também requereu sesmarias, em 1790. Após sua prisão e morte, a fazenda é rematada em leilão por sua viúva, Maria Ignácia de Oliveira, e revendida a seu filho, João Aires Gomes, e genro, João Rodrigues de Lima. Herdada por Constança Emiglia Duarte Lima, filha de João Rodrigues de Lima, casada com o comendador Feliciano Coelho Duarte (SILVA, 1910). As relações familiares são indicadas até o momento em que a fazenda se torna propriedade da família Andrada, como destacado no seguinte trecho:

O Comendador Feliciano Coelho Duarte faleceu em 27 e julho de 1868 e D. Constança em 2 de fevereiro de 1885, continuando em poder de seus descendentes todo aquele imóvel cheio de tradições e das mais gratas recordações, o que constata em favor da denominada família da Borda do Campo um período de perto de 160 anos (desde 1749) na posse e domínio da valiosa propriedade. E os atuais herdeiros a conservam, ligando-lhe o mais alto apreço, em derredor de sua maior proprietária D. Adelaide Duarte de Andrada, viúva do Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, filha de Feliciano Coelho Duarte, neta de José Rodrigues de Lima, bisneta de José Ayres Gomes (SILVA, 1910, p. 137).

A conclusão do texto aponta para a análise da presença da família Andrada em Minas Gerais. Este seria o ponto mais elevado da influência da longa linhagem mineira ligada à fazenda Borda do Campo. O ápice da ação da elite mineira está ligado a esse lugar pela transformação da região onde a fazenda se localiza, com destaque para as cidades de Barbacena e Juiz de Fora, como centros econômicos, comerciais e políticos de grande importância para Minas Gerais e também em âmbito nacional.

A longa trajetória da elite mineira, expressa pelas histórias dos eventos e personagens que se ligaram à fazenda da Borda do Campo, serve como cenário para reforçar a importância política da família Andrada. José Bonifácio que, à época da

escrita do texto em análise, já ocupava o cargo de deputado federal, recorre à escrita da história para reforçar as relações da família com a terra, que se tornava o principal centro de influência do grupo originariamente paulista. A partir da década de 1910, a relação com Minas Gerais se tornou o elemento principal das iniciativas de produção históricas e memorialísticas da família Andrada. Nesta fase, Antônio Carlos - por sua longa trajetória, pela ocupação dos mais importantes cargos na esfera estadual e federal e pelos novos recursos que investiu nessa estratégia memorialística - se tornou a principal referência para a continuidade deste projeto familiar de memória.

2.3. MARTIM FRANCISCO, O MINISTRO DA FAZENDA DA INDEPENDÊNCIA, POR ANTÔNIO CARLOS

A família Andrada tem produzido narrativas sobre a trajetória de seus membros cujo elemento principal é o estabelecimento de relações entre as ações pessoais e os eventos sociais de suas respectivas épocas. Ambicionam a reafirmação da importância política de seus agentes na realização dos grandes projetos coletivos de suas épocas e a defesa de suas posições públicas quando estes sofrem críticas ou oposição. As narrativas se constituem assim como defesa de um legado, de uma herança familiar ligada à atividade política e que se torna marco da família. Ser Andrada é ser político, ocupar posições de destaque e sofrer com as intrigas daqueles que se opõem às suas posições.

Estes elementos orientam as narrativas publicadas nas décadas de 1910, 1920, 1940 e 1980 e que analisamos mais detidamente a seguir. Contudo, este roteiro já era uma preocupação para a produção da memória da tríade Andradina à época da Independência, como aponta Emília Viotti da Costa (1999). Foi fruto dessa preocupação com a construção de narrativas politicamente favoráveis à família, que se constituiu um dos temas mais presentes na memória nacional, transmitido também para a historiografia: a identificação de José Bonifácio como o “Patriarca da Independência”. A influência política conquistada por José Bonifácio, e as inúmeras críticas à sua atuação pública produziram diferentes narrativas acerca de suas ações. Emília Viotti da Costa aponta a disputa entre essas narrativas, sobretudo no período do processo de

Independência. De um lado, aquelas construídas por seus correligionários e divulgadas, principalmente, pela Imprensa, com destaque para o jornal *O Tamoio*, publicado por correligionários da família e que, de acordo com Caio Prado Jr., transmitia sua visão política e seu pensamento. Como exemplo dessa memória forjada pelos Andradas e seus apoiadores, Costa destaca:

Uma versão muito próxima, uma imagem muito semelhante a essa circulava, no seu tempo, entre seus partidários e amigos, forjada pelas necessidades do momento político e reforçada pela amizade e partidarismo”. “(...) poucos dias depois de proclamada a Independência, eram lançadas proclamações e representações em que José Bonifácio figurava como “Pai da Pátria” e “timoneiro da Independência”. “Os procuradores gerais da província, à exceção de Ledo, dirigiram também ao imperador uma representação, referindo-se aos Andradas e dizendo que fora por ambos “lançada a primeira pedra do majestoso edifício da nossa gloriosa Independência... (COSTA, 1999, p. 103).

A importância da promoção de suas ações políticas, empreendida pelos próprios membros da família e por seus apoiadores, já era identificada no momento mesmo do processo de Independência. Já em 1822, em carta de um correligionário enviada a José Bonifácio, este e seus irmãos eram identificados pelas expressões “Anjos Tutelares da Regeneração Política”, “Pais da Pátria”, “Patriarca da Independência”. É essa a imagem que acaba por se fixar na historiografia, como destaca Emília Viotti:

Suas páginas dão-nos uma imagem de José Bonifácio que acabou por se fixar na historiografia, representando o que se poderia chamar de versão andradina do movimento da Independência: “limpeza de mãos, pureza de vida, desprezo de honras vãs”, “bom filho, bom pai, bom marido, bom irmão, bom parente, bom amigo”, eis o retrato de José Bonifácio na edição de 26 de agosto de 1823” (COSTA, 1999, p. 104).

Em contraposição, temos as narrativas divulgadas pelos adversários, também na Imprensa, estabelecendo uma divergência à imagem enaltecida que seus amigos promoviam. A unidade de grupos políticos em torno do objetivo comum da Independência seria quebrada pelas disputas, imediatamente após a consolidação do

processo, e as ações dos membros da família Andrada passariam a ser denunciadas por seus adversários como voltadas mais a seus interesses pessoais que aos interesses coletivos. Como destaca Emília Viotti da Costa, a narrativa construída por seus adversários afirmava que

“Queriam a Independência para cevar seu orgulho” e “satisfazer seu capricho”, dizia uma dessas proclamações publicada em 1823, referindo-se aos Andradas (Tamoio, 6 de novembro de 1823). Na mesma época, o Correio do Rio de Janeiro acusava os Andradas de fraticidas, despóticos, anarquistas, infames perversos e pouco patriotas (COSTA, 1999, p. 108).

É como resposta às acusações dos adversários, que se avolumaram a partir de 1823, com os desentendimentos políticos entre a tríade Andrada e o Imperador D. Pedro I, que se consolidou a construção da memória como um projeto familiar. A perspectiva principal dessa construção passou a ser a defesa contra o que a família considerava traição e inveja dos adversários, como podemos perceber no seguinte trecho do jornal *O Tamoio*, de 28 de outubro de 1822, destacado por Costa:

Não, imortais Andradas, só inimigos nossos, só invejosos da nossa grandeza e prosperidade, poderão negar-vos a devida homenagem do seu reconhecimento e louvores, mas os homens probos, os verdadeiros brasileiros, renderão sempre a vossos ínclitos feitos a merecida justiça, e a memória deles transmitirá de século a século o vosso nome enramado de viçosos louros (COSTA, 1999, p. 105).

A construção da imagem da tríade Andrada, em particular a de José Bonifácio, oscila entre os dois extremos. De um lado os elogios, a supervalorização da ação política, a devoção à Pátria e o amor à coisa pública presentes nas versões andradinas. Em contraposição, temos a crítica extrema, de ambição, de arbitrariedade e de vaidade pessoal, que marcam a versão antiandradina. Dessas duas, a imagem que se consolida na memória coletiva nacional e mesmo na historiografia - ainda que tenhamos textos fundamentais que apontam essa dicotomia - é a da participação fundamental dos Andradas no processo de Independência e nos anos de consolidação do regime imperial,

sob uma perspectiva absolutamente elogiosa e cuja principal marca é o epíteto de “Patriarca da Independência”, que se tornou uma referência presente na quase totalidade das citações a José Bonifácio.

O trabalho de construção e manutenção da memória da atuação pública de José Bonifácio e de seus irmãos se manteve como tarefa familiar nas gerações seguintes. Exemplo deste trabalho é o produzido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, na primeira década do século XX. O texto *O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade* (1918) foi originalmente publicado como artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB, 1913, p. 361-452).

Assim como seu irmão José Bonifácio, Antônio Carlos tornou-se sócio correspondente do IHGB, em 1913. A leitura do parecer da comissão de admissão ocorreu na sessão de 26 de setembro daquele ano e apontou os seguintes elementos sobre o postulante:

O sr. dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada reúne todas as condições morais e intelectuais para ser sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Comissão de História, pelo órgão de seu ilustre relator, dr. Clóvis Bevilacqua, já reconheceu brilhantemente o merecimento do trabalho apresentado.

A Comissão de Admissão de Sócios aplaude a indicação que, além do mais, exprime um ato de reconhecimento do Instituto aos serviços que o sr. dr. Antônio Carlos tem prestado a esta associação no seio do Congresso.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1913 – Barão de Alencar, relator – Manuel Cícero, - Antônio Olinto (RIHGB, 1913, parte II, p. 633-634).

Mais do que o valor da produção histórica de Antônio Carlos como justificativa para seu ingresso no IHGB, o parecer destaca sua importância política àquele momento, por meio dos serviços prestados no Congresso. Acompanhando este elemento, é sintomático o fato de não haver outros textos de Antônio Carlos publicados na Revista do IHGB¹⁸. O mesmo texto seria publicado em 1918, na forma de livro, pela livraria Jacinto Ribeiro dos Santos, do Rio de Janeiro. Essa republicação coincide com o

¹⁸ Foram consultadas as revistas disponibilizadas no site do IHGB, publicadas no período entre sua admissão como sócio correspondente e a data de sua morte, e não foram encontrados outros textos de sua autoria publicados no periódico. A única referência a Antônio Carlos é feita no volume 193, página 194, de 1946, na sessão de comunicação de sócios falecidos naquele ano.

momento em que Antônio Carlos ocupa o posto de Ministro da Fazenda, no governo de Wenceslau Brás, e estabelece a ligação direta entre ele e o avô, reafirmando sua condição de herdeiro político do ministro da Independência e da Maioridade.

O texto busca a construção de uma imagem pública de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775 – 1844), destacando suas duas passagens pelo Ministério da Fazenda e sua atividade como parlamentar. Seguindo o objetivo de relacionar a atuação de Martim Francisco às ações de seus irmãos, José Bonifácio e Antônio Carlos (I), apontando a importância de sua participação nos debates políticos da época, sobretudo no que se refere às questões de ordem econômica e financeira. Sobre este aspecto, as relações também são muito fortes com a experiência política do autor do texto, seu neto, que ocupara cargos ligados à organização financeira no estado de Minas Gerais, como o de Secretário de Finanças.

Como parte da valorização da participação política da família naquele período, as principais ações governamentais são particularmente relacionadas à ação pessoal de Martim Francisco. Como elemento complementar de uma memória, pautada pela defesa das ações da família, temos o estabelecimento de relações entre as ações de Martim Francisco com as de Antônio Carlos. O elemento fundamental dessa relação é o reforço da ideia de tradição familiar, no qual o *status* social e político é construído como um patrimônio a ser legado como herança, de uma geração a outra. Já na apresentação do trabalho, o editor, provavelmente o próprio Jacinto Ribeiro dos Santos,¹⁹ destaca que, além de neto, Antônio Carlos era também herdeiro de Martin Francisco, do ponto de vista político, pois ocupava, naquele momento, o posto de Ministro da Fazenda, o que aponta o tom que orienta a construção da narrativa (ANDRADA, 1918).

Essas relações familiares nem sempre são de fácil abordagem. As acusações de favorecimento político pelas ligações pessoais, que já eram utilizadas pelos adversários políticos dos Andradas durante a década de 1820, ainda precisavam ser negadas ou justificadas quase um século depois. É nesse sentido que Antônio Carlos se dedica à defesa de que Martim Francisco, para além do fato de ser irmão de José

¹⁹ A obra foi editada na tipografia de Jacinto Ribeiro dos Santos. Segundo EL FAR (2004), Jacinto Ribeiro dos Santos comprou o ponto de sua livraria a Francisco Rodrigues da Cruz, herdeiro da Livraria Cruz Coutinho, e a Livraria Popular, a qual foi criada por Antônio Augusto da Cruz Coutinho. A editora se notabilizou na cidade do Rio de Janeiro pela publicação de manuais didáticos para as escolas secundárias, pela qualidade das impressões e pelo número expressivo das tiragens, que chegavam à marca de 100 mil, em 1924 (SILVA, 2009, p. 12).

Bonifácio, tinha legitimada sua nomeação para o ministério da Fazenda, pela feição de seus estudos e por suas “tendências espirituais” (ANDRADA, 1918, p. 03). Isso revela a necessidade constante de reafirmar as capacidades pessoais dos membros da família. Tomadas como componente genético, essas características servem para identificar o clã, apontando a excepcionalidade de seus membros e justificando a ocupação das posições de destaque no espaço político. Mais que um aspecto genético, a influência política familiar é um fator crucial para alcançar tais postos. Contudo, a atuação política em favor dos membros da família é subordinada, na narrativa, ao destaque das qualidades pessoais do indivíduo.

A ideia básica defendida pelo livro é o enxugamento dos gastos da máquina pública. Antônio Carlos constrói a narrativa de forma a apontar paralelos com seus próprios posicionamentos como administrador público na área de finanças, identificando os elementos do Liberalismo que defendia e que considerava atemporal, a partir da máxima de *menos gastos e mais receita*. Neste sentido, ele aponta a situação “sombria” das finanças desde a chegada de D. João VI.

A vinda de d. João VI, a instituição de novos aparelhos administrativos, o estabelecimento da corte numerosa que acompanhara o monarca, foram causas poderosas de grande acréscimo das despesas. Só da colônia tinham de provir os recursos para tais despesas, e ela foi submetida, por isso, a regime de impostos que tanto se distinguia pelo ônus excessivo, quanto pela extravagância e arbítrio da concepção prática (ANDRADA, 1918, p. 05).

É baseando-se no destaque a essas qualidades pessoais que Antônio Carlos constrói o perfil político-ideológico de Martim Francisco. Identificado como liberal, corrente que orienta a atuação política da família, são destacadas suas críticas ao modelo de impostos do período colonial, considerados um ônus excessivo, extravagante e arbitrário em sua concepção e prática. Por isso, as críticas destinadas aos novos aparelhos administrativos e à manutenção da corte numerosa vinda com D. João VI.

Reafirmando a importância dessa fórmula de menos gastos e mais recursos, Antônio Carlos destaca ainda:

Não admira, pois, à vista de tão extravagante organização tributária, do incipiente e já vicioso regime administrativo, e do apontado acréscimo de despesas, que, em 1812, a situação financeira foi a descrita por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, então escrivão do Erário, que assinalava “ser lastimável o estado do Tesouro, obrigando os seus credores aos mais pesados sacrifícios, nem mesmo satisfazendo, com a precisa pontualidade, o pagamento das letras de cambio, deixando de pagar os juros dos empréstimos que era forçado a contrair, e nem pagando os ordenados dos empregados, alguns dos quais esmolavam o pão da caridade (ANDRADA, 1918, p. 09).

Recorrendo ao livro *Historia Financeira e orçamentaria do Império do Brasil*, de Liberato de Castro Carreira (s.d; 1980), Antônio Carlos destaca a situação precária do tesouro e a lastimável condição dos empregados, devido à má administração do erário da Colônia, já na década de 1810, o que gerava dificuldades, mesmo após a declaração da Independência, devido à manutenção da mesma estrutura organizacional. Um dos problemas é a situação dos pensionistas e empregados públicos. A crise financeira na Colônia aponta esses grupos como as principais vítimas, já que, pelo atraso dos salários, viviam na miséria.

Apesar de buscar reafirmar a manutenção da máxima liberal como algo permanente entre o tempo de Martim Francisco e seu próprio tempo, sob este aspecto, Antônio Carlos altera seu posicionamento quando atua como administrador financeiro em Minas Gerais. Em relação aos servidores municipais de Juiz de Fora, quando administrava a cidade em 1911, defendia que todos deveriam arcar com as demandas para melhoria das finanças, inclusive com a diminuição de salários (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 79).

Destacamos essa relação entre a defesa que Antônio Carlos faz do posicionamento de seu avô no que se refere à situação de dificuldade pela qual passavam os funcionários públicos ainda no período colonial, e seu próprio posicionamento, no sentido inverso ao de Martim Francisco, quando atuava como administrador municipal para destacar, mais do que a decisão política em si, que aponta as condições distintas em que se encontravam, um dos elementos da ideia que utilizam para justificar suas ações: a evocação ao povo e ao sentimento patriótico como fiador de suas decisões políticas.

A ideia de *povo* é constantemente usada por Antônio Carlos ao longo do texto para apontar os elementos que orientavam as ações políticas de Martim Francisco. No texto, é o povo apontado como fiador - no sentido daquele que confere a alguém a confiança e a autorização para fazer algo - de um empréstimo financeiro realizado pelo então Ministro, em um momento em que as instituições da independência ainda não estavam constituídas (ANDRADA, 1918, p. 19). É essa ideia abstrata de povo, já que essa era uma ação que não chegava ao conhecimento da maior parte da população à época, que confere legitimidade à ação do agente político.

É o mesmo elemento que justifica, na narrativa de Antônio Carlos, a organização do trabalho dos funcionários públicos, realizada por Martim Francisco, como meio para atingir a ordem financeira no Império. Normas de organização e cobrança pelo desempenho efetivo de suas funções que “fizeram de homens relaxados, homens honrados”. Há um elemento de moralidade na construção da imagem pública de Martim Francisco, que relaciona o sucesso de suas ações à sua característica de severidade e ao medo que havia dos funcionários em relação a ele. Sabiam que, “caso apanhasse alguma velhacaria, puniria os culpados” (ANDRADA, 1918, p. 38 - 39). A defesa do bem público se encontra regida por uma característica particular do administrador que age em função de uma moral privada, pois o temor pela punição, aludido pelo narrador, é relacionado à ação pessoal de Martim Francisco. Este aspecto acaba por aproximar a atuação na esfera pública da administração de bens privados.

Esse aspecto de confusão entre o bem público e a administração privada, que caracteriza parte da elite política e econômica brasileira identificada com as ideias liberais, também pode ser identificado, segundo Antônio Carlos, na atuação de seu avô como parlamentar. Martim Francisco combateu fortemente a proposta de moratória, por cinco anos, dos empréstimos externos para a revalorização da moeda de cobre, ao final da década de 1820. Seu combate à paralisação dos pagamentos dos juros da dívida externa, acompanhado por outros políticos influentes da época, é identificado por Antônio Carlos como “intensa, apaixonada e patriótica”. A crítica à moratória é vista como uma forma de manter o bom nome do Brasil. Na negação da proposta, ela é definida como “incompatível com a dignidade de um paço justo e livre, eminentemente impolítica e desnecessária”. A manutenção dos pagamentos, como ele propunha, tinha como objetivo “não assustar os capitalistas nossos credores” (ANDRADA, 1918, p. 89 - 90).

Sob certos aspectos, as ideias financeiras de Martim Francisco, que ele afirmava basear-se no Liberalismo clássico, encontrava em Antônio Carlos um forte defensor. Seu posicionamento, como parlamentar na década de 1820, contrário à fixação de uma taxa de juros para as trocas comerciais internas, que, segundo ele, limitaria o direito de propriedade, que o legislador deveria defender (ANDRADA, 1918, p. 100), ou a crítica à adoção de um imposto territorial (ANDRADA, 1918, p. 106), a ser cobrado dos grandes proprietários rurais, encontram paralelos muito próximos às ideias que Antônio Carlos defenderia no início do século seguinte. Isso conferia ao político mineiro os elementos para afirmar que as “ideias sadias de Martim Francisco sobre finanças” permaneciam procedentes, mesmo passados 70 anos de sua morte (ANDRADA, 1918, p. 121). Como exemplo dessas ideias, ele aponta a solução para a crise monetária com a queima do papel moeda, como forma de retirar de circulação o excesso de papel sem lastro. Para Antônio Carlos, essa atitude deveria ter sido tomada na crise de 1829, como defendia seu avô, tal como ocorrera com sucesso, entre 1898 e 1902 (ANDRADA, 1918, p. 80), período em que ele próprio exercia a função de Secretário de Finanças de Minas Gerais e participou da implantação do plano emergencial proposto pelo Governo de Campos Sales.

Se a destacada atualidade das ideias de Martim Francisco servia a Antônio Carlos para construir o elogio da ação política do avô, havia também a necessidade de responder às questões colocadas pelos que criticavam seus posicionamentos. Nesse sentido, a atuação de Martim Francisco como ministro da Fazenda é definida como “mais política que propriamente econômica”, já que “o ambiente político exigia isso” (ANDRADA, 1918, p. 16). As ações financeiras, possíveis plenamente apenas em momentos de tranquilidade, ficaram em segundo plano em suas administrações, considerando que foram dois momentos de grande perturbação nacional – o processo de Independência e o início do governo da Maioridade.

A ação do ministro da fazenda é tomada como perfeito modelo de “energia, competência e austeridade” que, em seu compromisso público, não se desviava de sua linha de ação por nenhum interesse ou influência, nem do Príncipe (ANDRADA, 1918, p. 16). Sua presença no ministério causava mudanças no sentido de conferir aos colegas de Gabinete maior austeridade nos ramos da administração pública. Na narrativa, ele é tomado como exemplo de homem público, que não se curva aos interesses pessoais,

nem mesmo daqueles que se encontram hierarquicamente acima dele, tendo os desacordos com D. Pedro I como exemplo maior dessa dignidade pública.

Essa qualidade de homem público revertia em ganhos para o Estado. O crescimento da receita durante sua administração é explicado pela máxima de “pagar com exatidão e receber com pontualidade” (ANDRADA, 1918, p. 40), já que ele cobrava a todos da mesma forma, incluindo a chamada “gente grande” do país, a quem não se tinha costume de cobrar por nada. A construção dessa imagem de um compromisso com o interesse público explicaria também o ódio que muita gente passaria a lhe dedicar. São elementos semelhantes que dão o tom ao trecho do discurso de 17 de julho de 1840, durante a campanha da Maioridade, destacado na narrativa:

Quero que o monarca seja quanto antes elevado ao trono, não por amor do poder, porque nunca o procurei, nem o procuro; não por amor de honras, pequenos nadas, fúteis frivolidades da vaidade humana, porque eu tenho títulos meus nas ações minhas ; não por amor de riquezas, paixão baixa e vil a que nunca queimei incenso, mas por amor da pátria, paixão nobre que arde em meu coração, pura como o fogo de Vesta. Quero o monarca no trono, porque estou persuadido de que ele será o anjo da paz, que virá salvar-nos do abismo que nos ameaça; quero que o monarca suba ao trono, porque suponho que é a única medida que pôde trazer remédio aos nossos males.; quero, finalmente, para cumprir uma promessa dada a um respeitável velho que jaz hoje na eternidade, meu falecido irmão, tão injustamente maltratado por tantos, o qual, no resto dos seus dias, afirmava não poder morrer feliz senão vendo o sr. d. Pedro II no trono, e o sistema constitucional consolidado. Senhores, si eu consigo isto, meus votos estão satisfeitos; e, cheio de jubilo, posso exclamar com o poeta: "Oh! pátria, inda esta gloria me consentes! (ANDRADA, 1918, p. 130 - 131).

Esta abnegação dos interesses pessoais, o amor ao bem público, a valorização da honra e o sentimento patriótico destacam o desapego pelo poder. A defesa da solução da Maioridade traz ainda a satisfação de um desejo de seu irmão, José Bonifácio, com a consolidação do sistema constitucional. Mesmo após a morte do irmão, Martim Francisco reforça a ligação política entre eles, ressaltando sua condição de vítima de perseguição que, mais do que os prejuízos pessoais para os Andradas, resultaria em problemas maiores para a Nação. Antônio Carlos destaca a afirmação de Martim Francisco, defendendo que se os Andradas tivessem permanecido à frente dos

negócios públicos, o Brasil não teria feito tratados de comércio tão danosos como os que foram assinados após seu afastamento do Ministério (ANDRADA, 1918, p. 84). Ainda assim, a saída dos Andradas dos negócios públicos é apontada como uma opção da própria família, que decidira não se subjugar ao despotismo, e não uma saída forçada. As referências às divergências entre o Príncipe Pedro I e os Andradas serviam como explicação para a crise financeira a partir de 1823 (ANDRADA, 1918, p. 52), que, ainda ao final da década de 1830, lutava-se para contornar.

Ao apontar a relação entre a atuação política de Martim Francisco, na Câmara, e a perseguição a seu irmão, José Bonifácio (ANDRADA, 1918, p. 98), Antônio Carlos destaca o quanto os resultados políticos são partilhados pela família. Há uma ligação necessária entre as ações de seus membros. É nesse sentido que o autor destaca que foram as ações do ministro da Fazenda de 1823 que teriam garantido o processo de independência do Brasil (ANDRADA, 1918, p. 112). E esse reconhecimento era dado pelos contemporâneos, já que Martim Francisco seria visto como a “voz experiente”, que apontava a solução para os problemas financeiros, em sua atuação como deputado ao final da década de 1820, sendo reconhecido dessa forma pelos mais jovens (ANDRADA, 1918, p. 57).

Apesar de reafirmar o reconhecimento por parte dos contemporâneos, Antônio Carlos considera que fora sina de Martim Francisco servir em “tão alto cargo” em momentos de turbulência social, que conspiravam contra a concepção e execução de planos reparadores de finanças (ANDRADA, 1918, p. 136). Isso explicaria a não efetivação dos planos financeiros arrojados de seu avô: impossibilidades impostas pelo contexto político. Como Antônio Carlos afirmaria sobre sua própria trajetória, Martim Francisco também praticou, nos cargos públicos em que servira, apenas o liberalismo possível naquele tempo e naquele espaço.

As principais marcas da contribuição política de Martim Francisco são destacadas por Antônio Carlos a partir da incompreensão por parte dos adversários e dos ensinamentos deixados por ele para a posteridade. Como símbolo do ódio dos inimigos, ele destaca a ação dos deputados que não perdoavam agravos antigos, muitos da época da Independência, e os traziam à discussão nos debates sobre finanças entre 1841 e 1842 (ANDRADA, 1918, p. 139). Em contrapartida, destaca a confiança que os correligionários, defensores do mesmo ideal patriótico e liberal, depositavam em sua

ação como Ministro em sua segunda passagem pela pasta, em 1841, quando os negócios públicos eram decididos a partir da confiança pessoal que os deputados tinham em Martim Francisco (ANDRADA, 1918, p. 151).

Contudo, uma marca fundamental no texto de Antônio Carlos é a ausência de referências ao debate sobre Educação, do qual Martim Francisco participou ativamente na década de 1810, em São Paulo, e também na Constituinte de 1823. Tal ausência aponta que a Educação só se tornou um projeto político relevante em sua trajetória a partir da década de 1920, sobretudo em sua campanha para a presidência de Minas Gerais, em 1926, restringindo-se a ações específicas requeridas quando da ocupação de cargos públicos, como no executivo municipal de Juiz de Fora²⁰. Contudo, desconsiderar a experiência do avô neste debate, aponta para a importância que Antônio Carlos atribuía às discussões econômicas e tributárias como carro chefe de sua atuação política no Parlamento até o final da década de 1910.

A importância dos temas econômicos na construção do projeto político de Antônio Carlos se revela na ligação entre sua trajetória e a de seu avô. Antônio Carlos recorre à experiência do avô, por meio da reimpressão do texto, em forma de livro, em 1918, para defender sua própria ação frente ao Ministério da Fazenda, durante a crise econômica decorrente da I Primeira Guerra Mundial. A atuação em momento de dificuldade identificava-se como a marca dos Andradas à frente da Economia nacional. Neste sentido, a imagem pública que Antônio Carlos constrói de seu avô a partir da análise de sua atuação política é concluída com os ensinamentos que Martim Francisco legara às gerações seguintes. Segundo Antônio Carlos,

Dessa colaboração há, evidentemente, ensinamentos a colher. Alguns dos problemas sobre que se anunciara, e sempre o fez com exato e seguro critério, são ainda hoje – setenta anos depois – de plena atualidade!

²⁰ Milena Aparecida Almeida Candiá discute, na sua dissertação de Mestrado, a atuação de Antônio Carlos no campo educacional entre 1908 e 1920. Contudo, é perceptível que, na construção de seu discurso, este só se tornou um problema de primeira ordem a partir da década de 1920. Ver: CANDIÁ, Milena A. A. *O Artífice do Consenso: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907 /1930)*. UNIRIO, PPGE, Dissertação de Mestrado, 2007. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiZhOasq4DjAhUgILkGHYdfB6oQFjACegQIBBAB&url=http%3A%2F%2Fwww.dominiopublico.gov.br%2Fpesquisa%2FPesquisaObraForm.do%3Fselect_action%3D%26co_autor%3D32393&usg=AOvVaw21wImu34d9liFqjdefS3-p>. Acessado em: 21 de mai de 2017.

Como de tantos outros financistas do Império, tem-se a impressão, diante de seu austero feitio moral, da sua inteiriça envergadura de administrador, da sólida competência e segura visão política, sempre revelados nos atos com que assinalou a sua trajetória pela gestão da Fazenda – de que, se lhe fora dado permanecer demoradamente no posto, a que ascendeu pelo seu mérito e virtudes, teria edificado uma grande obra, capaz de assegurar ao país, pelo decurso dos anos, no domínio das finanças, tempos mais prósperos, ao invés dos dias sombrios que a nossa história financeira rememora e lastima (ANDRADA, 1918, p. 164).

Tendo sua ação política marcada por seu “critério exato e seguro”, as ideias de Martim Francisco são apontadas como modernas, na visão de Antônio Carlos, já que este as considera ainda atuais mesmo depois de 70 anos de sua morte. Sob este aspecto, há uma aparente imobilidade nas ideias que o próprio Antônio Carlos defende, quando estabelece paralelos entre os debates financeiros ocorridos nos dois momentos distintos, o de atuação de seu avô e o de sua própria atuação política. Contudo, consideramos que seu objetivo na construção da narrativa tenha sido apontar a permanência de problemas financeiros e políticos devido à impossibilidade de ação efetiva e prolongada dos membros da família Andrada, em particular de Martim Francisco. Essa marca da derrota política encontra-se revelada na incompletude da obra do ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade, justificada pelo pouco tempo em que ocupou o cargo. As dificuldades do país, à época de Antônio Carlos, seriam resultado indireto deste pouco tempo de atuação de Martim Francisco. O sucesso e o fracasso político da Nação seriam explicados pela ação dos Andradas ou pelo impedimento de sua atuação.

2.4. ANTÔNIO CARLOS: O ANDRADA DA REPÚBLICA, POR FÁBIO ANDRADA

Dentre as ações da família em prol da construção e preservação de uma memória política, destacamos a ação de Fábio de Andrada no processo de compilação dos artigos de imprensa que trataram acerca da atuação política de Antônio Carlos, imediatamente após a sua morte. O livro *Antônio Carlos – o Andrada da República* (1946) reúne 28 artigos jornalísticos, a maioria composta por necrológios produzidos

por políticos e intelectuais de atuação reconhecida nacionalmente, com o objetivo, segundo o compilador, de reunir “uma série de artigos escritos por admiradores seus sobre sua personalidade” (ANDRADA, 1946, p. 05).

Ao longo dos textos selecionados, podemos encontrar algumas ideias fundamentais para a construção da imagem de Antônio Carlos, a partir do objetivo indicado pelo organizador. Além das características pessoais de Antônio Carlos, os artigos apontam elementos como a tradição familiar, sua importância política ligada a elementos como a identificação de fatos políticos com a sua ação pessoal, identificados na ideia de personalismo. Sua atuação política também é destacada na relação com os partidos políticos, com os movimentos dos quais participou e com as avaliações acerca de suas conquistas, mas, marcadamente, também de suas derrotas e do processo de ostracismo que viveu nos últimos anos de vida. A memória é elemento fundamental na construção da imagem política de Antônio Carlos para estes escritores, tanto correligionários quanto antigos adversários políticos.

Já na Apresentação do livro, o compilador dá o tom que orienta os textos selecionados. Fábio Andrada destaca como características do pai o “acendrado patriotismo, altas virtudes cívicas e decidida vocação pela vida pública” (ANDRADA, 1946, p. 03). Os valores da personalidade se ligam à herança familiar. Identificado como “descendente, pelo lado paterno, dos Andradas da Independência e, pelo lado materno, José Ayres Gomes” (ANDRADA, 1946, p. 04), seu talento político se identifica com uma herança que “está no sangue”. O vínculo familiar o ligava aos “dois movimentos mais importantes de amor à liberdade: Inconfidência Mineira e Independência”.

Contudo, não apenas a herança dos antepassados o distinguia. Sua ação pessoal tinha grande valor do ponto de vista político e histórico. Tal importância se revelava não apenas na ocupação da presidência de Minas e na liderança da Aliança Liberal ou como um dos chefes da Revolução de 1930, mas ganha destaque como ocupante temporário da Presidência da República em substituição a Getúlio Vargas (ANDRADA, 1946, p. 08-09). O destaque dado a essa posição ocupada provisoriamente, entre 03 de maio e 08 de julho de 1935, durante viagem de Getúlio Vargas à Argentina e ao Uruguai, ganha uma significação extraordinária na narrativa de Fábio Andrada. O fato de ser o único político a ocupar o cargo em substituição a

Getúlio Vargas se contrapõe e, por certo, explica a perda progressiva de poder político a partir de então.

Seu afastamento da vida pública a partir de 1937 seria coerente com seu passado, caracterizado por não se submeter aos desmandos que iam contra sua formação política. O clima das ditaduras não comportaria o seu espírito liberal e digno (ANDRADA, 1946, p. 08). A justificativa para sua saída da vida pública se contrapõe àquela que o próprio Antônio Carlos defendia em relação a sua participação na Revolução de 1930 que, a despeito de ter contribuído para o rompimento com a ordem constitucional, não era vista como infração a este mesmo espírito liberal. Fábio Andrada conclui sua apresentação definindo seu pai como um vencedor sobre a inveja e a mentira (ANDRADA, 1946, p. 10). Em uma crítica direta a Getúlio Vargas, apontado como o responsável pelo afastamento de Antônio Carlos da vida pública, a imagem que define o Andrada é a do político traído, que viu os ideais da Revolução caírem por terra ao longo do governo de quem ele próprio conduzira ao poder.

A tradição familiar é o elemento principal do texto *Um Andrada da República*, escrito por Joaquim Tomaz. Neste sentido, o autor faz referência à proximidade entre a morte de Antônio Carlos e o centenário da morte de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, morto em 05 de dezembro de 1845. Fazia-se, naquele momento, a homenagem a outro Andrada, “igualmente grande”, um “Andrada da República”, “de igual nome do primeiro” (TOMAZ *apud* ANDRADA, 1946, p. 11). Segundo Tomaz,

A sua longa e brilhante atuação no cenário da existência nacional deu-lhe o direito incontestado – além de legítimo sucessor pelo sangue – de ser igualmente um sucessor espiritual dos mais representativos da linhagem dos Andradas na correção das atitudes, na fidelidade das ideias, no seu entranhado amor à causa pública, na sua irresistível vocação pelos postulados da liberdade (ANDRADA, 1946, p. 12).

Da mesma forma, o Andrada da República também se ligaria ao “Patriarca da Independência”, não apenas pelo laço sanguíneo, mas pelo caráter de ação política. Ainda de acordo com Tomaz,

Como José Bonifácio que urdia caprichosamente a trama da Independência, mudando nitidamente o caráter da Colônia, Antônio Carlos – príncipe do mesmo sangue e da mesma inteligência – urdia corajosamente um novo panorama para a vida política nacional que ele queria integrada inteiramente nos métodos da verdadeira Democracia (TOMAZ *apud* ANDRADA, 1946, p. 13).

Eram estes ideais que Antônio Carlos colocava à disposição das diferentes gerações políticas com as quais conviveu. Segundo Tomaz, “Era aí, ao pé do fogo dos seus íntimos, que ele conversava, que ele pilheriava, que ele aconselhava os mais novos e advertia os menos velhos”. A imagem construída pelo autor aponta a relação próxima com o político morto. Uma relação pessoal, mas também um compromisso de construir na forma escrita os elementos de sua trajetória. É destacando essa relação que Joaquim Tomaz faz referência à promessa de escrever a biografia de Antônio Carlos, cujo título “Um Andrada da República”, já teria sido aprovado pelo biografado (TOMAZ *apud* ANDRADA, 1946, p. 14). A biografia não chegou a ser produzida, mas o título foi retomado por Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria em sua obra, publicada em 1998.

O texto *O Segundo Antônio Carlos*, de Afonso Arinos de Melo Franco, também traz referências à tradição familiar, mas apresenta outros elementos mais ligados às disputas políticas das décadas de 1920 e 1930, nas quais as famílias Andrada e Melo Franco se envolveram. O título já expressa a relação de admiração e conflito que move o autor. Ele se refere ao “segundo Antônio Carlos” (FRANCO *apud* ANDRADA, 1946, p. 15), ainda que, na realidade, o homenageado fosse o terceiro Antônio Carlos, sucedendo seu tio-avô, político á época da Independência, e seu pai, que fez carreira política bem mais modesta em Minas Gerais, à época da Proclamação da República. Isso pode se explicar pela ligação direta entre agentes da Independência e da República e o peso político de ambos em suas respectivas épocas.

A relação familiar também aparece no destaque para a amizade entre Antônio Carlos e Afrânio de Melo Franco, pai de Afonso Arinos, morto três anos antes. Este seria o penúltimo representante de um antigo modelo de política, herdado das relações características da nobreza imperial, da qual Antônio Carlos era o último

herdeiro: “(...) o derradeiro representante de um certo estilo político republicano, bem típico de Minas, e condicionado por certos fatores históricos e culturais” (FRANCO *apud* ANDRADA, 1946, p. 15). De acordo com Afonso Arinos,

A República de 1891, construída sobre os escombros dos partidos do Império, foi deliberadamente anti-partidária, e forçou, por isto, a ordenação da política em torno às personalidades mais representativas e dominadoras. Em breve esta funesta orientação, auxiliada pelas ideologias do século XX, transformaria este personalismo em caudilhismo. Pode-se dizer que o processo de transformação começa em Epiácio Pessoa, e vai gradualmente se acentuando em Artur Bernardes e Washington Luís, até chegar o gaúcho da fronteira que, pela sua formação cultural, se transformou no modelo autêntico do caudilho brasileiro. De Epiácio Pessoa, grande jurista, mas também grande apaixonado e violento, passando por Bernardes a Washington, o espírito jurídico vai cedendo cada vez mais os passos às qualidades de domínio pessoal, e á ambição corrupta do mando, que é a marca do caudilhismo. Até que a lei e o direito sossobram completamente com Vargas e o reinado do chefe se exhibe, sem freios nem disfarces (FRANCO *apud* ANDRADA, 1946, p. 19).

Afrânio e Antônio Carlos, como exemplos de “uma linha oposta a esta direção dominante da política republicana”. Em sua obra, Afonso Arinos busca explicar este fenômeno sob uma perspectiva histórica e sociológica, sendo Minas o lugar de destaque desta corrente distinta. Antônio Carlos seria o representante não apenas de uma época, mas de um estilo de fazer política. Isso o coloca numa condição de herdeiro de uma tradição da Primeira República que fora superada, ao menos no discurso, pelas novas formas de ação política, a partir do movimento que o próprio Antônio Carlos liderara em 1930. Sobre estes aspectos, as ações da família Andrada no campo da memória, no caso os herdeiros de Antônio Carlos, buscam reafirmar a imagem do político na direção contrária: a partir dos elementos do personalismo, no sentido de explicação dos fenômenos sociais por meio de sua subjugação às ações pessoais do político.

No texto de Afonso Arinos, as relações familiares lembradas em um momento de homenagem póstuma não impediram as lamentações oriundas das disputas políticas. O autor usa o texto para, mais uma vez, questionar as decisões políticas de Antônio Carlos em 1930 e os motivos que o levaram a não indicar Afrânio de Melo

Franco como candidato ao Governo estadual. em benefício de Olegário Maciel (FRANCO *apud* ANDRADA, 1946, p. 17). A postura controversa de Antônio Carlos não desaparece mesmo no momento de receber as homenagens. A crítica é amenizada pelas referências à postura cortês adotada por Antônio Carlos e por Afrânio. Segundo o autor, Antônio Carlos afirmara que “Minha amizade com seu pai foi uma vida. Muitas vezes divergimos, principalmente no fim, e vocês são bem culpados. (Aludia a meu irmão Virgílio e a mim). Mas ele foi, em toda a vida, o meu modelo, o homem que eu segui” (FRANCO *apud* ANDRADA, 1946, p. 18). Essas disputas também aparecem na distinção que Afonso Arinos estabelece entre Antônio Carlos e Afrânio. Enquanto o primeiro se dedicou aos conflitos políticos nacionais, o segundo partiu para a atuação na Comissão Jurídica Americana, realçando os feitos de Afrânio, com destaque para a atuação no Tratado de Letícia²¹, com um tom de superioridade sobre Antônio Carlos (FRANCO *apud* ANDRADA, 1946, p. 19).

Afonso Arinos destaca também a faceta de Antônio Carlos como o homem no ostracismo. Sobre a reação de Antônio Carlos em relação ao Estado Novo, destaca: “Não sendo homem de explosões, a sua incompatibilidade com a mascarada estadonovista não se traduzia em expressões de rancor, mas de tédio e ironia”. Tal característica se expressaria pela assertiva do entrevistado sobre uma possível volta à vida pública: “Dr. Getúlio na vida pública, Antônio Carlos na vida privada”. (FRANCO *apud* ANDRADA, 1946, p. 18). O caráter irreconciliável entre Antônio Carlos e o novo modelo de governo identificado no Estado Novo se expressava, para Afonso Arinos, na definição de que os últimos anos do Andrada tivessem sido “perdidos para o Brasil”. Arinos fecha seu texto, apontado:

Mas esta recusa obstinada de servir à força usurpadora não deixa de encerrar uma grande lição. Um Andrada serve ao povo mas não aos donos do povo. Nunca o grande trio foi maior do que quando enfrentou a cólera irresponsável do Imperador vaidoso. O segundo Antônio Carlos talvez também não tenha sido tão Andrada quanto nos anos silenciosos em que condenou pela recusa a ignomínia da

²¹ Incidente militar entre o Peru e a Colômbia, iniciado em agosto-setembro de 1932, tendo como objeto uma área do extremo sul do território colombiano, fronteira ao Peru e ao Brasil e na qual se localiza a cidade de Letícia. O conflito foi dirimido em 1934, graças aos esforços de mediação do Brasil, sob o patrocínio da Liga das Nações, tendo Afrânio de Melo Franco como o principal articulador das negociações. Ver: CONFLITO DE LETÍCIA. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/leticia-conflito-de>>. Acessado em: 31 de mai de 2018.

Ditadura e a covardia dos que ante a ela se curvaram. Saiu do esplêndido isolamento para a morte. Estou certo de que os seus maiores o terão recebido, do outro lado com um orgulhoso sorriso – bem andradino (FRANCO *apud* ANDRADA, 1946, p. 21).

A tradição familiar retorna no texto na comparação entre as ações da tríade andradina da Independência e os posicionamento de Antônio Carlos em seu processo de afastamento da vida pública. Contudo, enquanto a imagem dos primeiros é construída pelo enfrentamento com o Imperador, Antônio Carlos é identificado com o isolamento e com a recusa do enfrentamento. A derrota, como marca, transparece na desistência da luta.

A relação familiar também é o mote principal do texto de Eduardo da Gama Cerqueira²². Falando sobre a influência do Andrada em sua formação política, Cerqueira faz referência a uma passagem de contato direto com o homenageado:

Eu ia ao Palácio Tiradentes frequentemente, acompanhado de outros colegas. Uma tarde, junto à sala do café, batem-me no ombro. Volto-me. Era Antônio Carlos, que me dizia sorrindo ‘Amigo, trago-lhe hoje um inesperado presente’. E sacando-o do bolso, deu-me um exemplar do *fac-simile* do 1º número do *Minas Gerais*, órgão oficial do Estado, recém publicado no aniversário desse jornal. Disse Antônio Carlos: ‘Como sabe, a Imprensa oficial de Minas inaugurou-se quando seu pai e meu venerando amigo (Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira) exercia a Presidência de Minas, em 1892. Foi seu pai quem espontaneamente me nomeou promotor em Ubá, cargo onde iniciei a minha carreira pública. Receba, pois, esta lembrança’. Guardo até hoje o precioso *fac-simile* (CERQUEIRA *apud* ANDRADA, 1946, p. 33).

Dos elementos do patrimonialismo e das relações pessoais e familiares na trajetória política dos membros da elite mineira além da presença no mesmo círculo social e no mesmo espaço de convivência, destacado diretamente pelo autor do texto, é possível identificar também a relação de amizade, permanente ao longo de gerações, entre os agentes políticos. As trocas de favores entre os políticos, característica do cartorialismo e do patrimonialismo, mostram-se envoltas por um ar de desprendimento

²² Filho de Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira (1842-1907), presidente de Minas Gerais (1891-1892). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CERQUEIRA,%20Eduardo%20Ernesto%20da%20Gama.pdf>. Acessado em: 28 de jan de 2019.

quanto ao capital político que representavam. Por isso, destaca-se que a indicação de Antônio Carlos como promotor, feita pelo então presidente do Estado, fora um ato espontâneo, desconsiderando as relações privadas presentes na convivência familiar e na ocupação de outros cargos públicos conjuntamente.

Estes elementos são absolutamente ausentes no texto do General Pedro Cavalcante²³. Segundo o autor, Antônio Carlos fora “o espírito do bem, que subiu devagarinho por si mesmo. Sabia tratar. E em meio dos vendavais da luta sabia manter-se sereno e guapo” (CAVALCANTE *apud* ANDRADA, 1946, p. 49). Difícil compreender a ideia de que um agente político herdeiro de uma das famílias mais tradicionais no contexto imperial e que baseou sua ação pública na reafirmação dessa tradição tenha subido por si mesmo.

É exatamente destacando os elementos dessa tradição que no texto *Era um Andrada*, de Augusto Frederico Schmidt²⁴, Antônio Carlos é definido como um dos “homens antigos da política”. “Um profissional da política, como os verdadeiros profissionais que vieram depois de 1930, passaram a denominar os políticos brasileiros, mesmo os políticos de raça, os que nasceram com o direito de dirigir e de intervir na coisa pública” (SCHIMIDT *apud* ANDRADA, 1946, p. 23). A constante referencia ao fator genético, expresso na ideia de “político de raça”, expressa a herança familiar de Antônio Carlos. “Ele era um homem de raça, um homem que pertencia a uma grande raça, à raça dos patriotas e dos fundadores, dos patriotas do Brasil, dos fundadores do Brasil. Impossível seria a Antônio Carlos – nestes tempos – esconder a sua raça” (SCHIMIDT *apud* ANDRADA, 1946, p. 24). Este elemento explicaria seu afastamento da vida pública ao final da vida. A ação de recusa a participar deste novo mundo político, de se adaptar às imposições dos novos tempos, é então considerada uma marca da raça, um elemento característico de sua linhagem. Segundo essa definição da “raça”, Schimidt afirma:

²³ Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque (1889-1960), foi um militar brasileiro, comandante da Zona Militar do Centro (1947-1948). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-de-alcantara-cavalcanti-de-albuquerque>>. Acessado em: 21 de jan de 2019.

²⁴ Augusto Frederico Schmidt (1906-1965) foi poeta, editor e empresário do campo editorial. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/schmidt-augusto-frederico>>. Acessado em: 02 de jul de 2018.

Fantasiar-se de *marmiteiro* seria impossível a esse velho democrata, a esse amigo do povo, a esse liberal tão marcadamente um *aristocrata*, um homem que mesmo fisicamente era um político do Brasil antigo, um sobrevivente fisicamente dos homens que vieram, ao longo do tempo, formando o Brasil, dando existência ao Brasil desde a Independência (SCHIMIDT *apud* ANDRADA, 1946, p. 24).

Um terceiro elemento da distinção de Antônio Carlos, além de sua formação – definida pelo apontamento de sua sabedoria – e de seu tino político – característica genética da própria família Andrada –, é o elemento físico, que o liga a um tipo específico de homem que formara o Brasil a partir da Independência. Temos assim uma referência à elite política dominante, branca, de origem europeia, que se colocava como a responsável pela independência e progresso do Brasil e que em tudo buscava apontar sua distinção em relação ao homem do povo, do qual se afirmava como amigo.

No texto de Múcio Leão²⁵, intitulado *Antônio Carlos*, também encontramos referências a estes aspectos físicos como elemento de distinção. Neste sentido, a elegância é identificada como:

O traço essencial que há de marcar, em todos os tempos e na interpretação de todos os biógrafos, a figura de Antônio Carlos. (...) Numa terra de gente fisicamente e espiritualmente desageitada [sic.], ele foi, fisicamente, e espiritualmente, um homem de elegância perfeita (LEÃO *apud* ANDRADA, 1946, p. 15).

Contudo, no que se refere ao texto de Schimidt, sua marca fundamental também encontra-se com a ideia de derrotado político. Segundo Schimidt,

Teve muitos pecados e, entre eles, um grave, de que se penitenciava sempre, o de ter sido o causador, a força principal propulsora da revolução de 1930, que pôs termo à era dos políticos de raça e principalmente dos homens argutos, dos cautos e unguidos de bom sendo, de que Minas Gerais era viveiro (SCHIMIDT *apud* ANDRADA, 1946, p. 25).

²⁵ Múcio Carneiro Leão (1898-1969) foi jornalista, poeta, contista, crítico, romancista, ensaísta e orador. Membro da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/mucio-leao/biografia>>. Acessado em: 28 de ago de 2018.

A Revolução de 1930 é identificada como um arrependimento, dentre suas ações políticas. A imagem negativa em relação à sua atuação na Revolução não é algo comum nas descrições sobre Antônio Carlos. A marca da derrota, em geral, está ligada à perda de espaço político durante década de 1930 e aos rumos políticos dados ao país pelos que se apossaram do poder após seu afastamento. Mas estes elementos não se ligam, necessariamente, ao processo de tomada do poder oriundo das ações da Aliança Liberal. Isso revela o quanto a memória que se constrói após a morte de Antônio Carlos traz muitos elementos da percepção dos memorialistas, que podem construir imagem bastante distintas entre si.

Também é incluído no livro o texto *Antônio Carlos*, escrito por Barbosa Lima Sobrinho. Crítico ferrenho de Antônio Carlos no processo da Revolução de 1930, Sobrinho destaca sua capacidade de rotatória como principal marca pessoal:

Mas dominava a palavra de uma maneira perfeita, com uma grande capacidade de medida e de precisão, dizendo apenas o que desejava e o que era conveniente dizer, por mais inesperado que fosse o improvisado ou mais tumultuosa a assembleia a que se dirigisse (LIMA SOBRINHO *apud* ANDRADA, 1946, p. 29).

Mais do que a capacidade de dirigir-se ao público por meio da palavra, Sobrinho destaca o jogo político que sempre envolvia as ações do Andrada, desde as ações mais simples, como destacado no trecho a seguir:

A morte de Antônio Carlos nos privou da figura mais aristocrática de nosso cenário político. De outros se poderia dizer que são mais displicentes nas atividades, mas caprichosos no vestuário, ou mais nostálgicos nos olhares, ou na voz. Mas a distinção de maneiras, a polidez inalterável, a moderação não poderiam compor uma personalidade mais requisitada e mais amável que esse velho Andrada, que foi sempre, no decurso de uma longa existência, um espetáculo fulgurante de inteligência, de sutileza e de malícia (LIMA SOBRINHO *apud* ANDRADA, 1946, p. 27).

As características aristocráticas de Antônio Carlos o ligavam diretamente às ações de seus antepassados. Para além da distinção de maneiras, polidez e moderação como características particulares de Antônio Carlos, que o distinguiam no campo político, o autor ressalta também sua inteligência, sutileza e malícia como marcas do político astuto. Mas a essa herança somava-se também outro elemento fundamental para a ação de Antônio Carlos. O Andrada, “nosso contemporâneo, era um Andrada nascido e criado em Minas Gerais, influenciado pelas virtudes de equilíbrio e pelas artes astuciosas, que destacam os políticos montanhese”. Por este elemento, Antônio Carlos se distingue, superando os Andradas da Independência, devido à sua origem e formação em Minas Gerais. Era o “Andrada de Barbacena” um “fidalgão de verdade, nas atitudes, na inteligência, no coração” (LIMA SOBRINHO *apud* ANDRADA, 1946, p. 27). Contudo, ele se distinguia fundamentalmente dos políticos mineiros:

Mas esse Andrada de Minas Gerais e que tanto aprendera nos climas amenos das Alterosas e na atividade de seus partidos políticos, esquecera, ou não soubera aprender um dos predicados fundamentais dos chefes partidários de Minas: a arte de esconder a inteligência, a arte em que tanto se esmeravam todos eles, por timidez ou habilidade. (...) No meio de gente assim, arguta, mas exageradamente discreta, Antônio Carlos assustava um pouco. Não havia a necessária confiança de sua prudência, ou na sua reserva (LIMA SOBRINHO *apud* ANDRADA, 1946, p. 28).

Neste ponto o teor crítico de Barbosa Lima Sobrinho reaparece com toda força. Faltou a Antônio Carlos mais que a discrição, mas também a capacidade de conquistar a confiança de seus apoiadores. Essa crítica fora muito comum durante o período da Revolução de 1930, tanto entre os aliados gaúchos quanto entre os correligionários mineiros do então presidente do estado. O próprio Barbosa Lima Sobrinho apontou, em seu livro *A Verdade sobre a Revolução de Outubro* (1933), as desconfianças com relação aos recuos de Antônio Carlos. Esse elemento retornava na homenagem de Sobrinho, em 1946, e servia também para destacar outra marca da trajetória de Antônio Carlos:

Antônio Carlos não realizou o grande sonho de sua vida – a ascensão à Presidência da República. Mas soube ser suficientemente cético para compreender e para sorrir. Morreu sem ódios e sem amarguras, atravessando o ocaso com o mesmo ar contente das horas triunfais. E o ocaso foi, de certo, medíocre, num cargo de administração de empresa particular, quando ele era um homem nascido para a paixão política e para as lutas da vida pública (LIMA SOBRINHO *apud* ANDRADA, 1946, p. 29).

A derrota e o fracasso de seu projeto político pessoal são identificados como uma marca da trajetória de Antônio Carlos. O fracasso em alcançar o sonho da Presidência da República resultaria ainda no ceticismo que o manteve na vida pública, mesmo com a obrigação de amargar tal derrota e, ao final da vida, tendo que conviver com o ocaso medíocre, em uma atividade em empresa privada.

A derrota também é a marca fundamental destacada no texto de J. E. de Macedo Soares²⁶. O destaque para a importância política de Antônio Carlos se dá no apontamento de sua relação com o período ditatorial imposto ao Brasil. Segundo Macedo Soares,

Aí está o morto de ontem. Os dez últimos anos de sua existência, os mais suculentos de sabedoria e experiência, os mais prestigiosos pelas acumulações do passado – foram inteiramente perdidos pela nação, em holocausto à inveja e o egoísmo da ditadura. Basta recordar um pouco, quantos como o Andrada foram sacrificados, inutilizados, desaproveitados (SOARES *apud* ANDRADA, 1946, p. 42).

Antônio Carlos seria o símbolo maior de uma classe de homens políticos perdidos pela nação devido aos desmandos da ditadura. O que marcava estes homens seriam a sabedoria, a experiência e a acumulação do passado. De acordo com o autor,

²⁶ José Eduardo de Macedo Soares (1882-1967) foi jornalista, deputado federal (1915-1923), constituinte (1934) e senador pelo Rio de Janeiro (1935-1937). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-eduardo-de-macedo>>. Acessado em: 25 de mar de 2019.

Cada vez que um desses desaparece no ápice de um longo tirocínio, na plena maturidade fecunda – a impressão geral é de um vazio impreenchível. O patrimônio da experiência e sabedoria política da República parece desfalcado e o povo olha à roda na esperança de encontrar os sucessores que lhe compensem os prejuízos acarretados pela morte (SOARES *apud* ANDRADA, 1946, p. 41).

Entretanto, um político da estatura de Antônio Carlos não seria apagado da história, como sentencia o autor:

Um Andrada desses não se fabrica com favores, intrigas ou decretos. Também, por mais que ponham a mão em cima, não o apagam para sempre. As nações que pacientam infinitamente diante do tempo, testemunham suas voltas edificantes. Os homens perdem-se nesses mistérios, a vida continua (SOARES *apud* ANDRADA, 1946, p. 43).

No texto de Macedo Soares, temos uma convivência entre aspectos absolutamente positivos na construção da imagem de Antônio Carlos, ligados à exaltação das características familiares que se manteriam no tempo, para além da própria vida do agente político, ficando registradas na história de suas ações. Em contrapartida, a marca da derrota imposta pela Ditadura define seus últimos anos como perdidos para o Brasil. Este jogo entre elementos positivos e negativos define a imagem pública de Antônio Carlos.

Estes elementos podem ser encontrados ainda nos textos de Pedro Calmon²⁷ e Júlio Barbosa. Segundo Calmon, Antônio Carlos

Não se contentava, porém em parecer Andrada: como os da geração insigne – da geração do Patriarca, do tribuno, do financeiro da Independência – era por dentro o que mostrava por fora. Estadista de nascimento e educação impregnado da ‘coisa pública’ como do ar que respirava (CALMON *apud* ANDRADA, 1946, p. 49).

²⁷ Pedro Calmon Muniz de Bittencourt (1902-1985) foi deputado federal pela Bahia (1935-1937), Reitor da Universidade do Brasil (1948-1966) e ministro da Educação (1950-1951). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-calmon-muniz-de-bittencourt>>. Acessado em: 25 de mar de 2019.

Neste sentido, a herança está no pertencimento à família por meio do nascimento, mas também na formação moral e cultural que também é herdada. Uma das marcas dessa formação é a impregnação da “coisa pública”, um “Estadista de nascimento e educação”. Os Andradas nascem políticos. Em sentido distinto, Júlio Barbosa destaca os aspectos característicos da tradição dos Andradas expressa em Antônio Carlos, na relação que este manteve com as adversidades que precisou enfrentar. Segundo Barbosa,

Os golpes que a ambição de uns e a ingratidão de outros lhe desfecharam não o feriram fundo. Resvalaram, porque ele estava coberto pela couraça do conhecimento humano, sabendo que quanto mais alto se chega, maior é a queda e para essa queda, o seu espírito estava sempre preparado (BARBOSA *apud* ANDRADA, 1946, p. 45).

A derrota, sob essa ótica, não seria apenas uma marca, mas seria parte da própria trajetória, algo já esperado e até mesmo antevisto. Neste sentido, ela simboliza a grandeza de espírito do político. A ambição e a ingratidão, sempre apontadas como motivação dos críticos às ações de Antônio Carlos, seriam a explicação fundamental para a derrota dos projetos políticos. As críticas às ações, as avaliações das estratégias, a percepção de seus posicionamentos no jogo político perdem espaço frente ao elogio dos correligionários. Isso fica patente no texto de Moacir Andrade²⁸:

Teve defeitos e teve faltas o político Antônio Carlos? Dizem, mesmo os que o admiravam, que ele tinha inúmeros defeitos como político. E desfiavam o seu rosário de recriminações... Mas é preciso ponderar que todos esses julgadores do Andrada de nossos dias – que não foi menor que os Andradas da formação da nossa nacionalidade – baseiam-se sempre, como opinantes a propósito de sua conduta, nas normas da política brasileira, assim como a praticamos – jogo bruto, perverso, vingativo, egoístico e impiedoso – ao passo que Antônio Carlos sempre tratou a política como um esporte nobre, em que queria ver preponderando a agilidade do espírito e a beleza da inteligência, tudo sem ódios e sem desesperos, sem dentes cerrados e punhos ameaçadores... Quando um dia, mais de duzentos anos talvez para

²⁸ Moacir Andrade foi (1897-1935) jornalista e membro da Academia Mineira de Letras.

diante, tivermos uma verdadeira cultura política, terá ode reconhecer que Antônio Carlos não teve defeitos. Foi apenas um pioneiro nunca inteiramente compreendido (ANDRADE *apud* ANDRADA, 1946, p. 53).

O texto de Moacir Andrade demonstra os elementos apontados pelo compilador, Fábio Andrada, na apresentação do livro e que podem ser identificados também na seleção dos textos que o compõem. A um só tempo os textos servem para reafirmar a importância política de Antônio Carlos por meio do destaque à sua ação pessoal, por um lado, e aos elementos da tradição política familiar, por outro. A aparente contradição aparece na difícil relação entre a imagem de um político vigoroso, astuto, líder e guia de seus pares, com a do homem derrotado, apartado da vida pública, seu esporte nobre.

É muito interessante que uma ação da família, com o claro objetivo de promover a memória política de Antônio Carlos, tenha recorrido a textos de autores que, ao longo da trajetória do homenageado, não se colocaram apenas na condição de seus aliados. A utilização de textos de adversários políticos contrabalança as narrativas claramente elogiosas daqueles autores com uma ligação mais clara com Antônio Carlos. Essa relação define a característica da obra marcada pelo elogio às ações pessoais, pautada na herança familiar e no protagonismo político que exerceu durante sua vida, encontrando sua contraposição nos benefícios inegáveis que tais relações familiares proporcionaram na construção de sua trajetória e, por fim, na incapacidade de usar tal capital político para a realização plena de seus projetos políticos. Dessa forma, a tradição familiar e a derrota no campo político se constituem nas marcas principais de Antônio Carlos, na visão dos autores que se dedicaram a apontar seus traços de homem público.

2.5. A TRAJETÓRIA DE ANTÔNIO CARLOS POR MARGARIDA MARIA ANDRADA MEGA

Dentre as ações em torno da construção da memória política da família Andrada, podemos identificar outra importante iniciativa no texto de Margarida Maria Andrada Baptista de Oliveira Mega. No texto intitulado *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*²⁹, produzido em 1980, temos uma narrativa que mescla a retomada dos elementos genealógicos, como a valorização da posição social da família com a defesa das ações do político mineiro em sua atuação na Aliança Liberal e no governo Vargas.

As poucas informações sobre a obra também se estendem à autora. Na consulta às informações genealógicas³⁰ da família, identificamos o sobrenome Andrada Baptista e Andrada Baptista de Oliveira Mega, sem a identificação do primeiro nome do familiar. O que pudemos identificar é que duas mulheres, filhas de Ilka Maria de Andrada, receberam tais sobrenomes. A partir dessas informações, é possível inferir que a senhora identificada com o sobrenome Oliveira Mega corresponda a Margarida Maria, que, sendo filha de Ilka Maria, é neta de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Contudo, para além da ligação familiar, o texto apresenta elementos comuns na construção da memória dos Andradas, presentes nas demais narrativas analisadas.

O primeiro desses elementos é a preocupação com a preservação da verdade histórica. A escrita é tomada como a definição de exemplos a serem legados para as gerações futuras. Os usos dos textos inalterados nos depoimentos são identificados como o símbolo da busca por essa verdade (MEGA, 1980, p. 01). Assim como já identificamos nos textos de seu tio-avô, José Bonifácio, Margarida Mega também segue uma perspectiva positivista em sua produção, ao relacionar a ideia de verdade com a

²⁹ Os originais do texto encontram-se disponíveis nos arquivos do CPDOC – FGV. Ainda que esteja identificado como “originais do livro” de Margarida de Andrada Mega, não encontramos registros de que o texto tenha sido efetivamente publicado. O texto também é identificado como “monografia”, mas não consta nenhuma informação referente a uma produção acadêmica. Informações sobre os originais podem ser encontrados em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/ARA/textual/originais-do-livro-antonio-carlos-ribeiro-de-andrada-escrito-por-margarida-maria-andrada-baptista-de-oliveira-mega-belo-horizonte>>.

³⁰ A árvore genealógica em que se encontram as informações sobre a família Andrada e as de um membro feminino com o sobrenome Andrada Baptista de Oliveira Mega pode ser consultada em: <<https://www.geni.com/family-tree/canvas/6000000016634222191>>. Acessado em: 02 de dez de 2018.

preservação fiel do testemunho presente nos documentos, como forma de reafirmar seu argumento, como no trecho a seguir:

Objetivando a documentação de nossas afirmativas para a divulgação da realidade histórica sem distorções e longe das paixões regionais, descrevemos numerosos trechos de vários autores, sem alterar-lhes o conteúdo, como o que passamos a relatar do livro do escritor Aurino de Moraes (MEGA, 1980, p. 20).

A autora tem uma grande preocupação com a ideia de verdade histórica. A forma de garantir que o texto respeite essa verdade está na transcrição fiel, sem alterações, de testemunhos e citações de livros publicados à época. Contudo, as ideias transcritas servem para comprovar a visão defendida pela autora, da importância política de Antônio Carlos, e não são apresentados textos e citações que contraponham essa perspectiva positiva. O texto utilizado como referência, produzido por Aurino Moraes, tem uma perspectiva claramente de apoio às ações de Antônio Carlos e o autor deve ser identificado muito mais como um aliado do que como um interlocutor do presidente de Minas Gerais. Dessa forma, o texto ao qual Mega recorre não se afasta da lógica das disputas regionalistas, que ela contrapõe à noção de objetividade para a documentação de suas afirmativas.

Somados ao objetivo de reafirmar uma verdade histórica, os elementos da tradição familiar encontram-se de forma central no texto. O uso dos termos linhagem e estirpe apontam uma forma de destacar a distinção da origem de Antônio Carlos e o diferencial da família Andrada (MEGA, 1980). Segundo Kalima Silva e Maciel Silva (2009), tais definições se relacionam a comunidades tradicionais, comumente organizadas em tribos sedentárias ligadas à agricultura, de no máximo alguns milhares de pessoas. A ampliação dessas comunidades torna mais comum sua divisão em vários clãs e não apenas uma única linhagem de parentesco. É em sentido aproximado a este que identificamos os usos dos termos em relação à família Andrada, pois estabelecem a ligação entre diferentes grupos no interior da família, que podem ser identificados como clãs, ao considerarmos que se formaram, em Minas Gerais e em São Paulo, grupos políticos distintos ao longo dos séculos XIX e XX. Dessa forma, a ideia de tradição ligada aos Andradas por meio das ideias de linhagem, estirpe e aristocracia aponta

também para a distinção entre esses diferentes clãs com localizações geográficas distintas e sob a influência de aspectos culturais diversos.

Em seu texto, Margarida Mega retoma os elementos que marcam o reconhecimento público da família desde o século XIX. Destacam-se o uso do epíteto de José Bonifácio como “Patriarca da Independência” e as referências às ações de Martim Francisco como Ministro do Império, passando ainda aos cargos ocupados pelos demais filhos de Martim Francisco, como José Bonifácio, “O Moço”. A ideia de tradição política também é usada para caracterizar a linhagem materna de Antônio Carlos, com destaque para as ações de seu bisavô, José Aires Gomes (MEGA, 1980, p. 02).

Contudo, um aspecto se sobressai na construção dessa tradição familiar no texto de Margarida Mega. A retomada dos personagens políticos da família serve como base para destacar a distinção de Antônio Carlos, mesmo no interior do próprio grupo. Definido como “o Andrada da República”, sua personalidade acrescentaria “novos e fulgurantes prestígios” à tradição da família (MEGA, 1980, p. 02, 22). A autora busca mostrar a distinção política de Antônio Carlos, a partir dos elementos marcantes de sua trajetória. Enquanto sua formação escolar e acadêmica é associada à participação política no movimento republicano, o início de sua vida pública é identificado em sua atividade como docente, em sua carreira jurídica, em sua atuação na imprensa e na política municipal (MEGA, 1980, p. 02). Há uma preocupação da autora em mostrar a multiplicidade de habilidades e aptidões de Antônio Carlos, exposta na variedade de sua atuação. Essas características reforçam a imagem do homem público preparado para os cargos mais importantes e pronto para responder aos desafios que encontraria em sua trajetória.

Dentre essa gama de habilidades destacadas no texto, a autora reforça que o maior destaque em sua vida política se daria com a participação nos debates sobre finanças (MEGA, 1980, p. 03). O reconhecimento de seu talento na área financeira se revelaria nos debates sobre a implantação do imposto rural, nos primeiros anos da década de 1900, e o acompanharia nas décadas seguintes. Apesar de seu envolvimento neste debate estar relacionado à sua ligação crescente com os interesses dos produtores rurais da região da Zona da Mata mineira, destaca-se, na narrativa, que seu talento pessoal garantiria a oportunidade de ocupar o cargo de Secretário das Finanças no Governo de Francisco Salles (1902 - 1906), diminuindo a importância das relações

políticas que promoveram sua ascensão a este cargo. Nesse mesmo sentido, é apontada sua atuação na esfera federal como deputado e ministro (MEGA, 1980), relacionando-a com o reconhecimento de capacidades pessoais, sem a identificação do peso dos acordos políticos dos quais resultariam tais indicações.

É nesse mesmo sentido, da valorização da ação pessoal em detrimento das relações políticas mais abrangentes, que a autora identifica as principais marcas políticas da trajetória de Antônio Carlos, destacando três períodos distintos em que sua ação individual estabeleceu os rumos dos acontecimentos políticos: seu governo na qualidade de Presidente de Minas Gerais, a Aliança Liberal e a Assembleia Constituinte de 1933. Como marcas políticas que se destacam, encontram-se o projeto educacional, a instituição do voto secreto e a defesa do ideário liberal.

Dentre os símbolos de seu governo em Minas Gerais, o projeto educacional de Antônio Carlos é identificado, na narrativa, com seu reconhecimento como criador da Universidade de Minas Gerais. Segundo Margarida Mega, a atuação de Antônio Carlos no campo da Educação tornaria Minas Gerais o estado líder no encaminhamento de soluções para essa área. A educação é, assim, a grande marca do governo e da visão moderna de sua administração, pois pensava não apenas o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, mas também o progresso cultural (MEGA, 1980).

A segunda marca política é identificada com a instituição do voto secreto, em 1928, reforçada pelo ineditismo da medida na história política brasileira. Apontada como um ato de iniciativa pessoal do presidente, dá-se um grande destaque para o fato de tal ação anteceder até mesmo o programa do Partido Democrático paulista, identificado como marco da luta pela implantação deste instituto. A inspiração para essa iniciativa segue os modelos argentino e uruguaio, que teriam encontrado processos seguros para “extinguir os episódios revolucionários” (MEGA, 1980, p. 05 - 06). Esse elemento estabelece, na narrativa de Margarida Mega, a ligação entre a instituição do voto secreto e os eventos associados à Aliança Liberal. As ações políticas em 1928 são pensadas como meios para impedir quaisquer tipos de alteração drástica na organização política. Movimentos revolucionários são algo contra o qual se deve lutar e que se deve impedir. Isso confirma a indicação já feita por John Wirth (1982) de que o voto secreto serviu mais para arrefecer as reivindicações dos grupos acadêmicos de Belo Horizonte,

que requeriam uma modernização no cenário político, do que para uma alteração sensível na estrutura de poder.

Contudo, apesar da instituição do voto secreto não ter provocado alterações profundas no jogo político característico da Primeira República, já que o mando das eleições permanecia nas mãos dos agentes que controlavam as relações políticas locais, essa ação de Antônio Carlos é identificada como explicação para o insucesso de sua candidatura à Presidência da República (MEGA, 1980). Segundo Mega, amigos já apontavam que essa ação o impediria de chegar à Presidência, já que afastaria dele o apoio de São Paulo, cuja política se baseava nas “práticas características do voto a descoberto”. Estabelece-se assim uma distinção entre duas formas de prática política: a de São Paulo, identificada com este costume condenável e ultrapassado, em comparação com as inovações praticadas em Minas Gerais a partir do governo Andrada.

Esse episódio serve ainda para destacar a capacidade de análise política de Antônio Carlos e seu desprendimento em relação à ocupação de cargos públicos. A observação dos amigos apenas confirmava uma convicção pessoal do Presidente de Minas Gerais, demonstrando sua capacidade de diagnóstico político e percepção dos efeitos de suas ações. Ainda assim, arriscando seu futuro político, ele colocava em prática a instituição do voto secreto, que se afigurava um dever patriótico. Isso equiparava Minas Gerais a nações mais cultas, com a plena verdade do regime representativo, produzindo efeitos salutares. O voto secreto, ainda que tomado como ação particular de Antônio Carlos, confere aos mineiros a possibilidade de destruir, dentro da lei, a “influência dos maus governos”, exercitando sua soberania em toda plenitude (MEGA, 1980, p. 07). O voto secreto seria a chave para a consolidação do regime democrático, reforçando tal importância a partir de sua inserção no programa da Aliança Liberal, para a qual teria sido decisiva a influência política de Antônio Carlos.

Como marca da ação política de Antônio Carlos, a Aliança Liberal se configuraria como uma extensão de seu governo em Minas Gerais. Na narrativa de Margarida Mega, a imagem do Presidente de Minas Gerais se confunde com a do dirigente do movimento cívico da Aliança Liberal. A Aliança Liberal seria um retrato do programa liberal que Antônio Carlos já desenvolvia no estado. Tal como em seu governo, sua liderança política no movimento nacional teria como propósito “extinguir a violência das paixões políticas, [...] pacificar e [...] unir” (MEGA, 1980, p. 06). Sua

atuação na Aliança Liberal é definida por Mega, a partir da citação de Abílio Machado, no seguinte trecho:

A palavra do presidente Antônio Carlos, através da firmeza, atitude e sinceridade da sua doutrinação, mostra, em todas as emergências em que se fez ouvir, desde muito antes do pleito de 1º de março, a pureza dos ideais determinantes do mais amplo e belo movimento liberal do país. Entre os liberais brasileiros de boa vontade, que não fecham os olhos à realidade dos fatos, não há, pois, visionários, nem ambiciosos. Eles unicamente exigem a observância de imperativos legais que, há 40 anos, já deviam ter aplicação no Brasil (MEGA, 1980, p. 06).

Tomado como exemplo de liberal em sua época, para além do discurso, pondo em prática as ideias que defende, e como líder da Aliança Liberal, Antônio Carlos personifica o projeto de transformação política identificado com o movimento de 1930. São os atos e não apenas as palavras que documentam a convicção liberal de Antônio Carlos, como as ações já apontadas no Governo de Minas Gerais, tomadas como iniciativa e ação pessoal do líder político, e não como ação institucional (MEGA, 1980, p. 07). Dessa forma, a Revolução de 1930 é apontada como a reivindicação pela aplicação da lei, a partir de uma demanda liberal, o que não vinha ocorrendo durante a República. Ela é definida como um movimento legalista e não uma contestação ou fuga do regime legal. Seria uma resposta à intransigência pessoal de Washington Luiz, à sua concepção imperial do poder e ao seu interesse pessoal na ascensão de Júlio Prestes à Presidência (MEGA, 1980).

Assim como a origem do movimento é explicada por um aspecto personalista, como resposta às ações do Presidente da República, este elemento também orientaria as ações para a formação da Aliança Liberal. Margarida Mega identifica as escolha dos candidatos e da plataforma aliancistas como atos pessoais de Antônio Carlos (MEGA, 1980). A abordagem personalista acaba por estabelecer a confusão entre o grupo político e seu líder, da mesma forma que ocorre nos apontamentos que relacionam Antônio Carlos ao estado de Minas Gerais.

As ações de Antônio Carlos são apontadas como respostas aos anseios dos mineiros – vistos como um grupo uno, sem conflitos internos aparentes – de elevá-lo à

presidência da República (MEGA, 1980). Dessa forma se explica a perseguição a Minas Gerais, cujo principal motivo seria a presença de Antônio Carlos à frente do governo estadual. Tendo sido ele o único político de relevância que tivera coragem de, seguindo a linha de conduta liberal e democrática, "repudiar o atentado à democracia que era a candidatura que o presidente da República impunha ao país, sem admitir qualquer discussão" (MEGA, 1980, p. 18), a participação mineira no movimento de oposição deve-se à ação individual do Andrada.

Contudo, a representatividade e a influência que teriam sido alcançadas por Antônio Carlos se explicam pela relação entre as ideias de mineiridade e liberalismo. Haveria uma ligação entre a população de Minas Gerais, identificada sob a ideia de mineiridade como eminentemente liberal e democrática, com o estabelecimento de uma remodelação liberal para o Estado brasileiro (MEGA, 1980). Relacionando este ideal do liberalismo com as ações e a personalidade de Antônio Carlos, Margarida Mega estabelece a condição do político como representante legítimo do povo mineiro, um líder reconhecido pela aceitação de suas ideias.

Em virtude dessas ideias, era caracterizado como um "liberal sincero" e "inimigo da violência". Considerava intolerável que os pleitos no Brasil se caracterizassem por compressões e atentados. Este posicionamento o levava à resolução de quebrar esse esquema político obsoleto, então usado nas eleições para presidente, em que São Paulo e Minas Gerais indicavam os nomes por serem os Estados mais fortes da Federação (MEGA, 1980, p. 09). Dessa forma, a ação da Aliança Liberal é explicada por um aspecto de consciência liberal de Antônio Carlos, contrário ao regime político da primeira República, do qual ele próprio fazia parte. Por isso, Antônio Carlos teria procurado outro estado forte o suficiente para fazer frente a São Paulo e a Washington Luiz, escolhendo o Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, a autora aponta como motivação o fato de a intransigência de Washington Luiz agir "contrariamente às tradições políticas brasileiras" (MEGA, 1980, p. 10). No caso, as tradições que a própria autora critica anteriormente, que caracterizavam a Primeira República, com o domínio político dos estados mais fortes da Federação. A um só tempo, Antônio Carlos teria decidido romper com essa tradição, mas tendo a defesa dessa mesma tradição como justificativa de sua ação.

Os apontamentos da autora também indicam o conflito entre o pacifismo de Antônio Carlos e sua condição de homem que reivindicava a liderança de um movimento revolucionário. Antônio Carlos seria contra a solução revolucionária, que já era discutida como possibilidade apenas dois dias depois da Convenção da Aliança Liberal (MEGA, 1980). Posteriormente ele afirmaria, em citação feita por Margarida Mega,

Nós quatro devemos ter vivo no espírito a afirmação que fiz na presença também dos Drs. Afonso Pena, então presidente do PRM e Artur Bernardes. Até 1º de março Minas dirigirá, depois dessa data, se formos vencidos, estaremos pelas soluções que o Rio Grande resolver adotar. O compromisso assumido por mim teria de ser executado, ainda que fosse preciso o sacrifício extremo pelo qual convenci-me, estariam os mineiros. É claro, entretanto, que eu não poderia abdicar do direito de observar, de ponderar sobre deficiências possíveis, sobre necessidades ocorrentes e até sobre as melhores oportunidades... (MEGA, 1980, p. 14).

Para o político mineiro, o Estado de Minas Gerais lideraria a campanha até 1º de março e, após a eleição, as ações ficariam sob a liderança do Rio Grande do Sul. Isso afasta de Antônio Carlos a imagem de revolucionário no sentido daquele que contesta a lei. Liga-o ao movimento da Aliança Liberal, a partir de um tom mais democrático, baseado na campanha eleitoral, estabelecendo uma distinção com o movimento armado e com a conspiração, que marcaram a tomada do poder. Ao mesmo tempo, a Revolução é apontada como uma imposição da situação política, provocada, não pelos agentes que a realizaram, mas pelas ações do governo federal (MEGA, 1980).

Antônio Carlos, que era um liberal contrário a qualquer tipo de violência e desobediência da lei, é vencido e convencido de que a revolução era inevitável, devido à ação impertinente do governo federal. Este convencimento o faz usar sua influência - que servira para arrebatar o apoio dos brasileiros para a Aliança Liberal - para prestar sua contribuição à Revolução liderada pelo Rio Grande do Sul e pela Paraíba. Isso explicaria sua famosa frase: "façamos a Revolução antes que o povo a faça" (MEGA, 1980).

Nesse sentido, os objetivos de Antônio Carlos encontram paralelos na aproximação entre suas ações na Aliança Liberal, na Revolução de 1930 e na construção da Constituição de 1934 (MEGA, 1980). O objetivo da Aliança e da Revolução era afastar do poder homens que se serviram dele para usurpar a soberania nacional e afrontar a autonomia dos estados e, ao mesmo tempo, para promover reformas, que se consagrariam com a nova Constituição.

Contudo, a ditadura, como é identificado o Governo Provisório (1930 – 1934), “exercida por mais tempo que o necessário” para retornar o poder político ao povo, contrastaria com os fins da Aliança Liberal e com seu último ato, a Revolução (MEGA, 1980, p. 17). Na crítica ao prolongamento do governo provisório de Vargas, anterior à constitucionalização do país, a revolução é tratada como um ato da Aliança Liberal. Não um movimento distinto, mas sua complementação, seu auge. A autora aponta para a imagem da crítica de Antônio Carlos ao posicionamento centralizador de Getúlio Vargas, já no início da década de 1930, e reafirma sua condição de liderança do processo de tomada do poder. Ainda que não tenha tomado a frente no movimento armado, o Andrada permanece como líder da Revolução, já que esta é tomada por um momento da campanha aliancista. O que se reafirma nessa passagem é sua condição de liderança e a manutenção de seu posicionamento pacifista frente ao movimento armado, já planejado por membros mais exaltados desde os primeiros passos da Aliança Liberal.

A autora conclui seu argumento citando a frase de Antônio Carlos com a afirmação de que “a Revolução foi a Aliança Liberal em armas. Esta é a verdade que a história consagrará” (MEGA, 1980, p. 18). A Revolução seria, portanto, parte da Aliança Liberal e não o contrário. O movimento aliancista, organizado por Antônio Carlos, a partir de seu credo liberal, seria a alma do movimento de transformação política nacional. Contudo, a impossibilidade da vitória deste discurso no momento mesmo da ação política fortalece a preocupação com o julgamento da história. A vitória na posteridade, com a consagração da verdade pela História, aponta para essa impossibilidade no presente.

A importância histórica da Aliança Liberal também é destacada pela autora na comparação entre este e outros movimentos com cunho militar. Sua força como organização partidária explicaria seu sucesso e o porquê do fracasso dos outros levantes. A vigorosa organização partidária da Aliança Liberal, inexistente em outros

movimentos militares que contestavam a organização política nacional, é a explicação do motivo pelo qual este movimento armado teve sucesso e outros movimentos com amplo apoio militar não o conseguiram. A organização partidária estabeleceu um amplo apoio popular, tornando-se indispensável para o sucesso militar revolucionário (MEGA, 1980). Isso reforça ainda a subordinação do movimento armado à Aliança Liberal, sendo esta última a chave para a vitória do grupo que se opunha ao governo federal.

Apesar da dissociação entre a imagem do líder político e a ação armada, e também como resposta a um elemento muito presente nas narrativas sobre a Revolução de 1930, Margarida Mega se volta à afirmação de que Minas Gerais e Antônio Carlos “jamais se recusaram ao compromisso revolucionário”, sempre aguardando a palavra do Rio Grande do Sul (MEGA, 1980, p. 15). É a resposta a uma das mais fortes críticas à atuação política de Antônio Carlos: sua indecisão, no início da campanha revolucionária, em declarar o apoio total de Minas ao movimento armado. A afirmação aponta a difícil conciliação entre a imagem de pacifista, que Antônio Carlos buscou construir, com a do líder de um movimento que alcançou a vitória tendo a ação armada como elemento fundamental.

Mais do que essa aparente contradição, a principal marca ligada à imagem de Antônio Carlos é a do político derrotado. Este elemento pode ser encontrado em três momentos distintos: a derrota de seu projeto de candidatura à presidência da República, ao final da década de 1920; a impossibilidade de manter em prática seu projeto liberal para o país por meio da Constituição de 1934, suspensa pelo golpe do Estado Novo, em 1937 e; o ostracismo político vivido por Antônio Carlos nos últimos anos de vida, a partir de seu afastamento do Parlamento por este mesmo golpe. Sobre a perda da indicação como candidato à Presidência da República, Margarida Mega escreve:

Como se aproximava o fim do quadriênio do governo Antônio Carlos e também do presidente Washington Luiz, os mineiros desejaram elevar o seu presidente a magistratura suprema da Nação. Vozes de várias partes de Minas traduziam esta aspiração. Em memorável homenagem das classes produtoras de Minas ao Presidente, como reconhecimento pelo que fizera para desenvolvimento econômico do estado e preito ao reformador liberal, foi seu nome aclamado para candidato à presidência da República e como sucessor de Washington Luiz. A consagrada manifestação das forças vivas da produção de Minas, realizada em Belo Horizonte, sucederam moções de apoio e

solidariedade àquele lançamento. Antônio Carlos, grato pela espontânea iniciação dos mineiros, no entanto, não aceitou (MEGA, 1980, p. 08).

No texto, “os mineiros” são um grupo uno, como uma vontade bem definida, excluindo da narrativa as disputas ferozes no interior da elite política estadual. Mais do que um projeto construído pelo agente político por meio de estratégias desenvolvidas durante o seu governo em Minas Gerais, a indicação de Antônio Carlos teria surgido de forma espontânea das classes produtoras do estado, como agradecimento pelo grande desenvolvimento econômico promovido pelo presidente. Por conseguinte, o fracasso da candidatura não seria uma derrota, mas a recusa da indicação pelo próprio Antônio Carlos. A retirada de seu nome como pretendente ao cargo de Presidente da República seria explicada por seu propósito de harmonizar. Sua não indicação seria resultado das imposições locais de São Paulo ao presidente Washington Luiz e pelos laços de amizade deste com Júlio Prestes (MEGA, 1980). Também é explicada pela pronta aprovação da política financeira do governo Washington Luiz pelo presidente de São Paulo, enquanto Antônio Carlos, apontado pela autora como especialista no assunto, fizera críticas a essa política.

Ao final do texto, Margarida Mega aponta o que considera os símbolos do reconhecimento político alcançado por Antônio Carlos. Destacando seu papel como condutor da Constituinte, a ele é atribuída a responsabilidade pelo “retorno do país ao império da lei” (MEGA, 1980, p. 30). Também recebe grande destaque a sua breve atuação como Presidente da República, em substituição a Getúlio Vargas, quando este viajou ao exterior (MEGA, 1980). A sanção da lei nº 62, que garantia a estabilidade dos empregados, é apontada como o principal ato de Antônio Carlos no exercício da Presidência.

Mas é a sua despedida do Legislativo o ponto mais marcante deste reconhecimento público de sua trajetória. A sucessão da Câmara dos Deputados que elegeu Pedro Aleixo para a Presidência da Casa é apontada como o momento apoteótico do Andrada. Após a derrota na eleição da Mesa Diretora, em 4 de maio de 1937, Antônio Carlos anuncia sua renúncia da Presidência da Câmara. A recusa do plenário da Câmara em aceitar tal renúncia seria o momento máximo de reconhecimento de suas ações por seus pares. Esta passagem também representaria um momento fundamental

para a vida nacional. A retirada de Antônio Carlos de um posto chave no comando do país seria o elemento fundamental para a consolidação do Estado Novo (MEGA, 1980)³¹. A derrota de Antônio Carlos é associada à derrocada do ideal político defendido pela Revolução de 1930. Mais uma vez, a derrota do líder é associada à crise do movimento político que comandara. O Estado Novo surgia no horizonte simultaneamente ao ocaso de sua trajetória política.

2.6. BONIFÁCIO DE ANDRADA E A REVOLUÇÃO DE 1930 COMO FATO HISTÓRICO

A família Andrada apresenta uma forte atuação no sentido de produção e de preservação da memória sobre a ação política de seus membros. Essa atuação também está presente no campo da historiografia, por meio da produção de Bonifácio de Andrada. Para analisarmos essa influência da política de memória sobre a historiografia empreendida pela família Andrada, recorremos a três textos do autor: o primeiro é a palestra apresentada no *V Seminário de Estudos Mineiros*, realizado em 1980 pela UFMG, que teve como tema principal as lembranças sobre a Revolução de 1930, quando se completava seu cinquentenário. A palestra foi publicada nos anais do evento, acompanhada dos textos apresentados pelos demais participantes, que se dividiam entre jornalistas, políticos e acadêmicos (ANDRADA *et al*, 1987). O segundo texto também é a transcrição de uma palestra apresentada no seminário realizado, também em 1980, pela Câmara dos Deputados, e publicado como parte dos *Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 30* (GADELHA, 1984). O terceiro texto é *A Revolução de 30: marco histórico* (1981; 1995) publicado originalmente como artigo e posteriormente como livro.

Os três textos apresentam um conteúdo bastante semelhante, em que se expõe uma visão geral do processo revolucionário, focando na atuação do estado de Minas Gerais, representado pelos grupos sociais cuja atuação encontra-se consagrada também em outros textos de memória e da historiografia – elite, militares,

³¹ Há uma incorreção na data da morte de Antônio Carlos apontada por Margarida Mega. A autora aponta o dia 1º de fevereiro de 1946, mas o falecimento ocorreu de fato em 1º de janeiro de 1946 (MEGA, 1980, p. 33; PEREIRA; FARIA, 1998).

revolucionários, classe política, povo etc. Nosso objetivo ao analisá-los é identificar a perspectiva historiográfica defendida pela família Andrada sobre a Revolução de 1930, por meio de um autor tido como voz de autoridade por sua formação na área da História. Nas apresentações presentes em seus livros, como ocorre na obra *Análise da realidade brasileira: necessidade de reformas e retificações* (2003), Bonifácio José Tamm de Andrada é identificado a partir de três elementos principais: sua atuação política, sua atuação acadêmica e sua origem familiar. A apresentação é feita da seguinte forma:

Parlamentar em várias legislaturas federais e estaduais, professor universitário em Belo Horizonte e Brasília, membro de diversos institutos culturais, Bonifácio de Andrada descende de uma família com assento no Poder Legislativo desde a Independência do País. Homem público de larga experiência política, decorrente de longa presença na Câmara dos Deputados, em Secretarias de Estado e na Universidade. Foi vereador e líder de seu partido na Câmara Municipal de Barbacena, Deputado Estadual, exerceu a liderança da oposição e a Presidência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, tendo sido relator das Constituições Mineiras de 1967 e 1969, e ainda ocupando as Secretarias de Educação, Interior, Justiça e da Administração. Como Deputado Federal presidiu a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e Comissões Especiais, participando ativamente da Assembléia Nacional Constituinte, na Comissão de Sistematização e na Redação, tendo sido também Procurador Parlamentar da Câmara dos Deputados, e atualmente Coordenador do Grupo de Trabalho para Consolidação da Legislação Brasileira. É professor de Direito Constitucional na Universidade de Brasília (UnB), na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – MG) e de Ciência Política na Faculdade de Direito de Barbacena, atualmente licenciado das mesmas. Presidente de entidades universitárias, participou de vários seminários sobre temas constitucionais e políticos do Brasil e no Exterior (ANDRADA, 2003).

A apresentação de Bonifácio de Andrada visa ressaltar a imagem de um homem que atua em várias áreas. Primeiramente ele é o político de larga experiência em vários cargos citados à exaustão: vereador, deputado, membro e presidente de comissões legislativas, secretário de Estado, constituinte. Somada a toda essa experiência no campo político, temos a sua atuação no campo acadêmico. Uma atuação multifacetada, cuja presença pode ser identificada nos campos da História e do Direito: professor, escritor, membro de inúmeros institutos culturais, presidente de entidades

universitárias. Quando citamos a ideia de uma voz de autoridade, que se desejou construir a partir da apresentação do autor, nos referimos ainda à sua origem familiar. Ser membro da família Andrada, “presente no Legislativo desde a Independência”, também traz uma carga de experiência e tradição que corrobora as ideias que ele defende em suas obras.

Na biografia de Antônio Carlos, que analisaremos mais detidamente adiante, a alusão a Bonifácio de Andrada estabelece ainda mais claramente essa relação entre a tradição e o domínio do conhecimento. As autoras da biografia afirmam que Bonifácio é “como todo Andrada, um estudioso da história, guarda em suas lembranças inúmeros episódios relatados por seu pai” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 453). Para reforçar a importância do testemunho de Bonifácio sobre a Revolução de 1930, evento do qual ele não participou, a origem e o caráter familiar são evocados. Recorre-se ao testemunho de um personagem que não vivenciou o fato, mas justifica-o como tendo ouvido relatos de quem o vivenciou. O estudo da história está associado ao testemunho, não tendo informação ou reflexão sobre as diferenças entre o campo da memória - presente na ideia de lembranças - e o da História. Os dois campos são colocados como iguais, a partir da premissa de que “todo Andrada é um estudioso da História”, justificando assim o discurso construído pelo autor sobre um tema que diretamente interessa à família que dele retirou grande parte de seu capital político.

Considerando todos estes elementos, que estabelecem a relação entre a tradição familiar, a esfera política e a historiografia, buscamos apontar como a narrativa construída nos textos de Bonifácio de Andrada ressalta aspectos que já se encontram em outras obras produzidas em Minas Gerais, mas tendem a superdimensionar a importância da atuação política de Antônio Carlos como líder da Aliança Liberal e da Revolução de 1930.

Primeiramente, o que se destaca nos textos é a análise de Bonifácio de Andrada sobre a historiografia já produzida acerca da Revolução de 1930. Aqui encontramos uma tentativa de definir uma característica para os eventos de 1930 que permita delimitá-lo temporalmente. Para isso, são apontadas as distinções presentes nas análises historiográficas sobre a Revolução (ANDRADA *et al*, 1987). Se ora o processo é tomado como um evento histórico que marca o início de uma fase em nossa evolução – o termo evolução, muitas vezes acompanhado dos termos política e social, é

constantemente usado pelo autor -, cuja duração se estenderia por muitos anos após o levante armado, este também é identificado como um conjunto de ocorrências que tem como referências apenas o marco de 3 de outubro.

Considerando essas duas perspectivas, o autor defende claramente a Revolução como um fenômeno dentro de um contexto maior de nossa “evolução social”. Para a compreensão desse fenômeno, seria fundamental a pesquisa dos fatos ligados à Aliança Liberal, cujas ações são identificadas como a origem da Revolução de 1930. A revolução é tomada historicamente como um acontecimento restrito à passagem da década de 1920 para a de 1930, ou seja, focando as ações da Aliança Liberal para explicar as mudanças ocorridas a partir de então. O autor lança mão das referências a memorialistas para confirmar sua análise. Nos textos, o prefácio da obra *Outubro, 1930* (1931), de Virgílio Melo Franco, escrito por Osvaldo Aranha, é usado como comprovação de sua perspectiva para destacar a atuação fundamental da Aliança Liberal. Contudo, também se refere a autores que se afastam, ou mesmo se opõem ao movimento da Revolução, como Barbosa Lima Sobrinho e Sertório de Castro, para reforçar a ideia de que a Revolução foi obra desse grupo político específico, identificado como os aliancistas (ANDRADA *et al*, 1987).

O que se entende por Revolução também se encontra restrito temporalmente ao período de ação da Aliança Liberal, para se estabelecerem as distinções com as ações políticas anteriores e também com as que a sucederam. O processo de 1930 seria composto como um todo histórico difícil de ser seccionado. Essa composição seria organizada em torno de quatro eventos principais, que incluem os prelúdios políticos da Aliança Liberal; a realização da campanha aliancista, que se tornaria vitoriosa em termos de mobilização popular, as operações militares de outubro, que foram vitoriosas em todo o país; e a instalação do Governo provisório, que se consolidou em novembro de 1930. O que o autor apresenta é a expressão da teia do fato, como abordada por Carlos Alberto Vesentini (1997), em que uma rede de fatos dá origem a um marco histórico. A Revolução de 1930 se estende entre a Aliança Liberal e o movimento armado que eclodiu em 3 de outubro (ANDRADA *et al*, 1987, p. 12). Temos, portanto, a distinção entre três tempos: a Primeira República; o tempo revolucionário, identificado também pelas ações da Aliança Liberal, e o período que se inicia com o Governo Provisório.

Neste sentido, a obra de Aurino Moraes, *Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução de 1930* (1933) é tomada como símbolo de uma historiografia mineira que aponta com clareza que a Revolução de 1930 fora obra ostensiva dos homens que participaram da Aliança Liberal (ANDRADA *et al*, 1987). A importância da obra na confirmação dessa perspectiva de análise está baseada na riqueza de documentação e testemunhos que foram usados pelo autor, ressaltando assim certa valorização de um conhecimento que se baseia na investigação científica em contraposição ao simples testemunho daquele que vivenciou o momento. Essa variedade de documentação produzida em Minas Gerais é dividida pelo autor entre memória e historiografia. No campo da memória, encontram-se os textos da época ou imediatamente posteriores, testemunhos de participantes, material da imprensa, despachos telegráficos, cartas e material disponível em arquivos particulares e oficiais; enquanto no campo da Historiografia, o autor aponta a existência de ensaios e obras com “abordagens interessantes” (ANDRADA *et al*, 1987, p. 15). Tais “abordagens interessantes” soam como crítica aos métodos utilizados, sobretudo o economicista, que o autor aponta como muito presente na análise marxista, e que acaba por reduzir as ocorrências às motivações de ordem econômica.

Bonifácio de Andrada acompanha as correntes historiográficas, que se fortaleciam ao final da década de 1970 e início da de 1980 com as críticas às interpretações marxistas. Da mesma forma, ele acompanha os debates da época sobre a problemática do tenentismo como expressão das classes médias (ANDRADA *et al*, 1987). Reconhece que a maior parte dos tenentes pertencia a este grupo e que tais ideias influenciaram suas ações, mas aponta que a causa principal do movimento estava dentro dos quartéis e das deficiências funcionais então existentes. O tenentismo é visto como uma revolta estamental, mais do que fruto de elementos ligados à luta de classes, mas permanecia como fator explicativo para os eventos de 1930.

Outro ponto central em sua análise é o destaque para a perspectiva regionalista da produção historiográfica. Bonifácio aponta para os conflitos entre as políticas características das regiões que entram em confronto, tanto no processo político de 1930, quanto na construção da memória sobre o movimento. Segundo o autor, a narrativa regionalista se constitui devido ao acesso a determinados tipos de fontes e à influência de informações ligadas a um dos polos regionais da cultura brasileira (ANDRADA *et al*, 1987). Os autores encontravam-se condicionados aos dados, mesmo

que buscassem uma posição de isenção histórica. Há uma forte crítica à perspectiva paulista, que não levaria em conta os acontecimentos dos demais estados do país, por sofrer em demasia a influência da política estadual sobre suas produções. Contudo, o autor não aborda os efeitos dessa influência política ao falar sobre a participação de Minas Gerais e, principalmente, ao abordar a participação da família Andrada. O que transparece é o apontamento de características que confirmariam a construção de narrativas mais isentas na historiografia mineira do que em outras regiões. Este elemento da influência política sobre a memória e a história da Revolução de 1930 também poderia ser percebido na quase total ausência da participação de Minas Gerais e dos mineiros no processo de 1930, na historiografia produzida até aquele momento (ANDRADA *et al*, 1987).

A ligação entre a Aliança Liberal, o processo revolucionário e as ações dos mineiros é construída a partir de ideias que orientaram o processo. Dentre essas ideias, temos a instituição do voto secreto. No texto de Bonifácio de Andrada ressalta-se a ênfase da campanha da Aliança Liberal na reforma eleitoral e na instituição do voto secreto, demonstrando a participação fundamental de Minas Gerais neste embate. As críticas ao sistema eleitoral e às deficiências do sistema político são identificadas como um problema do posicionamento das elites da “Velha República”, cuja origem podia ser encontrada na permanência de práticas oriundas do Império. Nesse sentido, a Aliança Liberal tem uma relação próxima com os movimentos ocorridos durante a Primeira República, como a Campanha Civilista, além de acompanhar os posicionamentos “dos meios intelectuais, das lideranças conceituadas, da imprensa mais atualizada, da opinião pública mais vigilante” (ANDRADA *et al*, 1987, p. 12, 20).

O mais interessante nessa ideia de lideranças conceituadas é a expressão de uma perspectiva de defesa de parte da elite que se utilizou deste mesmo sistema da Primeira República e iria criticá-lo ardentemente na campanha da Aliança Liberal e no movimento revolucionário – caso no qual se enquadra o então presidente do Estado, Antônio Carlos. As críticas às fraudes eleitorais (ANDRADA *et al*, 1987) aparecem como ponto central na leitura sobre as motivações políticas da Aliança Liberal. Contudo, a discussão acerca das fraudes eleitorais e dos problemas referentes ao sufrágio nas eleições, como problemas básicos da política nacional na Primeira República, acaba por distorcer o papel que as elites desempenharam na organização e manutenção desse processo. O autor destaca o papel das elites no domínio político

desde os anos finais do Império e atravessando a Primeira República, mas não discute este elemento como problema político. Não aponta que a elite mineira também fez parte dessa organização e dela usufruiu ao longo de décadas. Tudo está reduzido às fraudes nas eleições e ao voto a descoberto, que seriam resolvidos com a instituição do voto secreto. E tendo sido Antônio Carlos, como Presidente de Minas Gerais, o primeiro a instituí-lo em 1928, a solução dos problemas nacionais é identificada com o próprio político. A elite, como um todo, não é reconhecida com a origem do problema, nem como sua principal beneficiária. A participação popular por meio do voto é elevada a uma condição que nem de longe correspondia às práticas da Primeira República, em que a indicação do candidato oficial era praticamente a garantia da eleição. A solução é apontada por meio de uma fórmula dita liberal, que se reduz à ideia do voto secreto com ampla participação popular, atribuída como obra e graça de Antônio Carlos.

Essa análise se fundamenta em uma noção de Liberalismo que seria a marca das ações de uma parte da elite da Primeira República, vista como progressista. Primeiro, essa ideia de Liberalismo, cuja base ideológica é extremamente abstrata, acaba reduzida a um elemento que, isolado, não constituiu nenhuma mudança efetiva na lógica política, o voto secreto. Segundo, porque se recusam a reconhecer a proximidade das práticas entre os dois grupos que são colocados em oposição, mas que batalhavam do mesmo lado até pouco antes. Antônio Carlos era um político da Primeira República, que havia servido a políticos aos quais se opunha agora, mas ainda mantinha práticas muito semelhantes, as quais procurava definir como expressões deste Liberalismo, de forma a distingui-lo de seus adversários.

Acompanhando essa ideia de uma elite que se descola das ações políticas da “Velha República”, temos outro elemento na reflexão sobre a organização da sociedade, encontrado nas referências à opinião pública. Essa ideia, muito presente nas análises produzidas em Minas Gerais, busca estabelecer um lugar de identificação da população com um processo claramente dominado pelos grupos que detêm o poder político. A relação entre elite e povo expressada na opinião pública aponta para o predomínio dos posicionamentos dos grupos que detêm o tal poder, ocupando as posições de tomada de decisão. O povo permanece como um grupo disforme, cujos anseios seriam compreendidos, expressos e atendidos por meio das ações da elite, dado que sua expressão encontra-se na vaga ideia de opinião pública.

Contudo, o que se procura mostrar é que a força popular encontrava-se também expressa nas ações da Aliança Liberal (ANDRADA *et al*, 1987, p 13). Isso pode ser percebido na indicação da capacidade dos aliancistas de mobilizar uma sociedade civil apta a promover “sua modernização até pela força das armas”. A participação popular tem um lugar específico, que é a ação armada, e um objetivo claro, o de modernização. O que caracteriza e distingue a Revolução de 1930 é que “(...) pela primeira vez, a opinião pública do país, de norte a sul, participou ativamente do início até o fim, engajando-se apaixonadamente nos diversos lances que então se desenrolaram ‘com expressivas forças populares’” (ANDRADA *et al*, 1987, p. 15). Dessa forma, mais uma vez, a opinião pública e as forças populares são alçadas à condição de participantes e responsáveis pelos eventos de 1930.

Contudo, se a participação popular, empolgada pelas ações dos líderes da Aliança Liberal, podia ser verificada em todo o país, “de norte a sul”, o autor estabelece, na distinção entre as elites de São Paulo e Minas Gerais, suas condições de condutoras dos processos políticos, uma ligada à Primeira República e a outra como expressão das ações aliancistas. Enquanto a primeira buscava a modernização econômica, a segunda, sob a liderança de seu presidente, buscava a modernização política e cultural.

A sociedade paulista, pelas suas mais destacadas elites, desejava a modernização econômica. Minas estava dominada por motivações indiscutíveis em favor da modernização política e cultural do país, através da palavra e da liderança de seu Presidente, de seus principais poderes e das camadas intelectuais e responsáveis do Estado (ANDRADA *et al*, 1987, p. 20).

Na perspectiva de Bonifácio de Andrada, ainda que o povo tenha uma participação na ação armada, as mudanças ainda são obra da elite. A liderança carismática, representada na palavra e chefia do Presidente do Estado, somada a grupos dentre os quais não está incluída a tão aludida opinião pública, é fundamental para a efetivação dessas mudanças.. O recurso ao termo “opinião pública” surge ainda na indicação das ações, que também incluíam as lideranças políticas mineiras, cujo objetivo era fazer de Antônio Carlos o sucessor de Washington. Um projeto que já se colocava em andamento desde 1926 (ANDRADA *et al*, 1987). Neste sentido, uma

prática política característica da Primeira República, na qual o caráter elitista é indisfarçável, é apontada, já nos anos 1980, como expressão da vontade popular, ao afirmar que Washington Luís se colocou contra as pretensões da política nacional ao indicar como seu sucessor outro candidato paulista, Júlio Prestes. Os objetivos políticos de Antônio Carlos expressados nas ações da elite política mineira são colocados, a um só tempo, como indicadores dos anseios populares em Minas Gerais, e como projeto de uma “política nacional” de difícil identificação.

Outras expressões dessa elite, cujos posicionamentos são apresentados como dissidentes em relação às práticas da Primeira República, encontram-se nas tendências modernizadoras do pós I Guerra Mundial. Essas tendências também são tomadas como explicação para os eventos da Revolução de 1930 (ANDRADA *et al*, 1987). Este elemento demonstra a perspectiva histórica que o autor emprega na análise da Revolução. A ideia de apontar as causas e os efeitos, baseada em uma noção de evolução histórica, como forma de demonstrar as mudanças ocorridas no campo político, apontam para uma perspectiva teórica ainda muito presa a elementos característicos do positivismo do século XIX. O autor aponta alguns elementos considerados fundamentais na década de 1920, para compreender os múltiplos fatores que explicam as transformações da sociedade brasileira, como os fatos políticos, culturais, econômicos e militares (ANDRADA *et al*, 1987). Haveria uma sequência lógica de mudanças entre a Primeira Guerra Mundial, seus desdobramentos na década de 1920 e o processo revolucionário em 1930 (ANDRADA *et al*, 1987), marcados pela ideia de modernização. Neste sentido, os eventos de 1930 encontrar-se-iam explicados, sobretudo, pelas transformações no campo militar, pautadas pela modernização das Forças Armadas com o reaparelhamento, a melhoria institucional e a crescente participação política expressada nos levantes ocorridos ao longo da década de 1920.

As discordâncias com o governo de Washington Luís apresentam elementos que explicariam a posição de Minas Gerais no processo revolucionário. A oposição da elite mineira, somada à ideia de opinião pública como expressão da vontade popular e as ações políticas do presidente da República, sobretudo ligadas ao processo de indicação de seu sucessor, são apontadas como as causas das perseguições a servidores públicos e das medidas contra o tesouro mineiro, que seriam praticadas pelo Governo Federal, como a retenção de recursos que deveriam ser destinados ao estado (ANDRADA *et al*, 1987). Tais medidas teriam contribuído para o levante em Minas, ao

promoverem uma unidade do estado, indo exatamente na direção contrária à pretendida pelo Catete. Temos assim dois pontos relevantes que marcam as análises da Revolução em grande parte das memórias e historiografia mineira. O primeiro é a reafirmação de uma unidade entre povo e elite, ou ainda entre os vários grupos da elite mineira em torno das reações contra as injustiças praticadas pelo governo federal. O segundo, a incapacidade daquele governo de perceber o real efeito de tais medidas. Sendo vistas como positivas pelo Catete, tais ações ressaltavam a incapacidade de percepção política do presidente.

O descrédito do presidente da República em relação às capacidades de Minas Gerais também é apontado na abordagem sobre o aspecto militar da Revolução de 1930 (ANDRADA *et al*, 1987). A participação das tropas mineiras é apontada como razão de uma acentuada influência para a queda de Washington Luís, destacando-se que o presidente desconsiderava a capacidade da força pública mineira. Os sucessos militares da força pública, organizada por Odilon Braga, são apontados como um marco do levante militar que deu sustentação às ações da Aliança Liberal, servindo de exemplo para outras regiões do país. Os próprios gaúchos, que apontavam a possibilidade de uma possível derrota e retirada dos mineiros, que poderiam se juntar às tropas de Juarez Távora no Nordeste, se surpreenderiam com os sucessos militares alcançados no estado.

A bravura e a capacidade da ação militar que uniu o povo e a elite apontam as bases da ideia de comunidade cultural de Minas (ANDRADA *et al*, 1987). Essa comunidade, em muito ligada à ideia de *mineiridade*, reafirma a união entre os diversos grupos que compõem o estado – militares, civis, elite e povo, com especial destaque para o clero. Estes grupos encontram-se sob a liderança de Antônio Carlos. Liderança exercida de forma natural, devido às capacidades natas do presidente, mas que também tem seu aspecto de ação consciente, construída por meio da ação política do Andrada. Seu modelo de liderança, menos pessoal e mais comunitária e institucional, é colocado em oposição àquela exercida por Artur Bernardes, cuja imagem é construída, ao mesmo tempo, como oposição e como complemento ao que Antônio Carlos representava em Minas Gerais ao final da década de 1920. A breve análise de Bonifácio sobre a frase célebre atribuída a Antônio Carlos sintetiza tanto a imagem que se busca reforçar do político, quanto a noção de povo e de elite que se apresenta nos textos do autor:

Antônio Carlos, Presidente de Minas, como governante, integrado nos problemas das camadas dirigentes e, diante dos governados (estes inseridos nas tensões, inquietações e revoltas daquela época) proferiria a célebre frase, análise e sinal dos tempos: ‘Façamos a Revolução antes que o povo a faça’ (ANDRADA *et al*, 1987, p. 13).

A análise reforça a separação entre dois grupos - governantes e governados – e também a distinção entre elementos do pensamento e da ação. As camadas dirigentes encontram-se diante de problemas específicos ao seu campo de ação, os quais se distinguem daqueles colocados perante os governados e se caracterizam pelas tensões, inquietações e revoltas da época. A elite, como grupo dirigente, ainda tem reforçado seu papel de guia de um povo pronto a explodir perante os problemas. Fazer a revolução antes do povo é fugir destes elementos que caracterizariam suas ações, nem sempre pautadas pela reflexão e prudência próprias de uma elite que encontrava em Antônio Carlos sua maior expressão. A análise apresenta, desta forma, uma forte influência do personalismo característico de parte dos discursos construídos sobre a Revolução de 1930. Seguindo essa linha personalista, o autor afirma,

As lideranças políticas e militares, os representantes dos segmentos intelectuais, todos eles, ou são frutos de uma movimentação social que os impele a tomar atitudes, ou são atores expressivos sobre um tablado, que sentem necessidade de mobilizar forças, na procura de soluções maiores para a sociedade brasileira (ANDRADA *et al*, 1987, p. 14).

Os movimentos políticos e militares são assim explicados pelas ações individuais, caracterizadas pela percepção da necessidade de tomar atitudes, pela ação perante a opinião pública e pelo interesse de apresentar soluções para os problemas sociais. Assim se expressam os tipos de liderança que são encontrados na década de 1920 e que marcaram também o processo da Revolução de 1930. Na imagem do cenário político como palco, a plateia é arrastada para a ação como forma de forjar o cenário que os agentes políticos pretendiam construir. Neste sentido, a participação popular vem a reboque da ação política exercida pela liderança personalista e pela perspectiva elitista deste projeto político. Na construção do discurso que circula entre a memória e esta

linha da historiografia, na liderança política mineira, personificada pelo presidente Antônio Carlos, está localizado todo o processo da Aliança Liberal (ANDRADA *et al*, 1987).

Este elemento de personificação das ações políticas serve ao estabelecimento de relações entre o que se identifica como anseios populares – também ligados à definição genérica de opinião pública –, as ações políticas do Estado – que identificam tanto o Governo sob um aspecto da Burocracia, quanto a elite política e seus grupos –, e a pessoa do líder – o presidente Antônio Carlos. Essa relação pode ser percebida na afirmação de que Washington Luís e seus legalistas nunca consideraram que os mineiros pudessem representar uma ameaça perigosa (ANDRADA *et al*, 1987) já que, segundo Hélio Silva, eles duvidavam da capacidade de resistência de Antônio Carlos e da associação entre a figura do político e as ações que representariam o conjunto do estado mineiro (povo, elite, opinião pública etc.). Antônio Carlos passa a representar tudo o que é identificado como pertencente a Minas Gerais e o fato de se ter subestimado sua capacidade política é tomado como desvalorização do próprio estado.

Finalmente, destacamos um último ponto que marca a análise construída por Bonifácio de Andrada sobre a Revolução de 1930. O autor aponta as impossibilidades de avaliação da Revolução por seus resultados ainda estarem se processando. Tal impossibilidade seria resultado da proximidade temporal entre a Revolução de 1930 e o tempo em que a análise sobre o evento estava sendo realizada (ANDRADA *et al*, 1987). É importante ressaltar que o texto de Bonifácio foi produzido no ano do cinquentenário da Revolução, mas, ainda assim, o autor aponta que suas causas e seus efeitos ainda encontravam-se muito próximos do tempo da escrita e que tal proximidade explica o fato de ainda não se terem conseguido metodologias “capazes de esgotar”, ou abordar, de maneira eficaz, os ângulos principais deste evento. A perspectiva teórica seguida pelo autor, caracterizada pela influência positivista, acaba por se afastar da análise de processos recentes, justificando a impossibilidade metodológica de se responder às questões colocadas sobre tal processo. Dessa forma, os problemas deveriam ser postos para historiadores futuros (ANDRADA *et al*, 1987), vistos como mais equipados e isentos que aqueles que escreviam no momento do cinquentenário.

Contudo, mais do que uma questão metodológica, essa ideia busca reforçar que os resultados da Revolução ainda estavam sendo processados. Isso reafirma a

permanência de problemas políticos semelhantes aos que se apresentavam em 1930 e da eficácia das soluções apontadas pelos agentes daquela época. Dessa forma, o discurso historiográfico, que apresenta um forte conteúdo de defesa de uma perspectiva política tradicional, aponta a justificativa para a permanência na cena política de agentes que participaram ou se configuram como herdeiros da Revolução. Caso no qual o próprio Bonifácio de Andrada se enquadra, como herdeiro político de Antônio Carlos e de uma das mais longevas famílias políticas do Brasil.

2.7. POLÍTICA E HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FAMILIAR

Na análise dos textos produzidos pelos membros da família Andrada, fica clara a prática familiar de agir sobre a construção da memória de seus agentes políticos, ressaltando os elementos da tradição como forma de estabelecer sua distinção social e política. Estes elementos são encontrados nos textos de José Bonifácio, o Embaixador e nas referências à Fazenda Borda do Campo e aos ancestrais presentes em sua genealogia. A tradição que remete às ações do passado serve para explicar e reafirmar a posição ocupada pela família no presente, no momento da produção do texto. A Fazenda Borda do Campo é o elemento que estabelece a ligação dos Andrada, oriundos de São Paulo, com o estado de Minas Gerais, onde o próprio José Bonifácio e seu irmão, Antônio Carlos, construíam sua trajetória política.

A tradição também é elemento importante na narrativa construída por Antônio Carlos sobre seu avô, Martim Francisco. Mas aqui, a ligação entre passado e presente se dá pela atuação em comum no campo econômico. Antônio Carlos retoma a experiência do avô no sentido de resgatá-la do esquecimento, ou da forma insuficiente como é lembrada neste outro tempo. Martim Francisco é tomado como um modelo não apenas para Antônio Carlos, mas para toda a sociedade de sua época, dado o grande valor e honradez com os quais se orientou no trabalho com a coisa pública. Neste sentido, tanto a fazenda Borda do Campo e a genealogia escrita por José Bonifácio, quanto os relatos da experiência de Martim Francisco escritos por Antônio Carlos servem para estabelecer este vínculo entre o passado e o presente, ressaltando os

elementos que servem para conferir às suas próprias atuações o reconhecimento pela manutenção de valores que os tornavam distintos no meio social em que atuavam.

De forma semelhante, Antônio Carlos se tornaria objeto de produção da preservação da memória familiar. Essa preocupação já é aparente durante sua atuação política, perceptível no compromisso de produção de uma biografia que o identificava como o “Andrada da República”, como apontado por Joaquim Tomaz (TOMAZ *apud* ANDRADA, 1946), mas também na prática de publicação de seus discursos durante a campanha da Aliança Liberal e na intensa divulgação de seus atos como governante.

Contudo, caberia às gerações seguintes o trabalho ordenado de garantir a permanência de suas ações no campo da memória familiar e ampliá-la para o alcance social. Estes objetivos podem ser identificados nos trabalhos de Fábio de Andrada (1946), Margarida Mega (1980) e Bonifácio de Andrada (1986). Em momentos distintos, encontramos o filho, a neta e o sobrinho de Antônio Carlos empenhados na construção de uma imagem pública do político ou no resgate de sua trajetória, a partir de uma leitura que restabeleça a ele uma condição de centralidade nos processos políticos em que se envolvera.

Este trabalho se constitui, portanto, na busca pelo resgate da memória e pela ampliação de seu alcance para além do círculo restrito à família. Este processo se converte no uso da memória como base para a escrita da História, perceptível nos objetivos apontados por Margarida Mega e Bonifácio de Andrada na construção das justificativas de seus textos.

Sobre o conceito de memória, Jacques Le Goff afirma que tal ideia nos remete, em primeiro lugar, a um fenômeno individual e psicológico, que possibilitaria ao homem a atualização de impressões ou informações passadas (LE GOFF, 1990). Relacionando essa afirmação com os debates referentes à psicologia individual, Jô Gondar (2008) afirma que teríamos aqui uma memória caracterizada como experiência interior e subjetiva. A essa memória, restrita ao indivíduo, faltaria a dimensão visível e tangível da memória social, que seria o documento. É o documento que garante que a memória individual possa ser compartilhada, enquanto, por outro lado, como fenômeno singular, ela só seria passível de transmissão através da palavra.

Já para Pierre Nora (1993), a memória relaciona-se aos vestígios preservados do passado que se encontram nos “lugares de memória”. O processo de registro é uma das vias de preservação e transmissão da memória individual que torna possível sua transformação em memória social. Mesmo sendo um indivíduo o produtor da memória, esta se relaciona com o grupo ao qual ele se vincula. Segundo Pierre Nora (1993), a memória emerge de um grupo que ela une, havendo tantas memórias quantos grupos existirem, enquanto a história pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação ao universal. Mas, com a crise das sociedades-memória, das quais ela faz parte na vivência direta do presente, cada vez mais a memória é tomada como história (NORA, 1993). Quanto menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através dela.

Devido a essa necessidade de referências tangíveis, por não ser mais algo vivido, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Contudo, na perspectiva historiográfica, a memória se torna objeto de uma história possível (NORA, 1993), uma interpretação do passado dentro de uma infinidade de testemunhos. O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história (NORA, 1993), relacionando os indivíduos que a produzem com os grupos sociais aos quais estão ligados. A memória passa então por uma metamorfose histórica e por uma conversão à psicologia individual.

Ocorre, assim, um deslocamento decisivo da memória do histórico ao psicológico, do social ao individual (NORA, 1993). Inaugura-se um novo regime de memória, a partir de agora privada. A psicologização da memória levou a uma economia singularmente nova do eu, dos mecanismos da memória e da relação com o passado, sendo agora identificada com o indivíduo, com a ação privada, com os aspectos subjetivos. Quanto menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem a necessidade de homens que tomem para si a responsabilidade de conservá-la. Contudo, essas memórias individuais são usadas para fomentar as memórias dos grupos aos quais estes indivíduos encontram-se ligados.

A este processo está ligada a prática memorialística da família Andrada, identificada na escrita dos textos sobre seus agentes políticos. Ponto comum entre os textos é a aparente luta contra o desaparecimento das referências, o deslocamento dos

personagens no tempo, determinando a perda de sentido de suas experiências para as gerações seguintes. As experiências precisam ser ressignificadas por já não terem sentido por si mesmas neste outro tempo, no momento de ação das gerações seguintes, herdeiras da tradição transmitida por essa memória. A escrita dos textos em questão é uma forma de restabelecer estes sentidos.

Retomar a experiência de Martim Francisco ou dos acontecimentos ligados à fazenda Borda do Campo seria uma forma de manter viva uma memória que se perdia com a passagem do tempo e deixava de atribuir sentido para os agentes do presente. A retomada da memória é uma forma de mantê-la viva, mas não apenas para a própria família. Há um movimento de romper os limites do próprio grupo. Transformar tal memória particular, familiar, ligada ao grupo, em expressão de valores coletivos. As ações são ressignificadas no apontamento da relação entre os indivíduos e as mudanças sociais que eles produziram em suas épocas.

Para isso, é preciso estabelecer a relação entre o passado, o momento da experiência do agente político, e o presente, quando tal experiência é retomada por meio da escrita. Jô Gondar destaca que a construção dessa noção de memória ocorre sob a perspectiva da degradação (GONDAR, 2005, p. 21). A memória só existe na condição de estabelecimento do distanciamento entre o passado que ela evoca e a vida vivida no presente. Por isso é preciso ressaltar a importância social dessas experiências e os motivos que a tornam exemplar para pensar as novas demandas coletivas. É pensando nas distinções entre a conceituação de memória coletiva e memória social, que Jô Gondar aponta que a intencionalidade na montagem dos documentos e lembranças é elemento importante no fomento da memória social.

Há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar. Há nessa escolha uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir. Tanto quanto o ato de recordar, nossa perspectiva conceitual põe em jogo um futuro, ela desenha um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente (GONDAR, 2005, p. 17).

As questões que definem a memória social - e a distinguem daquela definição de memória coletiva - são sob quais circunstâncias e a partir de quais vontades os rastros do passado puderam chegar até o presente. Estas circunstâncias e vontades apontam os motivos que permitem que estes rastros sejam encontrados em um arquivo ou nas práticas e discursos de um grupo; além disso, são também o que nos leva a escolhê-los e a dar a eles o estatuto de documento para o trabalho histórico. A memória social tem, portanto, um elemento de intencionalidade na produção e preservação dos rastros do passado para o devir que não é encontrado na definição de memória coletiva. Não se relaciona a uma verdade escondida, mas a uma vontade a partir da qual nós a conservamos, escolhemos e interrogamos.

Essa produção de memória encontra-se ligada aos indivíduos que compõem este grupo específico e que, separados em diferentes gerações, buscam a construção de um arcabouço que mantenha vivas as ações de seus pares. Por um lado, essa memória serve para estabelecer o sentido das trajetórias de seus ancestrais e o de suas próprias trajetórias, estabelecendo uma relação de continuidade, tradição, herança nas ações políticas separadas entre essas gerações. Por outro lado, a memória familiar não serve apenas ao próprio grupo. Busca informar a construção de uma memória mais ampla, que abranja um espaço maior que o próprio grupo. Isso pode ser percebido na preocupação em transformá-la em expressão das mudanças sociais, simbolizada nas ações dos políticos da família, transformada em informação para a produção histórica.

Este é o elemento que orienta a produção da memória sobre a atuação política de Antônio Carlos. Ela está ligada, além da família, aos grupos que contribuem para sua construção, como parte da elite política mineira, e os que são apontados como beneficiários de tais ações – presente na constante referência à ideia de “povo mineiro”. Contudo, se identificar o grupo é necessário para pensar que tipo de memória ele produziu e como a memória do indivíduo encontra-se presente nessa produção e contribui para tal, essa análise só é possível a partir do momento em que tal memória é socializada. Essa transformação da memória privada em memória social passa pela preocupação da família Andrada com a construção de narrativas sobre os eventos nos quais seus membros se envolveram. Isso está ligado à preservação dos documentos e também dos discursos do grupo como forma de manter viva a relação entre passado e presente.

Há nessa preocupação com a preservação dos rastros do passado um elemento ligado às possibilidades de transformação ou influência sobre o presente, como algo que se busca manter vivo. Contudo, mais do que manter viva a memória sobre algo que já não existe como vivência – como a trajetória de Antônio Carlos, em particular -, essa memória familiar busca tornar-se um elemento de ação eficaz no presente, influenciando sobre ele, apontando os caracteres que permanecem inalterados neste passar do tempo e são expostos na ideia de tradição política, de caráter genético, de ligação com o interesse público característicos de seus agentes políticos.

A preservação dos rastros, selecionados cuidadosamente e socializados com o mesmo cuidado seletivo, aponta para os elementos de construção de uma memória social que não se identifica unicamente com o grupo que a produziu nem é percebido como algo que se encontra descolado do presente. Essa memória socializada aponta para as permanências e as mudanças entre passado e presente, buscando justificar aquilo que caracteriza o próprio presente e as projeções de futuro que se apresentam neste momento. As mudanças nos posicionamentos políticos são então identificadas como capacidade de se adequar às novas imposições. Dessa forma, buscam estabelecer a identificação das experiências particulares dos membros deste grupo - que produziu estes rastros que nos chegaram do passado – com os agentes que atuam no presente, no momento de retomada dessa memória.

Se a produção de memória sobre os membros da família Andrada, que atuaram politicamente no século XIX, está ligada a essa noção de memória social, que busca inserir em um quadro mais geral a perspectiva memorialística de um grupo específico, o que se produziu sobre Antônio Carlos está ligado a uma prática que aqui chamamos de “políticas da memória”, como apontado por Márcio Seligmann-Silva (2008). As políticas da memória surgem da necessidade de dar voz, por meio de narrativas testemunhais, a personagens que se encontram na condição de perseguidos ou derrotados, como ocorre com um número considerável de opositores e mesmo de participantes da Revolução de 1930. Entendemos que este seja o fio condutor da produção memorialística sobre Antônio Carlos a partir da década de 1940, sendo reforçado a partir de 1980.

Márcio Seligmann-Silva utiliza o conceito aplicando-o à análise da construção de testemunhos de sobreviventes de catástrofes. O trauma sofrido por estes

indivíduos acaba por impor inúmeros obstáculos à construção dessas narrativas, seja pela impossibilidade de encontrar interlocutores capazes de compreender experiências tão traumáticas ou pela captura das narrativas por políticas implementadas pelo Estado. A abordagem que propomos sobre a construção da memória pela família Andrada não se relaciona com a ideia de trauma, como trabalhado por Seligmann-Silva, mas consideramos importante a utilização do conceito neste contexto distinto, considerando que a memória familiar tem como objetivo se contrapor aos elementos característicos das narrativas que se tornaram predominantes sobre a Revolução de 1930, e que estavam centradas na imagem pública de Getúlio Vargas ao mesmo tempo em que soterravam as ações de outros agentes deste processo. No que se refere a Antônio Carlos, o projeto familiar busca a construção da imagem pública deste agente político como vencedor e líder do processo revolucionário de 1930, agente central nas transformações políticas de sua época e administrador moderno.

Esta memória familiar seria o contraponto ao que se consagrou na memória social pelo predomínio das narrativas centradas na figura de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937 – 1945), que atribuíram a Antônio Carlos uma condição de ausência, esquecimento, derrota ou ostracismo político. A memória familiar busca construir a imagem de Antônio Carlos como um vencedor no processo político, mas derrotado pela memória varguista. É este fato que torna necessária a produção de uma memória que valorize a experiência de Antônio Carlos e aponte a manutenção da tradição política dos Andradas na vida pública brasileira.

A memória se constitui assim como uma forma de ação sobre o presente. É o passado como instrumento para a transformação de outro tempo. Neste sentido, Pierre Nora (1993) aponta que não há memória espontânea, mas sempre uma criação a partir da definição do que se deve preservar. Temos o exemplo claro dessa assertiva na construção memorialística organizada pela família Andrada. Nessa construção, encontramos as justificativas para a produção de narrativas sobre seus membros políticos a partir de duas orientações básicas: a primeira aponta as narrativas memorialísticas como uma forma de impedir que as ações públicas de seus membros, tomadas como relevantes, sejam esquecidas; a segunda aponta a importância da produção como forma de fazer conhecido ao grande público, e às novas gerações, os atos políticos destes indivíduos. No trabalho realizado pela família Andrada, podemos confirmar a assertiva de que a memória não é uma construção espontânea, mas algo que

se forma em função dos embates políticos, sociais, culturais no presente e em função de sua permanência no futuro.

O projeto de memória familiar se caracteriza, portanto, pelo objetivo de transformar uma experiência significativa para a família, do ponto de vista de sua manutenção no cenário político, em uma experiência com relevância social e importância fundamental para a História de Minas Gerais e do país. Contudo, a escrita produzida pela família não se mostrou suficiente para atingir tais objetivos. Seria preciso recorrer à escrita acadêmica, institucionalizada, para estabelecer as bases do reconhecimento social dessas narrativas. Foi por meio dos textos biográficos que este projeto se consolidou. É nele que se evidencia o objetivo de escrita da História da família para que se assegurasse o reconhecimento de sua atuação política. A escrita biográfica também serve para a reparação do que a família identifica como uma injustiça na atribuição da visibilidade da atuação de um de seus membros, em particular: o texto biográfico serve como resgate da experiência política de Antônio Carlos.

CAPÍTULO III

O PROJETO BIOGRÁFICO DE ANTÔNIO CARLOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DOS ANDRADAS

3.1. A FAMÍLIA ANDRADA E AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE SEU PROJETO DE MEMÓRIA

Após a análise das estratégias, empreendidas pela família Andrada, para a produção memorialística acerca das ações de seus agentes políticos, recorreremos à avaliação da produção biográfica patrocinada por este grupo. Essa produção acompanha as mudanças que caracterizaram a escrita biográfica a partir de década de 1980, no Brasil. A obra a qual recorreremos é o livro *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República*; o arquiteto da Revolução de 30 (1998), de Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria. Aqui buscamos estabelecer a relação entre o projeto familiar de memória e a necessidade de consolidação de uma narrativa sobre Antônio Carlos a partir de uma linguagem acadêmica, no que chamamos de via institucional da produção da memória. Mais que um projeto identificado individualmente com um membro da família, essa nova iniciativa se concretiza por meio de duas instituições acadêmicas: a Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), instituição privada de Ensino Superior, mantida pela família Andrada; e o Centro de Estudos Mineiros (CEM), órgão vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e cujos principais atributos são a preservação documental e o desenvolvimento de pesquisas sobre a história política de Minas Gerais.

Primeiramente, é fundamental que retornemos a um dos aspectos do projeto de memória político familiar dos Andradas, já identificados na produção histórica e biográfica analisados anteriormente, e a forma como este projeto alcança espaços públicos e se vincula a um processo de institucionalização da iniciativa particular de memória. Exemplo já analisado é a narrativa sobre a fazenda Borda do Campo,

atualmente no município de Antônio Carlos¹, em Minas Gerais. Formada ainda no período colonial, durante o processo de expansão da exploração do ouro, a fazenda foi propriedade de diferentes famílias pertencentes à elite política e econômica de Minas Gerais. Contudo, a força política da família Andrada pode ser percebida na atribuição do nome da cidade onde a fazenda se localiza. Originalmente, pertencente ao município de Barbacena, deu-se em 1948 a elevação do território à condição de município²:

O povoado, em volta da estação ferroviária do Sítio fazia parte do distrito de Bias Fortes, município de Barbacena. Em 10 de outubro de 1910 a capela do Sítio foi elevada a curato, desmembrada da Matriz de Barbacena. Em 17 de dezembro de 1938 o distrito de Bias Fortes recebeu o nome do povoado que lhe pertencia, passando a chamar-se Sítio. Em 30 de abril de 1941 por provisão foi criado a freguesia. (...) Em 27 de dezembro de 1948 é elevado a categoria de município, com a denominação de Antônio Carlos (filho ilustre da cidade), desmembrado de Barbacena. É formado por três povoados: Curral Novo, Campolide e Sá Fortes³.

A força política da família Andrada pode ser percebida na adoção do nome do ex-presidente para identificar o novo município. Destaca-se a referência à família Bias Fortes (LADEIRA, 2009), na mesma região, como elemento que aponta as disputas políticas características daquele momento. Adversária política dos Andradas durante a década de 1940, os Bias Fortes apresentam significativa influência na região desde o período colonial e passaram a disputar as posições de mando com os Andradas no período republicano.

¹ Há também, em Santa Catarina, um município denominado Antônio Carlos, em homenagem ao presidente mineiro. No site oficial da Prefeitura, é possível encontrar a referência: “O município de Antônio Carlos foi criado em 6 de novembro de 1963, desmembrado de Biguaçu. Seu nome foi uma homenagem ao estadista brasileiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, político mineiro com grande atuação na Revolução de 1930”. Disponível em: <<https://www.antoniocarlos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/43174>>. Acessado em: 30 de jan de 2019.

² A Lei Estadual n.º 336, de 27-12-1948, desmembra do município de Barbacena o distrito de Sítio, elevado à categoria de município com a denominação de Antônio Carlos. Ainda pela mesma Lei é criado o distrito de Paiva, com terras desmembradas do distrito de Oliveira Forte, e anexado ao município de Barbacena. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/historico>>. Acessado em 21 de jan de 2019.

³ Disponível em: <<https://municipioantoniocarlos.mg.gov.br/2018/a-cidade/>>. Acessado em: 21 de jan de 2019.

Essa homenagem também é encontrada na cidade de Andradas, também em Minas Gerais. As informações sobre a origem da cidade e do nome atual é encontrada no seguinte trecho:

Em 1892, tomou posse a primeira Câmara Municipal. Em 1918, instalou-se o Termo Judiciário de Caracol. E, em 1925, a vila foi elevada à categoria de cidade. Por iniciativa do presidente da Câmara Municipal, Orestes Gomes de Carvalho, em 1928, o nome da cidade mudou: Caracol passou a se chamar Andradas, em homenagem ao então governador de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada⁴.

Contudo, também é perceptível o processo de resistência imposta por moradores da cidade em relação à homenagem prestada ao agente político, perceptível no texto que segue:

A mudança não agradou a muitos moradores da cidade. Fiel a uma tradição de combatividade e de polêmica, inaugurada em 1911 por "O Caracolense", seguido por "A Gazeta de Caracol" e "A Defesa", o jornal "O Popular", em sua edição de 22 de maio de 1932, dizia: "Caracol ou Andradas? Eu penso que nem Caracol e nem Andradas, São Sebastião do Jaguary é que é. Caracol foi ruim, Andradas pessimamente péssima. Convém que trabalhemos para São Sebastião do Jaguary, nome antigo, que depois de Samambaia, foi a segunda denominação que tivemos"⁵.

O uso dos nomes de membros da família Andrada para o batismo de espaços públicos tornou-se uma questão de disputas na década de 1950. Em 23 de junho de 1958, José Bonifácio Lafayette de Andrada protestava na Câmara dos Deputados contra a ação do governo estadual de revogar a homenagem feita a seu tio, Antônio Carlos:

Sr. Presidente, o ato mesquinho do Governador de Minas Gerais, mudando o nome da cidade de Antônio Carlos para Sítio e o da cidade

⁴ Disponível em: <<http://www.andradas.mg.gov.br/historia>>. Acessado em: 05 de out de 2018.

⁵ Disponível em: <<http://www.andradas.mg.gov.br/historia>>. Acessado em: 05 de out de 2018.

de Conselheiro Lafaiete para Queluz, merece alguns reparos, porque envolve, sem dúvida, a curiosidade do povo brasileiro. Quando Governador de Minas Gerais o Sr. Benedito Valadares, mandou mensagem à Assembleia legislativa do Estado, solicitando que a antiga cidade onde havia nascido o Conselheiro Lafayette – Queluz de Minas – se desse o nome desse grande jurista brasileiro.

O deputado Milton Campos, quando dirigia o grande Estado central, atendendo aos inestimáveis serviços eu ao distrito do Sítio, pertencente a Barbacena, havia prestado o Presidente Antônio Carlos, que ali nascera, denominara Antônio Carlos ao antigo distrito barbacenense. Agora, vem a nova revisão administrativa e judiciária de Minas. Uma comissão, com a alcunha ou – como quiserem – a sigla CEDAGEM, órgão do Executivo, resolveu fazer com que esses nomes desaparecessem do mapa de Minas e que a essas cidades voltassem novamente os antigos nomes de Queluz e Sítio.

Não sei se isso obedeceu a algum critério de ordem tradicional ou de ordem histórica, ou se pretendeu atender ao passado mineiro.

(...)

A fim de que o enigma seja decifrado, quero informar ao povo brasileiro que o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira era pai de minha mãe e, portanto, meu avô, e Antônio Carlos era irmão de meu pai e, portanto, meu tio. Esta é, talvez, sr. presidente, a chave da charada (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 153-154).

A reclamação de Zezinho Bonifácio quanto ao batismo da cidade não era um ato preso ao passado, mas atribuía sentido às disputas políticas da atualidade. Não apenas a família Andrada buscava reafirmar sua força política por meio dessa ação. Isso pode ser percebido no fato de que o Governador que estabeleceu a retirada das homenagens a Antônio Carlos e Lafayette Rodrigues Pereira⁶ foi José Bias Fortes⁷, antigo adversário da família Andrada na cidade de Barbacena. As relações familiares e os elementos da tradição eram aspectos que atribuía sentidos ao presente como instrumentos que estabeleciam ligações com o passado.

Também foi neste sentido de atribuição de sentido ao presente que a fazenda Borda do Campo, o patrimônio familiar na cidade de Barbacena, foi tomada como lugar de memória por meio de sua transformação em espaço de preservação material das

⁶ Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917) foi um jurista, proprietário rural, advogado, jornalista, diplomata e político brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-bonifacio-lafayette-de-andrada>>. Acessado em: 05 de mai de 2019.

⁷ José Francisco Bias Fortes (1891-1971) foi deputado federal por Minas Gerais (1925-1926, 1930, 1935-1937, 1946-1950), deputado constituinte (1934, 1946), ministro da Justiça (1950-1951) e governador de Minas Gerais (1956-1961). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-francisco-bias-fortes>>. Acessado em: 05 de mai de 2019.

experiências que remetem a um passado que deve ser lembrado. Isso ocorre também com o Solar dos Andradas, prédio histórico no centro da cidade, transformado em museu. Tombado como patrimônio histórico pelo IPHAN, em 1988, o prédio é descrito da seguinte forma nos registros do Instituto:

Palco de reuniões históricas e decisões políticas importantes como a participação de Minas na Revolução de 30, o Solar dos Andrada é hoje um marco referencial na paisagem urbana de Barbacena. Situado no centro da cidade, é uma construção com características da primeira metade do século XIX. Consta que teria sido presente de casamento dos pais de Adelaide Lima Duarte ao genro, o paulista Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (IPHAN, 1988)⁸.

Um das funções do Solar dos Andradas, transformado em museu e centro de documentação, é a guarda dos documentos originais do Arquivo Permanente da Família Andrada, que reúne uma vasta documentação produzida e preservada por membros de diferentes gerações da família, entre os séculos XVIII e XX⁹.

É por meio da preservação do patrimônio e da manutenção de instituições de cunho cultural e educacional que a família preserva e atualiza sua própria memória política. Este processo se consolida com a criação das instituições de ensino mantidas pela família, sob o comando de Bonifácio de Andrada, também atuante na política como parlamentar e na produção historiográfica, como indicamos anteriormente. A primeira dessas instituições é a Fundação Universitária da Mantiqueira, criada em 1963 por um projeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo próprio Bonifácio de Andrada. Concebida como instituição sem fins lucrativos, passaria, em 1965, a ser denominada Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), com a instalação dos primeiros cursos superiores em Barbacena. As informações sobre a criação dos primeiros cursos e sua progressiva expansão apontam os objetivos

⁸ Informações registradas no livro de Belas Artes do IPHAN, sob a inscrição 592, e no livro Histórico, sob a inscrição 521, de 13 de junho de 1988. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1271>. Acessado em: 01 de nov de 2018.

⁹ Este material também se encontra sob a guarda do Centro de Estudos Mineiros, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais.

primordiais da instituição (UNIPAC, s.d)¹⁰. Sendo um órgão de colaboração com o poder público, são apontados como objetivos da UNIPAC e de sua mantenedora, a FUPAC:

- a) criar, instalar e manter, sem fins lucrativos conforme o disposto na Lei nº 3.038, de 19/12/1963, estabelecimentos de ensino ou cursos superiores de pesquisa e de formação profissional, nos termos da Legislação Federal que regula a matéria;
- b) criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e obras sociais filantrópicas ligadas ao ensino;
- c) promover medidas que, atendendo às reais condições e necessidades do meio permitam ajustar o ensino aos interesses e possibilidades dos estudantes;
- d) cuidar de atividades ligadas aos problemas do ensino em geral, desenvolvendo por todos os meios, intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras (UNIPAC, 2017, p. 02).

Destaca-se a preocupação em atender aos anseios da comunidade com a implantação, em 1966, de cursos voltados à formação de professores (Letras, Pedagogia e História), vinculados à Faculdade de Filosofia, e, em atendimento às necessidades das empresas da região, o curso de Ciências Contábeis, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (UNIPAC, s.d).

Tais preocupações revelam um conteúdo já presente nos discursos políticos da família Andrada em outras empreitadas, como a atuação na esfera administrativa e parlamentar. A orientação das ações visa atender a dois campos bem definidos nessas ações como bandeiras de lutas políticas: a educação e a produção econômica. Vale ressaltar a presença de um curso de História entre aqueles que se voltavam à formação de professores, destacando-se a preocupação da família com a produção da área e o reflexo de um processo de consolidação da disciplina na esfera acadêmica, o qual se iniciara na década de 1950.

A instituição passa por um longo processo de expansão. Em 1968, criam-se os cursos de Matemática e Direito, este último vinculado a uma nova faculdade, de Ciências Jurídicas e Sociais, e, em 1975, cria-se o curso de Administração de Empresas,

¹⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.unipac.br/site/inst/brevehis.php>>. Acessado em: 26 de abr de 2018.

ligado à Faculdade de Ciências Econômicas. Outra instituição, também ligada à família, a Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada, cria, em 1971, a Faculdade de Medicina. Entre as décadas de 1970 e 1990, a instituição se consolida como polo universitário no interior de Minas Gerais, ampliando sua atuação para cidades como Ubá (1970), Visconde do Rio Branco (1975), Leopoldina (1991), Ipatinga (1993) e Juiz de Fora (1996), Conselheiro Lafayette, Bom Despacho e Araguari (2001), Teófilo Otoni (2002), Uberlândia, Governador Valadares e Uberaba (2003), Betim (2005) e Contagem (2008). Tal processo de expansão resulta na transformação da FUPAC em Universidade, denominada Fundação Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC)¹¹, a partir de 1997, obtendo seu reconhecimento em 2005¹².

Soma-se à importância da UNIPAC/FUPAC, por sua inserção na esfera da educação superior em Minas Gerais, a construção da imagem da instituição como continuidade de um projeto político esboçado por Antônio Carlos e que tem como base a promoção da instrução popular. A vinculação da imagem de Antônio Carlos com o campo educacional é um elemento constante na construção de sua imagem pública por meio do projeto de memória familiar.

O problema da educação ocupou lugar central nos discursos de Antônio Carlos e em sua plataforma política, a partir da década de 1920. Acompanhando as ideias que caracterizaram os movimentos da Primeira República e que reivindicavam a construção de escolas, identificados por meio da ideia de *Entusiasmo pela Educação* (GHIRALDELLI, 2001), este debate tornou-se elemento central no governo do presidente de Minas Gerais (1926-1930). Este elemento também é encontrado na biografia *Presidente Antônio Carlos* (1998). Outra vinculação entre a obra biográfica e a instituição educacional é o fato de a primeira ter sido produzida sob encomenda da UNIPAC. Já no primeiro parágrafo da obra, o leitor recebe a seguinte informação:

O presente volume, de que são responsáveis a Universidade Presidente Antônio Carlos e a Editora Nova Fronteira, corresponde a uma expectativa antiga dos mineiros, que sempre desejaram a biografia antiga do velho líder Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, descendente

¹¹ Portaria do MEC nº 366, de 12 de março de 1997.

¹² Decreto s/n de 17 de outubro de 2005, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de outubro de 2005.

direto do Patriarca da Independência Nacional. A prestigiosa editora compreendeu o desejo da cultura de Minas. Mas a Universidade se inclinou a uma exigência inadiável que a sua existência de cinco meses, como instituição universitária, não poderia faltar, pois que ela é resultante das marcas históricas e educacionais que o ex-presidente de Minas deixou nos anais da educação montanhosa (PEREIRA e FARIA, 1998, p. XI).

O fato de a biografia de Antônio Carlos ter sido produzida por autoras ligadas ao Centro de Estudos Mineiros ganha relevo ao percebermos a presença desse elemento também na produção do texto sobre Zezinho Bonifácio¹³. Neste sentido, as duas obras apontam não apenas para o objetivo da proteção do legado político familiar, característico de outras produções biográficas de políticos brasileiros, como ressaltado por Steffens (2008, p. 304) na análise das obras biográficas sobre Getúlio, produzidas pela família Vargas, mas também aponta para a relevância dos elementos em comum entre os textos dos dois membros da família Andrada e que reafirmam a perenidade das ações políticas que seriam típicas de uma tradição familiar. Contudo, a relevância dessas relações é ressaltada pelo caráter institucional conferido ao texto, por sua relação com o Centro de Estudos Mineiros, apesar da clara relação da família com a produção, expressa no fato de a obra ter sido encomendada pela instituição mantenedora da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), pertencente aos Andradas.

A encomenda das obras biográficas partiu da instituição mantida pela família Andrada, a Universidade Presidente Antônio Carlos (UPAC) que, além da clara referência à família expressa no nome, também apresenta no texto produzido outros elementos significativos da herança familiar e de tradição política. A obra sobre Antônio Carlos é apresentada como um antigo “desejo dos mineiros” de conhecer a trajetória do líder político. A ausência de referências temporais e do lugar onde este desejo estaria expresso o torna algo que paira acima da ideia de temporalidade. A um só tempo reafirma a importância da obra, ao estabelecer a relação entre o biografado e seu lugar de atuação política, e estabelece um reconhecimento histórico do agente político que não fica preso a um tempo específico. O sentido das ações políticas do Andrada e sua presença na memória histórica não se encontram de forma tão marcante quanto

¹³ José Bonifácio Lafayette de Andrada foi Deputado Federal, tendo exercido o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados na década de 1970, após tornar-se a presença mais marcante da família Andrada na política a partir da década de 1940, como um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em 1943.

sugere essa passagem. E isso é atestado pelas próprias autoras da biografia ao realçarem a característica do texto como resgate da memória, como veremos adiante.

Nesse trecho, a justificativa da obra como desejo dos mineiros encontra explicação na referência à tradição presente na origem familiar de Antônio Carlos, como descendente do Patriarca da Independência. Assim, já é identificado o fio condutor da obra: a relação de permanência da tradição Andradina externada nas ações políticas dos membros da família. Essa relação temporal entre passado e presente está expressa na manutenção de práticas que atestam as contribuições da família em diversos âmbitos da vida social, aqui especialmente identificados com o campo da Educação. A “breve existência da Universidade”, fundada apenas cinco meses antes da publicação da obra, ganha um novo significado com a referência à sua existência como herança das ações de Antônio Carlos no campo educacional mineiro.

Essa Universidade, criada pela ação eficiente do professor e deputado Bonifácio de Andrada, sobrinho-neto de Antônio Carlos, realiza uma programação educacional inspirada nas ideias do notável líder, inclusive quando se promove, ao lado da pesquisa e da pós-graduação, um plano de combate ao analfabetismo a que ele se referia como educação popular (PEREIRA e FARIA, 1998, p. XI).

O novo e o presente são uma continuidade do antigo. É a tradição que se mantém sob uma nova roupagem. Estes elementos também estão presentes no destaque para as ações do herdeiro político que mantém viva a tradição familiar. O papel de Bonifácio Tann de Andrada no processo de encomenda e de produção da obra e na condução do programa educacional da Universidade encontra-se ligado não apenas à preservação da memória de Antônio Carlos, mas também à efetivação de projetos políticos que ele propusera mais de seis décadas antes.

Estes dados sobre a atuação política dos integrantes da família Andrada nos direcionam para a reflexão sobre o lugar político ocupado pela família após a morte de Antônio Carlos e como se dá a manutenção da relevância da família no imaginário político de Minas Gerais e também em âmbito nacional. Como estes agentes políticos que sucederam Antônio Carlos estabelecem uma relação com a memória do ex-

presidente de Minas, com o objetivo de realimentar a ideia de tradição sobre a qual a atuação política dos Andradas encontra-se baseada desde o Império. São essas relações entre o presente e o passado que nos conduzem à análise das ideias que orientam a produção da biografia, como o conceito de tradição, a noção de verdade, a análise da História como possibilidade de justificação das ações políticas e os elementos que definem a imagem pública de Antônio Carlos, presentes na narrativa biográfica.

Estes elementos estabelecem a ligação entre o conteúdo histórico que se buscava preservar ou revitalizar, como o compromisso do biografado e de seus herdeiros políticos, com o desenvolvimento da sociedade por meio da Educação. As vinculações entre as autoras contratadas para a produção da biografia com outra instituição educacional, a Universidade Federal de Minas Gerais, também é fator importante que remete à memória familiar e à herança política de Antônio Carlos, que se busca consolidar por meio da própria narrativa biográfica.

3.1.1. A criação da Universidade de Minas Gerais

O início do processo efetivo de formação da Universidade de Minas Gerais acontece com a criação da Faculdade de Direito em Ouro Preto, como atendimento a um anseio muito presente entre aqueles que promoveram a instalação da República e a apoiaram no estado de Minas Gerais. Dentre os argumentos utilizados para justificar tais anseios destacavam-se o da conquista da emancipação intelectual e o do progresso da região (DIAS, 1997). A longa gestação de um projeto de Universidade em Minas Gerais atendia a uma ideia de liderança cultural da região no cenário colonial e imperial que permaneceria e seria reforçado na República. Quaisquer alterações no projeto seriam promovidas também pela transformação de seu grupo dominante, tanto política quanto economicamente. Ainda que mantendo aspectos de um grupo exclusivista, como característica da oligarquia tradicional que dominava a política central do estado, as camadas intelectuais apontam uma maior abertura para novas ideias e mesmo para o ingresso de membros que não pertenciam a essa camada política. Como resultante dessa nova dinâmica no campo intelectual, Dias destaca ser mais apropriada a utilização do

termo elite do que oligarquia (DIAS, 1997), para identificar o grupo que se consolida durante a década de 1920 e que levaria a termo o projeto de criação da Universidade.

A origem da Universidade remonta à fundação de faculdades independentes. A primeira foi a de Direito, criada em 1892 em Ouro Preto, quando a cidade era a capital do estado. Com a fundação da cidade de Belo Horizonte, que assume o posto de capital, em 1897, a faculdade seria transferida para o novo centro administrativo mineiro, em 1898. Soma-se a esse entusiasmo pela emancipação e progresso o ambiente urbano e os ares de modernidade que caracterizavam a nova capital do estado. Como destaca Fernando Correa Dias (1997), encaminharam-se para a cidade não apenas o centro político e administrativo, mas também os grupos intelectuais, profissionais liberais e professores que formaram a elite intelectual da nova cidade. Na nova capital, seriam fundados outros centros de ensino superior, atendendo às demandas dos grupos mais ricos. Seguiram-se a fundação dos cursos de Odontologia em 1907, Engenharia, Farmácia e Medicina em 1911, e do Conservatório Mineiro de Música, em 1925.

Segundo Fernando Correia Dias (1997), mais do que a contraposição entre velho e novo, antigo e moderno na constituição da nova capital e das ideias que permeavam sua elite intelectual, houve, em Belo Horizonte, uma reordenação na relação entre passado e presente por meio da valorização da tradição. Elemento característico do próprio movimento republicano em Minas Gerais e que se transfere também para a formação dos novos grupos sociais na República, como a elite intelectual, e para seu projeto mais ousado, a criação da Universidade. Tal relação temporal se baseia na valorização de uma tradição política e cultural relacionada ao período colonial, com destaque para o movimento da Inconfidência, como símbolo de liberdade e justiça, os elementos característicos da própria identidade mineira.

O projeto de consolidação da nova instituição se baseou na reunião das faculdades autônomas, que recebiam o apoio financeiro do Estado, mas eram, na prática, instituições particulares, em uma nova instituição, com o *status* de universidade. Tal projeto foi primeiramente encampado por Fernando de Melo Viana, presidente do estado de Minas Gerais entre 1924 e 1926. Contudo, sua concretização só ocorreu no governo seguinte, comandado por Antônio Carlos. A reunião das faculdades de Direito,

Medicina, Farmácia, Odontologia e Engenharia foi efetivada em sete de setembro de 1927, dando origem à Universidade de Minas Gerais (UMG).

A criação da Universidade de Minas Gerais no governo de Antônio Carlos (CANDIÁ, 2006) tornou-se o símbolo e um dos pontos fundamentais do programa político do então presidente do estado, e se constitui como um de seus grandes legados, na construção de sua memória política. Na década de 1920, consolidado o papel da nova capital de reordenar as diferentes regiões de Minas sob uma orientação centralizada dos aspectos políticos e econômicos pelo governo estadual, consolidam-se também as condições para a efetivação do projeto de criação de uma Universidade. Dias destaca três aspectos que tornaram possível essa ação naquele momento (DIAS, 1997). O primeiro é a relação de proximidade entre as atividades intelectuais e políticas, com muitos dos membros da elite atuando tanto no campo de produção de bens culturais quanto nos postos de decisão. A isto se soma a centralização de ações políticas e também culturais em Belo Horizonte, como já indicado acima, consolidando a capital como símbolo da própria cultura mineira e apontando o diálogo entre a longa tradição da *mineiridade* e as novas condições dos tempos modernos. Por fim, as características do pensamento social então vigente são influenciadas pelas perspectivas de progresso intelectual e material, com forte vinculação aos projetos educacionais e à valorização cultural como meios para se transformar a própria sociedade. O projeto coletivo consolidado sob o governo Andrada ressaltou a importância da educação como instrumento político e a Universidade tornou-se também objeto de propaganda das ações do então presidente.

Assim como apontamos anteriormente¹⁴, Dias também destaca que, de forma geral, a memória sobre as ações de Antônio Carlos à frente do Governo de Minas Gerais e, em especial, quanto à criação da Universidade, foi construída de forma benevolente pelos memorialistas (DIAS, 1997). Isso em muito se deve à forte ação do governo à época para a aproximação com os membros mais jovens da elite intelectual em formação, tanto no que diz respeito à ocupação de cargos e funções públicas, quanto na consolidação de uma imprensa oficiosa, que atuava em prol dos interesses do governo dentro do estado e também em outras regiões do país.

¹⁴ Fazemos referência ao debate sobre a presença de Antônio Carlos na construção da memória mineira sobre a Revolução de 1930, como consta no Primeiro Capítulo deste trabalho.

É inegável a importância da criação da UMG para o projeto político de Antônio Carlos. Isso se deve ao grande destaque que o político estabelece para o campo da Educação, apresentando-o como prioridade de seu projeto de governo. Há uma preocupação clara com o que é chamado de “instrução pública” ou educação popular. Neste caso, com ações mais ligadas à formação inicial, alfabetização, criação de escolas – ainda escassas, sobretudo nas regiões do interior do Estado. Em certa medida, suas ações acompanham as ideias identificadas como o “entusiasmo pela Educação” (GHIRARDELI, 1997, p. 20), cujo objetivo fundamental durante a Primeira República era a expansão da rede escolar, com a criação de novos estabelecimentos que atendessem, sobretudo, às regiões mais afastadas dos centros urbanos.

No campo da memória, sobretudo daquela encampada pela família Andrada, o projeto educacional tornou-se a principal marca política de Antônio Carlos. Ele não se encontra descolado de outras marcas importantes que constituem sua imagem pública, como a defesa do Liberalismo, a instituição do voto secreto, o conhecimento jurídico e financeiro, a liderança da Aliança Liberal e da Revolução de 1930. Sob alguns aspectos, o projeto educativo reúne os elementos fundamentais de todas essas ideias, como os ideais de liberdade, racionalidade e autonomia, sobretudo do ponto de vista econômico.

Como presidente do Estado, Antônio Carlos foi o responsável pelas ações políticas que orientaram os primeiros anos da instituição. Foi dele a responsabilidade pela nomeação do primeiro Reitor, Francisco Mendes Pimentel. Importante agente na consolidação da instituição, Pimentel marcou sua trajetória como reitor pelo posicionamento em prol da garantia da autonomia da Universidade perante os Governos estadual e federal¹⁵. Tal garantia legal de autonomia universitária dada à UMG ainda durante o Governo Washington Luís, afiançava à instituição a possibilidade de desenvolvimento de suas atividades sem a interferência direta dos poderes políticos. A consolidação desse processo de autonomia universitária se daria com a federalização da instituição, em 1949, deixando definitivamente seu *status* de instituição privada com subvenção pública para se tornar efetivamente uma instituição de caráter público. Sua

¹⁵ Luciana Pinheiro destaca seu posicionamento contrário ao decreto do Governo Federal de novembro de 1930, que determinava a aprovação automática dos alunos dos cursos superiores da instituição sem a necessidade de realização das provas finais, bastando a presença mínima comprovada a 50% das aulas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIMENTEL,%20Francisco%20Mendes.pdf>>. Acessado em: 22 de jul de 2018.

identificação formal como autarquia se daria com a alteração do nome para Universidade Federal de Minas Gerais, em 1965.

Apesar das profundas mudanças desde o surgimento das faculdades independentes, passando pela formação da Universidade e se consolidando com o processo de federalização e de autonomia, a família Andrada sempre manteve relações estreitas com a instituição. Tal relação se constituiu tanto do ponto de vista acadêmico, por meio da participação ativa de membros da família em suas instâncias, quanto com ações políticas em prol da instituição. Essa presença e participação podem ser identificadas, sobretudo a partir da década de 1950, na relação com o *Centro de Estudos Mineiros*, órgão responsável pelo estudo das ações das elites políticas e das transformações econômicas de Minas Gerais.

3.1.2. O Centro de Estudos Mineiros e a escrita da história das elites em Minas Gerais

O Centro de Estudos Mineiros foi criado em 1955 como um programa de extensão para integrar-se à “realidade regional” (V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1982). Inicialmente, esteve subordinado diretamente à Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, mas passou a se vincular à Faculdade de Ciência Humanas, a partir da Reforma Universitária de 1968. A trajetória da produção histórica vinculada ao CEM pode ser analisada a partir dos debates presentes na principal atividade de divulgação promovida por seus membros entre as décadas de 1950 e 1970: o *Seminário de Estudos Mineiros*.

Já em 1956, foram organizados dois seminários com apresentação de trabalhos de cunho histórico sobre Minas Gerais. O reconhecimento da importância das ações do CEM pode ser percebida na organização do *I Seminário de Estudos*

*Mineiros*¹⁶. O evento contou com a participação ativa do Reitor da Universidade à época, Dr. Lincoln Prates, que destacava a importância do evento da seguinte forma:

Se, pois, todos nós, professores universitários, nos congregássemos em torno dessa tarefa de nos conhecermos, estudando cada uma das Universidades Brasileiras o meio em que atua e trabalha, não seria pequeno o contingente que, pelo estudo do nosso passado, dos nossos homens, de nossa gente, dos nossos problemas, nossas riquezas e necessidades, traríamos ao estímulo de nossas energias e à fé em nosso futuro, sejam quais forem as dificuldades que tenhamos de enfrentar e vencer (I SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1957, p. 05).

A importância que se reconhece e se atribui ao estudo da História como possibilidade de autoconhecimento dos povos é o elemento fundamental que justifica a constituição do Centro de Estudos Mineiros. O reconhecimento do valor do trabalho que o CEM propõe realizar pode ser identificado não apenas nas palavras do Reitor da instituição, mas na posição administrativa que o órgão recebe já em sua fundação, com grande autonomia e vinculado diretamente à instância central de administração da Universidade.

O caminho adotado pelo CEM em seus anos iniciais pode ser identificado nos textos e autores presentes aos primeiros eventos promovidos pela instituição. Grande parte de suas atividades estava voltada à pesquisa sobre as artes produzidas na região de Minas Gerais desde o período colonial e à própria formação da cultura mineira. Estes elementos encontram-se presentes nos textos reunidos nos anais do I e do II *Seminário de Estudos Mineiros*¹⁷. No *I Seminário*, são apresentados textos que discutem o processo de formação da *mineiridade* – com análises relativas ao processo histórico de formação da região de Minas Gerais -, os elementos da cultura mineira – destacando-se a produção literária, a arte barroca e a arquitetura colonial-, os elementos econômicos – destacando-se o período dos séculos XVIII e XIX – e a análise acerca das instituições políticas e administrativas – também restrita ao período colonial.

¹⁶ O *I Seminário de Estudos Mineiros* foi realizado na UFMG, do dia 03 ao dia 12 de abril de 1956.

¹⁷ O *II Seminário de Estudos Mineiros* foi realizado na UFMG, entre os dias 22 e 27 de outubro de 1956.

Já no *II Seminário*, os temas políticos e econômicos são predominantes. Discute-se o papel da Escravidão em Minas Gerais, a organização dos partidos políticos, a formação da elite por meio da análise genealógica das famílias que ocupam as posições centrais de comando, as perspectivas atuais da economia mineira e o papel do estado no contexto nacional. Apenas uma das conferências apresenta uma temática mais cultural, propondo a discussão sobre a importância do folclore em Minas Gerais.

A realização e as propostas de abordagem incluídas no *IV Seminário*¹⁸ já apontavam uma mudança nos objetivos do próprio Centro de Estudos Mineiros. O primeiro ponto é o convite a personalidades consagradas no ambiente intelectual brasileiro para palestrarem no evento. Dentre os convidados, encontravam-se Antonio Candido de Melo e Souza, que falou sobre a *Autobiografia poética e ficcional na Literatura Mineira*, e Afonso Arinos de Melo Franco, que discutiu a *Continuidade e Atualidade Política de Minas*. Contudo, o maior destaque do evento é dedicado à palestra do então Governador do Estado, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, que falou sobre a condição de Minas como *Centro de Equilíbrio do Desenvolvimento Nacional*. Este momento já demarca uma mudança em relação aos primeiros eventos, com maior destaque para os aspectos políticos e econômicos em comparação com os debates culturais e, de forma marcante, uma aproximação com a esfera política estadual, o que é representado pela palestra do Governador do Estado.

Durante a década de 1970, o CEM passou por uma reorientação e ampliação de suas atividades, sobretudo durante a gestão de Norma de Góes Monteiro, quando se consolidou como centro de pesquisa e documentação de grande importância para a produção histórica sobre Minas Gerais. A partir daquela década, ocorreu um crescente incentivo às pesquisas sobre Minas Gerais em seus aspectos econômicos e políticos, sobretudo focados no período republicano, e a busca pela interação entre os trabalhos realizados no próprio estado com aqueles produzidos em outras regiões do país e no exterior (V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1982).

¹⁸ O *IV Seminário de Estudos Mineiros* foi realizado entre 08 e 12 de março de 1976. Não foram encontrados registros referentes à realização do *III Seminário de Estudos Mineiros*.

Na apresentação dos textos que compuseram o *V Seminário de Estudos Mineiros*¹⁹ (1977), Norma de Góes Monteiro apresentava os projetos e os respectivos coordenadores que compunham o programa de pesquisa destinado a “levantar importantes tópicos da história republicana em Minas”. Já na descrição dos projetos, destaca-se a preocupação com a realização de pesquisas de apoio, como a organização documental e com a produção de obras de referência, sob uma perspectiva de levantamento de possíveis fontes de pesquisa e organização de dados biográficos e estatísticos (*V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS*, 1982, p. 08).

Somada a esta preocupação, destaca-se também a busca pela integração dos trabalhos realizados dentro e fora do estado. O *V Seminário*, que teve como tema *A República Velha em Minas*, apresenta essa integração, com a presença de autores estrangeiros, como John Wirth e Peter Blasenhein. Estes autores discutem, durante o evento, a organização política mineira no período da República, seguindo o novo enfoque adotado pela instituição. Blasenhein segue uma perspectiva mais ligada aos elementos regionalistas sem, no entanto, se afastar da discussão política sobre o tema. Também estão presentes professores vinculados a universidades de outros estados brasileiros, como David Fleischer, da UnB, Arlinda Rocha Nogueira, da USP, e Francisco de Assis Barbosa, ligado à Casa de Rui Barbosa e à Academia Brasileira de Letras. Estes autores também se concentram nos temas políticos, como Fleischer ao discutir a formação da cúpula mineira no Congresso Nacional na Primeira República. Arlinda Nogueira aborda o tema da imigração, a partir de uma perspectiva econômica e Francisco de Assis Barbosa fala sobre os debates ocorridos em Minas Gerais acerca da Constituição de 1890. A UFMG é representada no evento pelos professores Francisco Iglesias, Vera Alice Cardoso Silva, Maria Auxiliadora Faria e Yone de Souza Grossi. Os autores abordam elementos da participação mineira na economia e política nacional e as ações da classe operária em Belo Horizonte.

No *VI Seminário*, realizado em 1980, mais uma vez é definida uma temática para os debates. A Revolução de 1930, que completava seu cinquentenário, foi o tema central das discussões. Permanecendo na coordenação dos trabalhos, Norma de Góes

¹⁹ V Seminário de Estudos Mineiros - A república velha em Minas, realizado entre 22 e 24 de agosto de 1977.

Monteiro destacava na Apresentação dos Anais o reconhecimento do evento pela comunidade acadêmica:

Os Seminários de Estudos Mineiros já se impuseram como uma das atividades importantes no calendário de extensão da UFMG. São promovidos pelo Centro de Estudos Mineiros, vinculados à FAFICH, e tem como objetivo principal estimular e trazer a público trabalhos de pesquisa relativos à evolução econômica, social e política de Minas (VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1987, p. 09).

A consolidação do Centro de Estudos Mineiros e do evento por ele organizado concretiza também a nova orientação dos trabalhos produzidos e apresentados. Os elementos da história colonial e imperial já não são abordados no evento e os temas culturais perdem relevância frente às abordagens políticas, econômicas e sociais. Este evento, em particular, traz ainda a forte presença da memória sobre o momento definido como tema. Caracterizou-se pela mescla de atividades identificadas como resultado de pesquisa e escrita historiográfica, com os depoimentos de participantes da Revolução de 1930 e herdeiros políticos dos agentes que atuaram naquele processo.

As apresentações de cunho mais historiográfico se voltaram a temas como o corporativismo característico do Estado no pós-1930, abordado por Carla Maria Junho Anastasia. A ação dos operários naquele período foi discutida por Eliana de Freitas Dutra, e as ações da Imprensa e as manifestações político-sociais em Belo Horizonte, abordadas por José Mendonça e Maria Auxiliadora Faria, respectivamente. O destaque para as ações individuais de agentes políticos da época é discutido por Norma de Góes Monteiro, na apresentação sobre a busca de Getúlio Vargas pela hegemonia política durante a década de 1930, enquanto Humberto Melo aborda as relações políticas entre Minas Gerais e Paraíba.

No que se refere à relação entre memória e História, três textos se destacam no *VI Seminário*. O primeiro é o depoimento de Paulo Pinheiro Chagas, que no título do trabalho se identifica como contemporâneo da Revolução e aborda de forma destacada a participação de seu irmão, Carlos Pinheiro Chagas, no movimento de 1930. O segundo

é o exposto por Washington Luís Pereira de Sousa Neto, que opta por apresentar ao público duas cartas escritas pelo avô, presidente da República deposto em 1930, quando se encontrava exilado em Portugal. O terceiro texto que destacamos é o trabalho apresentado por Bonifácio de Andrada²⁰, que aborda o papel de Minas na realização da Revolução de 1930. Apesar da identificação do autor como historiador de formação, o texto apresenta um caráter de retomada da memória da atuação política de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Essa retomada da memória e a relação familiar dos apresentadores com os agentes políticos que se tornam o tema principal de suas análises é o ponto em comum nas apresentações de Paulo Pinheiro Chagas, Washington Luís Neto e Bonifácio de Andrada.

O que percebemos por meio da análise dos Seminários de Estudos Mineiros é o enfoque marcante nas abordagens voltadas para questões políticas e econômicas identificadas com o período republicano. Outro ponto a se destacar é a relação com as instâncias políticas internas à Universidade e ligadas ao Governo Estadual e Federal. Desde sua fundação, o CEM buscou estabelecer relações próximas com as instâncias superiores na Universidade e isso se manteve ao longo do tempo, podendo ser percebido na própria consolidação do órgão como centro de pesquisa e documentação, em sua estruturação física e na autonomia que manteve na realização de suas atividades. Quanto à esfera política, o que se percebe é a crescente vinculação com agentes atuantes na política estadual e federal durante a década de 1970. Isso se torna mais perceptível quando consideramos que houve uma separação mais clara entre essas esferas, se compararmos com o período de constituição da própria Universidade, quando era comum a atuação simultânea de intelectuais como agentes políticos, na esfera estadual ou federal, e também na instituição de ensino, como professores ou em cargos administrativos²¹. O que destacamos é a participação ativa de agentes políticos nas atividades do CEM e na própria constituição de seu acervo documental e seu papel na produção da história da elite política mineira. Neste caso específico, nos referimos a Bonifácio de Andrada e à constituição do arquivo da família Andrada na instituição.

²⁰ Outro ponto coincidente entre os três autores é que todos apresentaram os mesmos trabalhos também no Seminário *Revolução de 1930 discussão final* (GADELHA, 1980), promovido pela Câmara dos Deputados naquele mesmo ano.

²¹ São muitos os exemplos neste sentido, mas vale destacar o caso de Afonso Pena que, como Presidente do Estado de Minas Gerais (1892 – 1894), conduziu o processo de criação da Faculdade de Direito de Ouro Preto e atuava simultaneamente como professor e diretor do curso (DIAS, 1997).

Como centro de pesquisa e documentação, o Centro de Estudos Mineiros apresenta um acervo de imenso valor para a pesquisa histórica em diferentes áreas. Entre seus itens, constam os referentes ao Programa de História Oral, originalmente organizado na década de 1990 a partir de três áreas: História da Cidade de Belo Horizonte, História das Elites no Setor Público e Privado e História dos Partidos e Sindicatos. Posteriormente, outras áreas de pesquisa foram sendo incluídas no projeto, como: História dos ambientalistas mineiros, História dos artistas mineiros, História dos professores mineiros, História do povoamento na região do Vale do Jequitinhonha e Contos da tradição oral de Minas Gerais.

Outros projetos de grande importância são os acervos *Minas Gerais* e *Mina do Morro Velho*. O primeiro resultou na produção do *Guia dos Arquivos e Acervos Documentais Históricos do Estado de Minas Gerais (1522 – 1945)*. O objetivo do projeto foi o mapeamento dos arquivos existentes em Minas Gerais que contivessem documentos escritos anteriores a 1946. O segundo projeto se voltou à organização arquivística do vasto material documental referente à empresa Mina do Morro Velho S.A, a mais antiga empresa mineradora ainda em atividade em Minas Gerais, em uma trajetória que teve início em 1830.

O terceiro grupo de projetos desenvolvidos pelo Centro de Estudos Mineiros refere-se à guarda e organização de arquivos históricos pessoais e de origem privada. Neste grupo, encontra-se o *Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff*²², responsável pela coleta e organização de documentos relacionados à pesquisadora que dá nome ao arquivo. O outro projeto com características semelhantes é o *Arquivo Permanente da Família Andrada*. O arquivo reúne documentos de vários membros da família Andrada e datam do período entre os séculos XVIII e XX. O arquivo representa de forma inegável a preocupação da família com a preservação documental e com a produção histórica, sobretudo acerca de sua própria atuação no cenário político e social.

²² Helena Antipoff (1892 – 1974) foi professora da UFMG e pioneira do Departamento de Psicologia. Nascida na Rússia e radicada no Brasil a partir da década de 1930, foi responsável pelo desenvolvimento de inúmeros projetos ligados à Educação no estado de Minas Gerais, como a Psicologia Experimental, fundamentos da Educação, Educação de excepcionais e Educação rural. Foi fundadora da Sociedade Pestalozzi em Minas Gerais e da cadeira de Psicologia da Educação na Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://cdpha.wordpress.com/helena-antipoff/biografia/>>. Acessado em: 31 de mar de 2018.

A excepcionalidade da documentação preservada pela família Andrada foi um dos fatores fundamentais que tornaram possível a realização da parte mais bem elaborada do projeto de memória familiar: as obras biográficas produzidas com a colaboração de pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos Mineiros. Dentre estes pesquisadores, destacam-se Lígia Maria Leite Pereira²³ e Maria Auxiliadora de Faria²⁴. Ligadas ao programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros, foram responsáveis – em conjunto ou separadamente – pela produção de uma vasta obra de cunho biográfico relacionada à história das elites em Minas Gerais e dos movimentos sindicais e operários. Na escrita biográfica, destacamos a produção em conjunto das autoras das biografias sobre dois membros da família Andrada: o livro *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República*; o arquiteto da Revolução de 1930, de 1998, e o livro *José Bonifácio Lafayette de Andrada (Zezinho Bonifácio): Uma vida dedicada à política*, de 1994.

Como já apontamos anteriormente, o primeiro livro é por aqui identificado como o ponto culminante da produção memorialística da família Andrada, em Minas Gerais e reúne os elementos fundamentais que estabelecem a ligação entre os vários tempos de atuação política da família, entre o final do século XIX, a década de 1930 e a segunda metade do século XX. Nessa narrativa, a trajetória de Antônio Carlos faz a ponte entre as primeiras gerações dos Andrada e seus herdeiros políticos no presente, responsáveis pela produção das obras biográficas. Este trabalho garante a manutenção do capital político da família, estabelecendo vínculos entre os projetos que se desenvolveram no passado e aqueles que se apresentam no presente.

Contudo, a contribuição das pesquisadoras Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria na concretização desse projeto de memória tem, na obra sobre Zezinho Bonifácio, um momento crucial. Ela aproxima do tempo presente o debate sobre a atuação política dos Andradas ao abordar a trajetória de um agente

²³ Graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais (1967), com mestrado em Ciência Política, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), e doutorado pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris X (1978). Professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais, subcoordenadora do Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da mesma universidade, do qual foi uma das fundadoras e coordenadora por muitos anos, diretora da Códice Consultoria em História. Atua principalmente nas seguintes áreas: história oral, memória, elite mineira, trajetória histórica e desenvolvimento. Informações constantes na Plataforma Lattes, CNPQ. Disponível em: <www.cnpq.br>.

²⁴ Mestre em História pela UFPR e Doutora em História Social pela USP, foi professora do Departamento de História da UFMG (PEREIRA; FARIA, 1998).

político que esteve no centro da política estadual e nacional entre as décadas de 1950 e 1970. Como veremos a seguir, trata-se de um trabalho de aproximação entre as gerações mais antigas e as mais próximas, como forma de atribuir sentido ao *status* social que caracteriza o pertencimento à família Andrada.

3.2. A NARRATIVA BIOGRÁFICA DE ZEZINHO BONIFÁCIO

Duas questões orientam a análise que propomos da obra em questão: a primeira é como são estabelecidas relações entre as imagens públicas do biografado, Zezinho Bonifácio, e as de outros membros da família Andrada, em especial a de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada; a segunda é qual o lugar ocupado por essa publicação no interior do projeto familiar de memória desenvolvido pela família Andrada.

O objetivo do texto biográfico é exposto já no texto de apresentação, escrito por Otávio Soares Dulci²⁵: “recordá-lo e fazê-lo conhecido dos mais novos” (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 07). A ausência na memória é uma marca também deste Andrada, tal como será indicado como característica de seu antepassado, Antônio Carlos, justificando a necessidade de trazer ao presente elementos acerca de sua trajetória (PEREIRA; FARIA, 1998, p. XV). Ainda que sua carreira tenha se desenvolvido durante três décadas, imediatamente na sequência da saída de Antônio Carlos da cena política, nem a longevidade, nem a herança do capital político familiar teriam garantido a Zezinho Bonifácio um lugar de destaque na memória coletiva. Como um dos elementos que caracterizam o texto, temos o reconhecimento da ausência como marca. As características do biografado são ressaltadas a partir do que ele não foi:

Não foi Presidente da República, nem Governador de Estado, sequer ocupou alguma pasta ministerial. Excetuando-se os anos da juventude em que serviu como Prefeito de Barbacena, exerceu apenas mandatos

²⁵ Otávio Soares Dulci (m. 2018) foi professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG de (1972-2013) e professor adjunto do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas.

parlamentares, um como Deputado Estadual, oito como Deputado Federal (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 07).

Há pelo menos dois elementos nessa construção: primeiro, o apontamento da relevância de experiências de vida que simbolizam épocas, mesmo que o indivíduo não tenha ocupado os postos principais na estrutura do poder; segundo, as características superiores que o identificam – “assíduo, ágil na tribuna, surpreendente nos debates, íntimo da mecânica da instituição” (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 07)– que, contrapondo-se ao primeiro ponto, elevam o Andrada a uma condição de destaque no exercício da vida pública, coroada ainda pela longa carreira – 36 anos de mandatos.

Também são as ligações de sangue, as relações familiares, que justificam o testemunho de Carlos Horta Pereira²⁶ (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 09). As relações pessoais, destacadas já no título do texto de Horta, “Testemunho político e familiar”, apontam a importância destes laços de força geral em Minas Gerais, como pode ser verificado ao longo da própria biografia e da historiografia especializada. Ao longo do texto, constantemente é ressaltada a importância das relações familiares, tanto no processo de formação, quanto na efetivação da carreira política do biografado. Dessa forma, a “origem e formação” explicam muito sobre qualquer pessoa, mas é elemento fundamental para compreender a experiência e a trajetória do biografado e suas relações, em particular, com a testemunha que escreve o texto.

O destaque para a origem do biografado recai sobre a “expressão significativa” de sua família, marcada pela relação com o meio agrário de Barbacena, como proprietários da Fazenda Borda do Campo; sobre as raízes familiares dos fundadores da Pátria, representadas pelo triunvirato patriarcal dos Andradas; e sobre a fonte inafastável de vocação política como característica familiar que persiste até a atualidade.

Esse ponto abre espaço para que a testemunha destaque os elementos de distinção da família Andrada e em particular do biografado, estabelecendo sua própria

²⁶ Carlos Horta Pereira (1913-2000) foi deputado estadual de Minas Gerais (1950-1965), Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Catedrático de Direito Civil da UFMG e da PUC-MG. Disponível em: <<https://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1301633>>. Acessado em: 11 de mai de 2019.

experiência pessoal como contraponto (PEREIRA; FARIA, 1994). Enquanto Zezinho Bonifácio é caracterizado como filho de família histórica de Barbacena e de fora de Minas, tornando-se o político que “colocou-se sempre a serviço de sua terra e de seu povo”, Horta se define como filho de família tradicional de Ouro Preto, possivelmente marcado pela perda de parte de seu poder político com a mudança da capital.

Dessa forma, a testemunha pensa Minas Gerais a partir de Belo Horizonte, como uma unidade enfraquecida, pautada pela fragmentação de um domínio político tradicional que caracterizou a nova ordenação do Estado mineiro durante a Primeira República. Em contrapartida, a experiência de Zezinho Bonifácio seria pautada pelo fortalecimento econômico e político de sua região que, em muito, seria devido às ações políticas de sua família. As coincidências das duas experiências se encontram nos costumes cristãos e na defesa de um ideário liberal.

As relações familiares e a manutenção de costumes e tradições ligadas à ideia de *mineiridade* transparecem de forma marcante no apontamento do parentesco entre a testemunha e o biografado (PEREIRA; FARIA, 1994). Eles se casaram com duas Tamm, tia e sobrinha, e ligam-se ainda às famílias Tibúrcio Henriques e Gonçalves, de Santa Luzia, e Lima, de Congonhas do Sabará, atual Nova Lima. Neste ponto, é possível perceber o quanto as relações políticas em Minas Gerais têm como elemento primordial as relações familiares.

Dois pontos destacados por Horta caracterizam Zezinho Bonifácio e estabelecem a ligação com elementos que seriam marcas distintivas da família Andrada, como pode ser encontrado em outros textos de apologia política da família. O primeiro é o destaque para a primazia da política na ação dos Andrada como característica familiar. Quando Horta Pereira se afirma como um “advogado que as circunstâncias fizeram político”, estabelece o contraponto com Zezinho Bonifácio, como “o político que as circunstâncias fizeram advogado”. O segundo ponto são os apontamentos de características pessoais do biografado como a convivência harmoniosa entre a “agressividade no palco político e a fidalguia no trato com todos” ou ainda “a fineza combinada com a ironia no embate com os adversários no palco político” (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 10 - 11).

Para traduzir a relevância do agente político, o texto biográfico foi organizado em seis partes. O Capítulo I, *No Corrimão da Vida*, se dedica à construção de uma narrativa sobre a presença da família Andrada em Minas Gerais. As autoras retomam as origens das famílias com as quais os Andradas encontram-se ligados por laços de parentesco, como os Aires Gomes. A identificação de espaços de atuação da família também é elemento importante nessa parte do texto, com destaque para a fazenda Borda do Campo. A narrativa acaba por abordar a trajetória de uma parte considerável da elite política mineira até a chegada efetiva do bacharel Antônio Carlos a Barbacena. Uma versão muito próxima deste texto compõe o primeiro capítulo da biografia de Antônio Carlos, mostrando a importância dada pelas autoras à retomada dessa origem política e social. A segunda parte deste capítulo, intitulada *Um menino de olhos muito azuis*, aborda a formação de Zezinho Bonifácio entre a infância e a juventude. O texto funciona como mostra da transmissão da tradição política entre as gerações, em que o ambiente familiar serve de definição de seu destino como político de expressão. Isso pode ser percebido em trechos como o que segue:

A infância de Zezinho Bonifácio não foi passada somente em Barbacena. Em decorrência das atividades parlamentares do pai, a familiar vivia boa parte do ano no Rio de Janeiro, capital da República e sede do Congresso Nacional. As férias, sim, eram desfrutadas intensamente em Barbacena, no velho Sobrado dos Andrada, ou na Fazenda da Borda do Campo, propriedade da família onde residiam, então, as tias dele.

Apesar das longas estadas no Rio de Janeiro, foi em Barbacena que Zezinho fincou as raízes de sua vida. O apreço pelo município, e pelo poder local, será, por sinal, um dos traços marcantes de seu estilo político.

A crônica familiar registra episódios curiosos da infância de Zezinho Bonifácio vividos, quase sempre, em Barbacena. Muitos deles já renunciavam alguns traços da personalidade, do temperamento e, por que não dizer, do estilo de fazer política do biografado em sua fase adulta (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 27 – 28).

A origem familiar é o ponto fundamental no texto biográfico e justifica a importância de se trabalhar a infância e a juventude, ou seja, a formação do biografado, como forma de melhor compreender sua trajetória política. Isso fica expresso no apreço de Zezinho pelo “poder local”, simbolizando a atuação política da família, e na identificação dos espaços nos quais ele vivia – a capital da República. Mas são as

referências aos marcos da tradição familiar que estabelecem a ligação do indivíduo com o espaço social. Isso pode ser verificado nas referências ao sobrado, ou Solar dos Andradas, e à fazenda Borda do Campo. Neste caso, tal período é de importância ainda maior, por ser sua vocação originária do ambiente familiar dos Andradas, já que a política estaria “no sangue”.

No Capítulo II, *Na Turbulência da Revolução (1927 – 1937)*, as autoras discutem a participação de Zezinho Bonifácio no movimento de 1930 e sua luta pela ocupação de espaços políticos em Barbacena naquele período. Trabalhando com Antônio Carlos no governo estadual, entre 1926 e 1930, coube a Zezinho Bonifácio a organização das ações da Aliança Liberal na cidade de Barbacena. Destacando que a Aliança Liberal não se caracterizava como um partido, mas “a última tentativa dos políticos para conter na ordem os ímpetus revolucionários que vinham explodindo no país” (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 37), as autoras reforçam o elemento presente na narrativa familiar que afirma o compromisso dos Andradas com a lei. A negação do caráter revolucionário das ações dos Andradas atribui às suas ações políticas um caráter de resposta, de reação às imposições do próprio campo político. Essa condição pode ser percebida no seguinte trecho, extraído de uma entrevista concedida por Zezinho Bonifácio, em que ele explica as origens do conflito político entre as famílias Andrada e Bias Fortes, em Barbacena:

Então, quando se encaminhava a Revolução, o Bias tomou o partido contrário, acompanhando o Melo Viana. Naquela época existia só uma linha de telefone entre Barbacena e o Rio. Eu resolvi então telefonar para parentes no Rio, dando as notícias e não consegui. A telefonista me disse que no Rio haviam proibido as ligações para Minas Gerais, em decorrência da Revolução. Mas aconteceu que horas depois de eu haver recebido essa comunicação, o Bias me telefonou do Rio perguntando o que estava acontecendo aqui em Minas. Eu raciocinei instantaneamente: se eu não havia conseguido falar para lá e o Bias conseguiu, é porque efetivamente ele estava do outro lado. Eu fiz este raciocínio rápido e disse para ele que estava tudo bem, que não havia nada e ficou tudo nesse lero. Eu não disse nada. Fiquei calado. Então ele não gostou e disse que não fui correto com ele, que fiquei calado. O resultado dessa omissão dele, dessa posição de querer obter informações atravessadas, de maneira que eu não ficasse sabendo, foi se ampliando e instalou-se a luta. Fui nomeado Prefeito a pedido do Chico Campos à revelia do Bias e ele se indignou (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 47).

A relação pacífica entre as famílias Bias Forte e Andrada em Barbacena, aliados políticos até a Revolução de 1930, transforma-se, a partir de então, em um dos conflitos mais conhecidos da política mineira. Esse conflito político é um elemento marcante da trajetória de Zezinho Bonifácio, pois define seu lugar de destaque dentre os demais agentes da família. Com o domínio que estabelece sobre a cidade de Barbacena, até 1937, e seu posicionamento na oposição aos Bias Forte, a partir da instalação do Estado Novo, ele arregimentou força suficiente para se constituir como o herdeiro da tradição política familiar.

Este *status* político pode ser identificado na narrativa do Capítulo III, *Nos Desvãos da Ditadura (1937 – 1945)*. Afastado do cargo de deputado estadual pelo fechamento das casas legislativas, imposto pelo Estado Novo, Zezinho Bonifácio busca em outras instâncias a possibilidade de manter-se ativo na esfera pública e construir seu papel de opositor ao governo Vargas. O momento é caracterizado pelas dificuldades financeiras, sanadas, em parte, pelo recebimento de uma herança deixada por sua tia, Narcisa de Andrada Miranda Ribeiro, que incluía partes da fazenda Borda do Campo e um sobrado em Barbacena. A construção da imagem de penúria financeira na narrativa biográfica se dá por meio de indicações que ressaltam a necessidade de integrar atividades como a advocacia e a venda de ovos de galinha, para que se garantisse a sobrevivência da família, e também a prática de costumes, como a ida dos filhos à matinê dominical (PEREIRA; FARIA, 1994).

A atuação pública como meio para preservar o capital político se dava na disputa pelo maior número possível de cargos disponíveis na cidade de Barbacena. Com as limitações impostas pelo Estado Novo à ocupação de cargos políticos, Zezinho Bonifácio busca assumir cargos honoríficos ou de representação, como a administração da Santa Casa da cidade, as Associações Comercial e Industrial, a Irmandade do Santíssimo e a direção do diretório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no município. Participou ainda da fundação do Clube Colonial e do Automóvel Clube de Barbacena (PEREIRA; FARIA, 1994). Sua permanência em atividade na vida pública da cidade teria conferido a Zezinho Bonifácio a condição de participar dos principais

movimentos de oposição ao regime varguista do período, como o *Manifesto dos Mineiros*²⁷ (1943) e a fundação da União Democrática Nacional (UDN).

No Capítulo IV, *Nas Trincheiras da Oposição (1946 – 1964)*, temos o destaque para a primeira fase da atuação de Zezinho Bonifácio como parlamentar na Câmara dos Deputados. Marcado por seu posicionamento na oposição aos governos federais comandados por Erico Gaspar Dutra (1946 – 1950), Getúlio Vargas (1950 – 1954), Juscelino Kubitschek (1955 – 1960) e João Goulart (1961 – 1964). O destaque à sua participação nos debates do Parlamento se dá a partir de elementos como a presença constante na tribuna e a crítica mordaz, por vezes violenta, aos adversários, além da defesa de interesses do estado de Minas Gerais em âmbito nacional. Sua ação se destacaria pela liderança da “Banda de Música”, aliando-se a outros expoentes da UDN, como Carlos Lacerda. A “Banda de Música” é assim definida pelas biógrafas:

A volta de Vargas no início dos anos cinquenta inaugurou nova fase na história da UDN e de seus parlamentares. Em convecção realizada em 1951 o partido decidiu não participar do governo, sob a alegação de que este conspirava contra a democracia, no sentido de promover a subversão social e a construção de uma republica sindicalista. Vargas conseguiu, contudo, provocar cisão no partido ao atrair, com sucesso, parte de seus membros. O grupo que se aproximou do governo ficou conhecido como os “chapa branca”. No outro extremo estava a chamada “Banda de Música”, responsável pela mais sistemática e ferrenha oposição ao governo (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 113).

Dessa forma, a imagem de Zezinho Bonifácio se estabelece como o político aguerrido, defensor intransigente de seus posicionamentos, tanto em âmbito federal quanto estadual. Assim, temos na biografia o destaque para outro traço da atuação política de Zezinho Bonifácio, identificado com a defesa da tradição política familiar. Nos embates com o governo mineiro, comandado por José Bias Fortes (1956 – 1961), seu antigo adversário político de Barbacena, um de seus discursos se volta ao questionamento dos motivos que levaram à mudança dos nomes de duas cidades do estado. Por decreto do governo de Minas Gerais de 1958, as cidades de Antônio Carlos

²⁷ O *Manifesto dos Mineiros* (1943) é o primeiro documento produzido por políticos e intelectuais, identificando-se como oposição aberta ao Estado novo (1937 – 1945). Divulgado inicialmente no meio intelectual e político de Minas Gerais, tornou-se um marco na construção da oposição a Getúlio Vargas.

e Conselheiro Lafayette, assim identificadas por iniciativa do governo de Milton Campos (1947 – 1951), voltam a ter os nomes anteriores, respectivamente Queluz e Sítio. As críticas do Andrada se baseavam no argumento de que a mudança proposta por Bias Fortes era fomentada por suas disputas políticas pessoais e desconsideravam o valor histórico e as contribuições dos dois homenageados (PEREIRA; FARIA, 1994). A retirada das referências a Antônio Carlos e a Lafayette Rodrigues Pereira se devia às relações familiares que Zezinho Bonifácio possuía com ambos, sendo sobrinho do primeiro e neto do segundo.

No que se refere à preservação dessa tradição política familiar, o Capítulo V, *No Camarote do Poder (1964 – 1986)* é o que apresenta os maiores obstáculos para a construção da narrativa biográfica, no que se refere à reafirmação de uma tradição familiar baseada em ideias como Liberalismo e Democracia. Zezinho Bonifácio teve uma relação extremamente próxima com o centro do poder político dos Governos Militares, a partir de 1964. Desempenhou um papel de destaque na defesa do governo ao ocupar as funções de Presidente da Câmara (1968 – 1970) e Líder do governo (1976).

Apesar do claro posicionamento como aliado dos governos militares, é perceptível a busca pelo abrandamento deste elemento na narrativa biográfica. Destacamos dois pontos que identificam essa estratégia na construção da biografia. O primeiro é a relação que as autoras estabelecem entre o “conhecido anticomunismo” de Zezinho Bonifácio e sua abordagem a partir de uma perspectiva humorística, sobretudo nas charges dos grandes jornais (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 190). As fortes críticas a seu posicionamento radical contra o processo de abertura política é definido pelas autoras da seguinte forma:

Há fortes indícios de que sua sabedoria política lhe indicava, naquele momento, o aprimoramento de duas virtudes: a prudência e o senso de humor. Assim, pelo menos aparentemente, Zezinho Bonifácio não se indignava com os “avanços democráticos” da Imprensa. Ao contrário, fez de suas posições radicais espécie de *marketing* político, assumindo, de certa forma, a posição de “advogado do diabo” no processo de abertura política (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 190 – 191).

Ao caracterizar como prudente e humorístico o posicionamento de Zezinho Bonifácio perante o processo de abertura política, as autoras estabelecem uma escolha entre duas possíveis significações para os posicionamentos de Zezinho Bonifácio e seus efeitos práticos. O político mantém, ao final de sua carreira política, as bandeiras que defendia desde o início de sua vida parlamentar. Sobre este aspecto, as autoras destacam seu “feroz anticomunismo” como marca permanente em sua atuação. Contudo, apontam que,

[c]om o início do processo de distensão política, o feroz anticomunismo de Zezinho Bonifácio, marca indelével de toda sua trajetória política, começou a ser tratado de forma menos séria por membros da Imprensa. Mais afoitos, chargistas, cartunistas e humoristas de modo geral, transformaram as frases cortantes e certeiras de Zezinho Bonifácio em tema para suas charges, cartuns e crônicas. O quase folclórico anticomunismo do Líder do Governo deliciava os chargistas e cartunistas, conforme pode ser verificado nos principais jornais do País a partir de 1976 (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 190).

A inserção do elemento humorístico como característica da personalidade do biografado destoa do que fora apontado até este ponto. Os elementos que faziam a alegria dos cartunistas se identificam mais com a inadequação do discurso político para o período em questão. Ainda sim, este elemento humorístico, essa ação por meio da galhofa, é identificada como uma marca da tradição familiar, mas deixa transparecer a fuga das autoras da discussão relativa à derrota política de Zezinho Bonifácio, junto com o governo do qual fazia parte como líder na Câmara. Dois elementos marcam o segundo tópico do capítulo V, intitulado “*O Agente secreto da Distensão*” (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 189), onde se encontra o trecho acima citado. O primeiro elemento relaciona-se à perceptível perda de espaço no campo político nacional após a ascensão de Ernesto Geisel (1974 – 1979) à Presidência da República. O fortalecimento da ideia de abertura política começa a afastar do centro do poder agentes mais radicais na crítica a esse processo. Sofrendo esse efeito, o Andrada redireciona suas atividades políticas para seu estado, concentrando sua atuação no município de Barbacena.

Já o segundo elemento deste tópico busca identificar Zezinho Bonifácio como um agente em defesa da própria abertura, reconciliando sua atuação com os ideais expressos pela tradição familiar apontados ao longo da biografia, como a defesa da Liberdade e da Democracia. Da mesma forma que as disputas com os Bias Forte em Barbacena são atribuídas a imposições do próprio campo político, seu alinhamento à Ditadura e este novo posicionamento seriam também resultado de uma capacidade de análise do quadro político que orientaria suas decisões. As mudanças de cenário levariam à alteração de seus posicionamentos.

Ao fim de 1978, Zezinho Bonifácio transferia ao filho, Bonifácio José Tamm de Andrada, o lugar de centralidade política da família, indicando-o como seu sucessor na Câmara dos Deputados. Contudo, manteve-se ativo na política mineira, sobretudo em Barbacena, até 1986, ano de sua morte. Essa ligação permanente com a política é o centro da narrativa biográfica no Capítulo VI, *Vida Pública, Vida Privada: Fragmentos*. Aqui as autoras recorrem ao testemunho de parentes, amigos e outros agentes políticos para reafirmar o caráter extraordinário do biografado. A sua marca fundamental é expressa no seguinte trecho:

Zezinho Bonifácio era portador de sobrenome que trazia, em si, toda uma carga de historicidade política. O legado de ser um Andrada significou para nosso biografado mais que vaidade, a certeza de missão a ser cumprida. A História de seu principal antepassado, nós a conhecemos, José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, tetravô de Zezinho Bonifácio (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 217).

A construção da imagem pública de Zezinho Bonifácio reafirma a condição de distinção da família Andrada no interior da elite política mineira e nacional. Suas ações são identificadas como sendo de compromisso com o interesse público e demonstram um tipo de preparo para atuação na política, que estabelece a relação entre sua trajetória e a de outros membros da família. Estes elementos são usados para amenizar pontos de seu percurso que, a princípio, seguiram na direção contrária à imagem de tradição familiar que se buscou construir por meio de iniciativas de outros membros da família, abordadas no capítulo anterior. O mais destacado destes pontos é a

colaboração com o regime ditatorial, implantado em 1964, por meio da ocupação de cargos-chave no Legislativo Federal, como a Presidência da Câmara e a Liderança do Governo. Esses elementos se contraporiam às ideias que qualificam a atuação política familiar como inspirada pelos ideais liberais, pautados pela defesa de direitos, liberdades e da democracia.

Também é possível identificar, na obra, o trabalho de preparação de elementos que estariam presentes na biografia de Antônio Carlos, produzida pelas mesmas autoras e publicada quatro anos depois, em 1998. Obra consideravelmente mais robusta, do ponto de vista do material utilizado e das possibilidades de discussão que apresenta, a biografia de Antônio Carlos mostra o desenvolvimento de elementos que já se encontravam presentes na narrativa sobre Zezinho Bonifácio. A ligação familiar e o pertencimento ao mesmo grupo político é o primeiro fator a explicar essa coincidência, mas o principal elemento que orienta a escrita é a reafirmação da distinção da própria família. Mesmo as características conflituosas com o discurso familiar, como apontadas acima, são abordadas de forma a restabelecer o elo entre o passado e o presente, por meio do caráter da tradição, aspecto que define o próprio status social dos membros da família. Um caráter identificador de qualquer Andrada que, a um só tempo, o distingue de quaisquer outros indivíduos.

O pertencimento à família Andrada e a preservação da tradição política também serão os elementos fundamentais da biografia de Antônio Carlos. Este empreendimento biográfico se constitui como o ápice do projeto familiar desenvolvido desde o início do século XX. Seu processo de institucionalização, com a colaboração do Centro de Estudos Mineiros, ocorre com a escrita da biografia de Zezinho Bonifácio e tem continuidade com a narrativa sobre *O Andrada da República*, epíteto com o qual Antônio Carlos é identificado na obra.

3.3. O PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS: EM BUSCA DE UM NOVO LUGAR NA HISTÓRIA

A obra que analisamos é a biografia *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República; o arquiteto da Revolução de 30* (1998), de Ligia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria. Apontamos como elemento fundamental de sua produção a busca por um lugar de centralidade para Antônio Carlos, na memória sobre os fatos políticos que o biografado vivenciou ao longo dos seus quarenta anos de carreira pública. Nesse sentido, é importante destacar a iniciativa da produção, encomendada pela instituição mantenedora da Universidade Presidente Antônio Carlos, pertencente à família Andrada. Fruto da iniciativa familiar de reconstrução da memória, a biografia apresenta a utilização de uma extensa gama de documentos para sua composição. Além dos textos memorialísticos, documentos cartoriais, documentos oficiais e discursos, as autoras recorreram a inúmeros depoimentos de parentes do biografado.

A biografia, construída por Ligia Pereira e Maria Auxiliadora de Faria, é o projeto mais completo de memória sobre Antônio Carlos, mas não o único, como já visto anteriormente. A biografia que aqui utilizamos como objeto de estudo foi produzida ao longo da década de 1990, sendo publicada em 1998. Esse dado pode apontar tanto para as dificuldades de tal memória pessoal se estabelecer no cenário da memória histórica, dada a distância temporal em relação ao período de atuação do biografado, quanto à resistência estabelecida por essa memória contra o esquecimento, expresso na atuação da família em prol de sua preservação, mas também em sua ressignificação como capital político.

Essa preocupação constante com a preservação da memória e com a apresentação de uma verdade nascida de uma experiência pessoal se relaciona à definição proposta por Noé Freire Sandes (2009, p. 43) de “passado como negócio”. Ao filtrar a experiência pessoal de Antônio Carlos, estabelecendo o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido, definiram-se os parâmetros para a construção de uma memória a partir dos anseios políticos desse sujeito e de seu grupo social. A experiência da Primeira República é relegada ao esquecimento e o passado anterior a

1930 faz-se distante. O político passa a ser identificado com os elementos que caracterizariam os processos decisivos em sua trajetória – a presidência de Minas Gerais, a Aliança Liberal, a Revolução de 1930. Tomados, a partir de então, como expressão de um projeto pessoal, as mudanças promovidas por estes processos sociais passam a ser identificados como sua ação individual. A ideia central é a de que sem Antônio Carlos, nada teria acontecido.

Contudo, apesar dessa busca pelo estabelecimento do lugar ocupado por Antônio Carlos na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, ele passou por um processo de marginalização progressiva na constituição da cultura histórica que consagrou esses eventos. Na memória, que se constituiu no pós-1930, e que serviu de informação para grande parte da produção historiográfica, sua atuação passou a representar um tipo de ação política presa ao passado, cada vez mais remoto, da Primeira República²⁸. Em certa medida, essa visão encontra-se presente nos escritos sobre o novo papel desempenhado por Minas Gerais após a Revolução de 1930 e também caracteriza a escrita biográfica sobre Antônio Carlos, que oscila entre a adaptação do político aos novos tempos e o destaque da relevância de suas origens, ligada à tradição familiar. São essas relações entre o presente e o passado que nos conduzem à análise da escrita biográfica sobre Antônio Carlos.

A biografia foi dividida em 11 capítulos, orientados de forma temática e cronológica. Estes capítulos podem ser divididos em três partes: a primeira, que engloba os dois primeiros capítulos, aborda a formação familiar (Capítulo 1 – *Raízes*) e o início da atuação pública de Antônio Carlos (Capítulo 2 – *Antes da Política*). É interessante pensar como é construída a relação entre Antônio Carlos e sua formação familiar ao desenvolvimento da própria cidade de Barbacena. O primeiro capítulo narra a introdução da família Andrada em Minas Gerais e o estabelecimento do parentesco com várias famílias da região, que se tornaram referência política, tanto no Império quanto na República²⁹.

²⁸ Estes elementos são discutidos no Capítulo I deste trabalho, em especial nos subcapítulos 3 e 4.

²⁹ Este primeiro capítulo tem em quase sua totalidade o mesmo conteúdo do primeiro capítulo da biografia de José Bonifácio Lafayette de Andrada, também produzida por Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria. Entendemos que essa estratégia serviu para reforçar o elemento da tradição na composição da biografia dos dois políticos, devido ao grande destaque dado aos elementos do lado paterno dos dois biografados, ligado à família Andrada.

O segundo capítulo busca apontar a atuação de Antônio Carlos no que é definido como um período “antes da política”. Dessa forma, acaba-se por retirar ou diminuir a importância de uma característica fundamental para o início da atuação pública do biografado, que são as relações políticas que a família Andrada estabelece em Minas Gerais. Nesse capítulo, é trabalhada a atuação de Antônio Carlos após a conclusão do curso de Direito, na Faculdade do Largo do São Francisco, em 1891 (PEREIRA; FARIA, 1998). O pertencimento a uma família de grande influência política foi elemento fundamental para o início de sua carreira como homem público, sendo indicado como promotor público em Ubá, em 1891 e, em seguida, como juiz municipal em Palma, em 1892.

A segunda parte da biografia se concentra na abordagem da atuação política de Antônio Carlos em três esferas: municipal, estadual e nacional. No Capítulo 3 (*Na política municipal de Juiz de Fora*), as autoras fazem uma análise da posição de Minas Gerais no cenário da política nacional, acompanhando a atuação de Antônio Carlos nas esferas legislativa e executiva da cidade. O elemento liberal ganha destaque com o apontamento de sua defesa das classes produtoras.

No Capítulo 4 (*Ascensão ao poder estadual*), são apontadas as atividades de Antônio Carlos como secretário de Finanças de Minas Gerais, prefeito de Belo Horizonte e Senador Estadual. A partir de então, a narrativa se volta à atuação de Antônio Carlos em âmbito nacional, nos capítulos 5 (*No cenário nacional*) e 6 (*No Ministério da Fazenda e a volta ao Congresso Nacional*). Os dois capítulos estabelecem a relação entre as ações de Antônio Carlos e os principais acontecimentos da política nacional, entre as décadas de 1910 e 1920. Essa atuação política é relacionada aos estudos financeiros que o biografado realiza e que são destacados na biografia como um marco do pensamento econômico no Brasil

No capítulo 7 (*O Presidente de Minas*), ganham destaque suas ações como chefe do governo estadual. Caracterizado como um “novo estilo de governar”, o quadriênio de Antônio Carlos no executivo estadual é marcado na narrativa biográfica por três ações que definiriam esse estilo: a introdução do voto secreto, como símbolo da adoção de ideias liberais e de vanguardismo político; a Reforma do Ensino, marcada pela influência religiosa no ensino primário e pela criação da Universidade de Minas

Gerais; e a Administração Pública, caracterizada pela adoção das noções mais avançadas para a melhoria dos serviços.

Nos capítulos 8 (*O fim da República Velha*) e 9 (*As incertezas dos anos 30*), estabelece-se a passagem da condição de Antônio Carlos de político estadual para líder político nacional. No capítulo 8, discute-se a formação da Aliança Liberal e a trama revolucionária com grande destaque para a liderança do Presidente de Minas Gerais na organização do movimento de oposição ao Governo de Washington Luís, que levaria à deflagração do processo revolucionário de 1930. Já o capítulo 9, aborda a atuação de Antônio Carlos na primeira metade da década de 1930, como articulador político em Minas Gerais, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 e Presidente da Câmara dos Deputados.

A terceira parte da Biografia é composta pelos capítulos 10 (*Um democrata no ostracismo*) e 11 (*Traços e lembranças*). Estes dois últimos capítulos se distinguem dos anteriores pela extensão, já que ambos têm aproximadamente a metade do volume dos capítulos anteriores. A discussão dos temas abordados e a diversidade das fontes utilizadas também se distinguem. O Capítulo 10 se volta ao testemunho dos familiares com mais frequência que os anteriores. O capítulo 11 se concentra em duas coletâneas de discursos e artigos jornalísticos sobre Antônio Carlos, produzidos logo após a sua morte. O objetivo apontado é o de reconstruir os elementos que marcam a memória do político naquele momento.

Dois elementos podem ser destacados como característicos nesta parte da biografia. Primeiro, a recorrência dos testemunhos, sobretudo de familiares, mas também de políticos contemporâneos ao biografado, fartamente utilizados nesta última parte da narrativa. Isso pode ser explicado pela maior proximidade temporal dos fatos narrados, o que facilitaria a rememoração das testemunhas. Mas isso também traz consigo a forte influência das questões políticas do momento em que a biografia é produzida, o que possibilita que determinados elementos da memória ganhem mais destaque na construção da narrativa. Outro ponto relevante é que os textos que dão base à formulação dos “traços e lembranças” do biografado são resultados de projetos de reafirmação da memória política de Antônio Carlos, produzidos ou apoiados pela família, assim como a própria biografia.

De acordo com Marcelo Steffens (2008), a escrita das biografias se altera com o contexto em que são produzidas, sofrendo a influência dos debates políticos do momento. Na biografia de Antônio Carlos, são elaboradas imagens muito próximas às que já eram produzidas nas décadas de 1930 e 1940, pautadas pela ideia de administrador moderno, devoto do ideário liberal, defensor da Democracia e promotor do desenvolvimento da Educação pública. A recorrência de tais elementos aponta a preocupação de se reforçar, no presente, a imagem do político construída pela família e pelos correligionários em seu momento de atuação.

As críticas à escrita biográfica surgem com o fortalecimento da vertente estruturalista na História (STEFFENS, 2008), em que a busca por explicações macroestruturais se pautava pela desvalorização de visões particulares dos agentes históricos, voltando-se aos processos e às relações entre os sujeitos coletivos. A retomada da escrita biográfica na década de 1980 no Brasil surge da crise dessa perspectiva na historiografia. Uma das características fundamentais para nossa análise da produção da biografia de Antônio Carlos é o contato da obra com a renovação interpretativa da historiografia, exposta na relação entre sua produção por escritores profissionais, vinculados a um modelo institucionalizado de escrita, identificado com os modelos predominantes no ambiente acadêmico daquele período. Neste sentido, a localização da biografia de Pereira e Faria neste quadro de produção historiográfica pode ser confirmado pela seguinte trecho:

Sem o intuito de apresentar mais uma interpretação historiográfica sobre a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, a tentativa que empreenderemos neste capítulo é a de recuperar, tanto quanto possível, o desempenho de Antônio Carlos naquela conjuntura. Assim, em que pese o reconhecimento das valiosas contribuições da historiografia, priorizaremos depoimentos daqueles que, como Virgílio de Melo Franco, viveram, década a década, um a seu modo, angústias, certezas, incertezas e, sobretudo, as esperanças que partilharam aquele momento que pode ser, sem dúvida alguma, considerado como dos mais emocionantes de nossa história (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 339)

De acordo com Benito Schmidt (2003), a partir dos anos de 1980 verificou-se um retorno da perspectiva biográfica no processo de escrita da História como resposta à crise do paradigma estruturalista, segundo o qual a história deveria identificar as relações estruturais que independem das intenções ou percepções dos indivíduos. A partir de então, os historiadores buscaram engendrar o papel do indivíduo na configuração das relações sociais. Dessa forma, a justificativa principal para a retomada da memória política de Antônio Carlos, durante a década de 1990, por meio do recurso à escrita profissional ligada à produção acadêmica, reflete a busca por um reconhecimento social da própria produção e dos elementos da narrativa, por meio de um modelo de escrita da História que desfrutava de um crescente reconhecimento social. Busca-se desvinculá-lo da relação direta com o processo de manutenção do capital político pela família. Antes, procura-se estabelecer sua ligação com um reconhecimento coletivo ligado ao conhecimento da história do próprio estado de Minas Gerais, por meio de um discurso que, primeiramente, afirma-se como verdadeiro, estando pautado por uma perspectiva científica de produção histórica.

3.3.1. Tempo, verdade e os usos da História na construção da narrativa biográfica sobre Antônio Carlos

A verdade permanece como um problema para o historiador. Não mais como se acreditava possível com os positivistas. Uma verdade pronta e acabada, presente nos documentos à espera de alguém que a decodificasse. A verdade na História apresenta mais um sentido referencial, pautado pelos métodos e teorias próprios dessa área do conhecimento. Como destaca Estevão Martins,

A pretensão de pertinência empírica é acompanhada pela intenção de produzir entendimento, descrição, análise e explicação do objeto investigado que sejam o quão próximos da verdade. Essa verdade de referência, a que aqui se alude, é enunciada como uma meta teoricamente alcançável, na medida em que todo investigador supõe que todo e qualquer acontecimento no tempo e no espaço possui uma realidade intrínseca e, por conseguinte, pode ter sua existência e seus

atributos conhecidos e reconhecidos. (...) Ou seja: mantém-se a idéia ‘de referência’ de uma verdade possível, mas somente se pode falar de um enunciado verossímil, veraz enquanto aceito pelos métodos – procedimentos de controle qualitativo – aplicados e reconhecidos pela comunidade profissional dos agentes (MARTINS, 2010, p. 07).

Contudo, o debate que aqui buscamos desenvolver não se refere à atribuição de um estatuto de verdade à escrita da história, cuja produção pode ser caracterizada mais pelo verossímil, pela possibilidade de se atingir a verdade e pela tomada de tal estatuto como objetivo a ser perseguido pelo historiador. A discussão que buscamos apresentar se refere às formas como o problema da verdade encontra-se expresso nos escritos memorialísticos e biográficos. Em especial, referimo-nos às obras dessa natureza que se voltam à análise das experiências dos indivíduos envolvidos no processo da Revolução de 1930. Abordamos pontualmente sua presença nos escritos sobre Antônio Carlos e, em alguns textos selecionados, sobre o processo revolucionário. Ambos escritos contribuem para compreendermos como este problema estava posto para grande parte dos autores que escreveram sobre o evento e como permanece enquanto questão fundamental no projeto biográfico empreendido pela família Andrada.

Em “A história tal como eu a vi”, da obra *Teia do Fato*, Carlos Alberto Vesentini destaca as formas como um fato é transformado em marco histórico. Analisando a entrevista de Alceu Amoroso Lima³⁰ (VESENTINI, 1997), o autor destaca as características distintivas dos textos de memória sobre a Revolução de 1930. O entrevistado aponta a quebra da rotina diária, a percepção da grandeza do evento e a memória pontual que está nublada pelo tempo, mas destaca a percepção aguçada de que aquele era um fato histórico. A percepção da grandeza do momento surge também acompanhada da verdade expressa na condição de ser uma testemunha ocular do tal momento. De tê-lo vivido, visto as mudanças e não apenas escutado o relato de outras pessoas, o que aproximaria a testemunha da verdade sobre o próprio fato.

O episódio surge como explicação responsável por todas as implicações e decorrências, capaz de anular os acontecimentos de todos os outros dias, como se toda

³⁰ Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983) foi jornalista de atuação marcante no meio literário, onde se tornou conhecido pelo pseudônimo Tristão de Ataíde, e importante intelectual do movimento cultural católico.

criação política estivesse ausente. Assim, a “percepção do realizado” é tomada como realidade objetiva (VESENTINI, 1997). Há inúmeras recusas e retenções de posições do passado na busca pela manutenção de uma coerência e continuidade dos acontecimentos. Essa definição serve para explicar o posicionamento de grande parte dos memorialistas de 1930 quanto à verdade de seus discursos. A análise do fato parte de uma perspectiva pessoal ligada ao posicionamento político, mas a justificativa do discurso se constrói sobre a ideia de que esta visão é coerente, pois fiel ao que efetivamente aconteceu e, sobretudo, objetiva. Isso pode ser percebido no trecho a seguir, que Virgílio de Melo Franco escreve em seu livro, *Outubro: 1930*:

Testemunha presencial da urdidura revolucionária e da fase de luta, percebi, logo depois da vitória, que a história estava sendo mal contada, exatamente por aqueles que melhor a conheciam e que, por circunstâncias especiais, mais discretos deviam ser. Nada mais fiz do que levantar a ponta do véu. (...)
Sei que a minha linguagem, sem ser brilhante, é a de quem fala a verdade. Isso me basta (FRANCO, 1980, p. 267 - 268).

A preocupação em reafirmar que se escreve a verdade aparece também em outros autores que trabalham o tema da Revolução, como é o caso de Barbosa Lima Sobrinho. Reafirmar que se escreve a verdade se relaciona em muitos casos a ter sido testemunha ocular dos fatos, ou de ter ouvido os relatos de quem o fora, sendo assim relatos “confiáveis”. Mas acaba por reafirmar a multiplicidade de perspectivas sobre os eventos.

Borges de Medeiros, que foi uma das principais figuras desses acontecimentos (...) considerava-me, de certo que generosamente, “o maior historiador da Revolução de Outubro”, entre as obras até então conhecidas. Limitei-me a considerar a classificação como aprovação da fidelidade de minha narrativa e da interpretação que apresentava. Mesmo Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha não tinham dúvida em averbar o meu estudo como obra séria, liberta de estreitos facciosismos, embora discordando de algumas interpretações apresentadas. Não faltavam também entre os políticos depostos pela revolução, os que aplaudiam a soma de verdades nele reunidas (LIMA SOBRINHO, 1973, p. XI).

O destaque do próprio autor ao fato de ser considerado “o maior historiador da Revolução de Outubro”, além da perspectiva da autopromoção, busca enfatizar o que define como “fidelidade de minha narrativa e da interpretação que apresentava”. Isso está ligado à ideia de verdade que o autor afirma sobre a narração dos eventos. A ideia de verdade contida no livro é sustentada pela noção de objetividade da narrativa. De acordo com Sobrinho (1973), o texto se limitaria a apresentar a elaboração dos movimentos, não o julgamento de suas obras. O destaque para o fato de que, já na década de 1980, o livro não fora alterado em relação ao original da década de 1930, pois isso resultaria em outro livro, ressalta seu caráter de obra definitiva. Essa característica a destacaria das produções de outros autores que abordaram o processo da Revolução de 1930, pelo fato de estes se colocarem sob um ponto de vista parcial no tratamento do evento, ora como apologia, ora como libelo.

As condições de observação e rememoração e a sugestão de extrema objetividade e verdade na descrição dos fatos (VESENTINI, 1997) encontram-se presentes nas análises de memorialistas que destacam a importância de seus escritos por meio da afirmação de serem testemunhos verdadeiros. Sob esse aspecto, os escritos sobre a Revolução de 1930 se aproximam do que Bona destaca, ao abordar as narrativas sobre eventos traumáticos nos quais a memória é muitas vezes tomada como “uma verdade mais verdadeira que a verdade da história” (BONA, 2010, p. 139). Por seus limites teóricos e metodológicos, a explicação histórica pode passar a percepção de não conseguir traduzir o vivido “como ele foi”, fazendo perder a dimensão da experiência contida na memória. A memória torna-se assim um discurso com a capacidade de aproximar diferentes vivências do passado com o presente. O elemento subjetivo da escrita memorialística estabelece a aproximação entre diferentes temporalidades, pela identificação entre as experiências do sujeito que escreve com as do seu leitor. Nesse cenário, a ideia de verdade ligada ao discurso memorialístico acaba por reforçar uma imagem de verdade, ligada ao testemunho e à vivência, que já não é encontrada na história com os mesmos elementos.

Como destaca Margarida de Souza Neves (SOIHET, 2009), a nostalgia da verdade, desterrada do campo da História pela superação do paradigma positivista, busca assentar-se no vasto campo da memória. A partir do momento em que a História não pode expressar uma verdade única, acabada e incontestável, essa possibilidade é

atribuída ao campo da memória, ao testemunho do vivido, à lembrança do que foi visto e à segurança do que foi presenciado. A construção dos discursos no campo da memória se constitui a partir de noções como *recuperação* ou *resgate* e acabam por esquecer que tal como nos trabalhos de história, também no campo da memória, a verdade é uma construção sempre provisória e cambiante. A ideia de resgatar a perspectiva verdadeira de uma experiência pela retomada de um discurso daquele que viveu ou presenciou uma dada experiência acaba por retirar do campo da memória justamente sua característica de construção discursiva pautada por uma visão particularizada.

Tal elemento reforça uma perspectiva positivista de que a verdade pode ser encontrada no documento escrito e nos registros oficiais das ações do agente político. Sua leitura seria a chave para a revelação do que de fato ocorreu. Essa noção de um relato verdadeiro sobre o fato transparece também no elemento seguinte com a afirmação da presença de uma sinceridade modelar. Afirma-se, portanto, que a verdade presente no texto é fruto da característica pessoal de sinceridade do agente político, colocando como contraponto a possível ausência de referências às suas ações públicas, em textos que construam uma narrativa concorrente. Em seguida, tem-se a afirmação do texto como um marco histórico, considerando seus aspectos de fidelidade documental e sinceridade e, portanto, uma referência obrigatória para se pensar o processo político ao qual se refere.

Os temas abordados em grande parte dos textos sobre Antônio Carlos são pautados na biografia, de forma limitada, por uma perspectiva crítica. Tal como apontado por Carlos Alberto Vesentini ao trabalhar a questão da transubstanciação da Revolução de 1930 como fato histórico, as ações do biografado são tomadas como fato dado pelo texto memorialístico e pelos discursos. Se a transubstanciação do fato se revela na percepção de que isto é algo aceito sem que haja a necessidade de se refletir sobre tal definição (VESENTINI, 1997), o uso da memória na biografia segue a mesma linha. O texto é efetivamente tomado como um marco, sem que se questione o projeto político presente na construção da narrativa e já identificado no momento de sua publicação.

Contudo, é preciso destacar que a construção do “fato”, e mesmo sua definição e redefinições temporais, relaciona-se a projetos políticos ou às percepções

específicas que eles provocam nos agentes que tomam o processo como um problema histórico. Isso pode ser percebido no depoimento de Carlos Lacerda, presente na obra de Vesentini. Nele, encontramos a recorrência às ideias de traição, vitória e esperança para definir o processo da revolução de 1930. Não é mais apenas o caso de narrar os acontecimentos de 24 de outubro, mas estende-se o processo da Revolução a outros tempos, como 1929 e 1932, trazendo para o debate um conteúdo mais diversificado para explicá-lo (VESENTINI, 1997). A reorganização da cronologia é uma forma de buscar elementos que expliquem os posicionamentos políticos e suas mudanças. Seria uma troca da cronologia pelo conteúdo. A revolução é construída como um conjunto de representação e já está situada com relativa precisão por todos no *agora*, no presente da entrevista, como tendo sido um passado específico. O pressuposto é que há um fato, que é a revolução, definido em suas representações, por meio da memória, que tem pontos em comum aceitos pelo grupo, tanto de entrevistados quanto de entrevistadores.

As representações, os agentes e os problemas, passam a ser dadas pelo próprio fato (VESENTINI, 1997). O fato solta-se das significações que já contém, permitindo algo semelhante ao “vê-lo” para melhor examiná-lo. Isso dá margem à ideia de estudo objetivo, que torna possível a separação entre o fato e tudo o que é visto como interpretação, portanto variável e sujeita a correções. Liga-se a este sentido de percepção da relação entre história e memória o elemento a que Pierre Nora se refere quando nos chama a atenção para o que definiu como terrorismo da memória historicizada (NORA, 1998, p. 17). A partir do momento em que a memória nos vem do exterior, nós a interiorizamos como uma obrigação individual, pois ela não é mais uma prática social. Nessa passagem, o imperativo da história ultrapassa muito o círculo dos historiadores profissionais e ganha contornos também com a atuação de outros agentes que tomam para si o dever de preservação da memória. Mais do que a preservação da memória, passa-se à atribuição de novos sentidos, que acabam por atender aos jogos políticos de outro tempo que não o do agente em questão.

Esse trabalho transparece também na fala de Alceu Amoroso Lima, já apontada anteriormente, como um direito peculiar, pois permite uma revisão do passado. O testemunho dado em outro tempo, não mais naquele ao qual se relaciona diretamente e que sofre de forma clara os efeitos do fato em questão, traz consigo outras significações, outros sentidos e outras possibilidades políticas e sociais. Como

característica dessa testemunha afastada do tempo do fato que narra, ainda que revestida de uma autoridade por ter vivido esse tempo, a paixão perdeu seu domínio e a calma da maturidade transparece isenta de quaisquer interesses imediatos (VESENTINI, 1997).

Mais uma vez, tais características também são encontradas nos textos que abordam a trajetória de Antônio Carlos. Quando não é a fala do autor o que se disponibiliza para a análise, encontramos este direito peculiar à ordenação do tempo e do fato, em especial, no que se produziu sobre ele após seu afastamento do jogo político, nas falas e escritos de seus herdeiros. Este direito peculiar, conferido pela ação irresistível do próprio tempo, seria mais uma herança da família Andrada, que toma para si a tarefa e o dever de construir uma nova interpretação dos fatos passados que, tal como ocorre na narrativa de Alceu Amoroso Lima, também sofre alterações com as imposições características desse novo tempo.

Neste sentido, do diálogo entre as transformações da memória na passagem temporal entre passado e presente, analisamos o problema da reafirmação da verdade como característica do discurso que constitui a biografia de Antônio Carlos a partir de três pontos: as afirmações de aspectos proféticos, que estariam presentes nos discursos de Antônio Carlos e em suas análises sobre a Revolução de 1930; a perspectiva da história como justificadora de suas ações políticas e a reafirmação de uma memória pessoal, com seus aspectos reveladores das intenções do agente, que se contraponha à narrativa oficial consagrada pela cultura histórica.

3.3.2. A memória em dois tempos: a atualização dos discursos sobre Antônio Carlos na narrativa biográfica

Quando tomamos a trajetória política de Antônio Carlos como objeto de análise, é perceptível o quanto a derrota no campo político e a compreensão da perda de espaço no campo de poder acabam por estabelecer um novo sentido entre a ação e a construção da memória sobre os fatos que a orientam (Aliança Liberal, Revolução de 1930, Constituinte, Estado Novo etc.). A construção de narrativas no campo da

memória torna-se arma política com o potencial de mostrar as “verdadeiras” intenções que motivaram os embates do passado. Abre-se a possibilidade de construir um discurso concorrente àquele que já se apresenta como consagrado pela cultura histórica. Busca-se, por este meio, um elemento que pode restabelecer o lugar que o agente político, e seus herdeiros, entendem que lhes seria devido. A memória ganha assim um potencial de justificação dos atos do passado. Transformada em História - por seu distanciamento temporal, o apartamento do tempo vivido e a aplicação de métodos e técnicas de escrita que remetem ao *métier* historiográfico – ou em biografia, tem seu potencial estendido ao futuro. A memória abre o caminho para a história como discurso justificador, o que pode ser encontrado também no texto biográfico.

Estes elementos encontram-se delineados na biografia, ao se apresentarem as declarações “proféticas” de Antônio Carlos sobre a campanha da Aliança Liberal. Citando trechos publicados pelo *Diário de Minas*³¹, em fala atribuída a Antônio Carlos ainda durante o período da campanha eleitoral de 1930, Ligia Maria Pereira e Maria Auxiliadora de Faria destacam a seguinte questão:

De qualquer modo, não tenham dúvida. A Aliança Liberal está vencedora. Mas também não se iludam sobre o campo de ruínas que será o troféu de nossa vitória. O país vai atravessar dias amargos e a missão do Governo, nestas tristes circunstâncias, não é, absolutamente, invejável (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 365).

As autoras identificam o elemento da percepção política – ou seja, a capacidade de prognósticos, a partir da análise do próprio contexto, identificável em um político experiente como Antônio Carlos - como uma capacidade premonitória. O texto biográfico estabelece, dessa forma, a atribuição de uma aptidão ao biografado que, como indicado por Lilian Schwarcz (2013), só se torna possível quando construída a *posteriori*, quando as ações e seus respectivos resultados já são conhecidos. Este elemento também pode ser encontrado no seguinte trecho, destacado na biografia:

³¹ *Diário de Minas*. Belo Horizonte: 14 de dezembro de 1929, p. 02.

Um homem sagaz, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Tornou-se personagem decisivo na década de 30. Descendente dos Andradas da Independência, tinha a vocação para a glória. (...) A raposa das Alterosas *sentiu* que, após os erros da Presidência Washington Luís, a Nação, ante o aparecimento de lideranças novas no movimento tenentista, passara a exigir uma mudança ou revolução (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 338).

As autoras ressaltam as características de antecipação do futuro nas falas de Antônio Carlos como um tipo de profecia retroativa, que só pode ser percebida a partir do momento em que o fato já ocorreu e foi registrado e que a fala do sujeito é lembrada, como no caso do texto em destaque, produzido na comemoração do centenário de nascimento do biografado, em 1970³². Neste mesmo sentido, outro texto destacado na biografia, que traz a ideia da profecia, é o depoimento de Afonso Arinos, ao relatar diálogo entre o biografado e seu pai, Afrânio de Melo Franco, no período imediatamente posterior à vitória do movimento de 1930: “(...) o esperto Antônio Carlos teria dito a Melo Franco que talvez dentro de dez anos deveriam os mineiros fazer outra revolução, desta vez para arrancar Getúlio do poder” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 396).

Cabe destacar um último exemplo da presença deste elemento na construção biográfica, dada a relação que se estabelece entre a ação de Antônio Carlos e a alusão à sua capacidade de antecipação aos acontecimentos. Destacamos o relato construído pelas biógrafas, a partir da análise de uma carta enviada pelo presidente de Minas Gerais a João Pessoa, presidente da Paraíba e candidato à vice-presidência da República, pela Aliança Liberal.

Estava viva também, nas memórias nacional e mineira, a pomposa visita de João Pessoa a Belo Horizonte em 16 de janeiro de 1930, com direito a grandiosas homenagens, que culminaram com comício na praça da Liberdade. Foi nessa ocasião que Antônio Carlos, segundo Aurino Morais, teve oportunidade de pronunciar o mais notável de seus discursos durante a campanha liberal. Mais que notável, sua fala foi, naquela ocasião, uma espécie de *profecia* sobre os acontecimentos vindouros e um eloquente apelo à serenidade dos aliancistas frente a

³² Artigo de Otávio Malta, publicado no jornal *Ultima Hora*. Rio de Janeiro: 05 de setembro de 1970.

possíveis dificuldades (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 374) [*grifo nosso*].

O prognóstico de um político experiente, que vivenciava de perto as mudanças e as disputas pelo poder, que detinha elementos para a análise das características da ação de seus pares, acaba sendo reduzido a um tipo de previsão, sem muita exatidão. Este tipo de interpretação termina por diminuir a capacidade de diagnóstico de Antônio Carlos e de leitura de seu tempo. Além disso, promove, na interpretação redutiva da biografia a um aspecto psicológico, uma confusão entre o fato – a ação de Antônio Carlos ao fazer uma análise política de seu momento de atuação – e a memória sobre este fato, quando dele já são conhecidos os resultados.

Na escrita biográfica, como destacado por Pierre Bourdieu (1994), a percepção da vida como uma unidade entísica, uma realidade coesa, contribui para a construção de elementos ilusórios, perceptíveis no estabelecimento de relações entre eventos ocorridos em diferentes momentos, em uma lógica de ação e efeito ou de que determinadas características da ação já poderiam ser perceptíveis em um tempo anterior a ela própria. Isso pode ser identificado ainda no elemento da perspectiva de antecipação dos acontecimentos, como se os personagens que participaram da formação do agente político biografado fossem capazes de prever o seu futuro.

Elemento semelhante na construção da narrativa biográfica, e que se relaciona com essa capacidade de prognóstico identificada como antecipação do futuro, é o recurso ao conhecimento dos fatos, e da memória sobre tais fatos, portanto a *posteriori*, como componente de justificação da ação do biografado em seu tempo de atuação política. Este elemento acaba por servir de explicação para ações abordadas em outras narrativas – como nos textos de memória sobre a Revolução de 1930, narrativas biográficas de outros agentes políticos e mesmo na historiografia – sob uma perspectiva crítica a Antônio Carlos. Nestes textos, são comuns os destaques a comportamentos vacilantes, dúbios ou contraditórios de Antônio Carlos. A biografia, acompanhando as produções anteriores ligadas ao projeto familiar de memória, busca responder a essas críticas, a partir de uma perspectiva elogiosa de suas ações. Para isso, recorre aos resultados produzidos por essas ações e ao conhecimento histórico disponível ao tempo

da produção da narrativa biográfica, para justificar os posicionamentos políticos de Antônio Carlos.

Característica constante nas narrativas críticas e a explicação mais recorrente para o ingresso de Antônio Carlos no processo de formação da Aliança Liberal é o ressentimento por não ter sido escolhido o candidato oficial à Presidência da República em 1929. Ao abordar este tema na biografia, as autoras ressaltam as qualidades do biografado, utilizando o texto de Ernesta Von Weber, *Vultos da Revolução* (1931), que comparava o político mineiro ao cardeal Richeleau³³, político francês de grande influência no século XVII e famoso por sua astúcia política.

(...) Com efeito, o cardeal diabólico, que empolgou pela sua astúcia um agitado período da política francesa, encontra ressonâncias exatas na figura do descendente dos Andradas. Antônio Carlos desencadeou sobre o Brasil a tempestade cívica da Aliança Liberal. Os seus inimigos o acusam de ter feito tudo exclusivamente por ambição, em virtude do Sr. Washington Luís não haver concordado com sua candidatura à Presidência da República. Admitamos mesmo que assim fosse... Em vez de aquietar-se, de dar um abatimento às suas ambições, Antônio Carlos reagiu, não aceitando compensações inferiores, deixando assim no vácuo das hipóteses as acusações de seus desafetos. (...) O Sr. Antônio Carlos revelou-se quase genial. Pôs em campo toda sua cultura, todos os materiais de sua intelectualidade, toda a sagacidade e toda a maleabilidade do espírito que herdou de seus antepassados (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 338 - 339).

O aspecto a se destacar é o elemento hereditário, como explicação para as ações de Antônio Carlos. A herança familiar é tomada como orientação para a ação política. Suas ações encontram-se pautadas pelo acúmulo de um conhecimento e experiência políticos transmitidos entre as gerações dos Andradas, aqui destacados nas ideias de intelectualidade, sagacidade e maleabilidade do espírito. Esse elemento também pode ser encontrado no trecho destacado na biografia, onde se alude à avaliação de Antônio Carlos acerca das ações da Aliança Liberal. Em carta a Epitácio Pessoa,

³³ Armand Jean du Plessis, Cardeal de Richelieu, Duque de Richelieu e de Fronsac (1585-1642) foi um político francês. Primeiro-Ministro do rei Luís XIII, de 1628 a 1642, era defensor do modelo monárquico absolutista. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/cardeal_de_richelieu/>. Acessado em: 21 de mar de 2019.

Antônio Carlos apontava sua preocupação com a posteridade e o julgamento das ações da Aliança Liberal:

Não apenas por esse fato ela me [*sic*] proporcionou o maior conforto moral, mas também porque os seus termos constituem notável depoimento histórico no qual a posteridade encontrará as mais vigorosas razões para proclamar a justiça, a nobreza e o puro patriotismo com que nos temos orientado, quando nos encontramos em dissídio com o Presidente da República (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 362).

A ideia do julgamento pela posteridade revela a percepção de que as ações só poderiam ser compreendidas em outro tempo, despidas das paixões políticas. Se as críticas do presente são duras e não encontram espaço para serem respondidas a contento, a posteridade abrirá tais possibilidades. Neste sentido, as ações dos aliancistas seriam justificadas pela História, por meio da percepção de que se traduziam em interesses maiores que os pessoais, em valores como a justiça, a nobreza e o patriotismo, que só poderiam ser comprovados pelos resultados das ações propostas pelos revolucionários.

Esse elemento da construção biográfica estabelece a relação entre a memória do indivíduo e a constituição de uma memória social. Isso decorre dos efeitos que este discurso provoca sobre a sociedade, na medida em que a solução para os conflitos é encontrada na justificação pela posteridade. Neste regime de historicidade, como destacado por Benito Schmidt (2003), cabe ao futuro esclarecer o passado. No caso que aqui analisamos, Antônio Carlos demonstra grande clareza sobre essa relação e tal elemento é retomado na construção de sua narrativa biográfica, constituindo-se exatamente como meio de justificação de suas ações.

Na biografia, essa preocupação transparece com a necessidade de se dizer que o povo esteve com a Aliança Liberal no momento em que se escrevia a História (PEREIRA; FARIA, 1998). O destaque dado pelas autoras à ideia do registro das ações para a posteridade mostra a preocupação com a construção de uma memória sobre a Revolução de 1930, tanto no tempo de ação política de Antônio Carlos – perceptível

com a publicação de sua coletânea de discursos ainda em 1930 -, quanto na posteridade - sendo a própria biografia exemplo de um projeto de reconstrução da memória histórica, com a busca pela definição de um lugar de destaque para esse agente.

Outro elemento importante na relação estabelecida no texto biográfico entre os campos da memória e da História é a recorrência aos testemunhos como subsídio para a construção da narrativa. Em muitos casos, a justificativa dos discursos utilizados – a maioria composta por familiares do biografado ou pessoas próximas a seu núcleo familiar - é construída a partir da participação da testemunha no evento que relata. Quando não é este o caso, são apontados elementos como o conhecimento dos eventos a partir da transmissão oral por membros da família ou a prática comum do grupo de se dedicar ao estudo da História. Neste sentido, temos a alusão a Bonifácio José Tamm de Andrada que, mesmo não tendo participado da Revolução de 1930, tomada como elemento central da construção biográfica pelas próprias autoras, tem seus discursos valorizados pelo fato de ser “como todo Andrada, um estudioso da história, [e guardar] em suas lembranças inúmeros episódios relatados por seu pai” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 392).

Na biografia de Antônio Carlos, as autoras recorreram ao testemunho de personagens que não vivenciaram o fato, mas justificam-no como tendo ouvido relatos de quem o vivenciou. Do texto das autoras, podemos inferir que o estudo da História está associado ao testemunho, ficando em um segundo plano a reflexão sobre as diferenças entre o campo da memória, presente na ideia de lembranças da testemunha, e o da História, como conhecimento pautado por definições teóricas e metodológicas (CERTEAU, 1982). Outra justificativa para realçar a importância do testemunho de Bonifácio de Andrada é a referência à tradição familiar, aqui destacando que “todo Andrada é um estudioso da História”. Desse modo, mais que um estudioso ou uma testemunha, a relevância das recordações de Bonifácio de Andrada³⁴ se relaciona à ligação familiar, uma vez que sua ação de preservação caracteriza o próprio grupo.

³⁴ Vale lembrar que Bonifácio de Andrada foi um dos organizadores das comemorações dos 50 anos da Revolução de 1930 pela Câmara dos Deputados, proferindo palestra sobre a participação de Minas Gerais no processo. Da mesma forma, também participou dos debates propostos pelo Centro de Estudos Mineiros em 1980, como já apontamos anteriormente.

Na biografia, encontramos o uso constante de informações oriundas do que as autoras definem como “tradição oral familiar” (PEREIRA; FARIA, 1998). Para além do reforço da ideia de uma tradição familiar identificável, muitos dos relatos sobre Antônio Carlos estão pautados unicamente em testemunhos de pessoas da família que não viveram os eventos que relatam que, em alguns casos, ocorreram em um período distante do próprio nascimento da testemunha e que, a despeito da afirmação de que todo Andrada é um historiador, não apontam o trabalho de pesquisa como fonte para suas afirmações. Tal característica encontra um paralelo com a necessidade de reprodução política da memória familiar para além dos limites do grupo. De acordo com Leticia Bicalho Canêdo,

A reprodução política só existe se é atuada e atuante. Ora, ela se torna atuada e atuante ao encontrar pessoas que (...) se responsabilizem por ela e sejam capazes de assumir os postos que lhes são destinados em momentos de incerteza. Melhor dizendo, é preciso que alguém se apresente para fazer o que dela se espera, ou que ela própria espera de si própria. Alguém, que pelas experiências anteriores, seja dotada de aptidões para reavivar uma história (CANÊDO, 1995, p. 92).

Isso pode ser encontrado nos membros da família que, a despeito de não ocuparem cargos públicos ou terem formações acadêmicas específicas na área, são tidos como os guardiões da memória e tradição familiar. Segundo Canêdo (1995, p. 93), a atuação destes guardiões da memória é fundamental em momentos de risco em relação ao esquecimento: “Diante de um risco iminente para a coesão — o esquecimento — alguém da família atuou, trazendo a história”. Na preservação da memória da família Andrada, encontramos a menção a agentes que cumprem esse papel, inclusive como participantes do processo de produção da biografia. Este é o caso de Martin Francisco Borges de Andrada³⁵, que trabalha como representante da família no processo de construção biográfica. Também é esta a função de Maria Andrada Ibrahim. Sobrinha de Antônio Carlos, ela é identificada no texto biográfico como uma “espécie de guardiã da memória da família”. Maria Andrada Ibrahim relata:

³⁵ Filho de Bonifácio José Tamm de Andrada, pertence à sexta geração da família.

Tio Tônico chegou com vários colegas e se sentou em uma mesa perto. Na mesma hora em que olhou para tia Julieta falou para si mesmo: “Se não tiver nada com o Pedro, eu estou gostando dela”. Ele não sabia, poderia ser a namorada do amigo. Quando o amigo o viu foi cumprimentá-lo e disse; “Antônio Carlos, deixa eu te apresentar – o irmão pensou a mesma coisa, bom casamento para a irmã -, minha mãe e minha irmã”. Foi a conta. O tio Tônico botou os olhos nela e pronto. Com ela também foi assim (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 23).

Neste depoimento, encontramos elementos que contribuem para um processo de destaque dos aspectos da vida privada, como o uso do apelido Tônico para identificar o agente político biografado. Também é essa testemunha quem faz o relato do primeiro encontro entre Antônio Carlos e sua esposa. Nesse trecho, carregado pelo elemento psicológico, onde a testemunha parece ter a capacidade de sondar os pensamentos e sentimentos do biografado, são ressaltados os aspectos de sua vida íntima. Tais elementos contribuem, sobretudo, para acentuar uma imagem de informalidade no processo de reprodução da memória.

Contudo, ainda de acordo com Canêdo (1995), a família sozinha não é capaz de reativar a memória familiar. Ela precisará de outros entes, como a população. É nesse sentido que temos a função primordial da biografia e a atuação familiar em outros campos de produção de memória. No caso da família Andrada, sua ação pode ser encontrada também no campo historiográfico, expresso nos textos produzidos por seus membros, como é o caso de Bonifácio de Andrada, e na relação institucional presente na criação de espaços de memória, como o Solar dos Andradas, e na participação das atividades do Centro de Estudos Mineiros, como já destacamos anteriormente.

Somadas a essas características, temos também a influência da própria interpretação histórica que se construiu sobre este ator político. A preocupação com a posteridade pode surgir como fruto da ação dos pesquisadores, decorrente da interpretação e reconstrução das ações de Antônio Carlos, como o destaque excessivo das biografias à presença deste componente no momento de seleção das fontes e na produção da narrativa. Um exagero possível, sobretudo dadas as características de escrita da biografia histórica, mas que de forma nenhuma diminui a importância do fato de Antônio Carlos ter uma preocupação especial em construir e preservar uma memória acerca de sua atuação. Memória que funcionaria como contraponto de um discurso que

já se mostrava vitorioso antes mesmo da conclusão das ações, identificadas na ideia de Revolução de 1930: o discurso getulista que, paulatinamente, afastaria do centro da narrativa histórica antigos aliados, que também foram afastados do centro do poder.

3.4. A TRADIÇÃO COMO ELEMENTO DA CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA

Alijado do centro de decisões políticas a partir de 1937, tal como ocorrera com outros importantes integrantes da Aliança Liberal, em um processo de centralização do poder na figura de Getúlio Vargas, Antônio Carlos e a família Andrada buscaram formas de contrapor o discurso oficial, que se tornou dominante na produção histórica. Para isso, o projeto estaria ancorado em um elemento já largamente utilizado pela família Andrada, como meio de distinção social: a ideia da tradição. A tradição familiar, vista como um *status* social deixado como herança (CANÊDO, 1997) para as gerações seguintes, encontra-se presente na construção da narrativa biográfica.

Como já apontamos, a construção da imagem pública de Antônio Carlos, por meio dos elementos que caracterizam a estruturação da narrativa biográfica, compõe o projeto de memória empreendido pela família Andrada. Neste sentido, a biografia é identificada como o produto que reúne de forma mais completa os elementos que caracterizam tal projeto e que orientam nossa análise. Dentre esses elementos, destacamos a definição de uma noção de tradição que identifica a família e estabelece sua distinção no interior da elite mineira. Este *status* social é o elemento fundamental da consolidação do lugar político ocupado pelos integrantes da família. Buscamos identificar as relações entre esse *status* social e o debate sobre a questão da formação das elites em Minas Gerais, mostrando como as relações entre os campos econômicos e políticos são trabalhadas no texto biográfico. Nessa discussão, que relaciona o reconhecimento de uma tradição familiar à busca pela afirmação de seu lugar no interior da elite, surgem os elementos que apontam os conflitos intraelitistas que caracterizaram esse grupo em Minas Gerais, ao longo da Primeira República. Buscamos apontar os elementos desses conflitos por meio da abordagem presente na biografia, a partir da

identificação das distinções entre as definições de oligarquia e aristocracia, para a identificação das frações da elite e o reforço da distinção dos Andradas em seu interior.

As referências ao conceito de tradição, presentes na biografia, relacionam-se tanto à tradição familiar, de forma mais geral como elemento de distinção da família Andrada, quanto à tradição política, tomada como o principal elemento de expressão dessa tradição do clã. Essa última estabelece a relação entre a atuação dos membros da família com os aspectos que seriam a essência de um caráter tipicamente mineiro, identificados na ideia de *mineiridade* (ARRUDA, 1999) e referindo-se tanto ao povo quanto à elite do estado.

A tradição familiar dos Andradas estabelece a ligação entre vários tempos na narrativa biográfica: o passado, identificado com a atuação política dos membros da família durante o período da Independência e ao longo do século XIX, relacionado aos eventos políticos do Império; o tempo de atuação do biografado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sendo este identificado como o guardião e mantenedor das práticas que identificam e distinguem a família no campo político e; por fim, o tempo da produção biográfica, que é também o momento de atuação dos herdeiros políticos de Antônio Carlos e, por conseguinte, de toda essa tradição secular. O tempo das biografias se caracteriza como um momento de balanço das realizações políticas da família, como forma de reafirmar a permanência da tradição. Mais do que preservada pelos elementos que caracterizariam a ação pública de seus membros, ela precisa ser também rememorada, como forma de estabelecer a relação entre passado e presente, necessária à própria afirmação de seu caráter de tradição. Esse elemento também é identificado na biografia de Zezinho Bonifácio, quando se apontam as permanências das práticas na comparação com outros membros da família e no texto comum que identifica as origens dos Andradas e sua chegada a Minas Gerais³⁶ (PEREIRA; FARIA, 1994).

Considerando a importância de tal ideia na construção da narrativa biográfica, é importante a retomada de uma breve análise do conceito de *tradição*, buscando identificar como se encontram definidos no texto biográfico. Com essa

³⁶ Fazemos referência ao texto sobre as origens da família Andrada e sua instalação em Minas Gerais. Tal conteúdo é o tema principal do primeiro capítulo, tanto na biografia de Zezinho Bonifácio, quanto na narrativa sobre Antônio Carlos, sendo os textos apresentados de forma praticamente idêntica (PEREIRA. FARIA, 1994; 1998).

discussão, estabelecemos a relação entre o conceito de tradição, sob uma perspectiva da historicidade de sua construção (LE GOFF, 1990; HOBBSAWM, 1997). O conceito de tradição serve como suporte para a definição de *status* social como herança, utilizado por Leticia Bicalho Canêdo (1994; 1997; 2011). Ele relaciona as noções de patrimônio, capital político e herança como meio para analisar a transmissão do *status* social entre diferentes gerações de famílias políticas. Tais conceitos nos servem como suporte para identificar, no texto biográfico, a forma como a ideia de tradição política e familiar encontra-se elaborada e os elementos que estabelecem a relação temporal indicada anteriormente.

Para definir o conceito de tradição, é preciso compreender seus múltiplos significados. Segundo Kalina Silva e Maciel Silva (2009), o termo tradição teve seu significado inicialmente ligado a ideias religiosas, mas posteriormente se relacionou a elementos culturais presentes nos costumes, nas Artes, nos fazeres, identificados como herança do passado. Em sua definição mais simples, a tradição é um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente. Dessa forma, a tradição tem, na perspectiva sociológica, a função de preservar, para a sociedade, costumes e práticas que já demonstraram ser eficazes pela experiência, encontrando-se em todos os domínios da vida social e tendo como função estabelecer uma relação de continuidade. Dessa forma, ao preservar o passado e manter suas características no presente, a tradição estabelece também os parâmetros para a constituição de perspectivas de futuro (KOSELECK, 2006), pois a experiência é tomada como elemento indicador das possibilidades de ação.

Essa capacidade de estabelecer relações entre passado, presente e futuro não torna as tradições algo imutável. Tais práticas se transformam continuamente, de acordo com as novas necessidades, sejam sociais, políticas ou culturais, funcionando também para impedir que a própria tradição se dissolva. Dentro de uma perspectiva tradicional, manter vivos, no presente, os costumes e as práticas já experimentados no passado, seria uma forma de garantir a ordem futura. Aludindo a Dominique Wolton, Silva (2009) destaca que nenhuma sociedade muda completamente, pois à medida que ocorrem transformações, a tradição cumpre um papel de suporte para a mudança social. Dessa forma, toda fase de transformação possui também aspectos de estabilidade, sendo o

mais marcante deles, dentro do conceito de tradição, a sua aparente característica de invariabilidade.

Ainda que se adaptem às imposições características das novas condições sociais, um conjunto de práticas identificadas como fixas estabelecem, no presente, uma relação indissociável com o passado, seja ele real ou imaginado (SILVA, 2009). Nessa perspectiva, valores defendidos, ações realizadas, funções exercidas por indivíduos de diferentes gerações podem ser relacionados como expressão de um mesmo conjunto de práticas que, a despeito das mudanças nos aspectos sociais, mantém elementos que não são alterados.

Neste sentido, da busca pela identificação de elementos de estabilidade na relação entre passado e presente por meio da tradição, é que nossa análise se aproxima da obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997). A partir do conceito de *tradições inventadas*, os autores apontam como são estabelecidas continuidades temporais artificiais, por meio de diversos recursos rituais e discursivos, repetidos de forma quase obrigatória, que ganham notoriedade e reconhecimento social como expressões de práticas antigas que permanecem ativas no presente. Essas invenções dariam uma origem histórica a determinados valores que, devendo ser aceitos por todos, mas encontrando oposição nos novos costumes, precisam recorrer à noção da ancestralidade, da antiguidade, do saber superior oriundo da experiência, para se consolidarem como prática social.

Na análise das tradições inventadas ligadas aos rituais usados para reafirmar a legitimidade de práticas como, por exemplo, as da Monarquia, objeto estudado por Eric Hobsbawm (1997), destacam-se as afirmações quanto aos aspectos de antiguidade dos rituais como forma de reiterar sua importância. Neste sentido, a tradição também tem uma ligação muito forte com a ideia de antiguidade e com uma noção de “Idade de ouro” (GIRARDET, 1982), na qual seus elementos são tomados como superiores aos que se apresentam no presente. Mesmo que, muitas vezes, tal antiguidade seja ilusória, o que se busca é reafirmar o valor da presença desses ritos na atualidade, sejam eles recentes ou alusivos a uma antiguidade inventada, por trazerem consigo toda uma carga de experiência do passado. Muitas vezes recorre-se ao passado por considerar que as experiências de seus agentes podem servir como modelo para o presente, mesmo que as

características e resultados dessas ações sejam uma construção discursiva. Tais discursos podem se constituir em dois tempos distintos: naquele que se afasta, ou seja, em um momento anterior ao de sua utilização narrativa como portadora de sentido - o que permite que muitas vezes tais discursos sofram ressignificações, que o difiram em grande medida de seu conteúdo original; ou também no momento mesmo de seu uso, ainda que aludam a uma origem mais remota.

Dessa forma, podemos afirmar que as tradições, mesmo as que se enquadram na definição de “inventadas”, são transmitidas e se consolidam por meio do ato da narração. As narrativas aludem à memória de indivíduos e grupos sociais, e a elas são atribuídos novos sentidos e funções ao longo do tempo, de acordo com os valores sociais vigentes. Como destaca Jacques Le Goff, aludindo à obra de Pierre Janet (LE GOFF, 1990), o ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo. Este é caracterizado por sua função social como comunicação, a outrem, de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo. No processo de transmissão, construção ou invenção das tradições, estes dois elementos terão importância fundamental: memória e narração. Da mesma forma, são também fundamentais na constituição de tradições familiares pautadas pela necessidade de definição de elementos identificadores a serem transmitidos entre suas gerações.

Sobre as características da constituição de tradições familiares, especificamente ligadas ao campo político, Aline Borges Canani aborda as relações e os usos das noções de patrimônio e herança. A autora aponta que “o termo patrimônio, em inglês *heritage*, em espanhol *herencia*, traz no conjunto de seu significado uma relação estreita com a ideia de herança: algo a ser deixado ou transmitido para as futuras gerações” (CANANI, 2005, p. 165). O fundamental é que essa passagem é feita não apenas na forma de transmissão de bens, mas também de práticas sociais. Utilizando a definição de herança de Redclife-Brown (1989), Canani aponta que esta ideia representa, mais que o legado patrimonial, a transferência do *status* social baseado na relação existente entre dois membros de um mesmo grupo, em que um transmite e o outro recebe. Do ponto de vista de um *status* político, tal aspecto pode ser percebido na transmissão de um lugar de destaque neste campo específico entre membros de diferentes gerações. Este status pode ser expresso pela ocupação de um cargo público ou

na condição de líder de uma facção partidária, mesmo sem o exercício efetivo de uma função oficial específica.

Tais elementos referentes à definição da ideia de tradição, seu aspecto mnemônico e narrativo e sua transformação em capital político e *status* social a ser transmitido como herança entre as gerações, podem ser identificados nas ações políticas da família Andrada e constituem pontos de orientação da narrativa biográfica de Antônio Carlos.

3.4.1. A tradição familiar e o *status* social como herança

Quando tomamos a família Andrada como exemplo, e a partir do que se encontra exposto na biografia de Antônio Carlos, é possível perceber os elementos que caracterizam a ideia de tradição, a partir de diferentes vertentes que se complementam. A transferência do *status* político como herança pode ser identificada na relação que se estabelece na narrativa entre o bacharel Antônio Carlos, pai, e seu filho, José Bonifácio, irmão mais jovem do biografado. Após a morte do pai, este “herda” sua condição de chefe político em Barbacena e, por conseguinte, toma para si os espaços de atuação que antes eram ocupados por aquele (PEREIRA; FARIA, 1998). Investido desta nova posição, José Bonifácio elege-se deputado federal pelo distrito de Barbacena, evidenciando o aspecto dessa substituição como forma de manter o *status* político da família. Essa condição de herdeiro político, assumida por José Bonifácio, resulta na necessidade de Antônio Carlos estabelecer um novo espaço que lhe desse a possibilidade de ascensão política. Isso ocorre com sua transferência para a cidade de Juiz de Fora, em 1894. Contudo, ele mantém o *status* político da família Andrada, como herdeiro de uma tradição caracterizada pelas práticas políticas das gerações anteriores.

Este elemento que caracteriza a tradição Andradina encontra-se expresso na imprensa e nos testemunhos que contribuíram para a construção da narrativa biográfica. Na imprensa, encontramos a proximidade política com os produtores rurais como símbolo dessa capacidade política. A representação desses interesses econômicos pode

ser percebida na biografia, quando são apontadas as ações de Antônio Carlos na imprensa de Juiz de Fora, na defesa de medidas que atendessem às reivindicações das chamadas “classes produtoras”. Tais medidas se relacionavam ao estabelecimento de um novo modelo de impostos, ao subsídio do valor dos transportes e à organização, por parte do governo, dos trabalhadores que serviam como mão de obra na lavoura. Citando trechos publicados no *Jornal do Comércio*, do discurso de Antônio Carlos, proferido em um de seus retornos a Juiz de Fora em 1909, quando ocupava os postos de vereador municipal e senador estadual, algumas das características de sua ação política são destacadas:

(...) Esforçando-se por servir aos respeitáveis interesses das classes produtoras, cuja prosperidade era, em suma, a própria prosperidade nacional, esforçando-se por servir à grande causa da educação popular, cumpria dever elementar de patriota, para quem a grandeza daquelas classes e a instrução do povo eram a glória da própria pátria (...) Que valeria – exclama o orador – uma pátria em que os homens públicos esquecessem os grandes interesses das classes operosas – lavoura, comércio e indústria, desconhecendo os direitos que lhes assistem à proteção pública, para delas só se lembrarem quando preciso fosse acorrentá-las à tirania das contribuições onerosas, ao encargo dos pesados impostos (...) Que valeria – exclama ainda o orador –, uma pátria onde os homens públicos desprezassem a grande causa da educação do povo, apontado como o mais sólido alicerce das democracias (...) (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 118).

Fica clara, no texto, a atuação a serviço dos interesses das classes produtoras, que se encontra distinguida do povo. Era da prosperidade dessas classes que dependia a fortuna da nação. De um lado temos as classes operosas, identificadas com a lavoura, a indústria e o comércio. Estes concentram a maior parte dos esforços destacados no discurso de Antônio Carlos, ao apontar a defesa dos direitos à proteção pública. A dedicação ao atendimento de seus interesses fica expressa na luta contra os altos impostos que caracterizava um dos debates mais marcantes do período e fora um dos elementos que impulsionara a carreira política de Antônio Carlos, ao longo da década de 1890. Ao povo dedica-se a luta pela educação pública, também um marco em sua atividade política. Esta se relaciona a outro problema crucial para a produção econômica que era a disponibilidade de mão de obra. Dessa forma, a noção de

democracia também se expressa na forma como o político define sua atuação, já que as distinções sociais em nenhum momento são abordadas sob a perspectiva da diminuição de tais diferenças entre os grupos identificados, mas no reconhecimento de distinções que apontam um distanciamento dos problemas e reivindicações populares, característico da elite política republicana, e uma proximidade muito maior entre o agente político e os grupos que apresentam amplo domínio econômico.

Essa relação entre a produção econômica e ação política durante a Primeira República é identificada por Claudia Viscardi (2012) ao apontar as particularidades de Minas Gerais. No estado, por predominar a produção agroexportadora, dependente dos preços internacionais, este setor ficava refém das políticas cambial, fiscal e monetária estabelecidas nacionalmente. Dessa forma, a esfera da política se constituía de importância fundamental para que os interesses dos cafeicultores fossem contemplados. É a partir dessa configuração das relações entre poder econômico e político que Antônio Carlos iria articular sua ascensão, a partir da década de 1890, ao defender na esfera política os interesses dos produtores rurais. Sua atividade de representação seria ampliada com a extensão de sua ação à indústria, a partir do aumento da importância deste setor na produção econômica da região da Zona da Mata mineira, durante a década de 1900.

Dos testemunhos presentes na biografia, destaca-se, sobre este aspecto, a entrevista de Wilson Cid³⁷. Em seu depoimento estão presentes alguns elementos da tradição dos Andradas, ligados a esse aspecto de representação política dos interesses econômicos do estado e, em particular, da região que formava sua base política:

E, na minha opinião, Antônio Carlos teve grande acuidade exatamente em saber liderar esse capital que chegou de fora e se instalou aqui para a indústria. Tanto é que ele se queixa logo da carga tributária em cima. Quer dizer, não em cima dele, mas em cima dos que ele liderava (...) Não acredito que ele tivesse gosto pelas atividades industriais, pelas atividades urbanas, mas tinha consciência da importância que exerciam no desenvolvimento, na economia. Os Andradas nunca tiveram (...). O amor deles é pela política, pelo exercício da política (PEREIRA, FARIA, 1998, p. 98).

³⁷ Wilson Cid é jornalista, atuando nas cidades de Barbacena e Juiz de Fora.

A tradição dos Andradas estaria distante do trabalho urbano, neste caso específico do industrial. Estaria ligada à prática da política, expressa na atividade de representação de grupos que não estavam, necessariamente, ligados às atividades também desenvolvidas pela família. A capacidade de percepção política de Antônio Carlos ao identificar o campo político que chegava a Juiz de Fora com o processo de industrialização aponta para essa característica da família, de forma geral, e do biografado, em particular.

Tal distanciamento das atividades laboriosas também encontra eco nas críticas dos adversários. A família atuou nos ramos de produção agrícola e exploração mineral, desde a chegada do bacharel Antônio Carlos a Barbacena, em 1864, como pode ser verificado nos documentos preservados no arquivo permanente da família Andrada³⁸. Contudo, na construção narrativa que busca destacar os elementos da tradição, eles não se enquadram na definição de comerciante, nem industrial, nem agricultor, mas representavam todos esses interesses. A representação política, pautada pela capacidade de percepção e acúmulo do capital político disponível, transforma-se no patrimônio característico da tradição dos Andradas, a ser transmitido como herança entre as gerações. A diversificação de suas atividades e a concentração de seu capital no campo político também podem ser percebidas nas características da formação acadêmica de seus membros. O predomínio de carreiras jurídicas, como é o caso do próprio Antônio Carlos, convive com membros da família atuantes nos campos da Diplomacia e Engenharia, acompanhando as características da elite política mineira ao tempo da Primeira República³⁹ (FLEISCHER, 1977).

O processo de formação intelectual corresponde a um espaço privilegiado para o início da ação política e estabelece o parâmetro que caracteriza sua trajetória. Antônio Carlos, tal como outros membros da família, tem sua ação ligada ao trabalho de representação, oriunda de uma sólida formação humanística e intelectual. Os membros

³⁸ O Arquivo Permanente da Família Andrada encontra-se sob a posse do Centro de Estudos Mineiros da FAFICH-UFMG. Na descrição da documentação que compõe o acervo, é possível verificar os documentos de posse do patrimônio da família, com destaque para a fazenda Borda do Campo, os imóveis em Barbacena e Juiz de Fora, além de informações sobre sesmarias cuja posse datam dos séculos XVIII e XIX. Ver: Arquivo Permanente da Família Andrada/ Descrição Sumária. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/cem/fandrada.html>>. Acessado em: 26 de nov de 2018.

³⁹ Uma maior diversificação das carreiras entre os membros da família Andrada ocorreria ao longo do século XX. Isso pode ser verificado no segundo capítulo deste trabalho, quando abordamos a genealogia política da família, com destaque para as atuações individuais de seus membros (Capítulo II).

da família não se destacam pelo trabalho comercial, industrial ou agrícola, mas pela atividade nas áreas de formação específica como a advocacia ou a área financeira. Algo que não é exclusividade dos membros da família, dado que outros agentes da elite mineira também construíram suas carreiras profissionais e políticas ligadas a essas atividades – caso também marcante na família Melo Franco -, caracterizando uma elite mais ligada ao trabalho intelectual que econômico.

Contudo, a despeito das críticas, é fundamental a transmissão como herança deste *status* político. Tal como ocorrera entre o bacharel Antônio Carlos e seu filho José Bonifácio, o capital político familiar, ampliado com a ocupação do posto de presidente do estado por Antônio Carlos, seria transferido para seu sobrinho, José Bonifácio Lafayette de Andrada. Nos dois casos, o que temos é uma herança que não segue a lógica da transmissão para o filho mais velho, pois esta segue aspectos que atendem à necessidade de manter em atividade o capital político, por meio dos indivíduos que apresentem as melhores condições para tal. De acordo com Canini (2005), a aproximação entre a concepção de parentesco e a noção de transmissão de patrimônio apontam novas possibilidades de transmissão de herança que, em determinados momentos, encontra-se passível de uma definição por conveniência.

Isso explica, ao menos em parte, o fato de não haver referências tão marcantes a José Bonifácio, o embaixador, que herdara a posição do pai em Barbacena, quanto as que a família patrocina em relação a Antônio Carlos. Como é possível perceber por meio da análise da produção intelectual de José Bonifácio⁴⁰, expressa nos textos sobre a fazenda Borda do Campo (1910) e na genealogia dos Andradas (1912), como membro do IHGB, colecionador de documentos históricos utilizados em suas pesquisas e, por estes elementos, produtor de narrativas que corroboram a ideia de tradição familiar, sua atuação se encontraria muito mais em conformidade com a lógica que a família constrói de uma tradição ligada à preservação da memória e da história familiar. Como produtor de memória e divulgador da tradição familiar, as ações de José Bonifácio são muito mais marcantes que as de Antônio Carlos. O elemento que os distingue e que atribui a Antônio Carlos um potencial particular e que o qualifica como objeto para a escrita biográfica, é sua carreira política e as possibilidades de transmissão do *status social* para as gerações seguintes.

⁴⁰ Analisamos essa produção no capítulo II deste trabalho.

Apesar da longa carreira parlamentar de José Bonifácio, que exerceu onze mandatos consecutivos como deputado federal, entre 1898 e 1930, o maior capital político dentre os membros da família, que se tornou patrimônio digno de transmissão como herança, se consolidou por meio da atuação de Antônio Carlos, destacada pelos vários cargos ocupados na burocracia e na administração municipal, estadual e federal. Devido a isso, a trajetória do presidente tornou-se elemento de maior interesse também fora do círculo familiar, sendo percebido no âmbito do poder público.

No processo de constituição de um patrimônio e de sua definição como herança a ser transmitida para futuras gerações, a atribuição de valor a determinados bens, objetos e processos produz novos significados nos diferentes contextos onde ocorre. Essa construção de significados passa pela atribuição de um elemento de sacralidade ao patrimônio, seja ele material ou relacionado ao *status* social. Contudo, a atribuição de tal valor ao patrimônio, que o torna algo digno de ser transmitido como herança, passa pela afirmação da dimensão de poder envolvida no processo (CANANI, 2005). Ao abordar a instituição do patrimônio cultural, tal dimensão do poder encontra-se abrigada nos órgãos públicos, externos a esse patrimônio, que lhe atribuem tal sentido de sacralidade. No que se refere à família Andrada, seu processo de sacralização, ou seja, o reconhecimento de *status* social como capital político, que a distingue em seu cenário de atuação, é atribuído, em grande parte, pelas políticas da memória desenvolvidas pela família. Contudo, o reconhecimento do valor desse patrimônio só se consolida com um reconhecimento externo, encontrado em produções que extrapolam o âmbito familiar, como a historiografia, a escrita biográfica, as ações do poder público – como as homenagens em nomes de ruas, praças, cidades etc. Dessa forma, estabelece-se uma tradição política familiar, transformando o *status* social dos membros de uma geração em patrimônio, capital político a ser transmitido às gerações futuras.

Mesmo buscando estabelecer os pontos de distinção da família em relação às demais frações da elite mineira, o lugar ocupado por seus membros na esfera pública gira em torno das relações entre os campos político e econômico, que caracterizam o Brasil do início da República. Essas relações são trabalhadas na historiografia sobre a Primeira República, sobretudo no que diz respeito às relações entre os processos políticos e as demandas da produção agroexportadora e, em menor medida, industrial.

Para pensar o papel e as características da elite mineira na Primeira República - e em especial no período imediatamente antecedente ao movimento político de 1930 -, dois pressupostos que orientam a obra de Cláudia Viscardi (2012) são fundamentais. O primeiro indica que o estado de Minas Gerais viveu, durante todo o período republicano, árduas disputas intraelitistas que interferiram em sua luta por projeção nacional. O segundo é que sua importância no período não derivou do apaziguamento interno de suas divergências, mas de seu poder econômico, condicionado por ser o segundo maior exportador de café do Brasil, aliado ao fato de ter o maior contingente eleitoral. A partir desses elementos, é possível pensar o que define essa “elite” mineira do período e como os Andradas encontram-se relacionados a ela, seja na busca por pontos de identificação ou de distinção em seu interior.

3.4.2. O lugar político de Antônio Carlos e a sua relação com a tradição,

As origens da família Andrada em Minas Gerais remontam à transferência do bacharel Antônio Carlos, pai do biografado, para a cidade de Barbacena, em 1864. Essa mudança é abordada a partir de dois elementos. O primeiro diz respeito a um aspecto pessoal e familiar, em que o bacharel acompanha a mãe em busca do clima saudável da cidade, devido à delicada saúde de ambos (PEREIRA, FARIA, 1998). Já o segundo elemento diz respeito a um aspecto que não é meramente pessoal, apesar de estar relacionado a uma questão de família. Essa fixação em Barbacena seria um gesto de gratidão a Minas Gerais por ter elegido seu pai, Martins Francisco, quando preso, para a segunda legislatura da Assembleia Geral do Império (1825).

As questões pessoais são abordadas de forma aparentemente desconectadas aos motivos políticos. Mas vale ressaltar que a região da Zona da Mata mineira passava por um processo de crescimento econômico e aumento de sua importância política nesse período. Este elemento pode também ser tomado como motivação para essa escolha. De toda forma, um item desse discurso merece uma análise mais detida. A fixação da família nessa região, explicada pelo aspecto da gratidão, serve para reforçar a ligação com a ideia de *mineiridade*. Se a gratidão é a marca inicial dessa relação, a

contrapartida da família pode ser encontrada na ação política que seus membros desenvolveriam naquele espaço, a partir de então. Para além da relação com a ideia de *mineiridade*, como identificadora de um caráter mineiro também perceptível nos membros da família, o que o texto destaca são os elementos de um tipo de postura que caracteriza o clã político, tanto no âmbito público quanto privado. Neste sentido, a formação educacional oferecida pela família é destacada na ação da mãe:

Uma sólida formação religiosa, por sinal, Antônio Carlos e os irmãos receberam no seio da própria família, especialmente da mãe, d. Adelaide Duarte Andrada. Segundo os registros, a personalidade de d. Adelaide marcou a história de Barbacena, sobretudo por sua liderança espiritual e religiosa. Participava com empenho das atividades da matriz da cidade, a Igreja da Piedade, sendo muito respeitada no meio eclesiástico, onde mantinha estreito contato com párocos, bispos e arcebispos. Demonstrava forte preocupação social, que se traduzia em prática de assistência social, às quais dedicava boa parte de seu tempo. Aqueles que se ocupado estudo da história de Barbacena e de suas famílias não pouparam referências elogiosas à sua figura (...) (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 18)

A relação entre o caráter privado da formação e o caráter público da atuação política é destacada na abordagem sobre os aspectos de honra e tradição familiar, mas também na influência religiosa que se torna, na biografia, elemento marcante na identificação da família com as tradições mineiras. A presença destes elementos nos cuidados da mãe com a educação de Antônio Carlos e de seus irmãos é, dessa forma, identificada como o primeiro modelo de instrução que orientaria sua ação na vida pública. Essa educação recebida no lar explicaria as perceptíveis características de sua formação humanista, que se caracterizaria pelos acentuados elementos liberais, possibilitados também pelo ambiente social mais amplo, ligado à tradição liberal barbacenense e do republicanismo paulista.

As referências à tradição católica da família Andrada, herdada como prática por Antônio Carlos, são elementos que apontam para duas questões importantes na relação com as ideias de tradição familiar e tradição política. Sobre a tradição familiar, a importância do elemento católico também é expressa nos exemplos de nobreza de caráter e sentimentos elevados, dados pelo bacharel Antônio Carlos e por dna. Adelaide

Lima Duarte a seus filhos. O exemplo dos pais, apontado como origem de um tipo de ação que permanece como orientadora da atuação da geração seguinte, relaciona-se com o fato de duas irmãs de Antônio Carlos terem seguido a carreira religiosa. A religião, mais do que modelo de ação na vida privada, tornou-se aspecto de grande importância na vida pública, perceptível nas relações que seu governo estabeleceu com grupos da Igreja, como no modelo de reforma educacional, que ampliava as interações entre Igreja e Estado na administração das escolas, e com a instituição da obrigatoriedade do ensino religioso.

A abordagem sobre os elementos religiosos é um bom exemplo da forma como se estabelece a manutenção de valores privados como característica da ideia de tradição presente na biografia de Antônio Carlos. As autoras tomam a manutenção de práticas, cujas origens elas buscam nas ações de gerações anteriores, e por isso são tomadas como tradicionais, como explicação para os posicionamentos políticos do agente público em seu tempo. Mais do que aspectos culturais, como a abordagem das práticas religiosas, isso se expressa no destaque às ações de seus antepassados na política nacional, com informações detalhadas das carreiras políticas dos membros da família atuantes no século XIX (PEREIRA; FARIA, 1998).

O elemento da tradição, expresso no pertencimento a um grupo, determina as possibilidades sociais dos indivíduos. A despeito do momento em que se encontra sua carreira política, a ocupação de cargos centrais é tida como possibilidade devido à condição de destaque da família no cenário político em que atua. Esse elemento constitui a prática da transmissão como herança de um *status* social entre diferentes gerações, justificada pelo pertencimento à família e pelo reconhecimento implícito das características que a distinguiriam no cenário da elite política. É a própria família que se encarrega de reforçar essa ligação e a manutenção de tal condição social.

No caso de Antônio Carlos, como presente em sua biografia, no início de sua carreira, tal defesa ocorre, principalmente, por meio da Imprensa, com destaque para os textos do *Jornal do Comércio*, de Juiz de Fora, de sua propriedade em sociedade com o primo João Penido Filho. Breve exemplo dessa defesa do *status* social de Antônio Carlos na produção biográfica é o uso do seguinte texto publicado pelo jornal na edição de 27 de outubro de 1906 e reproduzido na biografia:

(...) A recepção ao Sr. Dr. Antônio Carlos foi festiva, eminentemente popular. A sociedade juiz-de-forana exalta o regresso do cavalheiro distintíssimo, do abnegado eminente, do político prestigioso, tolerante, patriota, que apesar de muito novo ainda tem prestado à sua terra os melhores serviços, sobrando-lhe talento, competência e amor ao trabalho para outros muitos lhe prestar ainda (...) (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 108).

Antônio Carlos acabara de deixar o cargo de Secretário de Finanças do estado de Minas Gerais, devido ao fim do governo de Francisco Sales. O jornal cumpre o papel de reforçar a importância do capital político e isso pode ser verificado pelo caráter efusivamente elogioso dos textos. O fato de Antônio Carlos ser, à época, um dos sócios do jornal e ter um primo também como proprietário reforça o uso do veículo de comunicação como instrumento de propaganda política. Mas, no texto biográfico, as referências feitas ao jornal seguem a seguinte orientação:

Fim do Governo Francisco Sales. Com a perspectiva do breve regresso de Antônio Carlos, a sociedade de Juiz de Fora começou a preparar-se para recebê-lo com justa e significativa homenagem. Da comissão diretora das comemorações faziam parte, entre outros, Duarte de Abreu, presidente da Câmara Municipal, João Penido Filho, e Francisco Valadares, redator chefe do *Jornal do Comércio* (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 108).

As autoras usam o texto do jornal como expressão da “sociedade de Juiz de Fora”, atribuindo um valor de reconhecimento social para Antônio Carlos, que está claramente ligado ao grupo político do qual ele fazia parte. Isso pode ser verificado na formação da comissão de preparação das festas para recebê-lo, da qual faziam parte seu primo, João Penido Filho, e Francisco Valadares, identificado como redator-chefe do jornal de sua propriedade.

Entretanto, tais práticas de promoção política por meio da Imprensa não passaram despercebidas pelos críticos e opositores da atuação de Antônio Carlos, à

época. Nas referências do texto do jornal *O Farol*, de 24 de fevereiro de 1902, a tradição familiar dos Andradas aparece sob uma perspectiva crítica:

Dr. Antônio Carlos.

Dos muitos Antônio Carlos dos Andradas é ele um.

Antepassados paulistas, ele, porém, é excelente requeijão da Mantiqueira.

Jornalista nas horas vagas, chefão por causa do primo João e advogado que defende o réu Apolo Incondicional nas assembleias políticas e o Pagy no júri.

Atualmente é um tempo no futuro: será ministro, será chefe de polícia, será deputado?

É um “tempo será” esse Dr. (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 85 - 86).

A identificação de Antônio Carlos como um “tempo no futuro”, claramente construída como uma crítica no texto jornalístico, é abordada na biografia como expressão satírica, sem qualquer referência à percepção do público à época e tal crítica revelaria o posicionamento da sociedade de Juiz de Fora. Dessa forma, as autoras restringem a identificação dos textos como expressão da opinião pública àqueles trechos que corroboram com a construção de uma imagem positiva de Antônio Carlos.

Barbosa Lima Sobrinho aborda a relação de Antônio Carlos com a imprensa, apontando o uso político da propaganda do governo de Minas (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 19). Segundo Lima Sobrinho, “o que a boa vontade não dava, as colunas pagas obtinham” e, dessa forma, os atos do governo de Minas Gerais difundiam-se por todo o país. Essa prática é identificada por três estratégias: a organização de congressos, com o intuito de discutir problemas regionais, mas que serviam como propaganda; o aumento das verbas para divulgação das mensagens do presidente; e a criação do regime de subvenção a jornais. Mas, na prática, tais ações serviam como um meio de promover a propaganda pessoal do então presidente do estado. O que pode, ao menos em parte, ser comprovado pela análise de alguns desses materiais, como a reunião de discursos de Antônio Carlos durante a campanha da

Aliança Liberal⁴¹ (MACHADO, 1930), publicados pela Imprensa Oficial, onde os elementos da tradição familiar também são evocados.

De forma semelhante, os textos memorialísticos e os discursos de Antônio Carlos são utilizados na construção da narrativa biográfica para apontar os elementos da tradição familiar, perceptíveis nas ações do político mineiro. Essa referência à tradição familiar dos Andradas pode ser verificada no seguinte trecho, produzido quando dos debates sobre a indicação dos candidatos à Presidência da República, em 1930, e destacado na biografia:

Diante da indicação oficial do nome de Júlio Prestes como candidato do Catete, Antônio Carlos considerou postas, diante da Nação, as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente presidentes dos estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Naquele momento chamaram-lhe a atenção para o autoritarismo de Washington Luís, ao que teria respondido: “Sim, eu conheço o homem. Mas estou disposto a varrer a poeira do brasão dos Andradas” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 347).

É essa tradição que se expressa nas abordagens acerca do embate entre Antônio Carlos e o presidente Washington Luís, ao final da década de 1920. As autoras apontam a disposição de Antônio Carlos de “varrer a poeira do brasão dos Andradas”, atuando, naquele momento, de acordo com a experiência registrada no passado por seus familiares. Neste trecho, a tradição se expressa pela permanência de um *status* social que o distingue, presente na referência ao brasão da família, que se mantém ao longo do tempo por meio de símbolos que conferem tal identidade, mas também por meio de um tipo de ação política que Antônio Carlos afirmava possuir.

Estes exemplos apontam os elementos de uma narrativa pautada em uma ideia de tradição, que visa estabelecer uma relação de continuidade entre passado e presente. A importância atribuída aos atos do passado revestem de relevância as ações políticas do presente, pois trazem consigo todo o peso de uma tradição política familiar que busca afirmar-se por uma característica de luta em prol de interesses coletivos.

⁴¹ O texto é detidamente analisado no Capítulo I deste trabalho.

Ligação entre passado e presente que se estabelece por meio de uma ideia generalizante de nacionalidade ou de elementos ligados a interesses políticos e econômicos de grupos específicos. Constrói-se um discurso sobre a tradição política da família Andrada, no qual o passado se faz presente na atuação de Antônio Carlos, desde as origens de sua trajetória como homem público e, sobretudo, no processo da Revolução de 1930, marco fundamental de sua carreira. Essas referências são construídas no momento mesmo de sua ação - por meio da Imprensa e dos discursos -, mas reforçado - com a atribuição de novos significados -, posteriormente, com a retomada dessa memória na construção da narrativa biográfica que se dedica ao resgate dos elementos que simbolizam a tradição familiar.

3.4.3. O simbolismo do nome Andrada e a problemática da duração em política

Seguindo este itinerário de resgate e preservação da memória como forma de consolidar um *status* político que caracteriza a tradição familiar, outros elementos desse enredo podem ser encontrados no que Lilian Canêdo (1995) identifica como um aspecto das estratégias para a manutenção do patrimônio político familiar. O primeiro é a prática de dar carga simbólica ao nome da família. Este recurso pode ser identificado na repetição dos nomes dos membros da família Andrada. Antônio Carlos é o quarto⁴² integrante da família com esse nome e outros vieram após ele. Da mesma forma, há uma repetição dos nomes de José Bonifácio e Martin Francisco, identificados como fundadores da tradição política da família Andrada. Na biografia, este discurso da tradição da família é evocado para ressaltar as qualidades de Antônio Carlos. Essa menção ocorre não apenas por seus correligionários, mas nos discursos do próprio líder da Aliança Liberal. O nome Andrada representa a fibra e o vigor políticos do passado, que se mantêm presentes como elementos que podem assombrar os adversários, tamanho o peso da experiência que ele carrega.

⁴² O texto fala em Antônio Carlos como o terceiro com este nome (PEREIRA; FARIA, 1998), mas há um Antônio Carlos que não está na linha genealógica direta do ramo mineiro, pois pertence ao ramo paulista da família, o que faz do biografado o quarto com este nome.

A reafirmação da tradição por meio dessa relação temporal transmitida pelos nomes, expressada já no título da biografia – *o Andrada da República* - é manifestada também ao longo do texto. As autoras afirmam que “Antônio Carlos Ribeiro de Andrada herdou nome ilustre de seus antepassados, tradição que tem raízes na Independência, se firma no Império e prossegue na República” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 01). Na biografia, a tradição, aparente na repetição dos nomes, estabelece a relação temporal entre três tempos distintos: o passado longínquo da Independência e do Império; o passado mais próximo da atuação política nos primórdios da República e; o tempo de atuação política das gerações recentes, responsáveis por manter a tradição por meio do resgate da memória. Esse elemento torna-se o principal símbolo da preservação de uma tradição familiar mantida até a atualidade.

Da mesma forma, a oposição a Antônio Carlos também lança mão da tradição para criticá-lo por meio dos jornais em Minas Gerais, mas também fora do estado. No diário carioca *A Notícia*, publicou-se a seguinte nota em 30 de agosto de 1929 (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 349): “(...) Andrada... fim de raça. As tradições de insinceridade do primeiro Antônio Carlos fizeram escola para o atual Antônio Carlos. A história exige que não nos enganemos com ele”. A tradição, destacada pelos opositores sob um ponto de vista negativo, com o apontamento de elementos que identificariam os dois Andradas, é simbolizada pela repetição do nome. Contudo, no texto biográfico, as autoras amenizam a crítica, apontando o seguinte elemento como fator explicativo para o uso dessa relação:

As críticas à Aliança Liberal não eram pouca. Mesmo porque boa parte da imprensa era controlada pelo Catete e pelos governos estaduais que não aderiram ao movimento. Em Minas, era o *Correio Mineiro*, fundado pouco antes do movimento e com clara disposição de se opor a Antônio Carlos. Notas como a que transcrevemos [acima] eram comuns (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 349).

Apesar das referências do jornal ao “primeiro Antônio Carlos”, não se esclarece o que é entendido como “tradições de insinceridade”, o que da mesma forma não é discutido pelas autoras da biografia. Tais críticas podem estar ligadas à ação de

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva no processo de reconhecimento da maioria de Pedro de Alcântara. Sua atuação foi de grande importância para a coroação de Dom Pedro II e o fim do Período Regencial. Contudo, Machado e Silva também teve sua biografia marcada por uma acusação de assassinato, em 1813, pelo qual foi condenado, mas sem jamais assumir a culpa. O fato também é tratado por Alberto Sousa, na obra *Os Andradas* (1922), como resultado de perseguição política. De toda forma, a possível razão da crítica presente no jornal não é discutida no texto biográfico. Contudo, as autoras utilizam essa referência sobre o ancestral para ressaltar a forma como Antônio Carlos recorre a ela para avaliar sua própria ação política. Em discurso, destacado na biografia, ele afirmava que

[c]omo pode ver, não perdi o meu bom humor. Encaro sempre a vida com otimismo e acho graça nos jornais que procuram ferir-me, os quais só me fazem bem ao fígado. Eles se esquecem de que eu tenho a fibra dos Andradas. Meu avô Antônio Carlos ficou quatro anos atirado a um calabouço frio e úmido da Bahia e de lá o retiraram esquelético, mas com vida (...) (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 365).

Se as críticas surgem no destaque a aspectos negativos da ação política de membros da família, o discurso invoca a tradição para ressaltar as qualidades de Antônio Carlos. Ele alude a uma condição moral. Isso fica exposto nas referências de Antônio Carlos aos “princípios que presidiram a minha formação espiritual, não me permitirão transigir com atos que comprimam ou corrompam a consciência popular” (MORAIS, 1933, p. 09).

Segundo Pierre Bourdieu (1996, p. 186), o nome próprio expressa um tipo de instituição que estabelece o sentido de “totalização e unificação do ser”. Ele designa o mesmo objeto em qualquer universo possível sendo “um ponto fixo num mundo que se move”. A partir dos elementos presentes na biografia, esse sentido de continuidade pode ser encontrado nas práticas da família Andrada sob dois aspectos: o uso do sobrenome como identificador de determinadas ações e posturas no campo da política, fazendo-se dele um fator de distinção de seus membros, e, complementarmente, a repetição dos nomes próprios, que expressam a manutenção de tal tradição no presente e

sua relação direta com o passado. Dessa forma, a carga simbólica dos nomes por si só constitui um *status* social que aponta para as possibilidades de ação pública do indivíduo e a manutenção do lugar de destaque da família no cenário político. Como já identificado anteriormente, na definição crítica de Antônio Carlos como um “tempo no futuro”, em que os adversários apontam que o nome da família, ou seja, o peso político que ele carrega já era uma garantia, no início de sua trajetória, das possibilidades de ocupação de cargos de destaque no campo político.

Dessa forma, chegamos ao segundo elemento destacado por Canêdo (1995), identificado na prática de confundir, por meio da memória, o destino dos políticos com o da coletividade. Este elemento encontra-se presente na biografia como forma de apontar que, mais que uma tradição familiar, Antônio Carlos faz parte de uma tradição política mineira. Essa ideia pode ser identificada no seguinte trecho da biografia, quando as autoras abordam o posicionamento de Antônio Carlos, a partir de sua formação política:

Antônio Carlos vivia momentos cruciais. Era um dos principais líderes da Aliança Liberal e, por que não dizer, o precursor da insubmissão política contra o Catete. Era, ao mesmo tempo, o presidente do estado mais duramente atingido pelo governo federal, mas era também, e principalmente, homem avesso a atos que violassem a ordem vigente. Era, por formação, o que se poderia chamar um liberal conservador, nunca um revolucionário (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 380).

Como pertencente ao grupo social formado pelo povo de Minas Gerais, suas ações são pautadas pela consciência de pertencimento a um ambiente histórico-cultural singular (RAMALHO, 2014). Essa tradição regional mineira, identificada como *Mineiridade*, busca a manutenção de suas definições elementares, que podem ser identificadas, por exemplo, com a noção tradicional de família, a ideia de moralidade, os aspectos religiosos, mas que, na narrativa biográfica, é fortemente relacionada com as ideias de Liberalismo e Conservadorismo, com as quais Antônio Carlos se identificava.

Podemos reconhecer a presença dessas ideias, de Liberalismo e Conservadorismo, nas referências às ações populares organizadas pela Aliança Liberal, presentes na narrativa biográfica. Quando ocorrem os primeiros protestos populares, como contestação dos resultados das eleições presidenciais de 1930, que fomentaram o processo revolucionário posterior, os aliancistas enfatizavam que aqueles atos não eram “revolucionários”, insistindo que era um “ato legítimo, garantido pela Constituição” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 380).

A legalidade era o elemento que distanciava as ações de protesto da característica de revolução. E seria essa mesma legalidade que justificaria ações mais efetivas, dentro de Minas Gerais, em defesa da liberdade. Dessa forma, a recusa da caracterização do movimento como revolucionário está ligada à perspectiva de manutenção dos aspectos tradicionais, identificados com a sociedade e a política mineira, por meio do discurso da mineiridade.

Na busca pela identificação de Antônio Carlos com a cultura política mineira, é interessante a definição das biografas no destaque ao fato de que ele “era um Liberal Conservador, nunca um revolucionário”. A definição dos conceitos é encontrada no seguinte trecho:

Aliás, convém lembrar: o traço negativo atribuído ao conservadorismo teria advindo menos de seu caráter reacionário e mais da flexibilidade de seu corpo teórico, em que o “único princípio imutável é adaptar-se às circunstâncias”. Diferencia-se pois do tradicionalismo, na medida em que pressupõe atitude reflexiva e atenta às transformações históricas. Frente a uma crise revolucionária, por exemplo, o tradicionalista é um contra-revolucionário, não aceitando sequer analisar o processo que a desencadeou. O conservador não pode, portanto, ser tomado como um contra-revolucionário, e sim como um não-revolucionário (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 381).

A definição das autoras para o conceito de Conservador como um não-revolucionário difere da definição de tradicionalista, apontado como um contrarrevolucionário. Neste ponto, apesar de aludirem constantemente a aspectos tradicionais para a construção da narrativa biográfica sobre Antônio Carlos, as autoras

negam que ele seja identificado com essa característica de tradicionalista. Essa perspectiva negativa da ideia de tradição é identificada pelas autoras com os grupos políticos que seriam incapazes de se adaptar às novas imposições da realidade política. Dessa forma, Antônio Carlos, como um indivíduo que alude com frequência à tradição familiar e da política do Estado para justificar suas ações, não é tradicionalista, mas conservador. Assim, estabelece-se uma distinção entre dois modelos de tradição: uma, que se recusa a atualizar-se e busca manter, de forma idêntica no presente, os elementos do passado e; outra, que mantém seus elementos fundamentais, mas adapta-se à nova realidade.

O que identificamos é que, a despeito dessa negação das biógrafas da presença da perspectiva tradicionalista nos discursos de Antônio Carlos, tal ideia encontra-se exposta em suas ações. As ações políticas da Aliança Liberal, nas quais ele se envolveu, e que foram posteriormente identificadas como o ponto de partida da Revolução de 1930, estão relacionadas a um aspecto de manutenção do poder pelo grupo do qual ele fazia parte e que teve grande destaque político durante a Primeira República. A própria relação com a noção de Conservadorismo caracteriza parte dos grupos políticos dominantes durante a Primeira República. A distinção entre os campos econômicos e políticos explica essa característica bastante singular do Liberalismo brasileiro, como aponta Maria Efigênia Lage de Rezende (FERREIRA; DELGADO, 2013). A implantação de um Liberalismo Conservador, caracterizado por uma limitada participação política da população e a concentração do poder nas mãos dos chefes políticos locais, é acompanhada por uma noção de liberdade no campo econômico, só alcançada pelos membros da própria elite, e do conservadorismo no campo dos costumes, com forte influência religiosa.

Por mais que a biografia aponte a capacidade de analisar e se adaptar às novas imposições políticas, as ações de Antônio Carlos se caracterizavam pela manutenção no poder do grupo ao qual ele pertencia. A memória familiar se caracteriza também como construção de uma resposta aos críticos que apontam essa aparente contradição. Como membro atuante na política partidária e nos governos, durante a Primeira República, a construção da narrativa de Antônio Carlos como líder de um movimento de contestação dessa mesma ordem precisa encontrar respostas adequadas que expliquem essa mudança de posicionamento. Neste sentido, a ideia de adaptação às

novas imposições do campo político, apontada na distinção entre as ideias de conservador e tradicionalista, atende a essa necessidade.

Foi se remetendo à tradição familiar dos Andradas e à tradição política de Minas Gerais que as autoras buscaram construir uma imagem absolutamente positiva de Antônio Carlos, por meio da narrativa biográfica. Os elementos usados nessa construção foram retomados da produção familiar, centrada na atuação política de Antônio Carlos, identificada nas obras de Fabio de Andrada, Bonifácio de Andrada e Margarida Mega. Mas, para corroborar a afirmação dessa imagem, foram buscados também, no tempo de ação do biografado, nos discursos e nos textos produzidos pela Imprensa, elementos que evidenciassem as formas como essa tradição podia ser identificada nas ações políticas do Andrada.

Letícia Canêdo destaca dois elementos fundamentais para pensarmos a relação entre a tradição familiar e a construção das tradições políticas:

A duração em política é uma problemática mal pensada pelos historiadores que ainda não encontraram motivação necessária para refletir sobre as normas de conduta política interiorizadas nos cérebros e nos corpos por meio, principalmente, de rituais familiares. Ora, é ainda no interior das famílias e das redes de parentesco e amizade que se transmitem as chamadas vocações, as convicções ideológicas e o posicionamento partidário, sem querer insistir em mencionar o gosto, ou até mesmo a postura corporal. Mesmo assim, a maioria dos estudos que tomam por objeto os processos de troca característicos da democracia representativa não costuma se preocupar em relacionar o político com os acontecimentos vividos no cotidiano familiar. Encerrados nas oposições entre acontecimento e longa duração, entre vontades singulares e determinismos estruturais, não só os historiadores mas também, e principalmente, os sociólogos e cientistas políticos encontram dificuldades para saber como e o que pensar sobre grupos restritos, e principalmente sobre o quê, pela ação desses mesmos grupos, permanece na memória política (CANÊDO, 1995, p. 83-84).

Neste sentido, percebemos que as práticas da família Andrada estão ligadas à preservação da memória e à influência na historiografia, mas também à constituição de um capital político, por meio da valorização de elementos da ação prática de Antônio

Carlos, do resgate de suas atitudes mais triviais, dos gestos, das ações privadas que se tornam símbolos de sua formação e que orientam sua ação no âmbito público. A narrativa biográfica estabelece uma extrema valorização de seus atos políticos, como símbolo da capacidade intrínseca da família, herdada dos antepassados e que a identifica com as características mais destacáveis da tradição mineira.

Por meio da biografia, busca-se afirmar a permanência, entre passado e presente, de elementos que identificariam uma prática política própria da família. Apesar da afirmação de que estes elementos se adaptam às imposições do tempo, o sentido nostálgico da narrativa revela seu conteúdo tradicionalista. Estes elementos se fazem presentes por meio da identificação de Antônio Carlos com a dupla noção de tradição: a tradição familiar dos Andradas, em que ele é o mantenedor de práticas políticas oriundas de um passado de glórias, e da tradição política, ligada ao estado de Minas Gerais e à sua elite, ao identificar os valores comuns defendidos pelo agente político e pelo povo que ele representa. Essa dupla noção de tradição é que confere sentido à narrativa biográfica e torna possível construir sua imagem como um dos grandes líderes políticos mineiros.

3.5. A IDEIA DE *CARLISMO* E A BUSCA PELA REAFIRMAÇÃO DE ANTÔNIO CARL COMO LÍDER POLÍTICO MINEIRO

Um dos pontos mais relevantes da biografia de Antônio Carlos é a busca pela definição de seu lugar político na relação com outros atores de relevo das décadas de 1920 e 1930. A esse posicionamento se relaciona o termo *carlismo*, identificado como corrente política e ligado ao termo *tradição andradina*, que identificaria características semelhantes na atuação mais extensa da família. A tradição andradina é identificada, por Emilia Viotti da Costa (1999), com as referências à primeira geração da família, à tríade da Independência, e à forte influência que suas ações políticas exerceram sobre as narrativas daquele período, sobretudo na Imprensa, e que seriam retomadas durante o período imperial e na República, como símbolos de ação política. As disputas políticas e a grande evidência de suas atuações contribuíram para o que a

autora denomina de “lenda andradina”, expressada, por exemplo, na identificação de José Bonifácio como o “Patriarca da Independência”. Essas narrativas se consolidam ao longo do século XIX e passam a exercer forte influência sobre a historiografia, muito voltada para os debates sobre a constituição da nacionalidade brasileira. Esta faceta da narrativa biográfica, forjada pelos usos da memória, baseia-se na relação entre a tradição familiar dos Andradas, as capacidades que distinguem seus agentes e as tradições políticas mineiras. O termo *carlismo* não é usual na historiografia para se definir a vertente teórico-política adotada por Antônio Carlos, nem a formação de um grupo político específico que seguiria as orientações ou o legado do chefe político mineiro. Assim, buscamos definir o que seria, na biografia, este *carlismo*, questionando o peso político dessa corrente no cenário de Minas Gerais.

De forma geral, os chefes políticos da Primeira República tiveram seus correligionários identificados a partir de denominações que afirmavam sua liderança política. Dessa forma, assim como na biografia encontramos o termo *carlismo*, também encontramos na historiografia termos como *bernardismo* e *hermismo*, referentes à Primeira República, ou ainda *getulismo* ou *varguismo*, para identificar a liderança política de Getúlio Vargas após a Revolução de 1930. No caso de Minas Gerais, essas correntes políticas se definiriam como a expressão das tradicionais lideranças políticas mineiras, distinguindo-se das lideranças tenentistas que buscavam o centralismo político (PEREIRA; FARIA, 1998). Seria assim uma forma de liderança política também distinta de um modelo que buscava se impor com a Revolução e a centralidade de Getúlio e que se tornara crescente em âmbito nacional a partir do processo revolucionário. Essa forma de identificar tais correntes políticas ainda guarda o aspecto do personalismo característico da política da Primeira República e que se manterá com novas roupagens a partir da década de 1930.

O que encontramos na biografia é uma busca pela identificação de ações de Antônio Carlos, cujas características excepcionais o distinguiriam de seus pares políticos em Minas Gerais. Contudo, a ausência de uma delimitação clara do que estabeleceria essa distinção nos leva a algumas questões importantes: em primeiro lugar, o que caracterizaria este *carlismo* apontado no texto? Na narrativa biográfica busca-se definir, a partir das ideias defendidas por Antônio Carlos, de suas ações efetivas no campo político e de suas características pessoais, uma corrente específica que o

identifique no interior da elite mineira e em âmbito nacional. Ideias que estão ligadas, sobretudo, à noção de liberalismo e sua aplicação durante seu governo como presidente do estado. Contudo, considerando a possibilidade da identificação de um “carlismo”, as biógrafas buscam apontar em que esse projeto político se diferenciaria dos demais presentes no estado de Minas Gerais no período de passagem das décadas de 1920 a 1930.

O que as biógrafas buscaram estabelecer foi a identificação de Antônio Carlos com um projeto liberal que, no entanto, caracteriza a maior parte dos políticos mineiros dos partidos dominantes do período, e com as ideias de tradição e conservadorismo. A relação entre estas três ideias formam a base para a definição do *carlismo*. Este elemento, comum à elite mineira, se somaria a uma proeminência de Antônio Carlos no campo político, devido a características e capacidades pessoais e de herança familiar, que estabeleceriam sua distinção em relação a seus pares. Dessa forma, o *carlismo* como construção discursiva presente na narrativa biográfica, caracteriza-se pelo superdimensionamento de aspectos específicos da trajetória de Antônio Carlos em relação às trajetórias de outros agentes políticos contemporâneos, como forma de atribuir sentido à narrativa. Esse jogo narrativo configura a construção do mito político sobre Antônio Carlos, como buscamos apontar.

O ponto fundamental que abordamos é como definir a condição de Antônio Carlos como líder político pela caracterização da ideia de *Carlismo*, identificada nos textos sobre o político mineiro, como algo para além de uma corrente política, mas como um estilo que inspirava os correligionários e admiradores. Sendo essa ideia uma corrente política, suas particularidades, construídas por meio da comparação com outros modelos de liderança daquele momento, circulam entre a permanência do modelo característico da Primeira República e o estabelecimento de um novo tipo de liderança, pautada pelas ideias econômicas modernas, que estariam presentes em sua administração no estado, pela defesa da livre participação popular por meio da implantação do voto secreto, pelo atendimento aos anseios da população, presente na implantação dos projetos educacionais, e pelos aspectos morais herdados da tradição familiar.

3.5.1. A construção do *carlismo*

Para analisarmos a construção da ideia de *carlismo*, presente na biografia de Antônio Carlos, é fundamental recorrer à produção sobre sua atuação política durante as décadas de 1930 e 1940. Dentre essa produção, que em muitos pontos se caracteriza pelo extremo elogio, destacam-se dois textos: a obra *Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução de 1930* (1933), de Aurino Moraes, e a coletânea de artigos *Antônio Carlos: o Andrada da República* (1946) organizada por seu filho, Fábio Andrada. Apesar da distinção do estilo, essas duas obras reúnem elementos que caracterizam o projeto de memória sobre Antônio Carlos, como o destaque à sua excepcionalidade no interior da elite política mineira e nacional e à relevância da tradição familiar. Estes elementos são pontos centrais nas narrativas construídas pelo político ainda durante seu período de atuação pública e continuadas pela família após sua morte. Outro ponto relevante é o destaque que esses textos ganham na biografia. São as duas principais fontes utilizadas no último capítulo da obra, intitulado *Traços e Lembranças* (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 511 – 546), que corresponde ao apontamento final dos elementos que aqui definimos como a identificação das ações de Antônio Carlos com a ideia de *carlismo*. Ao analisarmos tal construção, recorreremos ainda a obras que circulam entre a memória, o jornalismo e a historiografia, para apontar como essas características se apresentam e são recebidas no trânsito entre o tempo de atuação política de Antônio Carlos e o da produção da narrativa biográfica.

Com a proposta de analisar a participação do estado de Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, em um período muito próximo ao da ação política, Aurino Moraes acaba por construir um texto em que Antônio Carlos torna-se o centro daquele processo político. Há, em muitos pontos, uma superposição entre a figura do político Antônio Carlos, do movimento da Aliança Liberal e do próprio Estado de Minas Gerais, como uma unidade de pensamentos e objetivos. O elemento principal dessa unidade era a luta contra a “prepotência e o reacionarismo de um chefe de nação” (MORAIS, 1933, p. 363), Washington Luís.

O termo *carlismo* foi utilizado pelo escritor Moacir Andrade para designar a prática política de Antônio Carlos. O autor o define da seguinte forma, em trecho citado pelas autoras do texto biográfico:

Todos sabem que o ‘carlismo’ é uma designação que abrange amigos e admiradores sinceros do sr. Antônio Carlos em Minas, entre os quais, milhares de correligionários políticos. Mas esse ‘carlismo’ não tem a força de credo partidário, de intransigência na solidariedade, de obrigação imperiosa de obedecer, como acontece com os ‘ismos’ formados com os nomes próprios de outros políticos que se ufanam demasiadamente de seus postos de comando. O sr. Antônio Carlos nunca formou uma grande corrente política com que pudesse contar em todos os momentos, incondicionalmente. Sendo o maior dos políticos brasileiros, nunca teve isso que muitos, menores que ele, possuem, e que é ate motivo de prosápia de numerosos garnizés de nossa galinicultora política (ANDRADA, 1946, p. 51).

Na identificação do posicionamento político de Antônio Carlos, o elemento fundamental ressaltado pelo autor é o Liberalismo. Contudo, ele faz questão de destacar a distinção entre a postura liberal de Antônio Carlos e as práticas que caracterizavam as correntes políticas brasileiras durante a Primeira República:

É que seu liberalismo sem fronteiras não podia admitir sequer a disciplina partidária como a praticamos no Brasil e, portanto, muito menos ainda a solidariedade pessoal a um homem. (...) E, por sua vez, esses que pensavam de modo diverso do Andrada não deixavam de ser ‘carlistas’. Admiravam-no, defendiam-no, mas muitas vezes não o acompanhavam (ANDRADA, 1946, p. 52).

Também recorrendo à ideia de *carlismo*, Aurino Morais (1933) o define como uma corrente partidária chefiada por Antônio Carlos e contrária às características do chefe da Nação. Essa distinção se dá pelas qualidades pessoais do líder: um político fino, de pensamento radicalmente democrático e liberal. Como Presidente do Estado, ele se encontra em condições de poder praticar livremente suas ideias políticas, que até então, nos cargos que ocupara, estavam subordinadas a interesses independentes de sua

vontade, o que o leva a governar Minas Gerais à margem da política reacionária do presidente da República.

Na narrativa biográfica, as autoras também recorrem ao termo *carlismo* para identificar as ações de Antônio Carlos. Isso fica exposto no trecho em que discutem os conflitos entre o Andrada e o interventor Benedito Valadares, durante a década de 1930:

Para agradar a Getúlio Vargas, Valadares não hesitara, desde o primeiro momento, em se colocar contra Antônio Carlos. A despeito de publicamente se posicionar a favor da pacificação política de Minas e no país, Valadares agia nos bastidores em sentido contrário. Em meados do ano de 1936, não havia motivos para retardar suas investidas contra Antônio Carlos. O caminho a ser trilhado, ele bem o sabia, tinha mão dupla: para minar a força do carlismo em Minas era necessário minar também o prestígio de Antônio Carlos ao nível nacional. Mesmo contando com o apoio irrestrito de Vargas, a missão era espinhosa (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 461).

O caráter distintivo da ação de Antônio Carlos é buscado na oposição em relação a adversários políticos. Se nos textos memorialísticos há uma forte contraposição com o presidente da República, Washington Luís, na narrativa biográfica essa contraposição é mais clara em relação a agentes políticos mineiros, como Benedito Valadares e Artur Bernardes. Neste sentido, o texto se centra na identificação do pensamento liberal como marca distintiva de sua atuação. A reafirmação de Antônio Carlos como o criador, idealizador e condutor da Aliança liberal como corrente política ganha destaque, pois essa corrente já se encontraria expressa nas ideias que ele defendia desde o início de sua trajetória política e tinham sido colocadas em prática durante seu mandato como presidente de Minas Gerais. Isso pode ser percebido no seguinte trecho:

Antônio Carlos foi, ao longo de sua trajetória, solidificando conceitos do liberalismo que desde cedo abraçara e incorporando-os à sua prática política. Não houve, na vida de Antônio Carlos, nenhum momento especial em que tenha conscientemente deliberado pela insurreição contra os valores corroídos da Primeira República. O que houve, e isto vimos tentando demonstrar ao longo do presente estudo, foi um aprimoramento cada vez maior no sentido de relacionar princípios básicos da doutrina liberal com a prática política. De

qualquer forma, se fosse mesmo necessário apontar a fase em que esse aprimoramento se tornou mais perceptível, não haveria como hesitar: esse momento foi o da Presidência de Minas, quando, no Poder Executivo, se deparou frente a frente, com questões realmente cruciais do regime republicano.

Por outro lado, na Presidência da Assembleia Nacional Constituinte, e logo na sequência a Presidência da Câmara dos Deputados, foram, sem dúvida alguma, momentos significativos em que Antônio Carlos coerentemente colocou em prática o que defendera ao longo da campanha da Aliança Liberal (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 407-408).

A ocupação da presidência de Minas Gerais dera a ele, além da conciliação das funções de chefe político e chefe de governo, a possibilidade de colocar em prática as ideias que delineavam sua formação política e o distinguiam de outros líderes políticos que, como ele, mantinham-se ligados à política da Primeira República. Tais posicionamentos seriam perceptíveis em seu governo como presidente de Minas Gerais, seriam consolidados na campanha da Aliança Liberal e orientariam seu trabalho à frente da Assembleia Constituinte de 1934.

Os apontamentos acerca dos conflitos internos da política mineira são discutidos na narrativa biográfica, de forma a passar para o leitor a perspectiva de que Antônio Carlos se sobrepunha aos embates com os demais chefes políticos estaduais. Apesar de a narrativa biográfica afirmar a unidade política alcançada sob a liderança de Antônio Carlos, ele teve grande dificuldade para manter-se em uma posição central no cenário político mineiro, após deixar a presidência do estado e durante o governo Provisório de Getúlio Vargas. Na narrativa biográfica, as autoras apontam essas disputas no seguinte trecho:

Como era de se esperar, as relações entre os governos mineiro e federal foram sensivelmente abaladas após o episódio de 18 de agosto.⁴³ Isto levou Getúlio Vargas a adotar a estratégia política de

⁴³ Segundo Paulo Brandi: “Em 18 de agosto, o coronel Júlio Pacheco de Assis, comandante do 12º RI, intimou Olegário a renunciar, alegando ter recebido ordens do Rio de Janeiro para assumir o governo do estado. Olegário repeliu o golpe com facilidade devido à pronta intervenção da Força Pública, controlada por seu secretário Gustavo Capanema, e as gestões de Antônio Carlos, Venceslau Brás e Francisco Campos junto ao Governo Provisório. Na tarde de 18 de agosto, o coronel Pacheco de Assis recebeu ordens do ministro da Guerra, Leite de Castro, para desmobilizar suas tropas. Osvaldo Aranha apressou-se em considerar o episódio como um simples “equivoco”, mas nem por isso as relações de Minas com o governo federal deixaram de ser afetadas”. Ver: OLEGÁRIO DIAS MACIEL (verbete). Disponível em:

reconquistar Minas, atualizando o que dissera ao seu povo quando da pomposa visita que fizera ao estado no início do ano.

(...)

Para atingir seu objetivo, Vargas contava desde logo com a intermediação de Antônio Carlos que, amigo de Olegário Maciel, tentava demovê-lo dos ressentimentos para com o governo provisório. Vargas sabia que Antônio Carlos tinha interesse político e pessoal em manter o estado de Minas bem relacionado com o governo provisório. No desempenho da missão pacificadora, Antônio Carlos mantinha-se presente na cena política, e se autofortalecia como liderança estadual e nacional (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 414).

O acirramento das disputas internas da elite mineira, dividida frente à centralização do poder por Vargas, durante os primeiros anos da década de 1930, colocou Antônio Carlos na condição de mediador destes conflitos. Os textos de memória apontam que algumas de suas características como líder político faziam com que ele fosse visto com desconfiança, até mesmo pelas forças tradicionalmente vinculadas à situação mineira. A despeito da desconfiança junto à elite política mineira, a circulação de Antônio Carlos pelas correntes políticas de Minas Gerais já era destacada durante a década de 1930 por Barbosa Lima Sobrinho:

Na hora em que parecia mergulhar no ostracismo político, um velho inimigo, o Sr. Raul Soares, destacava-o para a liderança da bancada mineira. Outro adversário, o Sr. Artur Bernardes, promovia-o à presidência de Minas. Seria o Sr. Washington Luís menos acessível que o chefe de Ubá, o rispido Sr. Raul Soares? Seria menos flexível que o pétreo Sr. Artur Bernardes?

Não o sabia ainda o Sr. Antônio Carlos. Enquanto não viesse a prova definitiva, convinha experimentar, diante do presidente, aquelas insuperáveis faculdades de sedução pessoal e de graciosa submissão, que haviam rendido os dois chefes da política mineira (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 22).

Essa capacidade de sedução pessoal também é tomada como ponto de construção da imagem de Antônio Carlos na narrativa biográfica. Neste sentido, Pereira e Faria se referem às características pessoais do biografado e à sua forma de agir em público, como pode ser identificado no seguinte trecho:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olegario-dias-maciel>>. Acessado em: 30 de mar de 2019.

Apesar de não ter criado uma corrente de seguidores, Antônio Carlos transformou-se, conforme seus contemporâneos, em espécie de modelo a ser seguido. Seus gestos, sua maneira de vestir e até mesmo o tom de sua voz era imitado. Políticos, e mesmo cidadãos comuns, ansiavam por ter, conforme Moacir Andrade [aponta], “aquela voz velada, que parecia abafada por um *abat jour*”. A expressão “perfeitamente, perfeitamente...” era repetida por admiradores e adversários, e os mais perspicazes chegavam a decorar a construção das frases inteiras, tentando se aproximar do estilo elegante e sóbrio da oratória de Antônio Carlos (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 528).

A capacidade de “sedução pessoal” como marca da ação política de Antônio Carlos, destacada acima, é um elemento fundamental na análise que as autoras constroem sobre sua pretensão de candidatura à Presidência da República. Antônio Carlos teria usado essa capacidade para manter a proximidade com Washington Luís, enquanto este projeto se mostrava viável. Contudo, para além da opinião de Barbosa Lima Sobrinho sobre as características pessoais de subserviência e de astúcia do presidente de Minas Gerais, o texto é fundamental para identificar o campo político em que Antônio Carlos atuava. Se no cenário nacional ele é colocado em contraposição ao presidente da República, a partir do momento em que o projeto de candidatura à presidência é frustrado, no interior da política mineira destaca-se seu posicionamento perante os chefes que lideravam as correntes políticas estaduais: Raul Soares⁴⁴ e Artur Bernardes, evidenciando-se as correntes políticas de Minas e a ideia de Carlismo.

3.5.2. O Carlismo e seus contrapontos políticos

Podemos identificar as disputas políticas internas ao Estado de Minas no período pós-revolucionário no que é indicado como o “não enquadramento” de Minas à

⁴⁴ Raul Soares de Moura (1877 – 1924) foi deputado federal (1918) e senador (1921 – 1922) por Minas Gerais, Ministro da Marinha (1919 – 1920) e presidente do estado (1922 - 1924). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889 – 1930)*. FGV – CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOARES,%20Raul.pdf>>. Acessado em 09 de abril de 2018.

Revolução, apesar de o estado ter sido um dos líderes do movimento (PEREIRA; FARIA, 1998). Os políticos mineiros, sobretudo aqueles que assumiram a condição de liderança do processo revolucionário, buscaram manter algum grau de independência frente ao poder crescente de Getúlio Vargas já durante o Governo Provisório. Essa busca por autonomia convivia com constantes acordos políticos com o chefe do Governo Federal, o que, ao menos em parte, provocou e intensificou as disputas entre os grupos políticos dominantes no Estado. Um dos desdobramentos destas disputas foi a crise de sucessão mineira, de 1931, e as divergências em torno da eleição do Presidente do Estado. Para que o poder central pudesse enquadrar Minas, era preciso desestabilizar as forças políticas encasteladas no PRM, o que encontrou lugar com o processo de criação do Partido Progressista, que, liderado por Antônio Carlos, fazia a função de braço político do situacionismo federal no Estado, a partir de 1933. A importância do partido pode ser percebida na composição da bancada mineira para a Assembleia Constituinte, na qual os progressistas ocuparam 31 cadeiras e os perremistas apenas seis (GOMES et al, 1980).

A estrutura de poder do PRM estava atrelada às suas lideranças mais tradicionais, como Artur Bernardes e Wenceslau Brás. Tanto que, segundo Afonso Arinos, para destruir o PRM, era preciso também destruir o *bernardismo* (PEREIRA; FARIA, 1998; FRANCO, 1976). Sobre as correntes em disputa no interior da política mineira no período pós-1930, as autoras apontam que

[a] “frente única mineira” e o arremedo de um acordo entre as lideranças políticas estaduais eram, nas suas essências, tentativas ideologicamente contraditórias.

A intenção de alguns líderes políticos mineiros que, conforme dissemos, contavam com o incentivo do governo provisório, era a de juntar sob um mesmo bloco desde as facções oligárquicas ligadas a Bernardes e Antônio Carlos, até os chamados “revolucionários de esquerda” que propagavam o centralismo do poder e a continuidade, por tempo indeterminado, de um governo provisório forte, que beirava as raias da ditadura.

Essa contradição (...) veio à tona em abril de 1932, quando os bernardistas apresentaram apoio irrestrito ao movimento paulista em prol da constitucionalização do país (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 420).

Artur Bernardes ainda era uma força política considerável dentro do Estado e o grande líder do partido no período pós-1930. Sua condição de ex-presidente da República e o domínio da comissão central do PRM garantiam a ele uma posição privilegiada nas decisões políticas estaduais até 1931. Essa situação passa por grandes mudanças, a partir de 1932, com o apoio irrestrito dos bernardistas à causa paulista de constitucionalização do país.

A busca pela afirmação do *carlismo* em oposição ao *bernardismo* passa, na narrativa biográfica, pelo apontamento de uma divisão da própria política estadual mineira entre esses dois polos. Segundo as autoras, até a eclosão do levante paulista de 1932, a sociedade mineira se dividia entre o apoio ao Governo Provisório e as reivindicações pela constitucionalização do país, identificadas no apoio à causa paulista. Após o fim do conflito de 1932, era preciso estabelecer novas bases de apoio para o governo estadual, alinhadas com o Governo Provisório de Getúlio Vargas e que, portanto, precisavam se desvincular do antigo PRM. Acerca dessa manobra política, Pereira e Faria apontam que

[o] enfraquecimento político do PRM após a Revolução Constitucionalista foi aprofundado pelo exílio de Artur Bernardes, o que facilitou sobremaneira o processo de reorganização política de Minas e, na sua esteira, o fortalecimento de Olegário Maciel. Contudo, para além do enfraquecimento do PRM, Olegário Maciel carecia, para se sustentar como chefe político dos mineiros, de uma legenda partidária sem os ranços dos partidos da Primeira República. A missão de criar o novo partido coube, como não podia deixar de ser, a Antônio Carlos, que, por sinal, a desempenhou de maneira exemplar: em janeiro de 1931⁴⁵, foi oficialmente fundado o Partido Progressista – PP, forjado para abrigar em suas fileiras o situacionismo mineiro (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 421).

Antônio Carlos assume assim uma condição de liderança, a partir do processo de afastamento de Artur Bernardes da cena política. Ainda que o “chefe político dos mineiros” fosse Olegário Maciel, era na liderança de Antônio Carlos que se

⁴⁵ No texto, as autoras indicam que a fundação do Partido Progressista ocorreu em 1931. Contudo, a data correta de fundação é 18 de janeiro de 1933. Ver: PARTIDO PROGRESSISTA DE MINAS GERAIS, CPDOC – FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-de-minas-gerais-pp>>. Acessado em: 21 de mar de 2019.

sustentava o governo estadual. A abordagem das disputas com Artur Bernardes na biografia também nos ajuda a pensar o apoio fundamental que Antônio Carlos dá ao governo de Getúlio Vargas. Tal proximidade é reafirmada no seguinte trecho:

O compromisso de Antônio Carlos com a eleição de Vargas foi selado em abril de 1933, antes portanto da eleição dos deputados constituinte. Este compromisso configurou também o apoio do governo mineiro, tanto no que se referisse ao bom andamento dos trabalhos constitucionais, quanto ao sucesso do projeto continuísta de Vargas (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 429).

Este apoio tornara-se fundamental para Vargas após os conflitos decorrentes da tentativa de golpe contra Olegário Maciel, em agosto de 1931, e com o fortalecimento da liderança de Artur Bernardes naquele momento. O governo mineiro, liderado por Maciel, percebeu a impossibilidade de governar sem o apoio desse grupo. O que ficou conhecido como “acordo mineiro” também foi incentivado pelo Governo Provisório (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 416). Era de fundamental importância para Getúlio Vargas manter o ambiente de cordialidade com as lideranças políticas mineiras, incluindo Antônio Carlos, para conseguir influir no arranjo de uma “frente única” no Estado. Com a missão pacificadora dada por Getúlio a Antônio Carlos, este se mantém na cena política e se fortalece como liderança estadual e nacional (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 414). A aliança com Getúlio e a busca pelo entendimento entre o Presidente e Olegário mantém Antônio Carlos como peça relevante no cenário político. A fórmula Antônio Carlos - Venceslau Brás é fundamental para manter no poder a Olegário Maciel e a Francisco Campos⁴⁶.

O cenário se altera consideravelmente com o enfraquecimento do PRM, após a derrota paulista de 1932 (PEREIRA; FARIA, 1998). O exílio de Artur Bernardes, franco apoiador do movimento paulista, e seu afastamento do jogo político contribuíram para o enfraquecimento de seu grupo nas disputas internas de Minas Gerais. O fortalecimento de Antônio Carlos, resultante do afastamento de Artur

⁴⁶ Eleito presidente de Minas Gerais em 1930 e apresentando-se hesitante durante os preparativos do movimento armado, Olegário Maciel seria alvo de críticas de inúmeros membros do Governo Provisório, que clamavam por sua renúncia e pela indicação de um interventor para o estado. Olegário se manteria na chefia do governo até sua morte, em 1933.

Bernardes do jogo político, pode ser visto como a confirmação da força do *bernardismo* até aquele momento e da ameaça que representava para o Governo Provisório. Este fato ressalta também a divisão interna da elite mineira que cada vez mais perdia autonomia frente ao poder concentrado por Getúlio Vargas, cuja influência se tornava cada vez mais perceptível. A forma como se deu a ascensão de Antônio Carlos nesse momento aponta para a dificuldade de considerar os elementos identificados com a ideia de *carlismo* como um movimento político autônomo. Essa mudança no quadro político foi muito mais fruto da força política que Getúlio Vargas já reunia como chefe do Governo Provisório do que resultado da ação de Antônio Carlos no interior da política mineira.

A criação do Partido Progressista, em 1933, é apontada pelas autoras como missão dada a Antônio Carlos pelo presidente Getúlio Vargas, como forma de dar sustentação a Olegário Maciel à frente do governo estadual. Contudo, logo em seguida, elas afirmam que,

[c]om a fundação do PP, Olegário Maciel conseguiu, finalmente, consolidar sua base social e política, e Minas recompôs a unidade entre o chefe do partido situacionista e o chefe do governo, como, alias, ocorrera ao longo de toda a Primeira República. Mas o PP guardava algumas especificidades, e a principal delas era a de ter se formado com vistas à Assembleia Nacional Constituinte, o que implicava, desde logo, certa dependência em relação ao poder central.

(...)

Ao novo partido aderiram, de modo geral, ex-integrantes da Legião Mineira, oriundos em sua maioria dos quadros do PRM. Era o caso, por exemplo, de Antônio Carlos. Tanto ao ex-presidente quanto a outros políticos mineiros que no período entre 1830 e 1932 não apresentaram oposição ostensiva ao governo de Vargas, o PP oferecia a oportunidade de ampliação de suas bases de influência no estado (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 422).

Com o novo partido e o fortalecimento de Olegário Maciel, retomavam-se, em Minas Gerais, característica da Primeira República. Isso fica patente não apenas na unidade entre o chefe de governo e o chefe do partido, mas na dependência da estrutura estadual em relação ao poder central. Nas referências às ações de Antônio Carlos, também fica demonstrada a manutenção de práticas características do primeiro período republicano. Apesar da identificação clara de construção de uma imagem distinta do

biografado, mais ligada às perspectivas defendidas pela Revolução de 1930, a narrativa biográfica não consegue desvincular suas ações das que apontam a permanência de elementos da Primeira República.

Neste sentido, temos a manutenção das práticas políticas ligadas ao domínio pessoal, à uma perspectiva de liderança tradicional, identificada com a ideia de oligarquia, e à vinculação de dependência entre o governo regional e o poder central. Mesmo com uma roupagem renovada pelo discurso da Revolução, que busca apresentar as ações de Antônio Carlos como distintas daquelas que foram predominantes durante a Primeira República, a narrativa biográfica acaba por reforçar este vínculo entre o agente político e o modelo oligárquico.

Mesmo seus posicionamentos sendo apontados como inovadores e modernos na narrativa biográfica, tem contrapontos inegáveis nos discursos de sua época de atuação. Isso ocorre com as referências à implantação do voto secreto no Estado de Minas Gerais, ocorrida em 1928, durante seu governo. As autoras apontam que a utilização política do voto secreto pelo Partido Progressista, em 1933, com finalidade eleitoral, fora denunciada pelos opositores. Como contraponto, as autoras afirmam que

Apesar de fortes vínculos com a Primeira República, o PP não pode, segundo análise de Bomery⁴⁷, se qualificado como um partido “passadista”. Por ter se forjado em momento de acentuada crise econômica, sua linha programática apresentava destaque especial ao tema “ordem econômica”, defendendo interesses regionais como barateamento do custo de produção cafeeira e a racionalização do aproveitamento do subsolo, de modo a beneficiar o estado e os municípios.

Torna-se pertinente lembrar também que a criação do partido ocorreu sob a vigência do novo Código Eleitoral (...) que significou o primeiro grande avanço na nova ordem social e política do país.

O novo código estabeleceu o sufrágio universal e secreto, medida primordial no sentido de moralização da prática eleitoral. ampliou o direito de voto a todos os brasileiros alfabetizados e maiores de 21 anos, sem distinção de sexo, e criou uma novidade político-jurídica, a representação das classes. (...)

⁴⁷ Refere-se à obra de Helena Maria Bousquet Bomery. *A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30*. Ver: GOMES, 1980.

Amparado por nova legislação e condições políticas favoráveis o PP tinha todas as chances para ser bem-sucedido. (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 425).

Contudo, apesar das justificativas para a ação política do Partido Progressista e de Antônio Carlos, como seu principal líder, o uso político da implantação do voto secreto em Minas Gerais fora um recurso já utilizado pelo então presidente do estado durante seu governo. John Wirth (1982) aponta como essa ação serviu para satisfazer às demandas por reforma dos novos grupos que surgiam como força política naquele período, mas ao mesmo tempo garantia a manutenção da ordem estabelecida, já que as eleições ainda seriam dirigidas pelos “coronéis amigos”. Mesmo no que a narrativa biográfica aponta como os elementos mais avançados em suas ações políticas, Antônio Carlos continua fortemente ligado às práticas características da Primeira República, que ele combatera na formação da Aliança Liberal e no processo da Revolução de 1930.

O arranjo político mineiro seria novamente quebrado, em 1933, com a morte de Olegário Maciel e o processo de substituição do então governador do estado. As ações de Antônio Carlos neste processo são expostas pelas autoras no seguinte trecho:

O processo que marcou a *retroir* de Minas na política nacional estava, de certa forma, consumado. Havia sintonia entre o principal partido político e o governador do estado. detinha, como na Primeira República, a maior bancada de deputados, a Presidência da Assembleia Nacional Constituinte e alguns cargos importantes no âmbito do governo federal. E, por estar na moda, tinha até mesmo um partido de oposição, o PRM.

Entretanto, os caminhos da história, já o sabemos, não são lineares. Minas ainda viveria momentos de intensa crise política que, extrapolando suas fronteiras, ameaçou atingir o funcionamento de tão almejada Assembleia Nacional Constituinte. A crise se instaurou com a inesperada morte do presidente Olegário Maciel. (...)

A substituição de Olegário Maciel rompeu o equilíbrio político que a duras penas vinha se buscando, reabriu a crise e instaurou clima de insegurança sem precedentes na política mineira. A essa crise, a imprensa denominou “o caso mineiro” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 430).

O apoio de Antônio Carlos foi dado abertamente a Gustavo Capanema. No entanto, o Andrada não podia romper com Afrânio de Melo Franco e seu filho, Virgílio, que também se colocava como pretendente ao cargo de interventor. A força política de Antônio Carlos reside, nesse momento, na capacidade de influir na escolha do novo governador do estado, o que também aponta para a proximidade com o centro do poder do Governo Provisório. Contudo, a disputa entre Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco acabou por abrir caminho para a ascensão de Benedito Valadares, escolhido pessoalmente por Getúlio Vargas, como saída conciliatória. Na biografia, as autoras apontam o posicionamento de Antônio Carlos frente à escolha do presidente da República da seguinte forma:

Maldosa, a imprensa cuidou de atizar lenha à fogueira, e a disputa entre Capanema e Virgílio acabou por arranhar as relações entre [Afrânio de] Melo Francos e Antônio Carlos. (...) A pressão da imprensa sobre Antônio Carlos entre setembro e dezembro foi intensa. O que se pretendia, e com boa dose de racionalidade, era que o partido da situação, isto é, o PP, indicasse o nome do interventor e, de preferência, o mais popular, ou seja, Virgílio de Melo Franco. Contudo, se Antônio Carlos, na condição de presidente do PP, indicasse o nome de Virgílio, seria da mesma forma criticado pela imprensa oposicionista, que veria na indicação mais uma artimanha política para manter as rédeas do poder. Sua situação era, como em tantos outros momentos, extremamente delicada. (...) Em dezembro, Vargas surpreendeu a todos com o famoso episódio em que solicitou a Antônio Carlos, como presidente do PP, a inclusão na lista de candidatos do partido à interventoria mineira, do nome de Benedito Valadares Ribeiro, nomeando-o, a seguir, interventor no estado de Minas (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 432-433).

Na busca pela reafirmação da imagem de Antônio Carlos como líder político, a narrativa biográfica acaba por reforçar a ineficiência de suas ações na realização de seus objetivos. Na disputa entre os dois candidatos, na qual o Andrada pendia no apoio a Capanema, o resultado é a submissão ao que fora determinado por Getúlio Vargas. Dessa forma, a relação que se constrói entre Antônio Carlos e Getúlio é claramente de subalternidade do primeiro em relação ao segundo. Ainda que as autoras busquem apontar que o Andrada gozasse de uma condição de destaque, em nível semelhante à de Getúlio, dada a necessidade do apoio mineiro e a condição de liderança de Antônio Carlos no estado, na prática, a biografia acaba por apontar que essa relação

era cada vez mais dispar e Vargas conseguia, paulatinamente, ocupar uma condição de liderança que lançava Antônio Carlos a uma posição secundária. Essa análise pode ser confirmada pelo seguinte trecho, extraído do depoimento de Bonifácio José Tamm de Andrada⁴⁸, e narrado pelas autoras:

Antônio Carlos levou a lista de sete ou oito nomes para Vargas. A lista era encabeçada pelo nome de Gustavo Capanema. Depois de elogias a todos, Vargas perguntou: “Doutor Antônio Carlos, o Senhor não poderia incluir outros nomes nessa lista?” Antônio Carlos, muito esperto, foi logo afirmando: “Getúlio, eu posso por os nomes que você quiser. Qual é o nome, Getúlio?” “O nome é Benedito Valadares, um jovem deputado que quer pelo menos aparecer nessa lista. Tenho conhecimento dele através de amigos comuns”. (Na verdade, Valadares era meio aparentado com Vargas, pois era cunhado de seu primo Ernesto Dorneles.). Antônio Carlos logo percebeu que Valadares é que seria o nomeado e foi logo tecendo elogios à sua pessoa. “Homem sensato, equilibrado, amigo de Olegário Maciel (...) (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 433).

O texto destaca claramente a posição de Antônio Carlos como um ato de esperteza. Porém, o que se revela é a condição de subserviência de Antônio Carlos que, ainda que identificado como líder mineiro e, de fato, ocupando posições políticas de destaque, como presidente do PP e da Assembleia Nacional Constituinte, não tem força para impor qualquer oposição ao nome indicado por Vargas. Este fato simboliza o crescimento da influência do presidente da República sobre a política mineira que se tornaria crescente sob a interventoria de Benedito Valadares. A ascensão do político, até então pouco conhecido, é abordada na biografia, utilizando as palavras de um membro da família Andrada e herdeiro político de Antônio Carlos, dando destaque ao fato de ele ser “aparentado” de Vargas. É interessante como é feito, de forma claramente crítica, o destaque a este elemento, em uma narrativa que se dedica a reforçar os elementos de uma tradição política familiar.

Dessa forma, a partir do que é apontado pelas biógrafas, podemos enumerar alguns pontos que caracterizariam as posturas políticas de Antônio Carlos e a identificariam com a corrente política denominada *carlismo*, nas disputas internas à

⁴⁸ Bonifácio José Tamm de Andrada (1930) é sobrinho neto de Antônio Carlos.

elite política mineira. O ponto central desse litígio é a obtenção do controle da política estadual, com a indicação do governador do estado no período posterior à Revolução de 1930. Neste sentido, ele disputa o espaço com outros grupos controlados por chefes políticos, assim como Antônio Carlos, oriundos da Primeira República e que nela já exerciam influência sobre a política estadual. Este é o caso tanto de Artur Bernardes e Wenceslau Brás, antigos ocupantes do cargo de presidente do estado e da República, quanto dos integrantes da família Melo Franco, que também tiveram extensa participação na política estadual e federal, no período anterior à Revolução. Contudo, a capacidade de influenciar as decisões do poder central do Governo Provisório é um elemento crucial para essa disputa. Neste caso, a capacidade de articulação de Antônio Carlos é destacada na biografia. Mas, claramente, ele circula entre essa capacidade que lhe confere autonomia política e o outro extremo, onde é colocado como agente das ações políticas do Governo Provisório em Minas Gerais, o que acarreta na perda de autonomia da elite política tradicional.

Principalmente devido a essa condição oscilante, suas ações geraram críticas e desconfianças, tanto no interior da elite tradicional, perceptível nas disputas com Artur Bernardes, quanto nos novos agentes políticos, representados por Virgílio de Melo Franco e Benedito Valadares. Ao mesmo tempo em que se colocava como defensor de um novo modelo político, as ações de Antônio Carlos eram identificadas com a política oligárquica e regionalista típica da Primeira República.

Contrapondo-se à ideia de líder mineiro, capaz de unir a política estadual, que a narrativa biográfica busca construir como característica da atuação política de Antônio Carlos, estes elementos demonstram o quanto ele enfrentou a oposição no interior da elite estadual. O *carlismo* se caracteriza assim pelas disputas que se mantêm entre a Primeira República e a ordem política estabelecida pelo processo revolucionário de 1930. Construído discursivamente sob o signo do “novo”, o jogo político pós-1930 foi disputado pelos grupos que povoaram o campo político nesses dois períodos. Representa, portanto, a manutenção de aspectos oligárquicos, como o poder familiar no campo político, e a valorização de uma ideia de tradição como forma de manutenção da ordem política. Em certa medida, aproveitando-se desse aspecto da política mineira no pós-1930 e amparado pela estrutura do Governo Federal, Benedito Valadares busca construir a imagem de um político efetivamente “novo”, frente a essa estrutura

tradicional da elite mineira. Apesar de também manter relações com os grupos tradicionais do Estado (WIRTH, 1982, p. 172), essa caracterização do grupo que passaria à liderança de Benedito Valadares se firmou como um ponto forte na disputa com grupos tradicionais, como os identificados pela liderança de Antônio Carlos, que passou cada vez mais a ser identificado com uma prática política considerada “velha”, por estar extremamente ligada à ordem oligárquica da Primeira República.

Dessa forma, a narrativa biográfica, tal como os demais textos sobre o político mineiro - como a reunião de artigos na imprensa, os discursos políticos, e a produção historiográfica – patrocinadas e incentivadas pela família Andrada, apontam para a ressignificação de características, tomadas como a herança de uma antiga tradição familiar e política. A perda, ao menos em parte, de importância, relevância e significação de sua trajetória para as gerações seguintes abre a necessidade de construção de uma nova leitura sobre a sua atuação política. Neste sentido, a biografia busca construir uma leitura atualizada, que complemente ou estabeleça uma nova imagem para Antônio Carlos, distinta daquela que se consagrou na cultura histórica sobre a Revolução de 1930, por meio dos textos de memória e na historiografia.

Esta leitura busca suas bases na memória familiar e vincula-se à tradição que se pretende manter no presente, identificando-a com Antônio Carlos, e no futuro, com os membros da família que permanecem na atividade política, após seu afastamento da vida pública. É a busca pela continuidade da tradição andradina, elaborada pelos herdeiros de Antônio Carlos que, para superar o descompasso temporal, a distância entre os primeiros Andradas e o seu próprio tempo, contribuem para a construção de uma narrativa elogiosa do *carlismo*. Antônio Carlos e o *carlismo* seriam assim a continuidade de uma tradição na política nacional que remonta à Colônia e ao Império e, após sua morte, a família buscaria a garantia da manutenção dessa tradição, por meio da construção da memória e da permanência do nome Andrada no cenário político republicano.

A partir dos apontamentos de Henry Rousso (2014) sobre o presentismo, percebemos o quanto a memória parece se apagar ou deixar de fazer sentido quando os atores e os fatos encontram-se afastados no tempo. Ela precisa se reinventar e se reconstruir para promover uma aproximação entre as diferentes temporalidades. Dessa

forma, a memória sobre os Andradas da Independência e do Império perde sentido com o passar do tempo e, para que a tradição se mantenha e aqueles que dela retiram frutos políticos possam manter seu *status*, é preciso renová-la. Assim, a representatividade nacional dos Andradas se revigora com o papel apontado para Antônio Carlos em Minas Gerais e, por conseguinte, para o Brasil, dada a importância deste estado no cenário da política nacional.

O termo *carlismo* surge nos escritos laudatórios contemporâneos à sua atuação, mas no período posterior à ascensão de Getúlio Vargas. Presente na obra de Aurino Morais (1933), a expressão, que busca identificar as características da ação política de Antônio Carlos, surge em um contexto de lutas internas em Minas Gerais, nas quais o ex-presidente do estado busca reafirmar uma condição de liderança. Contudo, ele se encontra limitado pela crescente influência getulista na política mineira e pela desconfiança dos membros da elite estadual quanto a seus posicionamentos. Dessa forma, é possível afirmar que esse *carlismo* não se consolidou efetivamente como uma corrente política, mas como uma construção narrativa posterior ao auge da atuação pública de Antônio Carlos, sendo retomada na construção da narrativa biográfica como forma de atribuir relevância às ações do político biografado.

3.6. A MEMÓRIA FAMILIAR E O PROJETO BIOGRÁFICO

A experiência da Revolução de 1930 pode ser identificada como marco historiográfico de grande importância no Brasil. Na esteira deste debate, temos como elemento fundamental para a constituição dos estudos sobre este tema, uma constante recorrência à produção memorialística e biográfica dos atores políticos que vivenciaram este período. As muitas correntes políticas que atuaram no palco revolucionário encontram-se representadas na vasta produção localizada na década de 1930 e na retomada do debate, a partir da década de 1960. Tais textos buscam, em sua maioria, imprimir uma visão pessoal e particular dos eventos e, em alguns casos, trafegam entre os estilos memorialístico, biográfico e autobiográfico, por vezes sob um enfoque que vai do extremo elogio à crítica mordaz.

Mesmo com um distanciamento temporal de décadas, os temas relacionados à Revolução de 1930 e seus principais atores políticos continuam a ser objeto de novos trabalhos. O foco nos personagens de maior relevo na cultura histórica, como é o caso de Getúlio Vargas, é perceptível nas produções biográficas. Contudo, estas também abrem espaço para produções sobre personagens com variados graus de reconhecimento por parte do grande público. Os textos sobre Antônio Carlos oscilam entre algumas dessas características. O destaque para sua atuação pode ser encontrado já na década de 1930, nos trabalhos dos inúmeros memorialistas mineiros, cujas obras analisamos anteriormente⁴⁹. Contudo, apesar do empenho de correligionários e membros da família Andrada na construção de uma memória política sobre a atuação de Antônio Carlos, sua trajetória tornou-se objeto de produção biográfica de relevância em um momento consideravelmente distante de sua atuação, ainda que seu papel decisivo na Revolução de 1930 já fosse conhecido e, ao menos pontualmente, tenha encontrado destaque na historiografia. Este projeto biográfico se concretiza na obra *Presidente Antônio Carlos: o Andrada da República; o Arquiteto da Revolução de 1930* (1998), de Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria.

Essa produção biográfica, construída com um distanciamento temporal, traz elementos distintos daquela produzida no período imediatamente posterior às ações do biografado. Ela encontra tanto na produção memorialística do período da Revolução, que ganha grande destaque na narrativa, quanto na historiografia, inúmeros elementos que possibilitam a construção de um texto pautado por aspectos críticos que não se encontravam disponíveis para os trabalhos produzidos no tempo imediatamente posterior aos acontecimentos. Dessa forma, tal narrativa, seguindo a característica da produção biográfica de maneira geral, pode contribuir para uma nova leitura, distinta ou complementar àquela produzida pela historiografia (SCHIMIDT, 2003).

Quando se constrói a biografia de Antônio Carlos baseada na relevância histórica de suas ações políticas, este trabalho representa o enquadramento de sua memória (POLLAK, 1989), no sentido de recorrer aos elementos históricos para estabelecer as possibilidades de reinterpretação da relação temporal entre passado e presente. Constrói-se uma imagem de Antônio Carlos no passado, atendendo a anseios

⁴⁹ Discussão presente no primeiro capítulo deste trabalho, quando abordamos a construção de uma memória mineira sobre a Revolução de 1930.

do momento em que a obra é produzida. Estabelece-se assim a relação entre a memória individual do agente político com o grupo do qual ele faz parte, sendo alçado a símbolo deste mesmo grupo. A narrativa do texto biográfico já não se constitui como uma memória vivida, mas uma memória capturada pela história, tal como aponta Pierre Nora (1991), concedendo sentido de unidade a este grupo social. Relacionada com a história política de Minas Gerais, a biografia de Antônio Carlos ganha relevância. A notoriedade do político se reafirma pela vinculação com a *mineiridade*, pois suas ações políticas são tomadas como representações do estado mineiro como um grupo uno, sendo alçado à condição de defensor simbólico de tais interesses coletivos, na Revolução de 1930. Mais uma vez, remetendo-nos ao trabalho de Michel Pollak (1989), esse exemplo sugere que, mesmo no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.

A construção da memória, por meio da biografia, revela aspectos da relação entre o indivíduo que ocupa o lugar de centralidade na narrativa com a sociedade, em ao menos dois tempos distintos: o tempo em que o agente político atuou e o tempo em que se tornou possível a produção da narrativa biográfica. Dessa forma, para pensarmos a trajetória de um agente político por meio da biografia histórica, é fundamental apontarmos as relações entre este modelo de narrativa com aqueles que ocupam outro espaço na construção da cultura histórica, como a historiografia e a memória. Para tanto, buscamos estabelecer algumas definições para o termo biografia histórica e fazer a análise de alguns elementos da escrita biográfica que contribuem para a construção da imagem pública dos biografados. Elementos como a ilusão da totalidade da vida, a ideia de moralidade e a relação entre indivíduo e sociedade remetem a uma discussão fundamental para uma abordagem histórica, assim como as características presentes na representação individual e coletiva encontradas na narrativa. Por fim, as aproximações da escrita biográfica a campos como a história e a literatura são tomadas como objeto de exame. Buscamos essa abordagem como forma de possibilitar a análise da narrativa biográfica sobre Antônio Carlos, a partir da identificação dos elementos que caracterizam sua trajetória política e que constituem sua imagem de homem público. Tais elementos encontram-se vinculados ao projeto político familiar de memória, centrado no elogio à atuação política dos membros da família Andrada.

Este estabelecimento de relações entre indivíduo e corpo social é uma das características do biografismo, definido da seguinte forma por Wilton da Silva:

As práticas narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação através do romance histórico, das memórias pessoais (autobiografias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas (SILVA, 2011, p. 01).

Este biografismo tem assim uma relação próxima com a prática historiográfica em seu processo de busca pelos vestígios de um passado a ser reinterpretado e construído narrativamente, o que também pode ser encontrado na noção de “biografia histórica”. Neste sentido, Alexandre Avelar (2013, p. 07) reflete sobre o próprio significado do termo ao questionar se existiria uma biografia “não histórica”. A relação temporal e o objetivo primordial de reconstrução de uma história individual tornam redundante o uso de tal termo.

Contudo, essa questão não é de simples solução, como apontado por Alessandra Santos (2011) ao indicar as características de distintos projetos de escrita biográfica. Se por um lado temos os defensores do critério histórico e científico na avaliação de uma boa biografia, os quais se preocupam com a “verdade empírica de suas fontes” e veem com desconfiança a capacidade do historiador de encontrar a “verdade psicológica” de seus personagens; por outro, temos aqueles para quem a narrativa biográfica deveria se utilizar de uma vasta documentação e da interpretação dos fatos com o critério histórico, mas aliando a isto a expressão da vida interna do biografado, manifestada numa necessária retórica literária. Dessa forma, biografia e história partilham alguns critérios, como a necessidade de recorrência a documentos confiáveis, mas podem se afastar, de acordo com a percepção do que pode ser entendido como noções de “verdade”, indicadas pela autora. A forma de construção narrativa e os debates sobre a aproximação com a literatura são temas que também identificam os dois campos. Isso pode ser verificado nos momentos em que o biógrafo se depara com lacunas documentais e perguntas sem respostas. Tais obstáculos apontam para a dimensão *ficcional* de toda biografia (AVELAR, 2010). Este elemento também pode estar presente nas lacunas, nos enganos, nas limitações da memória presentes nos

discursos de testemunhas que, em muitos casos, narram histórias que também não vivenciaram.

Como reforço aos aspectos caracteristicamente históricos da escrita biográfica, destacamos três pontos indicados por Wilton da Silva (2011), em sua definição da ideia de biografismo. Em primeiro lugar, a existência de uma biografia pressupõe a utilização de forças sociais para a manutenção de uma memória ligada tanto a esse indivíduo quanto a seu grupo social. A própria existência do texto biográfico indica que as ideias e expectativas que nele se encontram representadas já não são subterrâneas. Em segundo lugar, o indivíduo biografado, identificado como notável, é visto como diferenciado dentro de seu grupo, em particular, e da sociedade, de forma geral. Sua eleição como sujeito digno de uma escrita biográfica também pode indicar as disputas de memória entre sua trajetória e as de outros de seu tempo e mesmo de seu grupo social. Em terceiro lugar, o biografismo é um objeto que possibilita a identificação dos múltiplos significados e expectativas, portanto, das disputas em diferentes campos sociais que uma mesma matéria narrativa pode suscitar.

Dessa forma, a relevância social e o reconhecimento conferido à escrita biográfica são fatores importantes em nossa análise. As diferentes abordagens que as narrativas biográficas receberam em diferentes momentos apontam para as mudanças nas formas de se pensar a relação entre passado e presente, por meio deste tipo de escrita. Benito Schimidt (2003) aponta que, segundo Phillipe Lejeune, é no século XVIII que aparecem os livros de histórias de vida de pessoas mais comuns. Acompanhando os ideais iluministas, com a perspectiva de que o homem nasce livre e igual em direitos, tornou-se legítimo a cada um contar a sua história. Já a partir de Rousseau se estabeleceria uma transformação fundamental na qual caberia ao futuro esclarecer o passado. Este novo regime de historicidade provoca a mudança na relação temporal da escrita biográfica, que se desloca do presente como exemplo para o futuro como perspectiva.

Segundo Alessandra Santos (2011), as biografias ditas modernas se contrapunham àquele modelo de biografia que, desde a Antiguidade, tinha por função edificar determinadas virtudes e modelos morais, para servirem de exemplo às gerações futuras. Este modelo de escrita não se pautava pela ideia de distanciamento crítico, que marca a biografia moderna. Ele acaba por instalar o leitor numa relação de reverência

em relação aos feitos do biografado. Dentro dessa nova concepção de escrita biográfica, era preciso desvincular a biografia das memórias nacionalistas e tratá-las artisticamente, cabendo à biografia procurar corajosamente a verdade, valorizar a complexidade humana e reportá-la fielmente. Segundo Benito Schmidt (2003), essa característica pode ser percebida na sociedade europeia do século XIX, quando verificamos o gosto pelo autoconhecimento, por meio de diários, romances, autorretratos e autobiografias. Também deixa evidente, mais uma vez, sua relação com a ideia de verdade passível de comprovação.

No período final do século XX, verificou-se uma retomada da escrita biográfica como forma de discussão ligada ao campo da História. Se entre os anos 1950 e 1970, a biografia estava fora de uma história chamada científica, pois se considerava mais proveitoso investigar os grandes sujeitos históricos coletivos, como a burguesia, ou as transformações políticas, econômicas, sociais etc. (SCHIMIDT, 2003), este gênero mantém sua relevância devido a um interesse do público em relação aos grandes atores históricos. Essa nova biografia busca não mais compreender a influência dos indivíduos sobre a sociedade, mas compreender, através deles, a interferência de lógicas e a articulação de redes complementares. No Brasil, a partir dos anos 1980, tivemos uma retomada da escrita biográfica ainda mais vinculada ao campo historiográfico. Isso se deveu a uma retomada de discussões – dentre as quais se incluem os debates acerca da Revolução de 1930 – em que a perspectiva das experiências e percepções individuais dos agentes que promoveram tais processos é retomada, fosse como forma de complementação dos debates historiográficos ou de se contrapor a narrativas consagradas nesse campo.

Essa retomada da escrita biográfica como elemento de escrita da história não escapou às críticas. A primeira, destacada por Schmidt (2003), refere-se aos aspectos realmente inovadores que se atribuíram a essa forma de narrativa naquele momento. Considerando a presença constante das biografias na produção do conhecimento histórico, o que se questionava era até que ponto as novas biografias seriam realmente novas. Ou ainda, até que ponto essa prática não era algo antigo disfarçado de novo, exatamente para fugir às críticas já feitas a essa forma de escrita da História. O ponto central sobre essa retomada da escrita biográfica na década de 1980 é o quanto ela traz de possibilidade de contribuição para a construção do conhecimento

histórico, fugindo às antigas práticas de louvação de grandes personalidades políticas, em que os elementos da biografia se baseavam em aspectos quase hagiográficos, sem acrescentar muitos elementos ao debate político e cultural sobre a época retratada. Neste sentido, Schimidt (2003), a partir dos apontamentos de Jacques Le Goff, caracteriza a escrita biográfica atual como um retorno a uma prática tradicional, anedótica, que se sacrifica a uma psicologia desatualizada, incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual. Isso pode ser percebido nos excessos encontrados em muitas narrativas biográficas que se perdem no processo de construção da relação entre indivíduo e sociedade, ao destacarem de forma exagerada as qualidades do biografado. Essa é uma referência negativa recorrente ao biografismo que se relaciona com a construção de narrativas apologéticas de homens da elite econômica, política ou religiosa e que são retratados como extraordinários (SILVA, 2011).

Este é apenas um dentre os vários riscos da escrita biográfica, mas que não é exclusividade deste tipo de narrativa. Contudo, ao tornar as ações de um indivíduo exemplares ou simbólicas, corre-se o risco da ilusão. Neste sentido, Pierre Bourdieu (1996) alerta quanto à ilusão que pode ser produzida na construção das narrativas biográficas em que o indivíduo é visto como um sujeito completo, portador de uma totalidade explicitada ao longo das ações que compõem a sua vida. É a ilusão de que a vida tem um sentido imanente e lógico em uma direção linear de início, meio e fim. Dessa forma, a vida constituiria um conjunto coerente e orientado, guiado por intenções subjetivas e objetivas, na realização de um projeto. Alexandre Avelar (2010, p. 162) destaca que a crítica de Bourdieu contribuiu com o levantamento de questões sobre um pretenso “vínculo de transparência”, que se afirmava existir entre o biógrafo e o biografado. Neste vínculo, era atribuída ao primeiro uma capacidade de transmitir com fidelidade, pautados por uma noção de verdade, não apenas os atos, mas também os sentimentos do segundo.

Dessa forma, a escrita biográfica contribuiria para o que Alexandre Avelar (2013, p. 10) aponta como as “ilusões de eternidade”. Ela determina a preservação da vida individual por meio de seus objetos. Ou seja, a preservação dos objetos de alguém que se foi passa a constituir uma espécie de biografia material, que pretende, ao contrário da existência humana, conservar-se indefinidamente, alimentando a ilusão de resistência ao tempo e atribuindo um sentido diverso a uma trajetória particular. Essa

ideia se relaciona com a noção de lugar de memória, de Pierre Nora (1993), ao apontar a preservação da memória e sua transformação em história, por meio da cultura material. Também se aproxima dos apontamentos de Sergio Miceli (1998) sobre os intelectuais da Primeira República que, ao perceberem sua condição secundária no campo intelectual, buscavam garantir seu lugar na posteridade, por meio da produção de autobiografias. Dessa forma, podemos afirmar que a narrativa biográfica pode ser, por parte do biografado, tanto uma tentativa de vencer o tempo, ao se buscar a perpetuação de suas ações, quanto, por parte de grupos sociais, uma forma de se manterem vivas determinadas práticas, ao se estabelecer a relação de continuidade entre passado e presente. Essa ideia pode ser percebida em trechos da biografia, como a seguinte identificação do político: “Antônio Carlos Ribeiro de Andrada herdou nome ilustre de seus antepassados, tradição que tem raízes na Independência, se firma no Império e prossegue na República” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 01).

A preservação de um legado por meio da narrativa biográfica aponta para o fato de que as ações do personagem já não têm garantia de manutenção na “memória viva”. Ela se identifica com um tipo de ação no passado, podendo ser associada a uma postura ultrapassada, velha, antiga. A manutenção deste material seria uma forma de garantir que essa visão negativa não prevalecesse, pois as ações dos indivíduos se manteriam atualizadas. Dessa forma, a escrita biográfica aponta para a preservação, no presente, de um testemunho, de uma visão política, da defesa de um posicionamento do passado considerado relevante por alguém em um momento posterior. Isso se expressa na ideia de causalidade harmônica que, como apontado por Lilian Schwarcz (2013), só pode ser lograda *a posteriori*.

Essa perspectiva de uma trajetória individual ser tomada como símbolo de uma época aponta para o problema da representatividade na biografia histórica. Dois questionamentos que se apresentam ao historiador são apontados por Benito Schmidt (2003). O primeiro se relaciona ao quanto o biografado representa sua época, seu país, sua classe social etc. Esta questão apresenta ainda um desdobramento, qual seja o fato de este questionamento só ser feito quando a produção biográfica se relaciona a personagens “comuns”, mas não aos grandes homens, cuja representatividade social tem aceitação mais direta. Outro problema que se apresenta relaciona-se ao conceito de representatividade, dados os limites nas possibilidades de definição sobre quem é

efetivamente representado por um indivíduo, cuja biografia se justifica por elementos de uma trajetória tomada como singular. Este elemento se apresenta de forma marcante na medida em que o lugar ocupado por um agente público, sua posição política e suas ações sociais, tornam-se símbolos de identificação para grupos específicos e podem atribuir sentido aos posicionamentos políticos em um tempo distinto ao de sua atuação.

Outro elemento característico da escrita biográfica são as referências a um sentido de moralidade, de exemplo de comportamento social, de transmissão de atitudes simbólicas que, por sua vez, são pontos que podem distanciá-lo do rigor metodológico do trabalho de construção do conhecimento histórico. Sobre este problema, Benito Schimidt (2003) destaca que uma das tarefas do historiador é o acompanhamento do “fazer-se” do indivíduo ao longo do tempo. Para isso, é necessário levar em conta os diferentes espaços sociais por onde este indivíduo circula, suas percepções subjetivas, as oscilações e hesitações nas ações políticas e sociais e mesmo o acaso como elemento de construção da biografia histórica. Citando Françoise Frazier (1996; SCHIMIDT, 2003), Benito Schimidt indica a relação entre moral e história, presente na obra de Plutarco através dos exemplos dados pelos personagens. Essa relação também é fundamental nas biografias dos homens da Primeira República. É uma relação entre moral e política marcante do ponto de vista histórico.

De toda forma, a escrita biográfica parte, necessariamente, da ligação entre o indivíduo e a esfera social na qual ele se localiza. Sobre esse diálogo entre indivíduo e sociedade, Benito Schimidt (2003) também indica a importância da relação entre a perspectiva moral e a história como característica dos escritos biográficos. Esse vínculo se faz presente por meio dos exemplos dados pelos personagens que, presentes na obra biográfica, são acessados e reinterpretados por seus receptores. Nessa relação entre a escrita biográfica e a produção do conhecimento histórico, para além da representativa de exemplos, a biografia pode introduzir o elemento do conflito (SCHIMIDT, 2003). Seria assim uma forma de complementaridade à história, trazendo uma visão distinta e, possivelmente, enriquecedora para a produção historiográfica.

Discutindo a correspondência entre indivíduo e esfera social na construção das memórias de si, Lilian Schwarcz (2013) aponta as distintas vertentes que possibilitam essa análise, no processo de construção e interpretação de narrativas

biográficas. Em um primeiro caso, a partir da obra de Émile Durkheim, para quem a sociedade guarda uma lógica que não corresponde à soma de indivíduos, a análise se pauta pelo peso do social, o qual teria um poder de construção e de ação maior do que a lógica do indivíduo ou o seu jogo da subjetividade. Em um modelo mais weberiano e fenomenológico de análise, interessa entender os sentidos das ações dos indivíduos e seus valores para além das imposições de ordem social. Se o parâmetro são os princípios expressos pelo materialismo histórico, a análise se concentra em captar a dialética de funcionamento e transformação da realidade em que vivem os indivíduos históricos.

Entendemos que mais de um desses modelos podem ser encontrados como norteadores do processo de construção de uma narrativa biográfica, podendo um deles se destacar mais que outros. Neste sentido, o modelo durkheimiano parece se destacar na narrativa biográfica de Antônio Carlos. Aspectos sociais como a tradição, os compromissos políticos, a moralidade são elementos fundamentais na construção das relações entre as ações individuais do biografado e as que este estabelece com seu grupo social. Ainda assim, elementos como a preocupação com a verdade na escrita da narrativa ou a vinculação entre as ideias do biografado com as de seus herdeiros políticos, exemplificadas nos ideais do liberalismo e na relação com a área da Educação, podem ser abordados sob a perspectiva weberiana, apontada por Schwarcz. Essa relação com a moral, o exemplo, a perspectiva da vida como unidade racional e o estabelecimento de relações entre passado e presente, fundamentais na construção de uma narrativa biográfica, podem ser claramente identificadas nesta obra sobre o “Andrada da República”. Estes elementos servem para explicar suas ações no cenário político mineiro, nos momentos decisivos da Primeira República e da Revolução de 1930.

A obra biográfica produzida por Ligia Maria Pereira e Maria Auxiliadora de Faria segue inúmeros traços deste roteiro, apontados na retomada deste modelo de escrita a partir da década de 1980. O elemento chave desse processo é a vinculação entre a escrita biográfica e a História como área do conhecimento, cujas características metodológicas e teóricas alcançaram um amplo reconhecimento social que, naquele período, se vinculou marcadamente pelo processo de sua institucionalização acadêmica. É sintonizada com essa condição da História como área do conhecimento,

institucionalmente organizada e socialmente reconhecida, que a família Andrada buscou estabelecer um novo parâmetro para seu projeto político familiar de memória. O recurso à escrita acadêmica como meio para consolidar as narrativas sobre as ações políticas dos membros da família, centrada na trajetória de Antônio Carlos, consolida a busca pelo reconhecimento social da tradição dos Andradas e pela visibilidade das ações políticas de seus agentes. Estes elementos são identificados na narrativa biográfica como prova de permanência da tradição ao longo do tempo, como base para a duração do poder político familiar.

Antônio Carlos é, sob a perspectiva da narrativa biográfica, a prova da continuidade da tradição familiar e de sua ressignificação na República. Desfrutando de uma condição de liderança política em Minas Gerais - espaço que contribui para a realização de seus projetos pautados no Liberalismo e nos ideais democráticos -, sua condição de distinção teria sido amplamente reconhecida por seus contemporâneos, mas se perdera, ao menos parcialmente, na construção da memória pautada pelos grupos que tomaram para si o domínio político na década de 1930. A narrativa biográfica teria, assim, por objetivo, trazer à luz para as novas gerações os atributos que conferem tal reconhecimento à sua trajetória. A narrativa biográfica que o identifica como “um Andrada da República” busca dois objetivos fundamentais: atribuir, no presente, este reconhecimento esvaído ao longo do tempo e apontar que sua trajetória expressa práticas que podem ser encontrada na atuação de *outros* Andradas da República, seu herdeiros políticos.

CONCLUSÃO

Ao final de uma longa jornada, temos a oportunidade de fazer um balanço desta experiência. A primeira conclusão é a de que, chegam ao final, sujeitos distintos daqueles que iniciaram esta caminhada. O pesquisador se distingue pelo acúmulo de diálogos, de informações e dúvidas – talvez não mais numerosas, mas diferentes daquelas que se apresentavam no início do trabalho. Neste ponto, reside a outra mudança estabelecida pelo processo que separa o início e a conclusão da pesquisa: os objetivos, os problemas e as hipóteses passaram por uma sensível mudança à medida que avançávamos sobre o universo de nosso objeto.

A trajetória da pesquisa aponta a transformação das perspectivas de análise que se deram por meio do contato direto com os documentos, a ampliação das referências teóricas e as novas possibilidades interpretativas. Partindo da hipótese de que ocorria um apagamento de Antônio Carlos no processo de construção da memória política mineira – apontada no projeto inicial -, o trabalho de pesquisa, sobretudo dos textos de memorialistas produzidos em Minas Gerais, na primeira metade da década de 1930, apontou novos sentidos para a atribuição de lugares a esse indivíduo naquelas narrativas. Deparamo-nos menos com o esquecimento e mais com narrativas concorrentes, que atribuem valores distintos à sua experiência e à sua trajetória. Podemos concluir que as críticas dos adversários políticos lograram maior sucesso no processo de inserção na produção historiográfica. Contudo, a perspectiva crítica a Antônio Carlos não foi aceita sem o debate pautado pelos elementos do próprio fazer historiográfico. Mostra disso é a busca da família em produzir uma narrativa pautada pelo destaque às ações de Antônio Carlos, como pode ser percebido nas obras de Maria Margaria de Andrada Mega (1980) e de Bonifácio José Tamm de Andrada (1987).

Dessa forma, este trabalho contribui para a reafirmação de uma perspectiva, já presente na análise da historiografia brasileira, que identifica nessa área os embates entre diferentes projetos políticos, que se fundamentam em análises históricas e que contribuem para a formação do próprio conhecimento histórico. No que se refere à historiografia mineira, sobretudo àquela ligada ao período republicano, apontamos a relação que a elite política, representada pela família Andrada, busca estabelecer com as

instituições socialmente reconhecidas por sua produção historiográfica. Neste intuito, o enfoque que dedicamos à relação estabelecida entre a família Andrada e instituições, como a Universidade Federal de Minas Gerais e o Centro de Estudos Mineiros, aponta para dois elementos: a busca pela afirmação das instituições científicas e de ensino como criação da própria elite e; seu uso como instrumento para reafirmar uma condição de distinção social. Neste sentido, o projeto biográfico de Antônio Carlos, realizado na obra de Ligia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria, representa a concretização dessa relação.

Demonstramos, ao longo do trabalho, como a família Andrada recorre a diferentes espaços no debate público para afirmar a importância da atuação política de seus membros. Ela ocupa esses espaços por meio da memória e da imprensa, recorre aos discursos políticos e à publicação desses textos, à valorização de obras especializadas nas áreas de finanças e do direito, à escrita biográfica e à historiografia, à ocupação de posições no espaço público, nos poderes legislativo e executivo. Com a passagem do século XX, as narrativas sobre a família são atualizadas, e Antônio Carlos passa a ocupar um lugar central na produção dessa memória.

Tal centralidade se evidencia na narrativa biográfica e nas ações públicas da família. O texto biográfico busca construir a imagem de Antônio Carlos como líder da política mineira – destacada em suas ações à frente da Aliança Liberal, da Revolução de 1930 e nas disputas políticas que buscavam a garantia da autonomia estadual frente ao crescente poder de Getúlio Vargas, nos primeiros anos da década de 1930. Na biografia, também é construída sua imagem como representante maior de um projeto liberal e democrático, que simbolizava tanto a tradição familiar, estabelecendo sua ligação com os Andradas da Independência e do Império, quanto a tradição de sua terra natal, identificada na ideia de *mineiridade*.

Quanto à atuação familiar no espaço público, a valorização da memória de Antônio Carlos pode ser identificada nas referências à sua atuação, presentes nos projetos educacionais desenvolvidos pela família. Apesar da perda de espaço no poder executivo estadual, já que nenhum de seus membros voltou a ocupar o cargo de Governador do estado, a família mantém suas posições na esfera municipal e nos legislativos estadual e federal. Somado a isso, podemos identificar a conquista de espaço em novas esferas, com destaque para o poder Judiciário e para os órgãos de

controle, como os Tribunais de Contas. Contudo, é no setor privado, com destaque para o campo educacional, que a família Andrada consegue, com maior sucesso, manter elementos da tradição familiar que construiu ao longo do tempo. A preocupação com a educação popular, elemento fundamental no discurso de Antônio Carlos, é reinventada na atuação dos Andrada no campo privado de instituições de ensino Superior em Minas Gerais, o que é perceptível na consolidação da UNIPAC. A ideia de promoção da instrução pública, que na memória familiar é tomada como um elemento fundamental do projeto político de Antônio Carlos, ganha um novo sentido com a constituição de um sistema privado de ensino. Mas as referências à herança política, à manutenção desse projeto ao longo do tempo, à relação entre a tradição familiar e o compromisso com a educação, se expressam na identificação da instituição como Universidade Presidente Antônio Carlos.

A lógica que orienta a construção da imagem pública de Antônio Carlos é a mesma utilizada para a composição da imagem dos demais membros da família. O cerne dessa construção é a atribuição de um elemento que caracteriza o nome Andrada como um substantivo. Dizer que o indivíduo é “um Andrada” estabelece uma referência direta à tradição familiar, à prática política, ao domínio social, à centralidade nos postos de tomada de decisão. Isso se configura por meio da memória e da escrita da história, mas encontra-se claramente delineado e estruturado na escrita biográfica da qual a obra sobre Antônio Carlos é o modelo mais bem desenvolvido. Este projeto biográfico se configura como o suporte para a transferência do capital político. É na biografia que se reafirma o que significa ser um Andrada, e se estabelece a distinção com outros grupos políticos - seja a elite ou o povo -, reforçando a capacidade política do grupo e justificando sua longevidade no cenário regional de Minas Gerais e também em âmbito nacional.

As práticas da família Andrada demonstram os usos da História como instrumento para manutenção do poder de grupos políticos familiares, que podem ser identificados na ideia de “duração em política” (CANÊDO, 1995, p. 83). Nesta construção, a relação entre História, Memória e Biografia é fundamental para a compreensão das ações da família Andrada, em especial as empreendidas por Antônio Carlos e aquelas relacionadas à sua atuação pública. Elas contribuem para a manutenção de um lugar privilegiado no espaço público para seus herdeiros. Como apontamos ao longo da pesquisa, as políticas da memória desenvolvidas pela família Andrada podem

ser percebidas desde o início do século XX. As referências aos antepassados, como forma de reafirmar a condição de destaque dos agentes políticos familiares, já se encontravam nos textos produzidos por Antônio Carlos e José Bonifácio, durante a década de 1910. Essa prática também é utilizada na biografia do presidente de Minas Gerais, publicada durante a década de 1990, servindo à reafirmação da tradição familiar como patrimônio legado a diversas gerações políticas dos Andradas. Se Antônio Carlos apontava a herança que recebera de Martim Francisco e José Bonifácio, seus herdeiros encontram na sua trajetória elementos que ampliam essa herança. Por encontrar-se temporalmente mais próxima, a atuação de Antônio Carlos acaba por servir de elo entre as ações da tríade *andradina* da Independência e os agentes políticos que atuam na segunda metade do século XX. Antônio Carlos é, portanto, o ponto de ligação entre estes vários tempos e a narrativa biográfica, é o instrumento que estabelece de forma estruturada essa relação.

Por meio da preservação da memória, temos a reafirmação do elemento da tradição familiar, que justifica sua manutenção no centro do cenário político mineiro e nacional. Sendo essa uma prática que caracterizou o início da carreira política de vários membros da família, como se percebe nos escritos de Antônio Carlos e José Bonifácio, na década de 1910, de Fábio Andrada, na década de 1940, de Bonifácio de Andrada, a partir de 1970, e de Margarida Andrada Mega, na de 1980, à medida que a trajetória do principal expoente político da família se torna temporalmente distante, é necessária a retomada da memória por meio da biografia. Dessa forma, a narrativa biográfica torna-se um instrumento para o estabelecimento de um novo fôlego para a tradição familiar. Nela, por meio do destaque às ações de Antônio Carlos, efetiva-se a construção de uma narrativa que busca reforçar um caráter de distinção social, transformado em patrimônio político e transmitido como herança na forma de tradição familiar.

A construção narrativa dessa tradição é uma forma de lembrar ao público as relações que envolvem os políticos da família em tempos distintos e justificam sua permanência em tais espaços. É um conteúdo que atravessa as décadas e está presente na escrita de membros da família, pois o ponto comum entre os textos dos autores citados acima – sejam artigos historiográficos, compilações de artigos jornalísticos, reunião de discursos ou textos biográficos – é o estabelecimento de ligações entre as diferentes gerações políticas andradinas. Enquanto José Bonifácio e Antônio Carlos escrevem sobre os lugares de memória, como a fazenda Borda do Campo, e as ações

políticas dos familiares durante o século XIX, as biografias produzidas na década de 1990 cumprem a mesma tarefa em relação aos políticos que atuam ao longo do século XX. Com relação a Antônio Carlos, suas ações em torno da construção de uma memória, a partir de sua perspectiva política pessoal, são claras desde a década de 1930. Essa ação está presente na publicação de seus discursos da campanha da Aliança Liberal e na promoção de sua imagem pública durante seu governo como presidente do estado de Minas Gerais (1926 – 1930), que seriam complementadas pelas publicações organizadas por seu filho, após sua morte.

A construção de uma memória da Revolução de 1930, que influencia a historiografia, com destaque para os textos de Bonifácio de Andrada, nos quais a atuação pública de Antônio Carlos é tomada como o motor do processo social, tornando-se instrumento de manutenção do capital político para a família. Essa distinção social se expressa de forma marcante nas ações do presidente mineiro durante a Revolução de 1930 e em seus desdobramentos, estabelecendo os elementos que conferem a Antônio Carlos uma condição de liderança do processo político.

A escrita biográfica busca responder aos aspectos negativos relacionados à sua imagem pública, que se tornaram predominantes na memória e na produção historiográfica sobre 1930. Ao estabelecer contrapontos a elementos como a perda de centralidade política frente ao crescimento da influência de Getúlio Vargas, a desconfiança dos demais membros da elite mineira com relação à sua postura política – identificada como vacilante - e a sua participação na Revolução de 1930, como represália a Washington Luís por não tê-lo indicado a candidato à Presidência da República, a biografia revisa o lugar de Antônio Carlos no processo histórico. Contudo, acaba, muitas vezes, por reafirmar as leituras críticas.

As ações dos correligionários, desde a década de 1930, e da família, desde a década de 1940, buscam defini-lo como um governante liberal, moderno e modernizador, mas sem abrir mão de sua caracterização como aristocrata, conservador e herdeiro de uma longa tradição política, como pode ser identificado nos discursos reunidos no livro *A Palavra do Presidente* (MACHADO, 1930) ou nos artigos compilados por Fábio Andrada (1946). A relação com os elementos da *mineiridade* é tomada para reafirmar sua liderança política no processo revolucionário, mas aponta as dificuldades em identificar os discursos de tradição familiar com os elementos da

tradição mineira. Se nos discursos, na imprensa e na biografia buscou-se afirmar a unidade mineira sob a liderança de Antônio Carlos – seja nos conflitos internos à elite estadual, na relação entre a elite e o povo, ou na garantia da autonomia estadual frente ao domínio varguista -, os textos de memória produzidos no estado, e também a historiografia, apontam para as resistências à sua liderança. A desconfiança por parte de membros da elite política estadual, compartilhada também por políticos de outros estados (FRANCO, 1931; LIMA SOBRINHO, 1933), cristalizou a imagem de “raposa” política atribuída a Antônio Carlos. Um anti-herói cujos interesses pessoais estariam sempre na condução de sua atuação pública. Tal imagem foi reforçada por posturas conflitantes, como a afirmação de sua condição aristocrática e as tentativas de constituição de uma imagem de político popular, no sentido de conhecedor e representante dos anseios do povo, inúmeras vezes apontadas por seus críticos.

Na luta pela memória - preocupação já expressa pelo político durante seu tempo de atuação –, a narrativa biográfica se destaca como principal projeto de resgate da imagem pública de Antônio Carlos e instrumento político para a reafirmação da herança familiar no presente. Porém, para afirmar um novo lugar na memória, uma nova interpretação sobre a atuação política, uma nova imagem pública para Antônio Carlos que se afirme como herança para as gerações posteriores, foi preciso recorrer às instituições cujo reconhecimento social como produtoras do saber histórico garantiriam legitimidade à narrativa.

A biografia de Antônio Carlos apresenta um grande esforço de se afirmar como um relato verdadeiro - seja pela fidelidade às fontes utilizadas ou pela veracidade dos testemunhos. É a retomada de um elemento já presente nos textos de memória sobre a Revolução de 1930, em que os autores reafirmam suas posições por meio do destaque de sua sinceridade, da verdade de seus relatos e da ausência de interesses políticos em suas narrativas. Dessa forma, a biografia, escrita na década de 1990, coloca-se como réplica, pois é construída a partir dos mesmos elementos encontrados nos textos produzidos na década de 1930. Assim, a biografia reproduz os posicionamentos políticos que a família defende em seu projeto de memória.

O objetivo da retomada da memória sobre Antônio Carlos encontra-se expresso na necessidade de revisitar as leituras sobre sua trajetória que, segundo as biógrafas, por “não ter se tornado um herói” (PEREIRA; FARIA, p. 02), não é

conhecido pelas gerações atuais. A revisão da atuação e do lugar político é pautada pela heroificação do agente público, apontando que o elemento central da narrativa acaba se afastando de uma perspectiva de análise crítica das ações do indivíduo e dos elementos característicos da sociedade na qual ele se encontrou inserido. Os textos produzidos sob a orientação desse projeto familiar de memória acabam por superdimensionar suas ações durante seu governo em Minas Gerais, na Revolução de 1930 e nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas.

Essa supervalorização se expressa na busca exaustiva das biógrafas, baseadas nos textos de memória e nos testemunhos elogiosos, em identificar as ações do político como expressão da ideia de mineiridade, da importância de suas ações individuais na orientação de processos coletivos e do reconhecimento público favorável de suas decisões. Neste sentido, as ações políticas capitaneadas por Antônio Carlos são tomadas como expressão do próprio povo mineiro, estabelecendo a confusão entre o líder político e o grupo que, presumidamente, ele liderava. Estes elementos dão base para a caracterização de uma liderança política que teria sido capaz de estabelecer uma unidade interna à elite mineira. Tal corrente política, identificada pelo termo *carlismo*, seria a expressão singular das ações de Antônio Carlos no contexto da Revolução de 1930. Uma expressão que concilia a tradição Andradina e se opõe a posicionamentos políticos caracterizados como antidemocráticos, ultrapassados, despóticos. Tais posicionamentos estabelecem a distinção entre Antônio Carlos e expoentes políticos como Washington Luís, Artur Bernardes, Benedito Valadares e Getúlio Vargas. O *carlismo* se constituiria na afirmação do caráter moderno, liberal, democrático e popular das ações políticas de Antônio Carlos e na consolidação de sua condição de líder político mineiro, a despeito das inúmeras críticas presentes na memória e na historiografia, que apontam sua ineficácia como corrente política e o fracasso de Antônio Carlos na reafirmação deste lugar de destaque político, no período posterior à Revolução de 1930.

O que apresentamos como resultado da pesquisa é a relação entre elementos históricos, memorialísticos e biográficos no processo de constituição de um projeto orientado pela manutenção ao longo do tempo de um *status* social e de um capital político, identificados com a tradição familiar dos Andradas. Seu objetivo fundamental é a manutenção do poder político familiar, expresso na ocupação de inúmeras posições no Executivo, Legislativo e Judiciário, ao longo de mais de dois séculos de atuação no

Brasil. Entendemos que um dos elementos fundamentais para a transmissão dessa capacidade de atuação pública entre as diferentes gerações da família encontra-se na reafirmação da distinção social dos Andradas, ressaltada na ideia de *status* social como herança.

O elemento dessa herança mais perceptível na atual geração familiar é o reforço da ideia de defesa da Educação como bandeira política. Consagrada como uma preocupação da família e, em especial, de Antônio Carlos, ela se vincula aos ideais do liberalismo e de defesa da instrução pública, como meio de progresso e de garantia de liberdade. Contudo, os elementos deste ideal foram redefinidos pelas gerações atuais ao adequá-lo às novas demandas políticas ligadas às atividades econômicas desenvolvidas pela família no campo da Educação Superior de caráter privado.

Entendemos como inegável a importância política e a inserção social da família Andrada ao longo dos dois últimos séculos na política brasileira. A capacidade de ação pública familiar e de reprodução de seu capital político é extraordinária, mesmo quando comparada a outras famílias políticas e grupos oligárquicos. Isso é comprovado na permanência de seus membros no cenário institucional, com destaque para o Congresso Nacional, onde há representantes da família, ininterruptamente, desde a primeira Legislatura, em 1823. Essa permanência política se explica pela capacidade de seus agentes de mobilizarem os elementos que ligam o passado e o presente na constituição da ideia de tradição familiar, da qual Antônio Carlos é identificado como o principal expoente no período republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

a. Documentos textuais:

ALIANÇA Liberal. *Documentos da Campanha presidencial*. Rio de Janeiro: Alba, 1930.

AMARÍLIO JÚNIOR. *Artur Bernardes e a Revolução*. Rio de Janeiro: São Benedito, 1931.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. *Bancos de emissão do Brasil*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1923.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. *O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade: sua ação no Governo e no Parlamento – Suas opiniões sobre assuntos de Finanças*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1918, 186 p.

ANDRADA, Bonifácio de. *Revolução de 1930: marco histórico*. *Política*, n. 16/17, 1987, p. 83-90.

ANDRADA, Fábio (compilador). *Antônio Carlos – o Andrada da República*. Coleção Poliantéia. Juiz de Fora: Cia. Dias Cardoso S.A, 1946.

ANDRADE, Moacir. *O Espírito de Antônio Carlos*. [S.I.]: Edições Mantiqueira, s.d.

BARATA, Hamilton. *O Assalto de 1930*. Rio de Janeiro: 1932.

BASBAUN, Leôncio. *História Sincera da República - 1889-1930*. Volume 2. São Paulo: Alfa Ômega, 1956.

BASBAUN, Leôncio. *História Sincera da República - 1939-1960*. Volume 3. São Paulo: Alfa Ômega, 1967.

BELLO, José Maria. *História da República – 1889-1954: Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 6ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, 356 p.

BRASIL, Congresso. *Aliança Liberal: documentos da campanha presidencial*. Introdução de Ricardo Vélez Rodrigues. 2ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. 1982, 108 p.

CASTRO, Sertório de. *A República que a Revolução destruiu*. Rio de Janeiro: 1932. Versão para e-books. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sertorio.html>>. Acessado em: 16 de jul de 2010.

CASSANATA, Mário. *As razões de Minas*. Prefácio de Gustavo Capanema. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1931.

CONCENTRAÇÃO Conservadora de Minas Gerais. *A ação do dr. Carvalho Brito na atual campanha de sucessão presidencial da República*. Rio de Janeiro: Alba, 1930.

FERREIRA, Jurandir Pires. *Abaixo as Máscaras*. Rio de Janeiro: 1931.

FRANCO, Afonso Arino de Melo. *Introdução à Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Schimidt, 1933.

FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro; 1930*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (1931), 1980.

FREIRE, Humberto. *O Carnaval de Outubro: a Revolução nos estados*. 1933.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo: Unitas, 1933.

MACHADO, Abílio (Compilador). *A Palavra do Presidente Antônio Carlos na Campanha da Aliança Liberal*. Prefácio de Abílio Machado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

MEGA, Margarida Maria Andrada Baptista de Oliveira. *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*. Manuscrito. Belo Horizonte: 1980, CPDOC – FGV, 96 f.

MIRANDA, J. P. da Veiga. *Minas e a candidatura Getúlio Vargas*; conferência realizada em Belo Horizonte a 3 de outubro de 1929. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

MORAIS, Aurino. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução*. Brasília: Câmara dos Deputados, (1933), 1990.

MUCELI, Menotti. *A revolução em Belo Horizonte: episódios do movimento libertador de 3 d outubro*. Belo Horizonte: Americana, 1930.

PAVÃO, Ari. *Artur Bernardes e o Brasil*. Rio de Janeiro: Moderna, 1931.

PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora. *Presidente Antônio Carlos: Um Andrada da República: O Arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1998.

PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora. *José Bonifácio Lafayette de Andrada (Zezinho Bonifácio): uma vida dedicada à política*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1994.

SANTA ROSA, Virgínio. *A desordem: ensaio de interpretação do momento*. Rio de Janeiro: Schimidt, 1932.

Seminário de Estudos Mineiros (2: 1956). Belo Horizonte: UFMG, s.d.

Seminário de Estudos Mineiros (5: 1977). A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/ PROED, 1982, 260 p.

Seminário de Estudos Mineiros (6: 1980): a Revolução de 1930. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos Genealógicos da Família Andrada. *Revista do IHGB*, Tomo LXXVI, 1912, Parte I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 21-64.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Uma fazenda histórica – Borda do Campo. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXII, Parte II, 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 127 – 152.

SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. Volumes I, II e III. São Paulo: Tipografia Piratiniga, 1922.

VALADARES, Clorindo. *Fumaça na trincheira: da resistência do 12º RI; da Revolução em Minas*. s.l., s.ed., 1930.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Volumes I e II. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

b. Obras gerais.

A Revolução de 30: seminário internacional. Brasília, UnB, 1983.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999, 190 p.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultura do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172. ISSN: 1517-2120.

AVELAR, Alexandre de Sá. Apresentação. *História Social*, n. 24, primeiro semestre de 2013 9, p. 7 – 14.

ASSMANN, Aleida. *Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: UNICAMP, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Os usos da temporalidade na escrita na História. In: *Saeculum: Revista de História*. [13] João Pessoa, Jul/Dez. 2005. p. 144-155.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria D. L. *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: conceitos, imagens e temas. *Luso-Brazilian Review*. University of Wisconsin Press, Vol. 36, No. 2 (Winter, 1999), pp. 109-126.

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In; FERREIRA, Marieta de M; e AMADO, Janaina (organizadoras). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-192.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999; 5º edição.

BRISSON, Luc. *Introdução à Filosofia do Mito*. Trad. José Carlos Baracat Júnior. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 2014. Coleção Cátedra.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, Sacralidade e Poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun, 2005.

CANDIÁ, M. A. A.. O projeto Intelectual de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário cultural de Juiz de Fora/MG (1897-1912). In: *IV Congresso Brasileiro da História da Educação*, 2006, Goiânia. *A Educação e seus Sujeitos na História: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: Editora da UCG, 2006. v. 1.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Metáforas do parentesco e a duração em política. *Revista Textos de História*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 82-103, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFRAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, 303 p.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*. Washington Luís Neto. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, nº 20, janeiro/1966, p. 153 – 193.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: ensaios de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (org). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 43-69.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica: Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAGAS, Carmo. *Política: arte de Minas*. Prefácio de José Geraldo Bandeira de Melo. São Paulo: Carthago e Forte, 1994.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse Velho Vento da Aventura: Memórias*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1987.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <[HTTP://bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br)>.

DECCA, Edgar S. de. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988, 209 p.

DECCA, Edgar S. de. A Revolução Acabou. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 10, nº 20, mar/91 – ago/91, pp. 63-74.

DELICH, Francisco. *A construção social da memória e do esquecimento*. In: Revista TB, Rio de Janeiro, 153: 95/110, abr-jun., 2003.

DIAS, Fernando Correia. *Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político*. Belo Horizonte: UFMG, 1997, 348 P.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro(1870-1924)*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. Coleção: Debates. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do Liberalismo excludente; da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. A Marginalidade da Representação Política do Norte de Minas Gerais na Bancada Parlamentar Mineira durante a Primeira República. *OP SIS*, Catalão, v. 12, n. 1, p. 164-180 - jan./jun. 2012.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos; História e Cultura Histórica. *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa: jan/jun, 2007, [16], pp. 83 – 102.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 13ª edição. São Paulo: Loyola, 2006.

GADELHA, Marcondes (coord.). *Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 30*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, 224 p.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação* [versão prévia - manuscrito]. 2001. Disponível em: encurtador.com.br/qRALO. Acessado em 30 de setembro de 2018.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade* / tradução, Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODOY, João Miguel Teixeira de. Formas e problemas da historiografia brasileira. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 13, n. 1, p. 66-77, jan./abr. 2009. LEAL, Paulo Roberto Figueira. A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política. Juiz de Fora, Revista Lumina nº2, p. 66-67, jul/dez 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro *et al.* *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Angela de Castro. *A Política Brasileira em Busca da Modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In: SCHWARCZ (org.), *História da Vida Privada no Brasil: costumes da intimidade contemporânea*. V. IV. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 489-558.

GONDAR, Jô; DEODEBE, Vera (orgs.). *O que é Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I. T.; GONDAR, J. (Org). *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

GONDAR, Jô. Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 08, número 13, 2008*.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, Política e Trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, 255 p.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade* [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>.

HEINZ, Flávio M. (org.). *História Social das Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011, 168 p.

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Masseder (orgs.). *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWAM Eric J. e RANGER Terence (org.), *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 88p.

JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, 420 p.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-RJ, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política. Juiz de Fora, Revista Lumina nº2, p. 66-67, jul/dez 2002.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 270 p.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Unicamp, 1990. Coleção Repertórios.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História*. Revista de estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. V. 17, p. 63-201. 1998.

MARTINS, Estevão Rezende. História: conhecimento, verdade, argumento. *Dimensões*, Vitória: UFES - Programa de Pós-Graduação em História, vol. 24, 2010, p. 5-32.

MARTINS, Estevão Rezende. Tempo e Memória: a construção social da lembrança e do esquecimento. In: *Liber Intellectus*. Goiânia, v. 1, n. 1, junho 2007.

- MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: *A História escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MENDES, Jairo Faria, Memória dos Jornais Mineiros do Século XIX: Revisão crítica das fontes historiográficas. *III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. GT de História da Midiologia. Novo Hamburgo: 2005.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 – 1945)*. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MIGUEL, Luis Felipe. Em Torno do Conceito de Mito Político. *DADOS*, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 41, n. 3, 1998.
- MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? In: *Pensamento Plural*. Pelotas [14] 11 – 21; janeiro-junho 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3798>>. Acessado em: 17 de mai de 2018, as 17h53min.
- MORAIS, Fernando. *Chatô o rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTTA, Marly S. *A Nação faz 100 Anos*. Rio de Janeiro. CPDOC. 1992.
- NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo: 10, dez/1993, p. 07 – 28.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro/ Brasília: FGV/ INL, 1980, 356 p.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Revolução de 1930: uma bibliografia comentada. *Boletim Informativo e Bibliográfico* – CPDOC. Rio de Janeiro, nº 4, 1978, pp. 95 – 116.
- PAIM, Antônio. *O Liberalismo Contemporâneo*. s.l.: Edições Humanidades, 2007.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, 345 p.

PASE, Hemerson Luiz. Formação da Elite na Primeira República. *Barbarói: Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Sociologia*. UNISC, Santa Cruz do Sul. Nº 25, 2006/2, p. 93 – 104.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO, Júlio Pimentel. Os Muitos Tempos da Memória. *Proj. História*. São Paulo: (17), Nov – 1998, p. 203 – 211.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos _ Memória*, CPDOC/FGV, n. 3, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RAGO, Margareth. A “Nova” Historiografia Brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, nº 11, julho de 1999, pp. 73 – 96.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma história da mineiridade: o sentido “essencialista” de uma representação *Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho*. Juiz de Fora: 28 a 31 de julho de 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et. al.]. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ROUSSO, Henry. Rumo a uma Globalização da Memória. *História Revista*. Goiânia, v. 19, n. 1, p. 265-279, jan./abr. 2014.

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. In: *História da historiografia*. n. 02, 2009.

SALDANHA, Nelson N. *História da Ideias Políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001, 384 p. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.

SANDES, Noé Freire. 1930: Entre a Memória e a História. *História Revista*. 8 (1/2): Goiânia: p. 141 – 158, jan – dez. 2003.

SANDES, Noé F. *O Tempo Revolucionário e Outros Tempos: o jornalista Costa Rêgo e a representação do Passado (1930 – 1937)*. Goiânia: UFG, 2012.

SANDES, Noé Freire. A Memória Inconsútil: São Paulo, 1932. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; OLIVEIRA, Fabiane Costa; SALOMON, Marlon (orgs.). *Escritas da História: arte, cultura e memória*. Goiânia: UCG, 2009, pp. 179-197.

SANDES, Noé. O Jornalista Costa Rêgo e o Tempo Revolucionário (1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 28, nº 55, 2008, p. 41-62.

SANDES, Noé Freire. O Passado Como Negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 43, janeiro-junho de 2008, p. 125-140.

SANTOS, Alessandra Soares. Um Estadista da República: história e biografia em Afonso Arinos. *Revista Ágora*, Vitória, n.13, 2011, p. 1-24.

SCHMIDT, B. B. Biografia e regimes de historicidade. *Métis* (UCS), Caxias do Sul, v. 2, n.3, p. 57-72, 2003.

SCHMIDT, B. B. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 6, p. 165-192, 1996.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*, n. 24, primeiro semestre de 2013, p. 51 – 73.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007, 290 p.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o Trauma – a questão do testemunho de catástrofes históricas. *Psicologia. Clínica*. Rio de Janeiro: VOL.20, N.1, 2008, p. 65–82,

SILVA, Alexandra Lima da. Mercado Editorial de Livros Didáticos de História do Brasil na Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920). *Anais do II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 12-13 de maio/ 2009. Disponível em: <www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Alexandra_Lima_Silva.pdf>. Acessado em: 21 de ago de 2018.

SILVA, Vera Alice Cardoso; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*. Petrópolis; Belo Horizonte: Vozes; UFMG, 1985.

SILVA, Rodrigo Machado da. O Heródoto Mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n.º 1, Janeiro/Julho de 2010 - ISSN:1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades.

SILVA, Rodrigo Machado da. Usos do passado e projetos políticos: A história como construtora da identidade mineira na Primeira República. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAÚJO, Valdei (orgs.). *Caderno de resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Vida póstuma de um ilustre desconhecido: a construção biográfica de Clóvis Beviláqua (1859 – 1944). *Maracanan*. Jan/Dez, 2012, p. 129 – 156.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. *Biografia, espaço de memória*. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia: GT Memória e. Sociedade.

SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30. Porto Alegre, out, 1980. Porto Alegre: ERUS, 1983, 719 p.

SOHIET, Rachel; ALMEIDA, Maria R. C. de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Mitos, Projetos e Práticas Políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

UNIPAC. *Relatório Parcial de Autoavaliação*. Juiz de Fora: 2017, 70 p. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUKEwj0wr_M0ILjAhXQCrkGHQWfChYQFjABegQIAxAC&url=https%3A%2F%2Fwww.unipacjf.com.br%2Fimages%2Fartigos%2F2017%2Fagosto%2Favaliacao-institucional-2017.pdf&usg=AOvVaw15LJcMnmEzPjj2isoGDEQ>. Acessado em: 20 de mai de 2019.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, u. 15.1995. p. 39-56.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Trad. Régis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Brasília/ São Paulo: UNB/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889 – 1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

c. Teses e Dissertações:

BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da História centrada no sujeito*. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, 209 p.

DUNGUE, Cléber Luís. *O desafio biográfico ou como se escrever uma vida: a (dês)construção da figura heróica de Santos Dumont a partir de **O Brasileiro Voador***. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011, 122 p.

FERRO, Flávia Salles. *Virgílio de Melo Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929 – 1948)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015, 129 p.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. *Boris Fausto: História e Historiografia; o fazer-se de um historiador da República em interlocução com as Ciências Sociais*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília: 2016, 261 p.

STEFFENS, Marcelo Hornos. *Getúlio Vargas biografado: Análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988*. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2008.

d. Obras de Referência:

BANFIELD, Thomas (Ed.). *Dicionário de Antropologia*. s.l.: s.d.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C, Varriale et ai.; Coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Volume 1; 1ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, 674 p. (total: 1.330 p.). Vários Colaboradores. Obra em 2v.

CPDOC – FGV. *Dicionário biográfico da Elite Republicana (1889 – 1930)*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>.

CPDOC – FGV. *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>.

MONTEIRO, Norma de Goes (coord.). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais: Período Republicano (1889 – 1991)*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de Conceitos Históricas*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2009.